

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Renata de Jesus

**O MUNDO DOS CATADORES E CATADORAS: PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS ASSOCIAÇÕES DE
RECICLAGEM EM ERECHIM/RS**

Santa Maria, RS
2021

Renata de Jesus

**O MUNDO DOS CATADORES E CATADORAS: PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS ASSOCIAÇÕES DE
RECICLAGEM EM ERECHIM/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestra em Ciências Sociais.**

Orientador: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a. Laura Senna Ferreira

Santa Maria, RS
2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

de Jesus , Renata

O mundo dos catadores e catadoras: precarização do trabalho, economia solidária e as associações de reciclagem em Erechim/RS / Renata de Jesus .- 2021.
181 p.; 30 cm

Orientador: Everton Lazzaretti Picolotto
Coorientadora: Laura Senna Ferreira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2021

1. Catadores e catadoras de materiais recicláveis 2. Precarização do trabalho 3. Associações de reciclagem 4. Economia Solidária 5. Questões de gênero e trabalho I. Picolotto, Everton Lazzaretti II. Ferreira , Laura Senna III. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da USP. dados fornecidos pelo autor(a). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt satta cma 10/1728.

Declaro, RENATA DE JESUS , para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**O MUNDO DOS CATADORES E DAS CATADORAS:
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E
AS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM EM ERECHIM/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do título de **Mestra em Ciências Sociais**.

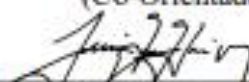
Aprovado em 23 de agosto de 2021:




Everton Lazzaretti Picoletto, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



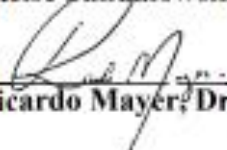
Laura Senna Ferreira, Dra. (UFSM)
(Co-Orientadora)



Luiz Inacio Germany Gaiger, Dr. (UNISINOS)



Mari Cleise Sandalowski, Dra. (UFSM)



Ricardo Mayer, Dr. (UFSM)

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho foi a realização de um sonho, que só ocorreu, graças ao auxílio, compreensão, dedicação, parceria e afeto de um conjunto de pessoas, as quais, agradeço imensa e profundamente. Meu carinho de obrigado a todos e todas, que de uma forma ou de outra, tornaram esse momento possível, sintam-se abraçados e abraçadas por mim. Deixo um agradecimento especial:

À minha família, meu pai Gervasio, meus irmãos Robison e Ricardo, minha irmã Rosani, minhas sobrinhas, Bruna, Brenda e Bianca. Cada um e cada uma, a seu modo, colaborou para que minha trajetória pudesse se consolidar até aqui.

Às primas Cleunir e Evelin, e em seu nome agradeço aos primos e primas e todos/todas os/as familiares, pelo apoio, carinho e ajuda de sempre.

À minha mãe Angela Bresolin de Jesus (*in memoriam*), pelo exemplo de perseverança, zelo, trabalho e dedicação.

Ao meu companheiro Jeferson, vulgo Chuchu, por dividir comigo, amor, sorrisos, afeto, muitas discussões e leituras deste estudo, e a vida, amo-te.

Aos meus amigos e amigas, por todas as trocas, compreensão e carinho de sempre, e por entenderem minha ausência em alguns momentos.

Aos colegas e amigos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFSM, em especial aos (às) colegas: Thainá, Karina, Bruna Fani, Juliê, Bharbara e ao Rafael, vocês foram essenciais nessa caminhada.

Ao meu orientador professor Dr. Everton Lazzaretti Picolotto e a minha co-orientadora professora Dr^a. Laura Senna Ferreira, obrigado por estarem comigo nessa caminhada, e por serem excelentes professores e profissionais.

Aos (às) informantes deste estudo, e a todas e todos que fizeram com que o mesmo acontecesse, meu muito obrigado cheio de energias positivas e de gratidão.

Às colegas de moradia e amigas: Nuncia e Keka, obrigado pelos debates calorosos de sempre, por me acalmarem em minhas crises de ansiedade, pelo carinho e pela parceria.

Ao pessoal da empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME de Erechim/RS.

A todos os catadores e as catadoras e as associações de reciclagem do município de Erechim/RS.

E por fim, à Universidade pública, gratuita e de qualidade, à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro, pela oportunidade de desenvolver e concretizar este estudo, por me tornar melhor enquanto profissional e ser humano.

*Viver é partir, voltar e repartir.
Esses boy conhece Marx.
Nós conhece a fome.
O sonho é um tempo onde as mina não tenha que ser tão forte.*

Emicida

RESUMO

O MUNDO DOS CATADORES E CATADORAS: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM EM ERECHIM/RS

AUTORA: Renata de Jesus

ORIENTADOR: Everton Lazzaretti Picolotto

CO-ORIENTADORA: Laura Senna Ferreira

Este estudo tem por objetivo analisar como o processo de precarização do trabalho contemporâneo impacta setores na sociedade, no caso da ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis, com vistas a compreender quais as formas de organização coletiva (especialmente associações) acionadas por esse público para obtenção de trabalho e renda. Investigou-se o processo de constituição das associações de reciclagem no município de Erechim/RS, o qual integra uma rede de agentes na realização da coleta seletiva. A metodologia utilizada compreende entrevistas semiestruturadas, análise documental e dados oficiais de fontes secundárias. As análises foram embasadas pelo escopo teórico da Sociologia do Trabalho, em que pautamos aspectos acerca ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis, e da Economia Solidária, que abarca os processos de formação e organização das associações de reciclagem no município. A justificativa está calcada na atualidade das temáticas que se pretende abordar, através do estudo de uma experiência social concreta. Na abordagem do modo pelo qual indivíduos que se encontram em espaços precarizados, organizam-se social e politicamente, na tentativa de alterar, a situação de vulnerabilidade em que se encontram, na busca por estima social, rendas e na melhoria da ocupação. Concluiu-se que, ser catador e catadora, apesar de uma ocupação colocada socialmente sob o status da precariedade, a mesma ainda se constitui como alternativa de sobrevivência para um segmento social significativo de indivíduos. As parcerias firmadas entre os diferentes setores e agentes públicos, privados e da sociedade civil envolvidos na gestão integrada dos resíduos, pode se constituir como uma alavanca para a inclusão e autonomia desses grupos de pessoas em contextos locais.

Palavras-Chave: Trabalho. Catadores e catadoras. Precarização do Trabalho. Economia Solidária. Associações de reciclagem.

ABSTRACT

THE WORLD OF COLLECTORS: PRECARIZATION OF WORK, SOLIDARITY ECONOMY AND RECYCLING ASSOCIATIONS IN ERECHIM/RS

AUTORA: Renata de Jesus
ORIENTADOR: Everton Lazzaretti Picolotto
CO-ORIENTADORA: Laura Senna Ferreira

This study aims to analyze how the process of precariousness of contemporary work impacts some sectors in society, especially the case of the occupation of collector/recyclable material collector, in order to understand the ways this public obtains work and income. The process investigated was the constitution of recycling associations in the city of Erechim/RS, which integrates a network of agents in the realization of selective collection. The methodology used comprises semi-structured interviews, document analysis and official data from secondary sources. The analyzes were based on the theoretical scope of the Sociology of Work, in which we guide aspects about the occupation of collectors of recyclable materials, and Solidarity Economy, which encompasses the processes of formation and organization of recycling associations in the city. The justification of this research is the topicality of the themes that are intended to be addressed, through the study of a concrete social experience, addressing the way in which individuals who find themselves in precarious spaces organize themselves socially and politically, in an attempt to change the situation of vulnerability in which they find themselves, in the search for social esteem and improvement of occupation. It was concluded that, being a collector, despite an occupation socially placed under the status of precariousness, it still constitutes an alternative for survival for a significant social segment of individuals. Partnerships established between different sectors and agents involved in integrated waste management can be a lever for the inclusion and autonomy of these groups of people in local contexts.

Keywords: Work. Collectors. Precariousness of Work. Solidarity economy. Recycling associations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização do Município de Erechim/RS	14
Figura 2 – Área de circulação do Jornal Voz Regional	20
Figura 3 – Cartaz de divulgação do I Encontro Nacional de Mulheres Catadoras.....	53
Figura 4 – Cooperativas da região do Alto Uruguai Gaúcho	79
Figura 5 – Bairros de Erechim/RS	90
Figura 6 - Fluxo logístico da reciclagem de materiais	100
Figura 7 – Fluxograma da Gestão dos Resíduos Domiciliares em Erechim/RS	103
Figura 8 – Carrinheiros e carrinheiras pelas ruas de Erechim/RS	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de domicílios com pelo menos um(a) catador(a) com computador	25
Gráfico 2 – Porcentagem de mulheres e homens nas associações de reciclagem de Erechim/RS - 2020.....	123
Gráfico 3 – Média de catadores e catadoras por organizações- 2019.....	124
Gráfico 4 – Média de catadores e catadoras nas associações de reciclagem de Erechim/RS.....	125
Gráfico 5 – Renda média mensal nas organizações de catadores e catadoras - 2019...	126
Gráfico 6 – Faturamento médio mensal dos catadores e catadoras das associações de Erechim/RS em relação ao salário mínimo	127
Gráfico 7 – Taxa de analfabetismo entre as(os) catadoras(es)	129
Gráfico 8 – Porcentagem de catadores e catadoras com 25 anos ou mais que possuem pelo menos ensino fundamental completo	130
Gráfico 9 – Faturamento médio mensal nas organizações de catadores em âmbito nacional - 2019.....	141
Gráfico 10 – Faturamento anual das associações de reciclagem de Erechim/RS	142
Gráfico 11 – Proporção entre homens e mulheres nas organizações de catadores por região do país (%), 2019	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistas com roteiro semiestruturado.....	23
Quadro 2 – Dados das associações de reciclagem de Erechim/RS	93
Quadro 3 – Preço médio (em R\$/Kg), por região, dos materiais coletados em 2019, por catadores e catadoras.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos resíduos sólidos urbanos coletados pela coleta seletiva em 2018.....	107
Tabela 2 – Preço dos materiais (Kg), 2018	116
Tabela 3 – Preço dos materiais (Kg), 2019	117
Tabela 4 – Preço dos materiais (Kg), 2020	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAU	Associação dos municípios do Alto Uruguai Gaúcho
ANCAT	Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEPO	Centro de Educação Popular
CIISC	Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores
CLT	Consolidação das leis do Trabalho
COTREL	Cooperativa Tritícola Erechim Ltda
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FPES	Fórum Paranaense de Economia Solidária
IAF	InterAmerican Foundation
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MSI	Modelo de Substituição das Importações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organizações não-governamentais
ORIS	Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por amostra de domicílios
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPPs	Parcerias Públicos-Privadas
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SIES	Sistema de Informações sobre a Economia Solidária
SMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Erechim/RS
TLA	Taxa de Licenciamento Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	DESTAQUES SOBRE A METODOLOGIA	17
2	MERCADO DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO LABORAL: LUTAS POR SUBSISTÊNCIA, RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO SOCIAL	33
2.1	DE QUE TRABALHO ESTAMOS FALANDO?	33
2.1.1	O sistema capitalista e a formação do mercado de trabalho	37
2.1.2	Mercado de trabalho, especificidades de gênero, raça e classe	40
2.2	AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E OS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO LABORAL	42
2.2.1	A ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis: entre a subsistência e a precariedade	47
2.3	MOVIMENTO SOCIAL, LEGISLAÇÕES, PARCERIAS E VISIBILIDADE ...	49
2.4	A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL	54
2.4.1	A relação com o estado mediada por parcerias público-privadas (PPPS)	59
3	O “PROBLEMA DO LIXO”: A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA, GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS E ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM EM ERECHIM/RS	64
3.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA	64
3.1.1	Economia solidária e a realidade brasileira	71
3.1.2	Contradições na economia solidária presentes em cooperativas e associações	73
3.2	LEGISLAÇÕES QUE REGEM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES	75
3.3	A EXPERIÊNCIA DE ERECHIM/RS	78
3.3.1	A preocupação com “o problema do lixo”	80
3.3.2	O centro de educação popular (CEPO)	84
3.3.3	Os processos de constituição das associações de reciclagem A1 e A4	87
3.4	ORGANIZAÇÃO ATUAL DAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM EM ERECHIM/RS	93
3.4.1	O sistema integrado de gestão da coleta seletiva	98
4	“ELES NÃO VEEM A GENTE”: CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, TRABALHO PRECARIZADO E QUESTÕES DE GÊNERO	110
4.1	CATADORES E CATADORAS DE DIGNIDADE	110
4.1.1	Ser catador e catadora: trabalho, influências e identidades	119
4.1.2	Precariedade laboral e a catação de materiais	121
4.1.3	Demandas pela valorização da ocupação	134
4.2	A ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM E A CATAÇÃO DE MATERIAIS	140
4.3	QUESTÕES DE GÊNERO E TRABALHO	151
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
	REFERÊNCIAS	169

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Erechim/RS, fundada em 1908, localiza-se na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, conforme pode ser visualizado na figura 1. Possui uma população estimada para o ano de 2020 de 106.633 habitantes, de acordo com o IBGE Cidades¹. O IDH do município em 2010 era de 0,776 e o salário médio mensal, em 2018, era de R\$ 2,5 salários mínimos.

A cidade dista 360 Km da capital (Porto Alegre) e está a 27°38'02.45" de Latitude Sul; 52°16'26.4" de Longitude Oeste e a 783 metros de Altitude. Limita-se a Norte com o município de Aratiba; a Sul com os municípios de Erebangó e Getúlio Vargas; a Leste com os municípios de Gaurama, Áurea e Três Arroios; a Oeste com os municípios de Quatro Irmãos, Paulo Bento e Barão de Cotegipe (BENINCÁ, 2006, p. 37).

Figura 1 - Mapa da localização do Município de Erechim/RS (Google Maps)



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico – Modalidade Resíduos Sólidos Urbanos, Erechim/RS, 2012.

¹Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/cidades). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim/panorama>. Acesso em: 15 maio 2021.

“O planejamento viário de Erechim foi inspirado em conceitos urbanísticos usados nos traçados de Washington (1791) e Paris (1850), caracterizando-se por ruas muito largas, forte hierarquização e criação, através de ruas diagonais ao xadrez básico e de pontos de convergência” (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – MODALIDADE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECHIM/RS, 2012). A organização, a limpeza e o cuidado com as vias públicas do município, são fatores que podem ser observados por todos e todas. A preocupação no que tange ao destino correto resíduos produzidos no município, passou a ser pauta nas últimas décadas, com o envolvimento do poder público municipal, da população, dos catadores e catadoras organizados e da mídia local.

Historicamente catadores e catadoras de materiais se encontram em situações de precariedade. Esses sujeitos e sujeitas são marcados por experiências marginais de falta e/ou acesso limitado aos direitos básicos garantidos na constituição. No entanto, mesmo diante de um contexto desafiador, a categoria se mobiliza para lutar pela subsistência. A organização em movimento social, a busca pela garantia de trabalho e renda por meio do escopo da autogestão, as parcerias nacionais e locais, as lutas pelo reconhecimento da ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis, são algumas das reivindicações dos catadores e catadoras.

Experiências em torno da economia solidária, através da constituição de cooperativas e associações de reciclagem de catadores e catadoras se colocam como uma possibilidade de subsistência. Este estudo versa sobre a organização de associações de reciclagem na cidade de Erechim/RS, busca apontar como iniciativas envolvendo o setor público e privado, entidades não-governamentais e a população de modo geral, podem contribuir para a formação de experiências exitosas de inclusão, geração de trabalho e renda para pessoas que vivem em contextos de precariedade.

As concepções teóricas expostas pela Sociologia do Trabalho, embasam nossas análises neste estudo. Mudanças ocorridas nas últimas décadas no mercado de trabalho, como o avanço do neoliberalismo, a reestruturação produtiva, flexibilização e precarização do trabalho, foram responsáveis por gerar consequências sociais. O grande contingente de desempregados e o aumento de trabalhos informais, autônomos e parciais, são algumas dessas mudanças.

No contexto brasileiro, por um lado, encontramos avanços no número de organizações sociais ancoradas na perspectiva da economia solidária, como experiências em torno do associativismo e do cooperativismo. As quais, surgem a partir da década de 1990, com pautas de organização econômica, social e de exercício laboral do trabalho alternativas, frente àquelas já postas no sistema capitalista. Por outro lado, nesse período, avançam também discursos e

perspectivas ligadas ao neoliberalismo, aspectos como a competitividade, o individualismo, a meritocracia, transcendem a esfera da economia de mercado e adentram no imaginário social de indivíduos, ocasionando consequências para a organização da classe trabalhadora.

O associativismo, neste estudo, será pautado pelo viés da economia solidária, a intenção é de compreender como pessoas em situação de marginalidade socioeconômica, se unem e lutam para fundar espaços solidários, em busca da garantia do seu sustento e de estima social. Utilizamos deste escopo teórico para esboçarmos nossa análise acerca da organização da coleta seletiva no município de Erechim/RS, a qual engloba, a participação dos diferentes agentes envolvidos no processo, com destaque para as associações de catadores catadoras da cidade, bem como aspectos relacionados às contradições e conflitos inerentes ao mesmo.

Como esse mercado de trabalho flexível, precário, informal, alavancado nas últimas décadas, exerce impacto, sobre a ocupação desempenhada por catadores e catadoras de materiais recicláveis? Buscamos problematizar como a categoria trabalho, base da organização e da reprodução das sociedades, está colocada estruturalmente para esses sujeitos e sujeitas. Como no contexto contemporâneo de precarização do trabalho, experiências de organização de associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis, regidas sob o escopo da Economia Solidária, podem embasar lutas para a superação da marginalidade socioeconômica? Essa é a questão que move este estudo.

O objetivo geral é de analisar como o processo de precarização do trabalho impacta em setores *supranumerários/excluídos* (CASTEL,1988) da população, contribuindo para que os mesmos recorram às formas alternativas de obter trabalho e renda, com vistas a superar a marginalidade econômica a que estão submetidos. Os objetivos específicos são: Compreender como ocorreu o processo de formação das associações de reciclagem na cidade de Erechim/RS, principalmente as duas primeiras que foram fundadas; analisar documentos que possam contribuir para a obtenção de dados e informações relevantes; Verificar como o processo de precarização do trabalho impacta na ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis; apontar como estruturas de organização em nível geral (legislações, movimento social, campanhas por uma causa específica), exercem influência e podem pautar organizações e formas de fazer locais; Compreender se as associações de catadores e catadoras de Erechim/RS contribuem para uma mudança de vida da parte de seus associados e associadas.

A justificativa para a realização do mesmo, se embasa no propósito de analisar como a estrutura social mais ampla ligada a esfera do mercado de trabalho na sociedade capitalista, pode afetar sujeitos e sujeitas que historicamente se encontram em situação de precariedade,

como no caso dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis. A atualidade das temáticas que se pretende abordar, através do estudo de uma experiência social concreta, que abrange a maneira pela qual aqueles e aquelas que se encontram em espaços precarizados, organizam-se em associações e cooperativas, constroem pautas e reivindicações, na tentativa de alterar, mesmo que de forma breve, a situação de vulnerabilidade em que se encontram e na busca pela valorização social da ocupação que desempenham.

Fenômenos como a reestruturação produtiva, precarização do trabalho, terceirizações, avanço cada vez maior de ideais de cunho individualista e de competitividade como o empreendedorismo, pode fazer com que sujeitos e sujeitas que se encontram na base da pirâmide social, sejam afetados com maior intensidade. Busca-se assim, desenvolver conhecimentos que contribuam com os estudos acerca da Economia Solidária, da relação entre precarização do trabalho e a ocupação de catador e catadora. E, se possível, que o mesmo possa contribuir para a elaboração de políticas públicas que visem melhorias nas condições de vida e de trabalho daqueles e daquelas contemplados por este estudo.

1.1 DESTAQUES SOBRE A METODOLOGIA

Sígolo *et al.* (2020), problematizam aspectos relacionados à concepção teórica da autogestão e da Economia Solidária. Ao chamarem atenção para a gama de experiências e formas de se pensar e organizar essas esferas, os autores nos trazem para a reflexão o fato de que, por mais que nós, enquanto pesquisadores, estamos embasados com a teoria, o que trabalhadores e trabalhadoras autogestionados vivem na prática é outro contexto. As ferramentas teórico-metodológicas podem servir para nos auxiliar, uma vez que a intenção é captar e escrever sobre os sentidos dados a determinados fenômenos por outras pessoas, os quais aparecem na realidade social de forma complexa.

Cabe destacar que, como pesquisadora, não vivo, e nunca vivi a realidade da experiência do trabalho em torno da autogestão e nem da reciclagem de materiais, mais especificamente, da ocupação de catador e catadora. Por mais que eu venha de um contexto social humilde, que me fez vivenciar de perto algumas carências e vulnerabilidades, muitas das questões abordadas nesta pesquisa, são vistas pelo olhar “de fora”, por uma mulher negra, que se impôs o desafio de compreender um pouco mais a respeito de questões como a coleta seletiva no município de Erechim/RS, a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, as associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis desse local e algumas das lutas e desafios que estão colocados

para catadores e catadoras no desenvolvimento do seu trabalho. Consideramos importante a postura “decorrente do reconhecimento das limitações de pesquisas que buscam teorizar sobre algo que é vivido pelo outro” (SÍGOLO *et al.*, 2020, p. 320).

Miriam Grossi, em uma aula inaugural no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria/RS², expôs que nossos corpos são políticos. Com isso, enquanto pesquisadora em formação cabe problematizar o meu lugar social. Dito isso, aponto o quanto as relações entre pesquisadora, pesquisados e pesquisadas é envolta por subjetividades, por exemplo, quando alguns catadores e catadoras me atribuem o carinhoso apelido de “menina da cidade” ou somente “menina”, nesta dimensão encontram-se implicadas questões de gênero (ela), geracional (menina), de classe social (da cidade) e de pertencimento a um espaço (da universidade).

Os contatos estabelecidos com sujeitos e sujeitas ao realizarmos uma pesquisa acadêmica nas Ciências Sociais, perpassam por construções de subjetividades e objetividades. Weber (2006) ao abordar a construção da “objetividade”, aponta que, para construir o objeto de pesquisa, partimos do senso comum. No entanto, “só se pode falar do que é, e não do que deveria ser” (WEBER, 2006. p.8). Isso trouxe-me reflexões acerca das implicações pesquisadora-pesquisados e pesquisadas, na medida em que, não é possível haver um distanciamento sem que se tenha envolvimento com algum grau de subjetividade entre a pesquisadora e os interlocutores e interlocutoras da pesquisa.

Haraway (2009) esboça algumas problematizações acerca desse conhecimento “neutro” e objetivo. Para a autora, a questão central é: De que objetividade estamos tratando? E quem seriam esses sujeitos e sujeitas “neutros”? Todos os conhecimentos produzidos envolvem algum grau de subjetividade por parte do pesquisador. Haraway (2009) propõe pensarmos a partir de “redes” e não de um sujeito único, fixo e posicionado. O que se espera a respeito dessa objetividade, pode perpassar por dois caminhos: 1) um conhecimento objetivo, enquadrado, com regras claras, passível de generalização. 2) A objetividade que pode vir a colocar o sujeito subalterno em uma posição de destaque.

A necessidade de expor com clareza o posicionamento do pesquisador e do pesquisado ao estudar atores atrizes sociais que ocupam espaços subalternos no meio social, não necessariamente melhora a experiência da construção da pesquisa (HARAWAY, 2009). Ao tratar do desenvolvimento de pesquisas com as classes populares, Fonseca (2006) chama

²Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais proferida pela prof^a Dr^a Miriam Pillar Grossi, intitulada “As ciências sociais e a conjuntura brasileira: história, impactos e desafios em 08 de abril de 2019.

atenção para o cuidado no trato com as pessoas envolvidas no processo, de modo geral, os sujeitos e as sujeitas pesquisados. Uma das prerrogativas fundamentais, de acordo com a autora é não romantizar a situação em que as pessoas se encontram. Pois, corre-se o risco de não conseguirmos enxergar os conflitos, desigualdades e formas de dominação inerentes àquele espaço.

O nosso objetivo enquanto pesquisadores e pesquisadoras é desenvolver estudos científicos, e não utilizar as pesquisas com a intenção de ir até as pessoas com vieses missionários, de cunho assistencial, entre outros (FONSECA, 2006). Assim como é importante tencionar a nossa presença em campo e as formas como coletamos os dados, se faz pertinente no desenvolvimento de um estudo abordar e esclarecer quais serão as técnicas de coleta de dados utilizadas, partindo do pressuposto de que as mesmas não são neutras. Sendo assim:

Da mesma forma que não existe gravação perfeitamente neutra, assim também não há perguntas neutras. O sociólogo que não submete suas próprias interrogações à interrogação sociológica não estaria em condições de fazer uma análise sociológica verdadeiramente neutra das respostas que elas suscitam (BOURDIEU; PASSERON, 2000, p. 56).

A abordagem deste estudo será de cunho qualitativo. “O uso de métodos quantitativos ou qualitativos depende diretamente do problema de pesquisa” (RAMOS, 2013, p. 56). Cada método e técnica de pesquisa tem como finalidade o fornecimento de diferentes perspectivas acerca do mundo social, e que algumas dessas perspectivas só podem ser captadas utilizando determinados métodos (RAMOS, 2013). As técnicas de coletas de dados utilizadas para a realização desta pesquisa compreendem: entrevistas semiestruturadas; análise documental; conversas espontâneas e informais e levantamento de dados secundários.

O estabelecimento de contatos e redes para a realização de tal pesquisa, ocorreu ao longo do ano de 2019. A primeira ida à campo ocorreu do dia 14 ao dia 21 de fevereiro de 2020, semanas antes do decreto de situação pandêmica devido ao COVID-19 no país. Neste momento, foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas, duas com catadoras de materiais recicláveis de uma das associações da cidade de Erechim/RS, e outra com uma das funcionárias da empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME, essa empresa é responsável pela gestão das associações de reciclagem da cidade de Erechim/RS. Nesse período, foram realizadas duas observações participantes na associação de reciclagem A2, com duração de aproximadamente 5 horas cada, e visitas frequentes, ao longo da semana, ao arquivo histórico municipal Juarez Miguel Illa Font, de Erechim/RS, com o intuito de coletar dados de matérias do jornal Voz

Regional, que retratassem o processo de constituição das associações de reciclagem no município.

Analizamos num primeiro momento os dados e materiais coletados deste jornal. O periódico Voz Regional, que atualmente atende por essa denominação, é o antigo jornal A Voz da Serra, fundado em 26 de outubro de 1929, “faz parte das gerações da família Carraro. [...] como diretor ficou Geder Carraro Júnior e seu atual dono é Ricardo Carraro” (GISI, 2014, p.11). Em 2004, o jornal possuía uma tiragem de 12.300 exemplares e circulava de segunda a domingo na região do Alto Uruguai gaúcho, como pode ser visualizado na figura 2:

Figura 2 - Área de circulação do Jornal Voz Regional



Fonte: Site

http://www.centralcomunicacao.com.br/Jornais/RS/Di%Elrios/voz_regional_erechim/voz_regional.htm. Acesso em: fev. 2020.

As tiragens do jornal Voz Regional, analisadas para este estudo, compreendem o período de 1995 a 2010. Algumas matérias de diferentes jornais, como o Jornal Bom Dia e o Atmosfera Online da cidade de Erechim/RS e o Jornal do Comércio de Porto Alegre/RS, foram analisadas no decorrer da pesquisa, as quais compõem documentos informativos e constituíram-se numa importante forma de obter informações para a pesquisa. “Um dia nas manchetes de jornal nunca é apenas um dia, a sua limitação no calendário. É sempre uma sequência, uma

sucessão de fatos, datas, relações e interpretações” (SILVA, 2018a, p.13). Ao se referir às informações que podemos encontrar nos jornais, o autor nos expõe que:

Lê-se com o passado em toda a sorte de vestígios, de vitrais a manuscritos e impressos. Jornais são marcas consagradas desses passados que batem à porta do presente, desses presentes futuros que jamais param de se atualizar e só esperam o toque mágico que os trará de volta. O jornalista, na presa da sua labuta diária e por força dos clichês da profissão costuma acreditar que sua obra perece no dia seguinte à sua publicação. Não percebe, muitas vezes que se torna objeto de arquivo no mesmo dia em que perde atualidade. Os jornais do passado, continuam, no silêncio dos arquivos, a gritar “extra, extra” e a iluminar, na obscuridade das encadernações, aquilo que, com a passagem de anos, se torna imprescindível compreender (SILVA, 2018a, p.13).

Devido a pandemia do Coronavírus (COVID-19), que teve início em março de 2020, a próxima ida a campo projetada para o mês de julho de 2019, não ocorreu. Por decisão da pesquisadora junto aos orientadores, decidimos esperar até o final de agosto para ver se haveria alguma melhora na situação pandêmica, e se teríamos a possibilidade de retornar as atividades de campo e de coleta de dados de forma presencial. No entanto, o quadro de melhora esperado, não se concretizou.

Com isso, para dar andamento ao presente estudo, optou-se por fazer uso de outras estratégias de coleta de dados e informações, a possibilidade que se colocou foi a continuação de forma remota, por meio do uso de plataformas digitais. A ida a campo com a presença da pesquisadora, teve que ser substituída pela coleta de informações de cunho documental, de entrevistas com questionário semi-estruturado, de conversas espontâneas e informais e da utilização de dados de fontes secundárias.

No que se refere à análise de documentos, para Cellard (2008) um documento pode representar a quase totalidade humana de determinada época, possibilita que, por meio dele possa se fazer análises longitudinais do fenômeno que se pretende estudar. Essa forma de coletar dados pode eliminar o processo de interação sujeito-sujeito que por vezes ocorre nas Ciências Sociais. Um documento é “todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel” (CELLARD, 2008, p. 297), o qual pode se apresentar em fontes primárias ou secundárias.

O documento é “surdo” e o pesquisador deve estar ciente de algumas questões antes analisá-lo. A credibilidade, a representatividade e o esgotamento de todas as pistas deixadas a respeito do que se pretende estudar são pontos principais da análise documental. A visualização do documento deve ser feita como o mesmo se apresenta, pois é impossível modificá-lo, por isso a necessidade de olhar para o mesmo de forma crítica (CELLARD, 2008).

Os documentos analisados são compostos de legislações, matérias de jornal, escritos informais, folders, fotos e vídeos, documentos fornecidos pela empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME, encontrados em sites como o Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul, no site do Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR), da Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (Ancat), no site da Prefeitura Municipal de Erechim/RS e nas páginas de redes sociais (Instagram e Facebook), desses órgãos e de catadores e catadoras que compartilhavam alguns dados e informações pertinentes a este estudo.

As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas neste estudo, por apresentarem um caráter de abrangência mais aberto que pode ser manipulável, em caso da necessidade de ajustes. Por meio dessa técnica pode-se captar os significados que os sujeitos e as sujeitas atribuem as suas vivências e experiências, a respeito da ocupação de catadores e catadoras de materiais recicláveis, e questões acerca da condição de associados e associadas dos empreendimentos de reciclagem da cidade de Erechim/RS. Para Lima (2016) a entrevista é uma técnica que consiste em gerar e manter conversações com indivíduos que são importantes para nosso processo de investigação científica. Sendo assim:

Através da entrevista é possível construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados, escolhidos segundo os critérios e interesses do tema investigado. É importante lembrar que a fala do entrevistado representa uma autodescrição e uma apresentação de si mesmo. Em muitos casos os entrevistados podem tentar criar empatia ou dar respostas consideradas por eles adequadas ao que o entrevistador supostamente espera. Superar esse obstáculo, que pode gerar respostas evasivas ou inadequadas, é o principal desafio do uso da entrevista em pesquisas das ciências sociais (LIMA, 2016, p. 27).

Ao descrever algumas características relacionadas à entrevista semiestruturada Lima (2016) pontua que ter um roteiro bem elaborado é um ponto essencial. Outro destaque é de que o entrevistado é livre para se manifestar. Mas, o entrevistador deve conduzir a entrevista de acordo com o roteiro, que serve como um guia. O pesquisador pode trazer algumas questões previstas, mas possui uma margem para que, se possível, possa fazer adaptações ao longo da entrevista.

Toda a pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Com respeito a isso, tanto o(s) entrevistado(s) como o entrevistador estão, de maneiras diferentes, envolvidos na produção do conhecimento (BAUER; GASKELL, 2008, p. 73).

Foram realizadas no total dez (10) entrevistas com roteiro semi-estruturado, abrangendo quatro (4) catadores e catadoras de materiais recicláveis, desses três (3) catadoras da cidade de Erechim/RS, que fazem parte das associações de reciclagem da cidade, e um (1) catador da cidade de Porto Alegre/RS, que compõem a articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), duas (2) pessoas ligadas à empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME, uma (1) ex-educadora social do Centro de Educação Popular (CEPO) e uma (1) entrevista com o poder público municipal, com uma servidora da Secretaria Municipal do Meio Ambiente-SMMA.

Parte das entrevistas foram realizadas presencialmente em uma ida a campo da autora, em fevereiro de 2019, antes da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). E a outra parte foi feita de forma remota, por meio do uso de plataformas digitais, como o *Google Meet* e *Jitsi Meet* e por e-mail, compreendeu os meses de setembro a outubro de 2020. Realizou-se uma terceira etapa de entrevistas, no período de abril a junho de 2021, também de forma remota. Um dos aspectos que seriam explorados era a realização de entrevistas com uma presença maior de catadores e catadoras, no entanto, por causa do contexto pandêmico devido a COVID-19, tivemos que priorizar informantes que pudessem colaborar com a pesquisa por meio de entrevistas e conversas realizadas de forma remota, mediada pelas tecnologias, por meio de plataformas digitais. O quadro abaixo, expõem as entrevistas realizadas com roteiro semiestruturado para este estudo:

Quadro 1 - Entrevistas realizadas com roteiro semiestruturado

Nome	Representação	Nº Entrevistas
Tereza ³	Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME	2
Daiana	Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME	1
Natalia	Ex-integrante e Educadora Social do CEPO	1
Silvana	Associação de reciclagem A2	1
Elaine	Associação de reciclagem A2	1
Eduardo	Articulação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)	3

³Os nomes dos entrevistados e das entrevistadas são fictícios, buscamos preservar a identidade das pessoas envolvidas neste estudo.

Secretaria Municipal do Meio Ambiente-Erechim/RS ⁴	Secretaria Municipal do Meio Ambiente-Erechim/RS	1
---	--	---

Fonte: Elaboração da autora.

O projeto inicial compreendia a ida a campo, como uma das principais fontes de inserção da pesquisadora no local de estudo, e a forma principal de aplicar as técnicas de coleta de dados. Através da percepção e do entendimento acerca do momento delicado em que o país vive e o riscos sanitários envolvidos (tanto para a pesquisadora quanto para o grupo pesquisado), optamos por fazer uso da metodologia e das técnicas de coleta que estavam disponíveis e que nos foram acessíveis no momento. Assim, destaco alguns dos percalços e impasses causados pela pandemia, os quais respingaram na mudança das técnicas de coleta de dados que seriam utilizadas e também na delimitação da amostra.

Bonetti e Fleischer (2007) fazem uso de duas expressões recorrentes no senso comum, as saias justas e os jogos de cintura, as quais servem para denotar os imprevistos, ações e fatos fora do comum, que fogem ao que foi planejado e programado pelo pesquisador/pesquisadora, no momento em que se propôs ir à campo. Para as autoras, as “saias justas”, seriam as situações embaraçosas pelas quais os pesquisadores e pesquisadoras passam em campo. E os “jogos de cintura”, se caracterizam pelas escolhas e ações desenvolvidas pelo pesquisador para sair do desembaraço, das situações “saias justas”.

Utilizo as metáforas esboçadas pelas autoras acima, com o intuito de descrever e problematizar algumas questões que apareceram no desenrolar desta pesquisa, as quais dependendo do olhar que for depreendido sobre elas não se caracterizariam como saias justas, mas que foram relevantes na medida em que serviram para questionar o desenvolvimento e os rumos da pesquisa.

Em alguns setores das camadas populares nota-se como a desigualdade social atua e deixa resquícios, muitas pessoas têm acesso desigual aos bens e recursos disponíveis socialmente. O caso dos catadores e catadoras pode ser enquadrado nesse rol, para a realização deste estudo acessar esse público era algo imprescindível, no entanto, a dificuldade de estabelecer contatos de forma virtual, o acesso e a disseminação de informações por meio das plataformas digitais, acabaram se tornando um empecilho, uma vez que essa tecnologia não abrange e não está disponível para a totalidade dos indivíduos.

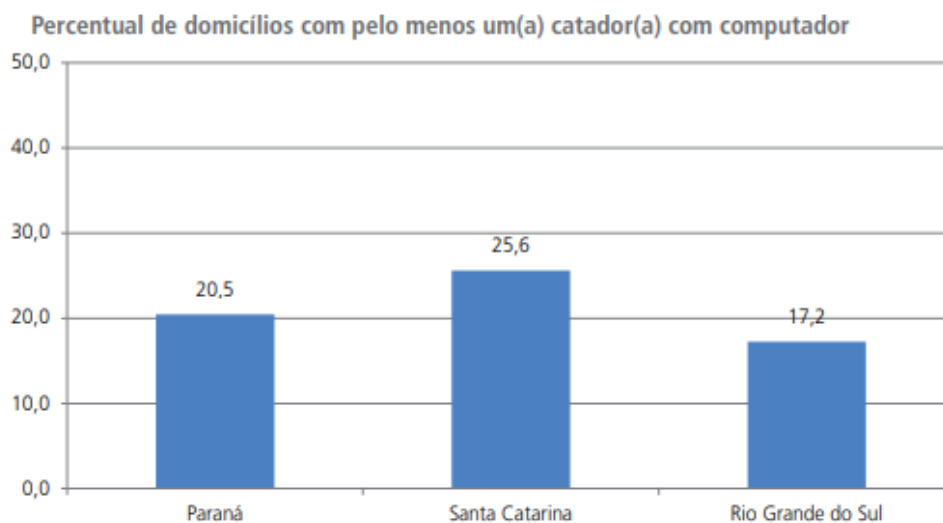
⁴ A Secretaria Municipal do Meio Ambiente-Erechim/RS, nos concedeu a entrevista com o acordo de que a identidade do informante que falaria em nome do órgão fosse preservada de forma integral.

Uma parcela de catadores e catadoras não têm acesso a essas tecnologias, isso exerceu influência na delimitação da amostra de entrevistados e entrevistadas, e tivemos que privilegiar informantes que pudessem dialogar e estabelecer contatos conosco, por meio de plataformas virtuais e das redes sociais. Considerando o cenário atípico e os desafios de realizar a coleta de dados de forma remota, uma vez que a ideia inicial da pesquisa não previa isso, ressaltamos algumas das dificuldades encontradas na realização de entrevistas e no estabelecimento dos diálogos virtuais, da parte da pesquisadora e dos/das informantes deste estudo. No cenário de pandemia os ambientes virtuais acabaram se colocando como solução para resolver muitas coisas, sobretudo o acesso e o estabelecimento da comunicação entre os indivíduos.

Com isso, abordamos algumas das dificuldades encontradas, no que se refere a aspectos de comunicação, de maneira geral, como perguntas não respondidas ou respondidas de forma incompleta e bem direta, por parte dos/das informantes, dificuldades de entendimento e de dominar as tecnologias, por parte da pesquisadora e dos e das informantes, como fazer chamada de vídeo, gravar e salvar diálogos e entrevistas realizadas em aplicativos, as dificuldades de acesso, conexão com a internet e de troca de informações com alguns dos e das informantes, principalmente em relação aos catadores e catadoras, dificuldades de acessar e ler documentos de forma remota e de realizar algumas das entrevistas de maneira semiestruturada.

No que se refere ao acesso dos catadores e catadoras às tecnologias, trazemos abaixo, um gráfico que nos fornece bases para problematizarmos a posição social dessas pessoas.

Gráfico 1 - Percentual de domicílios com pelo menos um(a) catador(a) com computador



Fonte: Censo Demográfico, 2010/IBGE⁵.

Esse percentual foi retirado de uma pesquisa realizada no ano de 2013, com base no Censo Demográfico. Com abrangência nacional, este estudo compreendeu uma população total de 387.910 pessoas, que se autodeclararam catadores e catadoras de materiais recicláveis. Os dados expostos no gráfico acima, compreendem a Região Sul do país e expõem a quantidade de domicílios de catadores e catadoras que possuem pelo menos um computador em sua residência. O total de pessoas que se autodeclararam catadores e catadoras de materiais recicláveis, na Região Sul foi de 58.920 pessoas. Podemos observar que, o estado de Santa Catarina sai na frente, com maior percentual, 25,6%, seguido do estado do Paraná, com percentual de 20,5%, e do estado do Rio Grande do Sul, o qual possui o menor percentual 17,2%, entre os três estados que compõem a Região Sul do país.

Aspectos que se somam às necessidades de esclarecimentos dos objetivos da pesquisa, que tem como ponto de partida compreender como a precarização do trabalho atinge setores marginalizados da população e como esses sujeitos e sujeitas recorrem às formas alternativas de superar a situação socioeconômica em que se encontram inseridos. Dentre os objetivos específicos: analisar o processo de formação das associações de reciclagem em Erechim/RS, verificar se a gestão integrada dos resíduos sólidos promove melhora nas condições de vida dos catadores e catadoras associados do município de Erechim/RS. Para tal, apontamos que todos os dados coletados para este estudo, foram obtidos mediante autorização documentada, de forma escrita e/ou falada (em gravação), dos interlocutores e interlocutoras.

Ao longo da explanação da metodologia, em vários momentos apontamos o impacto da pandemia de Covid-19 no desenvolvimento deste estudo e em nossas vidas. Assim, optamos por expor de forma breve, no que se caracteriza essa pandemia e como ela afetou alguns setores da classe trabalhadora.

Impactos e desafios causados pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), foram impostos e surtiram efeitos em todo o planeta. Os primeiros casos da doença foram detectados em dezembro de 2019 na província de Wuhan, na China, e espalharam-se rapidamente pelo mundo. Em 11 de março de 2020, A Organização Mundial da Saúde (OMS), decretou estado de pandemia em nível global. A primeira suspeita da doença no Brasil foi registrada no mês janeiro de 2020, e o primeiro caso confirmado, em fevereiro. Atualmente, a situação do Brasil

⁵Disponível em: SILVA, Sandro; GOES, Fernanda; ALVAREZ, Albino. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável- Região Sul. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Brasília: SGPR/Ipea, 2013 b. Acesso em 15 mai.2021.

diante da pandemia é uma das piores do mundo, o total de infectados pela Covid-19 é de mais de 19.000.00 de pessoas, e o número de mortes ultrapassa a marca de 500.000 segundo balanço elaborado pelo Consórcio de Veículos da Imprensa com informações das Secretarias de Saúde dos Estados.

A gestão controversa da pandemia pelo governo federal é um dos fatores que contribuem para o seu descontrole. De acordo com os autores abaixo:

Essa falta de coordenação por parte do Governo Federal, que deveria assumir a gestão para o enfrentamento da pandemia junto aos entes federativos (estados e municípios), certamente dificultou - e muito - a administração da crise, contribuindo para a perda de maior número de vidas humanas. Ao contrário do que se espera da maior autoridade do país, o presidente da República, além de operar para desmobilizar e dificultar o movimento de prefeitos e governadores que pretendiam trabalhar coordenadamente, descumpriu, de forma deliberada, todas recomendações consagradas por especialistas da área de saúde para evitar a transmissão da doença e passou a divulgar informações contestadas ou não validadas por cientistas, inclusive propagando o uso de medicamento cuja eficácia para a cura do coronavírus não foi comprovada (IKUTA *et al.*, 2020, p. 83).

Mudanças foram impostas na organização social e pessoal dos indivíduos, com a introdução de novos hábitos em suas rotinas. Medidas como o uso de máscara e luvas de proteção, álcool gel, distanciamento e o isolamento social são recomendadas, e consideradas eficazes pelos órgãos de saúde para o combate ao vírus. (IKUTA *et al.*, 2020) O mercado de trabalho e a organização em torno do mesmo também sofreram alterações, trabalhos foram adaptados para a modalidade *home office*, muitos trabalhadores perderam seus empregos ou sua fonte de sustento, como é o caso dos trabalhadores informais, e a taxa de desemprego ficou bastante elevada.

A PNAD (Pesquisa Nacional por amostra de domicílios), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulga de forma contínua dados a respeito dos impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com a pesquisa, a taxa de desocupação em setembro de 2020 foi de 14,4%. Nesse período 15,3 milhões de pessoas não procuraram trabalho, por conta da pandemia ou por falta de emprego no local em que residem. 9,7% dessas pessoas se autodeclararam pretas ou pardas, no que se refere ao nível de instrução, 9,6% (o maior índice) possuem como nível de escolaridade o ensino fundamental completo.

Os indivíduos ocupados, em novembro de 2020, concentraram-se em dois setores: o setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. O rendimento médio real dos brasileiros, nesse período, foi de R\$ 2.205,00. Pesquisa realizada pela Fundação

Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade/SP), demonstrou que os trabalhadores e trabalhadoras com menor grau de instrução foram os mais afetados pela pandemia de Covid-19, profissionais da construção civil, informais e domésticos foram mais afetados que os formalmente assalariados. De acordo com a pesquisa, apenas 26% dos trabalhadores puderam se adaptar ao trabalho remoto, os que possuem maior nível de escolaridade. As funções que exigiam ensino médio, de forma geral, não pararam em momento algum da pandemia.

Dados da Pnad Covid de 2020 vão ao encontro dos explicitados na pesquisa acima, 7,9 milhões de pessoas aderiram ao trabalho remoto, o maior percentual de pessoas que puderam aderir a essa modalidade de trabalho possuem instrução superior completa ou pós-graduação. Junto a isso, 19,6 milhões das pessoas ocupadas obtiveram rendimento menor daquele recebido habitualmente. A maior porcentagem de trabalhadores que foram afastados do trabalho por conta da pandemia é composta por militares e funcionários públicos estatutários, desse percentual de pessoas ocupadas 879 mil de pessoas deixaram de receber remuneração.

O rol de trabalhadores e trabalhadoras que não têm a possibilidade de fazer *home office* abrange a imensa maioria. A realidade dos catadores e catadoras não é diferente, algumas cooperativas e associações até pararam num primeiro momento, mas tiveram que retomar suas atividades, em seguida. Os catadores e catadoras da cidade de Erechim/RS, não puderam parar com o trabalho nos galpões de reciclagem em momento algum da pandemia. Nos primeiros meses houve doação de cestas básicas por parte de entidades e da comunidade em geral. Todos os catadores e catadoras organizados nas associações de Erechim/RS receberam o auxílio emergencial.

Esse público faz parte do quadro de trabalhadores e trabalhadoras que não pôde parar suas atividades, uma vez que sua renda provém da separação dos materiais, os mesmos estão expostos de forma direta ao vírus, pois os materiais perpassam por outras pessoas antes de serem descartados. Há procedimentos para o descarte dos resíduos individuais, para quem está infectado com o vírus, mas não há garantia de que os infectados estejam realizando esse descarte de forma correta.

O Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS), lançou em maio de 2020, um manual operacional, com vistas a demonstrar como os catadores e as catadoras poderiam realizar suas atividades e a coleta seletiva durante o período pandêmico da forma mais segura possível. O documento expõe que a motivação para sua escrita não é se posicionar de forma contrária ao distanciamento social (medida recomendada pelos órgãos sanitários e de saúde, para evitar transmissão e o contágio do vírus), “mas planejar a retomada da coleta seletiva nos

municípios onde, por precaução, ela foi interrompida ou, onde ela continua, implementar medidas preventivas e condições sanitárias adequadas para evitar o contágio dos catadores” (MANUAL OPERACIONAL, 2020, p.1). Com isso:

O objetivo deste documento é apresentar um conjunto de procedimentos e dispositivos para permitir que o trabalho dos catadores de materiais recicláveis seja realizado com segurança durante a pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Isso não quer dizer continuar a trabalhar nas mesmas condições, mas sim reorganizar as atividades de coleta, transporte, triagem, compactação, armazenagem e despacho para controlar os riscos de contaminação. Esse conjunto de procedimentos e dispositivos foi elaborado para ser utilizado pelos catadores organizados em cooperativas e também para os catadores autônomos, ambos profissionais que trabalham na linha de frente do sistema de coleta seletiva em municípios brasileiros e em outros vários países do mundo. (MANUAL OPERACIONAL, 2020, p.1)

Outra tentativa de minimizar os impactos da pandemia, foi por meio da solidariedade. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (Unicatadores) e a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), lançaram no mês de março de 2020, a campanha Solidariedade aos Catadores do Brasil, o objetivo era diminuir os efeitos drásticos causados pela pandemia aos catadores e catadoras. Doações podiam ser realizadas em dinheiro, os valores doados estavam divididos em três faixas: R\$ 100,00; R\$ 50,00; R\$ 20,00. De acordo com a Ancat foram beneficiados 2.486 catadores e catadoras através dessa campanha.

O pagamento do auxílio emergencial no contexto da pandemia, também foi uma das medidas utilizadas para conter avanço do vírus e uma das formas de garantia subsídios mínimos para trabalhadores e trabalhadoras. Por meio da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a qual além de outras prerrogativas “estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19)” (BRASIL, 2020).

Em seu artigo 2º, essa lei estabelecia que, pelo período de três meses, seria concedido aos trabalhadores e trabalhadoras, um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00, para ter acesso ao benefício, as pessoas deveriam estar enquadradas em alguns critérios descritos na própria legislação, dentre os quais: ser maior de 18 anos de idade (exceto para mães solteiras), não ter emprego formal ativo, possuir renda familiar *per capita* de até três salários mínimos, ou meio salário mínimo, em casos individuais, estar enquadrado no rol de: microempreendedores individuais (MEI), trabalhadores informais, empregados, autônomos ou desempregados, dentre

outros. Esse auxílio foi pago durante os meses de abril a dezembro de 2020. No ano de 2021, o auxílio continuou sendo pago, mas os critérios para seu recebimento foram alterados, bem como o valor a ser pago para os trabalhadores e trabalhadoras, o qual pode chegar até no máximo R\$ 375, 00.

Cabe destacar que, mesmo em contexto pandêmico, os catadores e catadoras também tiveram que, além da articulação para o enfrentamento dos impactos e desafios causados pela pandemia, organizarem-se politicamente para a garantia de direitos relacionados ao desempenho do seu trabalho, como no caso descrito abaixo. Em Porto Alegre/RS, no ano de 2008, foi aprovado um projeto de lei que proibia a circulação de carroças e carrinhos pelas ruas da cidade, de autoria, do vereador na época e atual prefeito da cidade Sebastião Melo (MDB), o projeto foi aprovado com uma justificativa pautada no direito dos animais, os quais puxavam as carroças utilizadas por catadores e catadoras no momento da coleta dos materiais. O prazo estipulado foi de oito anos para que a cidade se adequasse a essas novas regras e retirasse esses veículos das ruas, o mesmo encerrou em setembro de 2016, mas foi adiado por mais quatro anos. Em agosto de 2020, esse tema volta à pauta, e em 11 de setembro de 2020, foi votada a ampliação desse prazo de adequação para mais quatro anos.

De acordo com artigo do catador Alexandro, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), para o Jornal do Comércio, não houve debate acerca dos carrinhos de tração humana e nem a respeito da inclusão de catadores e catadoras de materiais recicláveis em programas sociais de geração de emprego e renda. A posição do movimento é de que essa lei seja revogada, uma vez que impacta diretamente catadores e catadoras, a reivindicação é para que sejam abertos espaços de inclusão e valorização do trabalho de catadores e catadoras no sistema de coleta seletiva. O autor ainda pontua que:

Em ambos os casos, a contraproposta para que deixássemos de catar era a qualificação e reinserção no mercado formal de trabalho através do programa “Todos Somos Porto Alegre”. Entretanto, essa iniciativa desconsiderava tanto nossa realidade social quanto a reciclagem como trabalho. O motivo é que muitos de nós não concorrem aos postos de trabalhos formais por só conhecer a reciclagem como atividade profissional e fonte de renda. Outros tantos sequer têm formação escolar. Assim, em muitos casos fomos dispensados dos empregos e, como resultado, voltamos a catar (JORNAL DO COMÉRCIO, 2020, p. 4).

A seguir, apresentamos, de forma breve, como está estruturada a distribuição dos capítulos que compõem este estudo.

O capítulo 2, intitulado Mercado de Trabalho e Precarização Laboral: lutas por subsistência, reconhecimento e valorização social, busca apresentar como a categoria trabalho está sendo abordada neste estudo, a constituição do mercado de trabalho, as mudanças e os resquícios gerados para os trabalhadores e trabalhadoras. Problematicamos como a precarização se coloca no meio social, e reverbera em ocupações consideradas historicamente precárias, como no caso da ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis. Com isso, lutas, eventos e fundação de um movimento social, podem ser elencados como uma possibilidade de pautar melhorias para a ocupação e para aqueles e aquelas que a desempenham.

Ao mesmo tempo em que algumas pautas sociais como a dos catadores e catadoras eram postas em debate, políticas de cunho neoliberal adentravam no cenário brasileiro, primeiro no espaço econômico, depois na esfera estatal, e por fim, no imaginário social dos indivíduos. Essas políticas de cunho neoliberal provocaram mudanças no papel do Estado, dentre as quais, estão as chamadas Parcerias Público Privadas (PPP's), em que a iniciativa privada, acaba executando serviços ou atendendo a demandas por produtos que o Estado não pode e/ou não tem condições de executar ou de garantir. E como ficam os grupos e segmentos sociais que dependem das políticas de Estado para subsistir? Em tempos de pandemia, que estratégias são pautadas para esse público?

“O problema do lixo”: a relação entre economia solidária, gestão integrada dos resíduos e associações de reciclagem em Erechim/RS, abarca o capítulo 3 deste estudo, o qual disserta acerca do escopo teórico da Economia Solidária, e tem por objetivo demonstrar como ocorreu o processo de constituição das associações no município de Erechim/RS. Os resíduos (lixo), vistos em determinados momentos como “problema”, passam a integrar uma “rede” em torno da coleta seletiva. Problematicamos a organização da coleta seletiva dos materiais recicláveis no município de Erechim/RS, bem como a participação dos diferentes agentes, públicos, privados e o terceiro setor nesse processo. Destacamos o papel e o protagonismo dos catadores e catadoras, e dos carrinheiros e carrinheiras, nas lutas pela garantia de direitos, na constituição e manutenção dos espaços associativos de reciclagem e na gestão integrada dos resíduos no município.

O capítulo 4, “*Eles não veem a gente*”: catadores e catadoras de materiais recicláveis, trabalho precarizado e questões de gênero, tem por objetivo analisar aspectos relacionados à precarização do trabalho na ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis. Trazemos para o centro de análise aspectos mais gerais acerca do ser catador e catadora, da trajetória dessas pessoas, do desempenho da atividade, do acesso à direitos e políticas públicas. Buscamos

analisar questões de cunho mais local, no que tange ao contexto da cidade de Erechim/RS, em quesitos como a remuneração dos catadores e catadoras, participação das associações de reciclagem na coleta seletiva, valorização da ocupação e aspectos que tratam da organização do trabalho coletivo dentro desses espaços. Outro aspecto ressaltado diz respeito às especificidades relacionadas à questão de gênero e à catação de materiais, uma vez que as mulheres compõem maioria entre as pessoas que desenvolvem a ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis.

CAPÍTULO

2 MERCADO DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO LABORAL: LUTAS POR SUBSISTÊNCIA, RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, tratamos de questões teóricas acerca da categoria trabalho, da formação do mercado de trabalho no sistema capitalista e das mudanças na organização social e na vivência de trabalhadores e trabalhadoras, ocasionadas por esse processo. Destacamos como a precarização laboral do trabalho reverbera na ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis, como a mesma se apresenta no contexto brasileiro e quem são os catadores e catadoras. Procuramos expor aspectos acerca da luta por direitos e garantias por parte dos catadores e catadoras, bem como legislações, pautas e movimentos realizados na tentativa de obter a garantia de trabalho, renda e estima social pelo trabalho que desenvolvem.

A partir do final da década de 1980, questões em torno da preocupação ambiental, ganham relevância e acabam por englobar a reciclagem de materiais como uma de suas causas. No entanto, nesse momento, ocorrem também a entrada e a disseminação de políticas de cunho neoliberal, as quais são responsáveis por provocar um conjunto de mudanças na reorganização da esfera estatal. As parcerias público privadas (PPP's) se colocam como um reflexo dessa política econômica. Na sociedade, essas formas de organização, adentram mais especificamente na esfera da agência, ou seja, nas subjetividades dos indivíduos. Como ficam esses trabalhadores e trabalhadoras e qual sua situação perante o mercado de trabalho? Com isso, a luta por se organizarem enquanto movimento social, e para serem alocados em cooperativas e associações se coloca como uma possibilidade de subsistência e organização política.

2.1 DE QUE TRABALHO ESTAMOS FALANDO?

Por meio do processo de trabalho que as sociedades humanas emergiram. O trabalho se caracteriza pela atividade humana capaz de inferir sobre a natureza, transformando-a em bens necessários à manutenção da reprodução social. Não há possibilidade de existência humana sem trabalho, uma vez que o mesmo se coloca sob o escopo da totalidade, como categoria do mundo dos humanos. O trabalho exerce uma função social necessária à reprodução da sociedade, por meio de um processo global e unitário (LESSA, 2012).

Na modernidade o trabalho como categoria de análise encontra-se subordinado ao capital, corresponde a uma atividade social assalariada, alienada, abstrata, que submete os homens e as mulheres ao sistema capitalista. Lessa (2012) ao esboçar uma crítica aos autores que nas décadas de 1960/1970, cunharam hipóteses, cuja referência apontava para a possibilidade do fim do trabalho, como uma das categorias centrais de análise da organização em sociedade, acaba por trazer à tona uma reflexão metodológica acerca da diferença entre as categorias trabalho e trabalho abstrato. O primeiro se constitui como necessidade humana vital, enquanto o segundo, está intrinsecamente ligado à reprodução do capital, essa forma é predominante no contexto contemporâneo, e se materializa no trabalho assalariado.

Ou seja, para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de sociabilidade. Embora a palavra trabalho faça parte das duas categorias, isto não deve velar que há uma enorme distância a separar trabalho de trabalho abstrato (LESSA, 2012, p. 26).

Por mais que o fenômeno da reestruturação produtiva tenha contribuído para a fusão entre as atividades de planejamento e execução no processo produtivo, não significa dizer que o trabalho e o trabalho abstrato possam se fundir em unicidade, “suas funções sociais são e continuam a ser ontologicamente distintas” (LESSA, 2012, p. 28).

O trabalho na era moderna, que apresenta-se de forma abstrata, alienada, precária e flexível, converte-se no principal meio de subsistência de toda uma classe de indivíduos. As condições nas quais se efetiva o exercício do labor, nem sempre são boas, muitos e muitas trabalham em contextos de insalubridade, precariedade e em espaços degradantes. No entanto, afirmar que os trabalhadores e trabalhadoras deste século se converteram em “escravos modernos” ou falar de “escravidão moderna” é tentar naturalizar o regime escravocrata e a escravidão enquanto um processo histórico, brutal e violento, que se encerra no Brasil somente no final do século XIX.

É importante frisar que as pessoas submetidas ao regime da escravidão não tinham “escolha” (se é que podemos falar em “escolhas” quando se trata da venda da força de trabalho para subsistência no capitalismo), eram forçadas, maltratadas, exploradas de maneira física e psicológica, expostas à violências cruéis, destituídas de sua humanidade, comercializadas como “coisas”, reduzidas à meras ferramentas de trabalho, no caso das mulheres negras escravizadas,

além do labor, vistas como instrumentos para a procriação. Boltanski e Chiapello (2009), na introdução da obra *O novo Espírito do Capitalismo*, chamam a atenção para esse aspecto:

Uma segunda característica importante do trabalho assalariado é que o trabalhador é teoricamente livre para recusar-se a trabalhar nas condições propostas pelo capitalista, assim como este tem a liberdade de não propor emprego nas condições demandadas pelo trabalhador, de tal modo que essa relação, embora desigual no sentido de que o trabalhador não pode sobreviver muito tempo sem trabalhar, distingue-se muito do trabalho forçado ou da escravidão e sempre incorpora, por isso, certa parcela de submissão voluntária (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 38).

Jesse Souza (2009), ao olhar para a forma de organização das classes sociais no Brasil vai apontar a escravidão e sua abolição tardia, como fenômenos importantes que impulsionaram o surgimento de uma classe social destituída das benesses, dos privilégios e dos capitais, inculcados e incorporados pelas classes média e superior. A “ralé”, denominação atribuída a essa classe pelo autor, situada nos degraus mais baixos da classe trabalhadora, sem acesso e/ou com acesso bastante precário aos direitos básicos constitucionais, vive numa situação de exclusão latente, a ponto das pessoas que dela fazem parte se enquadrarem no rol dos “escravos modernos”. Porque é comum tratarmos de forma “amena” a escravidão da população negra no Brasil? Em sua obra Jessé Souza pontua o regime escravocrata como constituinte da sociedade brasileira, no entanto, ao se referir a “ralé” como os “escravos modernos”, o autor acaba por tratar com certos reducionismos, os quais, se mal interpretados podem contribuir para amenizar a barbárie que significou o processo da escravidão no Brasil.

Não se tem a pretensão de questionar a denominação atribuída ao trabalho exercido em condições análogas à escravidão ou ao trabalho escravo em si. O que se quer destacar é que, por mais que o trabalho na atualidade coloque o trabalhador em situações degradantes, não há possibilidades reais de tecer comparações entre o trabalho exercido pelos negros e negras no período escravocrata com o trabalho precarizado do contexto atual. Para De Souza (2018), a escravidão traz implícita a ideia de propriedade de outro ser humano e se coloca em uma relação de hierarquia, de objetificação e de sujeição do escravizado perante o escravizador.

“O que caracteriza o ser escravo é a condição de um sujeito de ser propriedade absoluta de outro, ter sido feito objeto, mercadorizado independentemente do tipo de atividade que exerce e das condições de vida que possa ter” (DE SOUZA, 2018, p.103). A autora aponta que as relações de escravismo colonial exercem influências sobre a condição de vida e as relações de trabalhadores e trabalhadoras, nos países subdesenvolvidos e de capitalismo dependente até os dias de hoje. Assim, o fenômeno da apropriação da força de trabalho e do excedente gerado pelo trabalhador no processo produtivo do sistema capitalista não assemelha-se ao fato do

empregador possuir a propriedade total dos corpos e das faculdades das pessoas que para ele trabalham, no período da escravidão essas pessoas não eram vistas como seres humanos, mas como objetos, mercadorias. Assim, para De Souza (2018):

Ser livre é a condição fundamental do trabalhador assalariado, livre da sujeição pessoal e livre da propriedade dos meios de subsistência. Sendo também objetificado e deturpado pelo processo de exploração, o assalariado se diferencia do escravo na sua não sujeição pessoal. Sua submissão ao capital não aparece no processo de trabalho, sua alienação é mistificada pelo contrato de compra e venda da sua força de trabalho, pelos termos jurídicos do direito burguês que o igualam ao capitalista perante o mercado. Os processos de dominação ideológica do trabalhador assalariado ocultam a sua relação desigual com o capitalista. O contrário se deu na escravidão colonial, onde a dominação ideológica pressupunha a criação de mecanismos de deturpação, inferiorização, negação ontológica do escravizado e a coação extraeconômica se faz fundamental para regular as relações entre sujeitos construídos socialmente como desiguais (DE SOUZA, 2018, p. 140).

Para que o trabalhador livre seja alienado na pretensa igualdade burguesa, ele não pode ser propriedade, não pode ser pessoalmente submetido ao despotismo capitalista, ele deve ser “livre” para vender sua força de trabalho de forma consentida, ainda que, em essência, não lhe reste outro modo a não ser submeter-se ao capital. Na ideologia burguesa o trabalho alienado aparece ao trabalhador como a sua redenção e a coação extra econômica se faz dispensável, pois, por um lado, a educação, a tradição e o hábito tornaram espontânea nos operários a aceitação das exigências do trabalho assalariado no modo de produção capitalista. Por outro lado, o mecanismo deste adquiriu determinado desenvolvimento e quebrou toda a resistência ao criar uma superpopulação relativa mediante a tecnologia intensiva poupadora de mão de obra (DE SOUZA, 2018, p. 140 *apud* GORENDER, 2016, p.117).

Por mais que a situação de trabalhadores como os motoristas de aplicativo, por exemplo, possam ser penosas e de extrema precariedade, não é possível esboçar comparações acerca das condições laborais destes, com aquelas enfrentadas pelos negros e negras no período escravocrata. É importante atentarmos que são períodos históricos diferentes, amenizar ou reduzir a condição das pessoas negras escravizadas contribui para a legitimação de atrocidades, que extrapolam o universo do simbólico, e adentram na estrutura social, relegando a população negra brasileira a espaços subalternos e socioeconomicamente marginais.

Para Safiotti (2013), o marxismo tradicional considerava que a emancipação deveria ocorrer por meio da luta de classe, a união se daria enquanto classe trabalhadora, e depois trataria das especificidades, como as questões relativas ao gênero e a raça. Mas, demonstrado pela autora, a emancipação por gênero não ocorreu, uma vez que as mulheres ainda ocupam espaços subalternizados socialmente, como no mercado de trabalho. No que se refere à questão racial, também não se teve grandes avanços, a população negra ainda se encontra submetida aos espaços marginais e subalternos. De acordo com a autora, ao pautar a luta de classes por meio desta perspectiva, pode-se desfocar o real sentido da luta de classes, uma vez que as lutas

por emancipação devem considerar gênero, raça e classe, como categorias indissociáveis e intrínsecas à emancipação coletiva.

A seguir esboçamos uma análise acerca do surgimento do mercado de trabalho no sistema capitalista, das mudanças provocadas por esse fenômeno nas formas de prover do Estado, na organização das sociedades e nas vivências de trabalhadores e trabalhadoras.

2.1.1 O sistema capitalista e a formação do mercado de trabalho

Para Mészáros (2011), o capitalismo enquanto um sistema dinâmico de produção, por mais que esteja envolto em inumanidades, não se pode deixar de perceber sua expansão e seus impactos sobre outras formas de organizar a produção (inclusive as formas anteriores a ele), em nível global. Com isso, para o autor a legitimidade histórica desse sistema está galgada no fenômeno da acumulação infinita das riquezas.

Em termos práticos, a questão que nos preocupa é esta: como tornar novamente o ser humano a finalidade da produção, de acordo com as imensas potencialidades positivas – em alguma medida já existentes, mas destrutivamente encastoadas – das forças de produção? (MÉSZÁROS, 2011, p. 604).

O capitalismo organizou- se de duas maneiras: Sob certa horizontalidade à medida que se alastra mundo afora e organiza o processo produtivo de forma padronizada e, verticalmente, ao estabelecer uma estrutura de comando desse capital, cuja função é a garantia dos interesses do sistema dominante. Assim, o valor de uso das coisas é substituído pelo valor de troca, cuja principal orientação é dirigida à maximização dos lucros (MÉSZÁROS, 2011).

Sendo assim, o sistema contraditório do capital praticamente configura seus próprios limites – historicamente específicos – como limites da produção em geral. Reconhece e legitima a necessidade humana (e a correspondente utilização dos recursos materiais e humanos disponíveis) apenas até o ponto de torná-la conforme aos imperativos da autorrealização ampliada do capital. Tudo o que ficar fora de tais parâmetros, independente das consequências, deve ser considerado “inútil”, “inutilizável” e intoleravelmente supérfluo. De fato, o incansável impulso do capital para a frente – no processo da sua autorreprodução cada vez mais ampliada – o impede de prestar atenção aos acontecimentos destrutivos que emergem das contradições entre o trabalho supérfluo e o necessário. O próprio capital apenas existe “enquanto o trabalho necessário simultaneamente existir e não existir”, ou seja, enquanto ele tiver sucesso em reproduzir as contradições subjacentes (por mais precária que seja a situação) e desse modo reproduzir a si próprio enquanto tal (MÉSZÁROS, 2011, p. 621).

No final do século XIX emerge a pauta da “questão social”, surge uma preocupação por parte do Estado (leis) com a garantia da subsistência dos trabalhadores e trabalhadoras e com o

controle da massa proletária. Polanyi (2000) faz referência às tentativas de regulamentação do mercado de trabalho ascendente, que tinha por aspirações o estabelecimento de critérios para o exercício da venda da força de trabalho. Assim, num primeiro momento, o Estado passa a atuar como provedor de assistência, de renda mínima e na criação de leis que garantissem a sobrevivência desses trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, manter um mercado competitivo com a intervenção estatal só acentuou os conflitos e interesses de classe. As leis criadas com a intenção de serem benéficas para quem vendia sua força de trabalho, acabaram interferindo na organização social, do trabalho e da produção de forma negativa. Assim, surge a ideia de progresso e transformação, em que não cabe ao Estado interferir na ordem de mercado, pois este se auto regularia sozinho.

Para Polanyi (2000), o processo que desencadeou a Revolução Industrial na Inglaterra causou mudanças extremas na organização social. O autor retrata a passagem de uma sociedade comercial, baseada no escambo, para uma sociedade industrial, em que o modelo fabril em ascensão, impôs a exigência da compra da força de trabalho. O processo de cercamento das terras, culminou na expulsão das pessoas que viviam no campo. Sem o trabalho sobre a terra, principal meio de garantia da subsistência, os indivíduos acabam migrando para o meio urbano, instalando-se em guetos e aumentando a composição da massa de trabalhadores desempregados, mendigos e ladrões.

Moinho satânico é o conceito cunhado por Polanyi (2000), com a intenção de retratar o impacto que esse processo ocasionou na vida das pessoas e na organização da sociedade de modo geral. Os “indivíduos foram triturados e transformados em massa”, ou seja, as pessoas tiveram que deixar as terras em que viviam, enfrentaram problemas como a fome, o pauperismo e a marginalidade social. A esfera da regulação das relações sociais se distancia da esfera econômica. Assim, surge a necessidade de se criar um *sistema de mercado* movido pelo princípio da auto regulação, em que todas as transações econômicas se tornam monetarizadas e o lucro passa a ser o objetivo final e principal.

Surge para o autor, um sistema econômico baseado no controle, com regulação intensa e gerenciado apenas por mercados. A produção no meio social é totalmente destinada à venda no mercado, e os rendimentos obtidos advém dessas vendas. Através dessa monetarização, tudo é transformado em mercadoria, inclusive o trabalho (salários), a terra (aluguéis) e o dinheiro (juros). Polanyi (2000) aponta que o trabalho passa a se constituir como uma mercadoria, vende-se a força de trabalho em troca do recebimento de um salário. No entanto, o trabalho é formado por mão de obra humana, e é inerente à subsistência das pessoas. Assim, a mercadoria “força

de trabalho” não pode ser usada sem afetar a fonte de onde provém, ou seja, os seres humanos que a dispõem. Além da força de trabalho, o sistema também tem a sua disposição a entidade física, psicológica e moral dos trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, para o autor a força de trabalho é uma mercadoria fictícia.

Para Beckert (2017), o capitalismo institucionaliza a atividade econômica, de modo a forçar os indivíduos a orientarem-se para a previsão de um futuro de incerteza, aberto e imprevisível. Ao se referir a maneira como isso afeta o mercado de trabalho, o autor pontua que:

Mercados competitivos permitem aos atores comparar sistematicamente a qualidade e o preço dos bens e despersonalizar os processos de troca. Os mercados encorajam o cálculo racional e solapam a moralidade das economias tradicionais. Isso é especialmente evidente no desenvolvimento dos mercados de trabalho, os quais transformam o trabalho em uma mercadoria e destroem formas tradicionais de emprego (BECKERT, 2017, p.170).

Ao transformar o trabalho em mercadoria é necessário organizar a força de trabalho para que o sistema se desenvolva. Assim, as mudanças que ocorrem na esfera da sociedade não remetem somente ao aspecto econômico, por meio da ascensão de uma sociedade de mercado e de um modo de organização da produção. Na política, o Estado criou alicerces para que a competitividade se desenvolvesse. No meio social, houve a internalização dessa nova ordem pelos sujeitos e sujeitas “de carne e osso”. A disciplina, a técnica, os comportamentos e disposições necessários para o trabalho nas indústrias foram incorporados pelos trabalhadores e trabalhadoras, ao longo das gerações e de diversas formas.

Thompson (1998), em *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial*, aponta como o controle do tempo se torna importante para o desenvolvimento do sistema capitalista. O relógio, considerado em determinados momentos peça rara, de valor inestimável e disponível somente a quem pertencia às classes mais abastadas, passou a se popularizar com o advento do capitalismo industrial. O controle sobre o tempo, ou melhor, sobre a forma como se gasta o tempo, passa a ser mediado por instituições como a fábrica, a igreja e a escola, isso tudo em nome de uma disciplina atrelada ao trabalho nas indústrias, e a moralidade imposta em torno do ócio e da preguiça.

Para o autor o “uso econômico do tempo” se choca com a organização social, os costumes tradicionais e com as formas disciplinares de reger o desenvolvimento do trabalho e do próprio tempo, por parte dos trabalhadores e trabalhadoras. Estes, não estavam acostumados com o regime de trabalho nas fábricas, com as técnicas do fazer, exigidas pelas indústrias, as quais se baseavam na repetição e em realizar somente parte do processo produtivo das

mercadorias e não sua totalidade. “Sem a disciplina do tempo, não teríamos as energias persistentes do homem industrial” (THOMPSON, 1998, p. 300).

Em breve analisaremos aspectos relacionados ao mercado de trabalho no sistema capitalista e como a questão racial e de gênero, atuam como marcadores sociais, que contribuem para alocar trabalhadores e trabalhadoras em determinadas esferas da sociedade.

2.1.2 Mercado de trabalho, especificidades de gênero, raça e classe

Federici (2017) chama atenção para as mudanças que o sistema capitalista (com a finalidade de dividir a força de trabalho), introduziu na vida e na posição social das mulheres, principalmente das proletárias. Em um sistema em que somente a produção para o mercado é valorativa, a produção individual dos trabalhadores e das trabalhadoras passa a ser desconsiderada enquanto trabalho, e perde seu valor do ponto de vista econômico. Na esfera doméstica, a reprodução da força de trabalho, passa a ser invisível, sob o mito de que eram tarefas designadas somente às mulheres.

As mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e quando conseguiam um emprego, o retorno em termos monetários era aquém, se comparado ao ganho salarial masculino. A separação das esferas produtivas e reprodutivas fez surgir uma classe de mulheres proletárias precarizadas, assim como os homens. “Na transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres sofreram um processo excepcional de degradação social que foi fundamental para a acumulação de capital e que permaneceu assim desde então” (FEDERICI, 2017, p. 146).

Ao se referir à burguesia, Florestan Fernandes (2006) nos expõe como o capitalismo adentra no Brasil. Para o autor, a Independência criou condições para o desenvolvimento de um comércio interno nacional, assim ascendem na esfera social e econômica, o comerciante, empresários das indústrias nascentes, funcionários públicos, artesãos por conta própria, os quais irão internalizar o espírito burguês. Ancorados em princípios liberais, de inovação e desenvolvimento, essa classe vai dar início ao que o autor denomina de Revolução Burguesa, juntamente às elites agrárias que migram para a cidade, modernizam-se, e passam a integrar o quadro da burguesia em ascensão.

A burguesia brasileira não rompeu totalmente com as bases conservadoras, patrimonialistas e dependentes, fruto do regime colonial, pelo contrário, essa classe se junta à aristocracia agrária “modernizada”, passa a se beneficiar dessa nova ordem social. Por mais que

houvesse um conjunto de transformações intensas na sociedade, no sentido tecnológico, econômico, social, cultural, político, as quais foram provocadas também pela abolição da escravatura, a base continuou a mesma, se instituiu no país, um capitalismo de tipo dependente (FERNANDES, 2006).

A abolição da escravatura no Brasil, não alterou de forma significativa as condições em que se encontrava a população negra. Para Florestan Fernandes (2008), aos negros e negras não foram ofertadas as mínimas condições de se integrar a essa sociedade capitalista em ascensão. Sem condições socioeconômicas de se restabelecer, coube à essas pessoas venderem sua força de trabalho no meio rural, aos seus antigos senhores (muitas vezes, em condições análogas a que se encontravam antes), trabalhar em ocupações precárias e de baixo prestígio no contexto urbano ou se integrarem a vida de pauperismo e mendicância nas ruas da cidade.

Após a escravidão, as mulheres negras foram confinadas aos trabalhos em torno do cuidado e do lar, não por opção, mas por não terem oportunidades de acesso ao trabalho em outros setores sociais. “As mulheres negras ficaram restritas a um *locus* de atuação profissional que as concentra majoritariamente em atividades pouco qualificadas e mal remuneradas” (MELLO, 2016, p.153). Assim, para Gonzáles (1979) a dimensão da divisão racial do trabalho, por meio do exército industrial de reserva, anula os negros e negras, e os exclui socialmente.

No caso brasileiro há especificidades, visto que, as relações pré-capitalistas alocadas no meio social, fazem com que essa divisão se estruture para além da divisão em cor, no acesso a um mercado de trabalho decente, por exemplo. Para a autora, a posição geográfica em que esses sujeitos e sujeitas negros e negras estão alocados, também é uma questão a ser analisada, uma vez que é nas regiões mais subdesenvolvidas que há maior predomínio da população negra.

Biroli (2016) aponta que a exploração no mercado de trabalho é comum à todas as mulheres, mas ela é sentida e vivida na experiência cotidiana de formas diferentes, conforme as especificidades de cada mulher. Outro destaque da autora é que os benefícios masculinos advindos do trabalho que a mulher desempenha na esfera do lar, não fazem com que os homens usufruam do mesmo patamar social e das mesmas benesses ligadas ao mundo do trabalho de forma homogênea.

Muitas mulheres negras desempenham trabalho alienante não remunerado, como o trabalho doméstico sem fim das avós e mães solteiras, e remunerado, como o trabalho doméstico assalariado, o trabalho de lavar louças e passar roupas em restaurantes e lavanderias. O acesso a esse tipo de trabalho não assume, assim, cotidiana e historicamente, o mesmo sentido que o acesso ao trabalho pelas mulheres brancas que puderam trilhar carreiras profissionais (BIROLI, 2016, p. 735).

A composição do mercado de trabalho na modernidade, bem como as discussões suscitadas por essa forma de organizar a produção de bens e serviços, como a questão gênero exposta acima é resultado de um processo. A seguir, analisamos de forma breve, como ocorreu essa internalização do *ethos* do trabalho e do trabalhador, em que se apresentaram mudanças na esfera política e econômica da sociedade, no comportamento e na forma de se viver de sujeitos e sujeitas.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E OS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO LABORAL

A partir da crise dos anos 1970, o conceito de trabalho passa a ser ampliado, novas e velhas formas de organizá-lo passam a ser desenvolvidas, assim, como espaços cooperativos, com a intenção de repor os níveis de acumulação e dominação do capital. (PAGOTTO, 2019).

Para a autora:

O crescente desemprego se estabelece em todos os níveis das atividades de trabalho e, muitas vezes, encontra-se “disfarçado” na flexibilização e na precarização da força de trabalho. E revela-se na redução do padrão de vida desses trabalhadores, interferindo na reprodução de sua vida social. Os “sobrantes” ou “supérfluos” constituem, portanto, elementos para a reprodução ampliada do capital (PAGOTTO, 2019, p. 443).

O capital passa a depender cada vez mais de um mercado de trabalho instável com trabalhadores mais diversificados, terceirizados, separados entre si. A forma contemporânea em que se estrutura o trabalho, contribui para intensificar o trabalho vivo no processo de mercadoria e incrementa o trabalho morto, por meio das máquinas. Assim, a ciência também é transformada em força produtiva, que junto ao saber laboral do trabalhador, vai exigir que ele se coloque para que o mercado disponha de sua força de trabalho de forma multifuncional. Isso aumenta o processo de precarização e exploração dos trabalhadores, pois impõe a presença de um mercado de trabalho complexo, explorado de forma mais intensa e sofisticada (ANTUNES, 2006).

Essa crise dos anos 1970 afetou a subjetividade da classe trabalhadora, ou seja, sua forma de ser. A reestruturação produtiva e a acumulação flexível contribuíram para acarretar a precarização do trabalho, além da destruição da força humana, se degradam forças produtivas, a natureza e o meio ambiente. Aumentaram as formas precárias de trabalho. A classe-que-vive-do-trabalho se torna fragmentada, heterogeneizada e complexificada, mais intelectual em alguns ramos, e mais desqualificada e precarizada em outros (ANTUNES, 2006).

De acordo com Antunes (2006) há o trabalhador polivalente e multifuncional da era tecnológica de um lado, e de outro, trabalhadores precarizados, sem qualificação, em empregos temporários, parciais, vivendo a situação do desemprego estrutural. O quadro exposto pelo autor, afeta trabalhadores de modo geral, mas é possível verificar algumas dessas consequências com o público que compõe este estudo.

A ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis é insalubre, precária, sem a garantia de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras que a exercem, os quais acabam desempenhando essa atividade devido à diversas motivações. No entanto, pode-se destacar já de antemão que, a falta de trabalho formal é uma delas, principalmente no diz respeito ao público feminino, uma vez que o maior contingente de pessoas que exerce essa função é composto por mulheres negras. Assim, catadores e catadoras se juntam para criar cooperativas e associações de reciclagem, as quais se apresentam como possibilidade de garantia da subsistência.

O termo precariedade aparece pela primeira vez no contexto da Sociologia, nos anos 1970, em estudos relacionados a Sociologia da pobreza com a intenção de designar famílias que viviam em condições de precariedade e, nas quais só um dos seus responsáveis (pai ou mãe) trabalhavam. No final da década de 1980 é que o termo precarização aparece na literatura associado ao mercado de trabalho, mais especificamente aqueles empregos com alto nível de informalidade. A partir disso, autores e autoras começam a analisar a precariedade associada ao trabalho laboral na sociedade contemporânea. Assim, um dos desenhos da precariedade faz referência àquelas situações dentro do mercado laboral que se opõe aos termos especificados em um contrato formal de trabalho, os quais asseguravam ao trabalhador um trabalho com proteções, garantias e direitos sociais (SÁ, 2010).

Ao defini-la como uma atividade com fins econômicos exercida em condições que colocam aqueles que a realizam em uma situação de risco, vulnerabilidade ou degradação, a precariedade do trabalho pode ser identificada tanto a partir do estatuto social do emprego ou ocupação, implicando certo nível de reconhecimento social, como a partir das condições objetivas e subjetivas de exercício do trabalho propriamente dito. Em relação ao primeiro aspecto, trata-se de identificar a maneira como o trabalho se inscreve no mundo e nas relações sociais. Em relação ao segundo, trata-se de identificar o trabalho como um conjunto de atividades realizadas tanto em condições objetivas particulares (local e ambiente de trabalho, meios e instrumentos de trabalho, organização do trabalho, etc.) como em condições subjetivas que mobilizam a consciência e supõem a experiência daqueles que o realizam (VARGAS, 2016, p. 303).

Castel (1998), compreende os processos de precarização do trabalho nas sociedades contemporâneas, como uma *questão social*. Para o autor, a precarização ocorre por meio do

processo de fragilização da condição de assalariado dos trabalhadores e trabalhadoras. O autor parte do pressuposto de que o trabalho ultrapassa a esfera da subsistência, servindo como integrador social. Assim, a sociedade salarial, era composta por um sistema de regulações e direitos que garantiam a permanência e a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho, isso gerava reflexos no nível de participação desses indivíduos na divisão social do trabalho e determinava a posição que os mesmos ocupariam na esfera do social.

O processo de precariedade do trabalho, ocorreu por meio do desemprego estrutural, aliado à fragilização da condição de assalariado, através da perda das proteções e garantias destinadas a esses trabalhadores e trabalhadoras. A precarização ultrapassa a esfera do mundo do trabalho e incide seus reflexos nos modos de vida e nas relações estabelecidas por essas pessoas em seus grupos sociais, nas denominadas *zonas de integração* (CASTEL, 1998).

O trabalho para Castel (1998) caracteriza um status, situa e classifica o indivíduo e suas vivências na sociedade, se impôs em detrimento de outras identidades, como a de pertencer a uma determinada comunidade, por exemplo. Com a fragilização da condição de assalariado, o trabalho perde o caráter de integrador social, isso aumenta os níveis de vulnerabilidade social, fazendo surgir uma massa de trabalhadores sem trabalho, que ocuparão o lugar social de *supranumerários* ou “*inúteis*” para o mundo.

Com isso, a questão social para Castel (1998) está situada em torno de três pontos: 1) A desestabilização dos estáveis; 2) Instalação na precariedade; 3) A precarização do emprego e do desemprego atrelada a um déficit de lugares sociais ocupáveis na estrutura social. Entendendo-se por lugares ocupáveis, as posições às quais os trabalhadores estão associados, de acordo com a função (trabalho) que desempenham, a qual estipula a garantia de utilidade social e reconhecimento público. Para Castel (1998), que tem por base, sobretudo, a análise do caso europeu, o problema atual do mercado de trabalho não é a constituição de uma periferia precária, mas a desestabilização dos estáveis.

A precarização é um processo central, que se alicerça sob o comando das novas exigências tecnológicas-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Trabalhadores que estão envelhecendo e não tem mais lugar no processo produtivo, jovens a procura de um primeiro emprego, que vagam de estágio em estágio, desempregados que, por mais qualificados que sejam, não conseguem se reinserir no mercado de trabalho. Esse processo de precarização percorre, inclusive, áreas estabilizadas há muito tempo (CASTEL, 1998).

Esses grupos de trabalhadores e trabalhadoras que perdem o salário e caem na marginalidade, aumentam o nível de vulnerabilidade social. Passam a compor as esferas do que

o autor denomina como os *supranumerários/excluídos*, estes não necessariamente possuem ausências de relações sociais, visto que não há ninguém fora da sociedade, mas pessoas alocadas em posições mais ou menos próximas ao eixo central (CASTEL, 1998).

Encontram-se desfiliaados, a esta classificação lhes convém melhor do que excluídos: foram desligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade. É por isso que dizer que a questão suscitada pela invalidação de alguns indivíduos e de alguns grupos concerne a todo mundo não é só fazer apelo a uma vaga solidariedade moral, mas, sim, constatar a interdependência das posições trabalhadas por uma mesma dinâmica, a do abalo da sociedade salarial. (CASTEL, 1998, 569)

A falta de segurança laboral ligada às novas formas de contratação, gera várias inseguranças no que se refere ao futuro do emprego. O desemprego afeta de forma diferente cada indivíduo. Mas, na sociedade atual que projeta na centralidade da venda da força de trabalho sua subsistência, afeta em cheio aqueles trabalhadores e trabalhadoras que perdem o emprego e ficam sem receber nenhum tipo de direito ou subsídio e aqueles e aquelas que ficam muito tempo desempregados (SÁ, 2010).

O trabalho pode ser considerado, para certos grupos sociais, um meio para alcançar uma remuneração “digna”, para assegurar aos indivíduos um lugar no mundo, permitindo escapar à privação econômica, à pobreza, e proporcionando o acesso ao consumo, à autonomia econômica. Essa experiência do trabalho, no entanto, pode variar consideravelmente conforme a posição que o próprio indivíduo ocupa nas relações e arranjos dos quais participa (VARGAS, 2016, p. 327).

A *classe-que-vive-do-trabalho* “compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção” (ANTUNES, 2018, p.101). Essa classe trabalhadora, não compõe somente o escopo dos trabalhadores manuais diretos, ela incorpora em si, uma gama de trabalhadores “improdutivos”, mas que contribuem para a geração de mais-valor, como o setor de serviços, por exemplo. “A classe trabalhadora hoje é mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada” (ANTUNES, 2018, p. 103). Para o autor:

Portanto, ela ainda é (centralmente) composta pelo conjunto de trabalhadores produtivos que produzem mais-valor e que participam do processo de valorização do capital, por meio da interação entre trabalho vivo e morto, humano e científico-tecnológico (ANTUNES, 2018, p. 102).

Portanto, a categoria trabalho utilizada neste estudo, se apresenta como uma atividade que os seres humanos desenvolvem sobre a natureza, transformando-a em bens necessários para

a sua reprodução no meio social. O trabalho na contemporaneidade exerce uma função social e engloba a totalidade dos indivíduos. Está subordinado ao capital, correspondendo a uma atividade social assalariada, alienada, e abstrata, que não carrega em si, sua essência inicial de garantia da sobrevivência, serve como um importante pilar para a reprodução do capital.

Para Vargas (2016) o processo de precariedade do trabalho não pode ser apreendido somente em suas manifestações mais objetivas da vivência dos indivíduos, como a esfera da retribuição monetária, por exemplo. Assim, a ideia é buscar apreender os significados que essa condição de precariedade tem para os sujeitos/sujeitas em seu contexto individual e social. Pois, “o sentido subjetivo da precariedade do trabalho varia segundo a posição que um indivíduo ocupa em seus grupos de pertencimento” (VARGAS, 2016, p. 328).

Para Antunes (2019) esse processo de precarização estrutural do trabalho está ligado ao processo de eclosão da crise estrutural do capital e se configura no aumento da exploração da força de trabalho (super exploração) e do desemprego, que ampliam fatores como a informalidade, a terceirização e a precarização. A precarização ocorre por meio de um processo, que é cíclico, podendo aumentar e/ou diminuir.

No caso dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, essa ocupação está posta no meio social de forma precária em seu status simbólico e objetivo, por mais que se apresente com um viés positivo, por se tratar de uma ocupação ligada à preservação da natureza. As pessoas que dela se utilizam para sua sobrevivência, estão em contato constante com os resíduos descartados pela população⁶, algumas inseridas dentro de cooperativas e associações, outras recolhem os materiais em lixeiras, nos centros urbanos. As relações de trabalho para esses trabalhadores/trabalhadoras são frágeis e intermitentes, os quais, por vezes, não têm acesso aos direitos básicos nem condições sociais para exercerem outra atividade menos precária.

No tópico seguinte expomos quem são os catadores e as catadoras de materiais recicláveis e no que consiste o trabalho realizado por esse público. A precarização do trabalho pode aparecer como um dos fatores que, faz com que os indivíduos que desenvolvem a atividade de catador e catadora de materiais recicláveis, se organizem de modo a buscar outras alternativas de emprego e renda, ou seja, outras formas de subsistência. A organização em torno da economia solidária, através de redes de cooperativismo e associativismo entram em cena

⁶Sempre que possível, utilizaremos neste estudo a palavra resíduos para se referir aos rejeitos descartados pela população, os quais são triados pelos catadores e catadoras, comercializados e encaminhados para reciclagem. A palavra lixo soa de forma pejorativa, uma vez que lixo é tudo aquilo que é jogado fora, que não tem mais nenhuma utilidade alguma.

como uma das alternativas que podem contribuir para a melhoria das condições precárias em que essas pessoas se encontram postas (SINGER, 2002).

2.2.1 A ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis: entre a subsistência e a precariedade

A ocupação de catador de materiais recicláveis faz parte da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), desde 2002, sob o código 5192-05, abrange os trabalhadores e as trabalhadoras que realizam a coleta, a preparação e a venda dos materiais recicláveis e reaproveitáveis. Catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata e vasilhame e enfardador de sucata (cooperativa) são algumas das denominações que remetem à essa ocupação. Esses trabalhadores e trabalhadoras realizam suas atividades nas ruas das cidades, em galpões de reciclagem ou em suas residências.

O trabalho realizado pelos catadores e catadoras consiste em catar, separar, transportar, acondicionar os resíduos para reutilização ou reciclagem, considerados atores-chave em todo o processo da reciclagem de materiais, são responsáveis por cerca de 90% de todo o material reciclado no Brasil (SILVA, GOES; ALVAREZ, 2013a). De acordo com Pinhel (2013) a figura do catador/catadora de materiais recicláveis da atualidade, traz resquícios do século XIX, contexto em que já era realizada a reciclagem do papel. Primeiramente, se tem a figura do “garrafeiro”, que circulava pelos bairros e vilas da cidade comercializando materiais como o vidro, com o aumento das cidades, o consumo em massa e a grande quantidade de resíduos produzidos, surge a figura do catador/catadora, sendo essa ocupação uma alternativa para grupos marginalizados e com oportunidades de empregos formais restritas.

Os catadores são considerados importantes aliados na execução dos serviços de limpeza urbana, pois, ao realizarem a coleta seletiva, evitam o envio de material reciclável aos lixões e, conseqüentemente, contribuem para a preservação ambiental e para a reciclagem (BORTOLI, 2013, p. 249).

Pinhel (2013) ainda pontua que a atividade de catação possui ligação com níveis extremos de pobreza. A coleta é realizada com o objetivo de vender os materiais que se conseguiu e, com isso adquirir uma renda para sustento da família. Para Singer (2002) a atividade de coleta de materiais recicláveis entre os rejeitos é o meio de vida que se coloca, na maioria das vezes, para aqueles e aquelas que se encontram em uma posição máxima de exclusão social, os quais não possuem outra alternativa laboral no mercado de trabalho. O fato de encontrarem-se em condições de vulnerabilidade social, faz com que, para não serem tão

explorados e exploradas “a única defesa é a união que faz a força: a cooperativa” (SINGER, 2002, p. 83).

Catadores/catadoras na tentativa de reverter o processo de marginalidade social, de acordo com Cunha (2011) se unem em associações, cooperativas e movimentos nacionais, a intenção é lutar por mudanças em sua condição de vida, se firmar como grupo social legítimo e ressignificar os sentidos originais que lhe são atribuídos por padrões dominantes e identidades estabelecidas. A autora pontua que as pessoas que exercem a atividade de catação o fazem com propósito de superar a exclusão, e obter reconhecimento social através da construção de espaços institucionais e simbólicos que, por sua vez, trazem ao grupo identidade e dignidade.

Sendo assim, colapsos ambientais, falta de oportunidades no mercado formal, necessidade de obter uma renda e a baixa escolaridade, são fatores que, de acordo com Cunha (2011), contribuem para que essas pessoas só consigam ter acesso às vias marginais do mercado de trabalho, sem outra saída, entram para a catação de materiais, transformando essa atividade numa forma de obter sustento, em uma ocupação. Os catadores e as catadoras realizam o processo mais denso na cadeia produtiva da reciclagem, o de catar e triar os resíduos recicláveis, algumas dessas pessoas estão alocadas em cooperativas e associações, outros catam materiais pelas ruas das cidades.

No senso comum, ainda se tem a disseminada a ideia de que a reciclagem compreende somente o processo de separação dos resíduos pela fonte geradora, uma vez que todos e todas produzem resíduos em alguma medida, e em diferentes escalas⁷. No entanto, essa é só a primeira etapa desse processo, como mostraremos no capítulo seguinte. Pode-se pautar a reciclagem como uma cadeia produtiva que envolve vários agentes, setores públicos e privados, catadores e catadoras e os indivíduos produtores. “Pode ser apresentada como cultura social da reciclagem, a qual envolve todos e todas, e tem como agentes fundamentais os catadores e catadoras” (ENTREVISTA, EDUARDO, 2020). A definição conceitual de reciclagem está expressa na lei Nº 12.305/2010:

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa (BRASIL, 2010).

⁷A quantidade de resíduos gerada pelos diferentes indivíduos não é a mesma, e depende de fatores como a questão de classe social, renda, contexto em que reside, entre outros. Por exemplo: a quantidade gerada por um catador, não é a mesma que por um bancário.

Os catadores/catadoras são responsáveis por efetuar cerca de 90% de toda a reciclagem de materiais em âmbito nacional, o número total de pessoas que desempenham a atividade varia entre 800 mil a 1 milhão. (MNCR, 2020). 93,3% dos catadores/catadoras residem e realizam suas atividades em áreas urbanas. A Região Sul é a única do país em que o predomínio de pessoas brancas na catação de materiais é superior ao de pessoas negras. (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013 a). De acordo com o *Mapa da distribuição espacial da população segundo cor ou raça- pretos e pardos*-(IBGE, 2010)⁸, o estado do Rio Grande do Sul é o que concentra a menor quantidade de pessoas autodeclaradas pretas e pardas.”

“Entre as pessoas que trabalham com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos no Brasil, os dados mostram que a participação de negras e negros representa 66,1% do total. Ou seja, duas em cada três pessoas que exercem essa atividade se identificam como negras e negros” (SILVA; GOES; ALVAREZ, 2013 a, p. 49). A estimativa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é de que as mulheres compõem maioria no universo da reciclagem, cerca de 70%. Assim, de cada quatro trabalhadores da reciclagem, três são mulheres, ou seja, esse universo é composto majoritariamente por mulheres negras.

A organização social desse segmento em torno da atividade começa a deslançar a partir da década de 1990, com a preocupação em torno das questões ambientais, a crítica ao consumo em demasia e o reaproveitamento de alguns produtos por meio da reciclagem, a formação das primeiras cooperativas e associações de catadores e catadoras Brasil afora e a presença do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras (MNCR), a partir de 1999. A pauta da reciclagem transcende o espaço da sociedade e adentra no contexto político brasileiro, isso contribuiu para dar visibilidade a causa, aos trabalhadores e trabalhadoras desse setor e na conquista de algumas legislações e garantias sociais. O tópico a seguir busca apontar de forma breve alguns desses diferentes movimentos de conquista, considerados importantes para os catadores e catadoras.

2.3 MOVIMENTO SOCIAL, LEGISLAÇÕES, PARCERIAS E VISIBILIDADE

A organização dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, enquanto categoria é recente, se inicia no final da década de 1980, com a formação das primeiras cooperativas e

⁸O mapa e as especificidades desse estudo podem ser visualizados em: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

associações de catadores e catadoras, impulsionados por grupos ligados à igreja, entidades públicas e organizações não-governamentais (Ongs), e ganha força nos anos 2000.

O MNCR, no Brasil, faz parte desse processo de certa divisão de poder do Estado e do apoderamento de um segmento da sociedade que busca reivindicar determinadas condições de trabalho na sociedade (ROCHA, 2018, p. 70).

O autor pontua que a preocupação com a questão ambiental alavancada nos anos 1970, foi um dos fatores determinantes para essa organização, garantindo certa legitimidade para formação do movimento social dos catadores e catadoras no Brasil. Ao fazer referência à importância desse movimento social, Paiva (2016) expõe que:

A organização dos catadores, através do movimento social – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, tem contribuído para o reconhecimento da profissão e para a conquista de leis e programas, que vêm auxiliando as cooperativas e associações a obter espaços, estrutura, contratos remunerados e demais ferramentas para a sustentação dos empreendimentos e melhoria da renda dos cooperados, embora as condições de trabalho ainda sejam preocupantes (PAIVA, 2016, p. 154).

A articulação do MNCR, começa em meados de 1999, no entanto a sua fundação enquanto movimento social, ocorre a partir de 2001, em que foi realizado o 1º Congresso Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, que aconteceu entre os dias 4, 5 e de junho de 2001 em Brasília/DF. Neste evento foi elaborada a *Carta de Brasília*⁹, documento referência para a organização de catadores e catadoras. (MNCR, 2012; MNCR, 2019) “O movimento trava uma luta por direitos e melhoria das condições de trabalho, assim como se posiciona contra a incineração e a privatização do lixo” (PAIVA, 2016, p. 164). Em relação ao documento exposto acima os autores pontuam que:

Na carta foi destacada a necessidade de convênios para a destinação de recursos e apoio a empreendimentos de catadores; inclusão deste grupo no Plano Nacional de Qualificação Profissional; implantação em nível nacional de uma política de coleta seletiva baseada em um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos; e erradicação dos lixões, oferecendo condições de trabalho e renda para as famílias que neles vivem (TEIXEIRA; PEREIRA, 2011, p. 906).

A estrutura do movimento está organizada por uma equipe que compõem a comissão nacional, 5 comissões regionais, uma em cada região do país, coordenações estaduais, comitês

⁹Esse documento versa acerca de uma série de demandas e reivindicações para os catadores e catadoras organizados em cooperativas e associações, bem como integra aquelas pessoas que realizam a coleta nas ruas de forma independente. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia> Acesso em: 24 mar. 2021.

regionais, e as bases, formadas pelos catadores e catadoras, cooperativas e associações (MNCR, 2015). Os autores abaixo, apontam que:

Esse movimento advém da luta dos catadores pela melhoria das condições de trabalho e inclusão social da categoria, além do avanço na cadeia produtiva dos materiais recicláveis. Para isso, propõe a organização desses trabalhadores em cooperativas e associações, com o objetivo de defender o trabalho coletivo, como uma alternativa à exploração dos trabalhadores no modo de produção vigente, o capitalismo. O MNCR defende a solidariedade de classe contra o individualismo que enfraquece os grupos populares, para transformar as relações sociais e fortalecer o povo diante das classes dominantes. Luta pela criação de políticas públicas de inclusão dos catadores e por parcerias que possam contribuir para a melhoria das condições de trabalho destes, bem como sua organização (MNCR, 2008 *apud* PEREIRA; DAL SECO; CARVALHO, 2014, p. 180).

Outros eventos importantes para a organização da categoria foram o 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de materiais recicláveis, em Brasília, em 2001. O 1º Congresso Latino-Americano de Catadores, em Caxias do Sul/RS, em 2003. O 2º Congresso Latino-Americano de catadores(as), em 2005, em São Leopoldo/RS. No ano de 2006, ocorreu a Marcha por Brasília, cerca de 1200 catadores e catadoras marcharam na Esplanada dos Ministérios, a reivindicação era para que o governo federal articulasse a geração de postos de trabalho e incentivasse a reciclagem com a participação das associações, das cooperativas, dos catadores e catadoras (MNCR, 2019).

O MNCR atua a partir de princípios de autogestão, democracia e ação direta, independência e solidariedade de classe e com uma estrutura que comporta desde a participação e decisão das bases orgânicas até a representação nacional. Com esses princípios e estrutura, constitui-se em uma instância de organização e defesa dos interesses dos catadores pelos próprios catadores. A conformação dos modos de fazer ou da forma de execução do trabalho de coleta ou, ainda, da organização em torno da coleta traduz as tecnologias produzidas na articulação e na troca de experiências entre catadores de vários locais e regiões e de diferentes países (MAGNI; GÜNTHER, 2014, p. 251).

A partir dos anos 2000, durante o governo Lula (2003-2010), catadores e catadoras obtiveram avanços e conquistas importantes, como a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores (CIISC), fundado em 2003. Por meio desse comitê foram formalizadas parcerias entre setores públicos e privados para a organização de catadores e catadoras, como a destinação de recursos financeiros para cooperativas e associações (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011). Em 2002, a ocupação de catador de matérias recicláveis passa a integrar a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Em 2006, o decreto federal nº 5.940, de 25 de outubro, “institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências” (BRASIL, 2006). A lei nº 11.445/2007, faz alterações na Política de Saneamento Nacional, estabelece a permissão para que as administrações públicas possam contratar por meio de licitação, cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis como prestadoras de serviços de coleta seletiva.

Em 2010, por meio da lei nº 12.305 é instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, considerada um marco para os catadores e catadoras organizados em empreendimentos (cooperativas e associações de reciclagem), a lei “reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos” (BRASIL, 2010).

Fundada em janeiro de 2000, a ANCAT (Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis) atua em parceria com o movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cujo foco é garantir a organização social e econômica de catadores e catadoras organizados em cooperativas e associações e daqueles e daquelas que desenvolvem a atividade de catador nas ruas ou nos lixões das cidades brasileiras. Essa entidade participa da execução de vários projetos junto ao MNCR, integrando setores públicos, privados e o terceiro setor para desenvolver ações e fortalecer a articulação dos catadores e catadoras na América Latina. Suas principais linhas de atuação se desenvolvem em torno da educação popular, geração de trabalho e renda, capacitação profissional, meio ambiente, bem como no apoio e o fomento de iniciativas voltadas para a Economia Solidária (ANCAT, 2020).

As catadoras conquistaram seu espaço de atuação dentro do movimento. O I Encontro nacional de mulheres catadoras, com a participação de cerca de 300 catadoras de 13 estados, com a temática central era “Desafios e direitos para as mulheres catadoras”, ocorreu em 2008, na Associação Banestado na Praia de Leste/Paraná. O evento foi realizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Estado do Paraná, com o apoio Fórum Paranaense de Economia Solidária (FPES) e do Ministério Público do Trabalho – Paraná (MNCR, 2008).

Figura 3 - Cartaz de divulgação do I Encontro Nacional de Mulheres Catadoras.



Fonte: Movimento Nacional dos catadores de Materiais Recicláveis, 2008. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/artigos/encontro-nacional-das-mulheres-catadoras>. Acesso em: 12 abr. 2021.

O 2º Encontro Nacional de mulheres catadoras, ocorreu em junho de 2011, em Curitiba/PR, com a presença de mais de 500 catadoras de 18 estados do Brasil. Na ocasião, foram realizadas oficinas temáticas e marcha pela não incineração dos resíduos. Redigiu-se uma carta com as discussões realizadas no evento, com destaque para importância das lutas articuladas com a pauta da questão de gênero e o combate à projetos de incineração dos materiais, os quais afetam a categoria de catadores e catadoras como um todo (MNCR, 2011).

No final da década de 1990, início dos anos 2000, houveram um conjunto de articulações sendo desenvolvidas, como a criação do movimento social de catadores e catadoras, debates e preocupações a respeito da preservação do meio ambiente e da destinação correta dos resíduos produzidos pela população. A criação de leis, o esboço de demandas que englobam o aspecto do social, a intensificação dos debates em torno da autogestão e da Economia Solidária, se apresentam como um conjunto de fenômenos que refletiram na organização dos catadores e catadoras, seja enquanto classe social, na busca pelo reconhecimento e valorização do trabalho desempenhado e no fomento à participação dos mesmos no do rol de políticas públicas estatais.

Ao mesmo tempo em que essas possibilidades de cunho social eram postas, por um lado, por outro, tem-se a entrada de políticas com vieses neoliberais no Brasil. É a partir da década

de 1980, que se projeta um cenário de modificação na esfera estatal e econômica do país. Assim, ideais de liberdade, competitividade, individualidade e empreendedorismo, adentram num primeiro momento na esfera do mercado e do Estado, após alastram-se para o cotidiano e as subjetividades das pessoas. O tópico a seguir, tem por objetivo analisar aspectos acerca da constituição e das bases de entrada dessa política de cunho neoliberal no Brasil.

2.4 A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL

O Brasil é apontado como um dos últimos países da América Latina a adotar o modelo neoliberal. O projeto neoliberal foi implementado no país, aos poucos, a partir da década de 1980. A eleição do presidente Fernando Collor de Mello em 1989, os questionamentos acerca do modelo de substituição das importações (MSI) e o fracasso do plano cruzado, deram espaço para a entrada de uma vertente liberal radical, a qual adentra com uma pauta forte voltada à abertura econômica, ao processo de privatizações das estatais e a construção de um novo modelo econômico. A vitória desse modelo implicou na transnacionalização de grandes grupos econômicos nacionais, na exposição da fragilidade do modelo financeiro do Estado e a subordinação da economia a fluxos internacionais de capital (FILGUEIRAS, 2006).

Esse processo, que culminou com a afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira. A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Em particular, reconfigurou o bloco dominante e a sua fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros (FILGUEIRAS, 2006, p.183).

Esse processo, de implantação e evolução do projeto neoliberal, passou por, pelo menos, três momentos distintos, desde o início da década de 1990, quais sejam: uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula) (FILGUEIRAS, 2006, p.186).

Massimo (2013), esboçou uma análise acerca dos artigos que tratavam das reformas neoliberais na revista *Dados*, a partir disso, o autor traça um compilado de cinco reformas que pautaram as políticas neoliberais: I) aberturas comerciais; II) liberalização financeira; III)

liberalização para o regime de investimentos estrangeiros; IV) Privatizações de empresas e serviços públicos; V) Desregulamentação do mercado de trabalho (MASSIMO, 2013, p. 135).

Dentre as mudanças provocadas por esse projeto neoliberal, de acordo com Filgueiras (2006), destacamos dois aspectos: I) manutenção na relação capital *versus* trabalho; II) Impacto na estrutura e no funcionamento do Estado. O primeiro ocorre com a reestruturação produtiva, por meio da organização dos processos de produção, introdução de novos métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias, o enfraquecimento da atuação das lideranças políticas voltadas para os trabalhadores e suas representações. No âmbito estatal, ocorreu um processo de desregulamentação, por meio da quebra dos monopólios estatais, juntamente com o processo de privatização das empresas públicas, redução da presença estatal em atividades diretamente produtivas, dando suporte para o fortalecimento de grupos privados e estrangeiros, os quais deram origem a oligopólios privados. Esse processo interferiu diretamente na força política de diversos grupos econômicos e políticos regionais, como as representações sindicais (FILGUEIRAS, 2006).

Para Filgueiras (2006), no caso brasileiro, a reestruturação conciliada com as políticas neoliberais mudou o perfil e a composição da classe trabalhadora. A redução do número de trabalhadores assalariados e trabalhadores industriais, contribuiu para o aumento da informalidade e de uma progressiva fragmentação da classe trabalhadora tradicional. Esse processo desencadeou em uma classe trabalhadora heterogeneizada, permeada por um processo de identificação frágil e pela redução da sua capacidade de negociação, devido a desestruturação do mercado de trabalho e das relações trabalhistas vigentes até então. Esses processos ocasionaram o crescimento do desemprego, o aprofundamento da precarização do trabalho e o surgimento de formas alternativas como cooperativas, terceirizações etc.

O retorno neoliberal teve como uma de suas propostas a desregulamentação dos mercados de trabalho e objetivava a redução de custos com obrigações sociais vinculadas aos contratos de trabalho, assim como a flexibilização da utilização da força de trabalho adequando- a as necessidades da produção (LIMA, 2010, p.169).

“A política conservadora e neoliberal pareceu, sobretudo, constituir uma resposta política à crise econômica e social do regime fordista de acumulação do capital” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.187). Os autores apontam que essas mudanças não se resumem a uma restauração do capitalismo e do modelo econômico liberal clássico, elas adentram na esfera estatal, alterando toda a estrutura da máquina pública e do exercício do poder governamental, o estado passa a ser gerido como se fosse uma empresa. Adentram também, na esfera do

contexto social, por meio de “certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e a financeirização do capitalismo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.188).

Essa racionalidade de cunho neoliberal acaba por ser introduzida na sociedade, por meio de um processo histórico. O princípio da liberdade é responsável por fundamentar um mercado concorrencial que adentra em todas as esferas da sociedade, de forma generalizada. Com isso, Dardot e Laval (2016), expõem em sua obra que “essa nova razão do mundo” é constituída pela disseminação dos ideais liberais nas esferas da economia, da política (através da organização estatal), e na sociedade. O sujeito empreendedor, competitivo, voltado a atender somente às suas necessidades individuais é fruto da imbricação desse projeto em sua subjetividade. As “estratégias” pautadas pela política neoliberal, resultaram em uma concorrência generalizada, com vistas à competição em escala global.

“O neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Além da subordinação da economia e do estado ao mercado, os efeitos da lógica do capital financeiro, como demonstram Dardot e Laval (2016), adentram a esfera da subjetividade dos indivíduos, que passa a adotar e a sentir, em sua rotina diária, os efeitos da concorrência generalizada imposta pelo mercado:

Cada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida como um capital que devia valorizar-se: estudos universitários pagos, constituição de uma poupança individual para a aposentadoria, compra da casa própria e investimentos de longo prazo em títulos da bolsa são aspectos dessa capitalização da vida individual que, à medida que ganhava terreno na classe assalariada, erodia um pouco mais as lógicas de solidariedade (DARDOT; LAVAL, 2016, p.188). Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p.15).

Dadigno (2004) ao pontuar esse processo aponta que, no Brasil, após a constituição de 1988, tem – se a emergência de um projeto neoliberal de Estado mínimo, o qual se caracteriza pela isenção de seu papel de provedor de direitos, transferindo essa responsabilidade para a sociedade civil. O avanço das Organizações não-governamentais e o novo papel desempenhado por elas, a emergência do chamado terceiro setor e das fundações empresariais, com destaque desses últimos na ênfase posta em práticas de filantropia e a marginalização dos movimentos

sociais, para a autora, evidenciam uma redefinição não só no papel do estado, mas da própria noção de sociedade civil.

Outro destaque pertinente, esboçado pelos autores Dardot e Laval (2016), ao se referirem a “nova razão do mundo” imposta pela teoria neoliberal, implica diretamente na negação dos laços de solidariedade e ajuda mútua, pautado pelos vieses de organização de escopo solidário, para os quais:

[...] não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofacistas (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

Para os autores abaixo:

Além disso, deve-se ressaltar a característica política da razão neoliberal: o Estado é uma empresa e se organiza como tal. Assim, de acordo com Laval e Dardot, a boa governança dos Estados nacionais implica que estes, junto à iniciativa privada, desenvolvam mecanismos para que a gestão política integre o mercado nacional. Isto é, o Estado incorpora as normas e a lógica de competitividade definidas pela iniciativa privada. Assim, arraigado na perspectiva neoliberal, o Estado constrói políticas que beneficiam o setor privado e promovem o desmantelamento das políticas de proteção social. Nesse contexto, os cidadãos e as cidadãs tornam-se meros consumidores, compradores de serviços, os quais não cobram por justiça social (SILVA *et al*, 2020, p. 379).

Esse movimento neoliberal não se aplica somente no contexto brasileiro, o mesmo vem sendo desenhado desde a década de 1960, no contexto da Europa. O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a aderir às políticas neoliberais, tendo como marco o governo de Fernando Collor de Mello (1989), por meio da implementação de políticas de globalização e de uma onda de privatizações de empresas públicas, entre outros fatores.

Ao pautarmos as associações de reciclagem da cidade de Erechim/RS, com ênfase na organização desses espaços pelo viés da economia solidária, destacamos o aspecto político adjacente a esses empreendimentos, em que se observa a constituição de laços solidários, de ajuda mútua e de reciprocidade, bem como se estruturam sob princípios que vão de encontro a esse modelo de racionalidade neoliberal, presente na sociedade brasileira. Em entrevista, o catador Eduardo¹⁰, destaca a questão de classe, implicada nos grupos de catadores e catadoras organizados, bem como as vivências e laços de reciprocidade presentes na economia solidária. Para Eduardo:

¹⁰Nome fictício. Buscamos preservar a identidade das pessoas que participaram deste estudo.

Dá para fazer uma análise, por exemplo, para gente poder olhar aonde entra esses dois campos, que é o campo da produção né, é o campo da questão do próprio conhecimento, mas daquele conhecimento né, que é dado como a dádiva de quem estudou numa universidade, depende dessa universidade aonde foi, os cursos que realiza. Tem toda uma construção sobre a questão da lógica da empresa, para ela ser a coisa boa, enquanto que lá na cooperativa, a gente vai ter uma base de pessoas, às vezes que estão, que são semianalfabetas, que não puderam ter outros espaços, a questão do próprio tempo, daquilo que faz, algo que pode ser substituído, para reciclar qualquer um pode reciclar, mas para mandar numa empresa, para ser um assistente júnior lá, tem que ser determinada pessoa, né. Então, tem muito disso que a gente precisa perceber antes né, tem uma luta que se trava, antes mesmo da gente poder avançar para lógica da questão da economia solidária, e aí precisamos também entender o porquê que as pessoas que não tem nada se juntam, porque se elas não têm nada porque que elas vão se juntar, né (EDUARDO, 2020).

Ao trazer os dados acima, podemos apontar que, para essas populações de *supranumerários/excluídos* (CASTEL, 1998)¹¹, como é o caso dos catadores e catadoras, a pauta em torno da economia solidária não se resume somente às formas de agregar pessoas em situação de marginalidade, por meio da geração de emprego, renda e de laços de ajuda e solidariedade. Mas, se apresenta como pauta política, a qual engloba formas distintas daquela encontrada no âmbito da sociedade capitalista, de organização da produção, de relação capital *versus* trabalho, da estrutura econômica vigente, voltada para laços de solidariedade e não de competitividade, como pauta o neoliberalismo.

Ao se organizarem em associações, sob princípios de organização solidária, mesmo com entraves e contradições, por meio de uma rede que conta com a participação de agentes públicos e privados, os catadores e catadoras organizados em associações de reciclagem em Erechim/RS, carregam consigo a bandeira política da economia solidária, mesmo que no contexto estudado a mesma se apresente mais nos elos de solidariedade estabelecidos entre as pessoas que dela fazem parte e dela se beneficiam, do que como forma de organização com força para ocasionar grandes mudança no sistema de produção. De acordo com Ferreira (2017):

A economia solidária não é, necessariamente, uma luta para abolir a propriedade privada ou ação direta contra o patrão. A intenção imediata desses empreendimentos não é a construção de um novo modo de produção, mas sim a possibilidade de geração de trabalho e renda em um contexto de crise da sociedade salarial, gerador de desemprego e de desigualdades sociais (FERREIRA, 2017, p. 56).

¹¹O autor atribui essa denominação àqueles grupos de trabalhadores que perdem o salário (o qual na sociedade moderna é visto, não somente como forma de subsistência das massas, mas como um meio de manutenção da coesão social) e caem na marginalidade, aumentam o nível de vulnerabilidade social. Passam a compor as esferas dos *supranumerários e/ou excluídos*, estes não necessariamente possuem ausências de relações sociais, visto que, não há ninguém “fora da sociedade”, mas pessoas situadas em posições mais ou menos próximas ao eixo central, o que pode lhes garantir maiores ou menores oportunidades, alocação dos seus recursos e modos de viver (CASTEL, 1998).

A forma de pautar essa organização em torno da economia solidária, agrega ideais comunitários e formas de vivência, organização e ajuda mútua entre sujeitos e sujeitas, valorizando laços de reciprocidade e vínculos afetivos em comunidade, aspectos contrários a essa “nova razão mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016), baseada na meritocracia, na individualidade e na competitividade. O tópico a seguir tem por finalidade esboçar uma breve análise acerca das parcerias público-privadas, as quais se colocam como importantes iniciativas para pensarmos o sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos na cidade de Erechim/RS. Por possuírem respaldo e incentivo legal, a análise desses tipos de parcerias colaboram com a reflexão acerca do contexto local estudado.

2.4.1 A relação com o estado mediada por parcerias público-privadas (PPPs)

As tendências liberais esboçadas acima, conduziram a uma reorganização do setor público, de acordo com Brito e Silveira (2005) isso ocorreu por meio de processos de desestatização, os quais interferiram na forma de fornecimento de bens e serviços públicos. Com isso, na Europa ocorre um avanço na tendência de o Estado firmar parcerias com os setores privados para a concessão de bens e serviços públicos, “governos de diversos países identificaram, na parceria com o setor privado, uma alternativa para viabilizar projetos de infraestrutura e de provisão de serviços públicos” (BRITO; SILVEIRA, 2005, p. 2).

As parcerias Estatais com o setor privado e o terceiro setor se configuram em uma forma do Estado organizar suas ações, e com isso pagar para a execução de serviços, que o mesmo não deseja ou não tem a possibilidade e/ou competência para executar. Assim, recursos públicos são transferidos para que um ente privado execute tais serviços. De acordo com SILVEIRA e BRITO (2005), as discussões para implementação das Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil, tiveram início no ano de 2002, mas foi somente em 2004, por meio da aprovação do projeto de lei Nº 11.079/ 2004¹², que essa pauta foi consolidada. “O uso da PPP deve ser motivado por razões de eficiência na prestação do serviço e no uso dos recursos públicos, e não pela aparente solução do problema do financiamento” (SILVEIRA; BRITO, 2005, p. 10). Os autores ainda expõem que:

¹²**Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm. Acesso em: 06 jan. 2021.

O modelo brasileiro emprega a terminologia PPP em seu sentido estrito: é uma forma de provisão de infraestruturas e serviços públicos em que o parceiro privado é responsável pela elaboração do projeto, financiamento, construção e operação de ativos, que posteriormente são transferidos ao estado. O setor público torna-se parceiro na medida em que ele é comprador, no todo ou em parte, do serviço disponibilizado. O controle do contrato passa a ser por meio de indicadores relacionados ao desempenho na prestação do serviço, e não mais ao controle físico-financeiro de obra (SILVEIRA; BRITO, 2005, p. 8-9).

O arcabouço legal brasileiro definiu as modalidades de parcerias e as características dos contratos entre o poder público e a iniciativa privada, criando dois formatos de PPP: a administrativa, onde a remuneração do setor privado é feita por meio de recursos orçamentários e o destinatário dos serviços é a própria administração pública ou a coletividade, e a patrocinada, quando os recursos públicos são complementados com a cobrança de tarifas dos usuários do serviço em questão (THAMER; LAZZARINI, 2015, p. 826).

No município de Erechim/RS, há o que podemos denominar por “rede” de agentes públicos e privados que são responsáveis pela organização da coleta seletiva no município, esse processo recebe a denominação de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. Resgatamos as implicações em torno das parcerias público-privadas, com o objetivo de analisar o papel desenvolvido pelos agentes que fazem parte dessa rede nos dias atuais: A empresa Jantsch e Rigo prestação de Serviços LTDA-ME, as associações de catadores e catadoras, a Engesa Coleta de Resíduos e Saneamento Ambiental Eireli e o poder público municipal, através da secretaria do meio ambiente.

A parceria público-privada em torno da coleta seletiva, nesse contexto, suscita discussões que podem ultrapassar pelo que se entende por terceiro setor, uma vez que a responsável pela gestão das associações de catadores e catadoras é uma empresa, que se coloca com um eixo de atuação voltado para a responsabilidade social, em relação ao trabalho que desenvolve junto aos catadores e catadoras. No entanto, o objetivo final não se altera, visto que, como empresa, a mesma necessita de rendimentos pelo serviço que executa.

A realização da Coleta Seletiva Solidária, contempla e suscita discussões em âmbito nacional, pautada em sua maioria, por grupos de catadores e catadoras politicamente organizados, como o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), tem por finalidade reivindicar que os municípios priorizem a contratação de cooperativas e associações de reciclagem para execução de todo o processo da coleta seletiva dos resíduos urbanos, com vistas a incentivar e garantindo a participação dos catadores e as catadoras.

O inciso V, do artigo 3º, do capítulo II, da lei nº 12.305/2010, que dispõem acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos, caracteriza a coleta seletiva, como a “coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição” (BRASIL, 2010). Essa legislação, no inciso III, do capítulo III, aponta o sistema de logística reversa e a coleta

seletiva como ferramentas de implementação que incidem sobre o tempo de vida útil dos produtos, e se configuram em instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual trouxe benefícios aos catadores e catadoras, que foram incluídos institucionalmente na cadeia produtiva da reciclagem, bem como a garantia da participação de outros agentes, como o setor privado.

Art.8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:
VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos” (BRASIL, 2010).

O decreto federal nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, fomenta o trabalho de catadores e catadoras organizados em cooperativas e associações ao apontar que os órgãos da administração pública federal direta ou indireta, devem realizar a separação dos materiais recicláveis e encaminhá-los aos empreendimentos de catadores e catadoras.

Legislações específicas como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e pautas como a Coleta Seletiva Solidária, fomentam redes de catadores e catadoras, para os quais a organização em empreendimentos solidários se traduz em questão política e econômica, podendo adentrar no escopo das subjetividades e das relações sociais dos indivíduos que fazem parte das cooperativas e associações, como na fala do catador Eduardo:

E aí claro, se a gente vai olhar para questão dos movimentos sociais, a gente vai olhar para a questão da organização dos pobres e tal, não está muito ligada a questão do dinheiro né. Está muito ligada a questão dessa luta do que a gente enxerga, que é o sistema que vai terminar com o planeta, né, então é quase uma obrigação trabalhar e fazer com que a economia solidária seja uma realidade né, e a gente atua nesse processo, mesmo para aqueles que não sabem nem o que é a economia solidária, quando se organiza uma cooperativa, quando se forma um trabalho coletivo, quando vai partilhar os recursos, quando vai democratizar, explicar as decisões, quando vai deixar aberto as vagas para que qualquer pessoa conveniada possa ocupar tanto a diretoria, quanto o plano do negócio, quando as pessoas tem acesso às informações, é um outro mundo daquele fechado, pode ampliar a lógica do que seria a economia solidária para tornar ela tão pública, tão de controle popular quanto é o sistema capitalista (ENTREVISTA, EDUARDO, 2020).

Ampliando nossa análise ao encontro do exposto acima, Dadigno (2004) ao se referir ao terceiro setor no Brasil, aponta que o mesmo, se apresenta caracterizado por ambiguidades, sob a égide dos interesses de maximização dos lucros, por meio de uma imagem política construída sob o caráter de “responsabilidade social”. No entanto, o mesmo mascara e esvazia o debate político em torno de questões como a cidadania, por exemplo. Para a autora, em um

estado com políticas neoliberais implementadas, esse discurso é pautado pela ausência de referências a direitos universais, bem como sobre causas da pobreza e desigualdade. Assim, essas questões são retiradas do debate da agenda política e tratadas sob os aspectos da filantropia e da gestão técnica. Assim, a autora pontua que:

Com o avanço do modelo neoliberal e a redução do papel do Estado, as políticas sociais são cada vez mais formuladas estritamente como esforços emergenciais dirigidos a determinados setores sociais, cuja sobrevivência está ameaçada. Os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como seres humanos “carentes”, a serem atendidos pela caridade, pública ou privada. Ao serem confrontados com essa visão, reforçada pela escassez de recursos públicos destinados a essas políticas e pela gravidade e urgência da situação a ser enfrentada, setores da sociedade civil chamados a participar em nome da “construção da cidadania” com frequência subordinam sua visão universalista de direitos e se rendem à possibilidade concreta de atender um punhado de desvalidos (DADIGNO, 2004, p. 108).

A cultura organizacional da cidade de Erechim/RS em torno da limpeza e conservação da coisa pública¹³, as implicações acerca do fechamento do lixão, as lutas dos catadores e catadoras organizados por melhores condições para realização do seu trabalho, não podem ser vistos como fatores isolados que levaram a poder público municipal de Erechim/RS a dar importância e apoio ao trabalho desenvolvido em torno da reciclagem, abrangendo os serviços prestados pela iniciativa privada e pelas associações de catadores e catadoras. Esse processo de organização da reciclagem no município, também decorre de fatores mais gerais, como a lei Nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a qual em seu artigo 4º expõem que:

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. (BRASIL, 2010).

Em 2011, criou-se em Erechim o Plano Municipal de Saneamento Básico- Modalidade Resíduos Sólidos Urbanos. “O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos pode estar inserido no Plano Municipal de Saneamento Básico respeitado o conteúdo mínimo

¹³O que nos referimos por cultura organizacional de limpeza e organização da cidade vai ao encontro do definido no Plano Municipal de Saneamento Básico- Modalidade Resíduos Sólidos Urbanos no que se refere aos aspectos estéticos relacionados ao município “Uma cidade limpa instila orgulho a seus habitantes, melhora a aparência da comunidade, ajuda a atrair novos residentes e turistas, valoriza os imóveis e movimenta os negócios” (ERECHIM, 2011, p. 192).

previsto no art. 19 da Lei nº 11.445/2007” (ERECHIM, 2011). As legislações contribuem para a garantia, manutenção do trabalho dos catadores e catadoras, e para a sua organização. Essa classe de cidadãos e cidadãs que, por vezes, está longe de ter todos os direitos básicos de subsistência garantidos, no entanto, o pouco que tem já pode fazer diferença em suas vidas.

As associações de reciclagem da cidade de Erechim/RS, foram fundadas com o intuito de disponibilizar emprego e renda para catadores e catadoras que realizavam a atividade de catação e separação dos materiais recicláveis no antigo lixão do município, e para aqueles e aquelas que realizavam essa atividade com um carrinho pelas ruas da cidade (conhecidos pela população como *carrinheiros* e *carrinheiras*).

A destinação correta dos resíduos nesta localidade, por vezes, vista como um problema, à medida que os catadores e catadoras vão se organizando e o poder público municipal passa a mobilizar agentes, ocorre um processo que acaba por constituir em uma rede de articulação. No município, essa rede engloba os empreendimentos associativos, o setor público e o setor privado, com a intencionalidade de promover trabalho, renda, consciência social, ambiental e política, para quem dessa rede participa e quem nela atua.

O capítulo seguinte, expõe a experiência da formação das associações de reciclagem da cidade de Erechim/RS, busca evidenciar a relação entre trabalho e economia solidária, bem como os processos de gestão e autogestão em torno da coleta seletiva no município. Apresenta como ocorre o processo de funcionamento da gestão integrada dos resíduos na cidade e a participação da rede de agentes que fazem parte do mesmo.

CAPÍTULO

3 O “PROBLEMA DO LIXO”: A RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA, GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS E ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM EM ERECHIM/RS

Este capítulo tem por objetivo analisar a formação das associações de reciclagem do município de Erechim/RS, para tal busca apreender como se desenvolveram as lutas, os envolvimento e as perspectivas dos agentes envolvidos no processo da coleta seletiva. Utiliza-se o escopo teórico da Economia Solidária com a finalidade de expor os aspectos organizativos que envolvem os processos de gestão e autogestão das associações de reciclagem do município, os quais são compostos por parcerias firmadas entre agentes públicos e privados.

Com isso, descreve-se de forma breve como ocorreu o processo de formação das associações de reciclagem na cidade, com ênfase nas primeiras associações que foram criadas, destaca-se o papel desempenhado pelo poder público municipal, a entidade CEPO (Centro de Educação Popular) e a mobilização dos catadores e catadoras, carrinheiros e carrinheiras. Os resíduos (lixo), vistos em determinado momento como “problema”, passam a integrar uma rede em torno da coleta seletiva, a qual engloba diferentes agentes.

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária tem seu marco inicial com a experiência do Reino Unido, em um momento em que o capitalismo industrial estava a todo o vapor. Robert Owen, foi o responsável por propor leis que ofereciam proteção aos trabalhadores. Apesar de pertencer ao grupo daqueles que detinham os meios de produção (era proprietário de uma fábrica de tecidos), foi um dos primeiros a limitar a jornada de trabalho em sua indústria e a abolir o trabalho infantil (SINGER, 2002).

Owen valorizava qualitativamente seus funcionários, esse fato acarretou em um aumento na produtividade do trabalho. E o resultado teve incidência direta na elevação dos lucros de sua empresa. Com isso, Owen conquistou respeito e admiração. Destacando-se por se preocupar com a subsistência dos trabalhadores. Em 1817, chegou a propor ao governo britânico que o fundo dos pobres ao invés de ser repassado aos mesmos, fosse reinvestido na compra de terras para a criação de aldeias cooperativas. Na segunda metade do século XIX, o governo não só se nega a implementar a medida proposta por Owen, como também o acusa de

se utilizar da tentativa de prestar assistência aos pobres, com a intenção de mudar o sistema social e abolir as empresas capitalistas (SINGER, 2002).

De acordo com Singer (2002), havia um fenômeno que se caracterizava pela ascensão de propostas cooperativas, e junto a elas, aumentava a luta dos operários organizados em movimentos sindicais. Assim, cooperativas começaram a surgir ligadas à luta de classes conduzida pelos sindicatos. “Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado” (SINGER, 2002, p. 29).

Silva (2018 b) ao se referir ao conceito de economia solidária aponta que o mesmo foi sendo construído ao longo do século XX na Europa, atrelado à ideia de economia social. Para o autor, a economia social contempla os debates acerca das possibilidades de cooperação econômica, e as formas de manifestação da solidariedade entre os indivíduos. Esses debates abarcam ações com fins econômicos, como as desenvolvidas em cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras, nos mais diversos setores produtivos. Engloba também, o trabalho exercido de forma voluntária em empreendimentos sob diferentes finalidades. O critério de reciprocidade possui intensa valoração nesses espaços, e atua como um componente que valida os laços sociais.

Ferreira (2017) aponta que, a partir dos anos 1970, surge no contexto social com certa efervescência debates em torno de alternativas como a economia solidária e o empreendedorismo. “O período caracteriza-se pelo declínio do regime fordista; flexibilização da produção e do trabalho; inovação tecnológica; terceirização; produção enxuta; privatização; globalização econômica; aumento do desemprego, entre outros aspectos” (FERREIRA, 2017, p.44).

“Enquanto noção ou conceito, o termo economia solidária identifica a uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade”. (FRANÇA FILHO, 2004). Para o autor, essas novas formas de solidariedade têm em seu alicerce o protagonismo cidadão, em oposição às formas de solidariedade abstratas praticadas pelo estado e às formas tradicionais intrínsecas ao caráter comunitário. Para Silva (2018 b):

As definições existentes atualmente na literatura, embora convirjam em termos de condições básicas para a caracterização de uma iniciativa ou empreendimento de economia solidária, divergem principalmente no tocante à capacidade de transformação no cenário macrosocial sobre o qual incide. Enquanto alguns teóricos apontam tais iniciativas como respostas pontuais de grupos populares isolados e em situação de exclusão social, e por isso deveria ser adotado como paradigma de política

pública no campo das relações de trabalho, outros chegam a apontá-las como instrumentos concretos para um avanço rumo à superação do capitalismo; há ainda aqueles que veem esses empreendimentos como iniciativas populares precárias e marginais; e outros as criticam por serem meras formas funcionais ao capitalismo, sem poder real de transformação da sociedade (SILVA, 2018 b, p. 8).

Os autores Gaiger e Kuyven (2020) contribuem para a discussão ao pontuar que a economia solidária não forma um todo, um campo ou setor ancorado em uma uniformidade empírica. Para os autores:

No plano de suas células de base, ela abarca um aglomerado de iniciativas desenvolvidas a partir de vertentes independentes, que passaram paulatinamente por um processo de reconhecimento mútuo e de gradativa unificação, primeiramente por razões e dinâmicas de caráter sociopolítico, em seguida, por razões de Estado e, por fim, como temática de estudos (GAIGER; KUYVEN, 2020, p.5)

Lima (2004), nomeia uma série de modelos com bases cooperativas surgidas após a década de 1970: cooperativas defensivas, fruto das experiências das fábricas recuperadas; Cooperativas alternativas, ligadas aos movimentos contraculturais; Cooperativas de geração de renda, cuja finalidade se resume na criação de novos postos de trabalho; Cooperativas pragmáticas, atreladas às empresas, cuja finalidade é a redução dos custos das mesmas e, conseqüentemente o aumento dos lucros, empreendimentos que se apresentam como cooperativa, mas mantem relações de produção e trabalho, regidas por lógicas de mercado.

Tratar de economia solidária é abarcar um conceito diverso, que se coloca no meio social sob diversas roupagens, que podem se imbricar em alguns pontos e se distanciar em outros. “Empresas de economia popular, empresas sociais e cooperativas populares” (GAIGER, 2003, p.183), são alguns dos exemplos que denotam essa amplitude conceitual. No entanto, o ponto em comum de todas essas experiências reside na “contraposição entre solidariedade e individualismo competitivo presente na sociedade capitalista” (LIMA, 2004, p. 53).

Para Gaiger (2003), esse *poliformismo institucional*, no que refere às diferentes concepções e à organização em torno da economia solidária, se apresenta de maneira geral no formato de cooperativa. No entanto, não se pode anular as experiências dos empreendimentos ascendentes, os quais surgem em diversos setores produtivos e englobam a participação de categorias de trabalhadores diversificadas. Práticas de cooperativismo e economia solidária, surgem por dois vieses: como um novo modo de produção e distribuição de mercadorias, sob bases democráticas e autogestionárias; ou como uma possibilidade de organização das relações de produção e de trabalho, dentro do capitalismo (LIMA, 2004).

No entanto, de acordo com Gaiger (2003), caracterizar a economia solidária como um novo modo de produção é incorrer em um erro, visto que, para que se tenha o advento de um novo modo de produção é necessário superar o que está posto em vigência na sociedade atual. Para o autor, atrelado a esse aspecto há outros fatores que exercem influência, como as relações sociais ligadas ao capitalismo, as quais deveriam estar em crise e/ou suspensas, bem como a instauração de uma sociedade com características pós capitalistas, o que não se observa no contexto social presente.

Mesmo tendo em pauta formas diversificadas de organizar a produção, para Singer (2001) não há a possibilidade de negar que a Economia Solidária é parte integrante do capitalismo, uma vez que, o progresso técnico desses empreendimentos está atrelado à concentração de capital, que determina as condições de competitividade de cada um deles no mercado. A intencionalidade de estabelecer um modo de produção e distribuição das mercadorias alternativo ao sistema capitalista, pode se colocar no meio social como um fenômeno “criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2000, p.13).

Para o autor, as práticas de solidariedade nesse tipo sistema, possuem relação com a solidariedade de classe:

A prática da solidariedade consiste precisamente nisso: na generosidade que não enseja que o grau de sacrifício de cada indivíduo seja medido para futuras compensações; no desprendimento que faz com que cada trabalhador abra mão de lazer ou de dinheiro não só para o bem comum, mas também para cobrir deficiências de companheiros (SINGER, 2001, p. 107).

O princípio da solidariedade para Singer (2001) é o que vai ser combinado junto às diferenças e idiosincrasias individuais. As decisões são tomadas de forma coletiva, geralmente em assembleia. Assim, se organizam questões referentes ao empreendimento como: o plano de retiradas mensais, fixa-se as regras e divisões técnicas no tocante ao trabalho desenvolvido dentro daquele espaço, o estabelecimento de horários, funções e remunerações correspondentes ao trabalho exercido por cada associado/associada.

A solidariedade para o autor encontra-se posta, também no momento da escolha da direção (diretoria), em que cada associado/associada tem direito a um voto em assembleia. Todas as decisões, pautas e propostas devem ser discutidas e votadas entre os presentes. Nesse espaço, deliberam-se questões que vão desde a escala de remunerações (fator de diferença entre a cooperativa e a empresa capitalista), criação de regras e destinação de eventuais recursos financeiros, entre outras. A disciplina e o respeito aos acordos elaborados de forma coletiva

devem ser seguidos, caso isso não ocorra os transgressores são identificados e, se houver necessidade, advertidos. “A autodisciplina, um elemento fundante da autogestão, dá dignidade ao trabalhador e representa uma vantagem considerável da cooperativa em relação à empresa capitalista.” (SINGER, 2001, p.108).

Gaiger e Kuyven (2020) apresentam outra visão acerca da solidariedade em empreendimentos de economia solidária, a qual para os autores encontra-se atrelada às múltiplas experiências e ao agir coletivo dos indivíduos:

Por conseguinte, deve-se evitar uma abordagem meramente conjuntural da solidariedade popular, bem como explicações monocausais que tendem a padronizar suas manifestações pelo fato de refletirem um fator gerador, pretensamente comum. Conviria buscar antes entendê-la como um desdobramento de trajetórias humanas que predisuseram determinadas categorias sociais ao agir coletivo, a despeito de circunstâncias que possam ter refreado ou estimulado tal conduta (GAIGER; KUYVEN, 2020, p. 7).

Em lugares como o interior do país, e em periferias urbanas, as pessoas estão inseridas em circuitos econômicos e sociais, sem maiores interesses por parte da economia capitalista moderna. No entanto, essas maneiras de viver contribuem para alimentar uma coesão social primária, transformando-a em sistemas mais amplos, os quais tem como base principal de sustentação a prática da reciprocidade. Sendo assim, essas práticas sociais exercem funções indispensáveis à sobrevivência das pessoas que vivem nesses espaços, elas também servem como suporte para práticas que podem ser identificadas dentro do escopo da economia solidária (GAIGER; KUYVEN, 2020).

Por meio da economia solidária não apenas busca-se melhorar as condições de vida da população, mas, igualmente, encaminham-se outras alternativas de convivência social. A economia solidária não parte do Estado, nem da empresa, não é privada nem é pública, não nega o mercado nem se inclui nele. Ela origina não apenas uma forma de inserção econômica, mas uma participação nas decisões e nos rumos da sociedade (FERREIRA, 2017, p. 44).

3.1.1 Economia solidária e a realidade brasileira

Para Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) o cooperativismo brasileiro se constitui bastante heterogêneo no que se refere à natureza e escala de suas atividades, a complexidade das organizações cooperativas e seus princípios ideológicos. Assim, encontra-se uma diversidade de estabelecimentos cooperativos que congregam múltiplas maneiras de se constituir, dentre os quais, este esboçado pelos autores abaixo:

[...] grandes cooperativas funcionam como empresas de capital, voltadas para a lucratividade no mercado, empenhadas na profissionalização e na racionalização administrativa. Há também as pequenas cooperativas em periferias urbanas, voltadas para a inserção socioeconômica e o atendimento a necessidades básicas de populações pobres, que tendem a apresentar índole mais igualitarista, valorizam o fato de se governarem coletivamente e se identificam com a economia solidária (ANJOS, 2012; NUNES, 2001 *apud* VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 94).

Para Lima (2010) a partir dos anos de 1990, se intensificam no Brasil discussões envolvendo formas de organização solidárias, pautadas sob o enclave de um “novo” cooperativismo, ancorado em bases democráticas, de igualdade e autogestionárias, com vistas a contemplar os novos empreendimentos que estavam surgindo, em contraposição as cooperativas já existentes ligadas às empresas ou inerentes à economia de mercado. De acordo com o autor, esse momento de fortalecimento dos debates, propõe uma economia solidária, como proposta política, para uma sociedade justa e igualitária, e de geração de emprego e renda, para trabalhadores e trabalhadoras que estão fora dos espaços de trabalho formais, por conta da marginalização socioeconômica ou das mudanças causadas pelo processo de reestruturação produtiva.

Como partícipes de uma nova onda de solidarismo social e econômico, elas eventualmente se contrapõem às formas cooperativas tradicionais, já institucionalizadas na forma do cooperativismo. Com esse enfoque crítico, tais iniciativas, denominadas empreendimentos econômicos solidários (EES), têm passado por um processo de reconhecimento mútuo e de unificação, alinhando-se gradativamente ao campo denominado como economia solidária (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p.89).

Nos anos 2000, no contexto brasileiro, a economia solidária aparece em cena, atrelada a fóruns regionais, estaduais e municipais. Nesse período, passa a fazer parte da agenda pública, a ser discutida e posta em ação como política de governo. No entanto, as articulações estabelecidas entre os empreendimentos solidários, as instituições de apoio e o campo acadêmico datam da década de 1990 (GAIGER; KUYVEN, 2020). O conceito de economia solidária de acordo com Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) ganha notoriedade no Brasil, na medida em que vão surgindo iniciativas econômicas reconhecidas por utilizarem critérios associativos, de cooperação e de autogestão. Sendo assim:

Ao expandir-se, a economia solidária veio a abarcar diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas, dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito. Geralmente, o foco principal desses grupos

é a geração de bem-estar social e sobrevivência digna para seus associados (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p.89).

A economia solidária é demarcada por dimensões econômicas, que englobam um projeto de produção e de distribuição de mercadorias diferenciado, cuja direção visa à garantia da subsistência dos indivíduos que dela fazem parte, e não o lucro. Congrega também dimensões políticas, na medida em propõe um projeto de sociedade baseado em princípios como igualdade, equidade, sustentabilidade, autogestão, entre outros. A origem da economia solidária “foi interpretada como reativa, mas logo evidenciou caráter propositivo, sendo articuladora de instâncias políticas e de práticas em prol de um projeto societário mais justo e sustentável” (FERRARINI *et al*, 2019).

Com isso, a economia solidária passa a se constituir como política pública, movimento social e mudança de esfera econômica, impulsionando diversos estudos, que foram sendo elaborados em seu entorno. Os quais, de acordo com Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) não se encaixam nas esferas de um cooperativismo convencional e envolvem diferentes populações, como povos tradicionais, quilombolas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, povos ribeirinhos, quebradeiras de coco entre outros grupos e atores sociais diversos.

Assim, não é possível reduzir a economia solidária a uma forma de produção da vida material, somente, pois, ela se compõe por meio de formas alternativas de construir vínculos e práticas políticas ligados à construção de redes primárias, capazes de formar articulações que podem reduzir situações de vulnerabilidade, atuar no fortalecimento de identidades e promover cidadania. Esse agir político apresenta uma capacidade de colocar novos trabalhadores no mercado de trabalho, nas estratégias formadas pelas lutas sociais e de classe, na tentativa de adquirir bem-estar, reconhecimento e uma vivência significativa (FERRARINI *et al*, 2019).

Para Singer (2001) enquanto a economia capitalista é marcada pela competição, a economia solidária se mantém por indivíduos em sua maioria desprovidos de capital, ancorados no critério de solidariedade. Nas classes populares, a solidariedade está atrelada à ajuda mútua que as pessoas prestam entre si, com o intuito de beneficiar umas às outras. Esse modelo de economia é composto por diferentes tipos de empreendimentos, associações voluntárias, as quais se fazem presente com a finalidade de proporcionar aos seus associados e associadas benefícios econômicos. Essas empresas surgem movidas por uma questão de carência que o sistema dominante vigente se nega a resolver.

A economia capitalista rege-se pela heterogestão, ou seja, “a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade” (SINGER, 2002, p. 16-17), na economia solidária,

o princípio imposto é da autogestão, colocado como base para a participação democrática. De acordo com Ferreira (2017), autogestão, co-gestão e gestão participativa são conceituações diferentes. As últimas se colocam na esfera empresarial, cuja finalidade é aumentar a eficiência da empresa. Enquanto a autogestão se caracteriza por enfatizar a propriedade social dos meios de produção atrelada à organização da vida social como um todo, além de pautar a dimensão econômica, política e cultural, isso com o intuito de desenvolver uma transformação radical da sociedade.

Para Singer (2002) esse princípio democrático implica na participação de todos e todas, os quais podem/devem ter presença ativa nas decisões tomadas dentro do empreendimento, incluindo os problemas que nele possam surgir. A cooperação, de acordo com o autor, se orienta por valores como: autonomia, igualdade, democracia, solidariedade e equidade. E com base nesses valores, a economia solidária estabelece seus princípios.

Todos e todas que queiram fazer parte das cooperativas e associações podem fazê-lo. As decisões são tomadas de maneira horizontal, independentemente da contribuição de capital de cada um e cada uma. As cooperativas se constituem de maneira autônoma, e não necessariamente possuem relação com o poder estatal e/ou outras organizações da sociedade civil, seus membros recebem formação educacional para que conheçam suas regras e princípios. Podem se juntar à outras cooperativas por meio de redes de solidariedade locais, nacionais ou internacionais, devendo primar pelo desenvolvimento da localidade em que a cooperativa se encontra situada (SINGER, 2002).

Essas práticas econômicas baseadas na solidariedade, ancoram-se em laços de reciprocidade e estão fundamentadas no trabalho. Por meio delas, a produção material atende às necessidades coletivas, voltadas para um sentido social. “Na autogestão, pautada por valores de solidariedade e coletivismo, os trabalhadores decidem, de forma direta, os processos produtivos e a partilha do produto final” (FERREIRA, 2017, p. 46).

3.1.2 Contradições na economia solidária presentes em cooperativas e associações

Afora algumas exceções, a organização associativa dos trabalhadores e trabalhadoras no contexto brasileiro, não se converteu em um movimento social de classe em oposição a lógica do capital, como ocorreu no contexto da Europa no século XIX. Por aqui, permaneceu-se dependente da estrutura econômica, regional e cultural dos trabalhadores e dos espaços permeados por jogos de poder (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

[...] o marco legal das associações é extremamente amplo, pois abrange toda agremiação de pessoas que se unem para desenvolver atividades comuns, desde que se distingam de instituições mais específicas (igrejas, fundações e partidos políticos) e não tenham finalidade econômica. Com isso, o associativismo manteve-se sem personalidade própria e sem mecanismos de representação, tendo sido, ademais, largamente cooptado ou estimulado para funcionar como correia auxiliar da dominação oligárquica. (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 93)

Com base na análise dos dados obtidos por meio do Sistema de Informações sobre a Economia Solidária (Sies) Gaiger e Kuyen (2020), traçam quatro características que envolvem os empreendimentos de economia solidária no país: 1) A economia solidária se configura por uma multiplicidade de experiências; 2) Há uma dificuldade em se traçar tipologias específicas e aplicá-las, uma vez que não é possível reduzir a economia solidária a categorias ocupacionais, atividade econômica ou forma jurídica; 3) A economia Solidária não se reduz somente a outra forma de organização da produção, com vistas a produzir e fomentar experiências de geração de trabalho e renda para os e as que dela fazem parte; 4) Os sócios e sócias que adentram nos empreendimentos de economia solidária, o fazem visando diferentes propósitos, bem como apresentam uma diversidade de trajetórias de vida, sendo em sua maior parte formados por pessoas adultas que fazem parte da população economicamente ativa.

A ideia de uma “outra economia”, ancorada em princípios solidários, traz a necessidade problematizar até que ponto esse viés solidário não é atravessado pelas lógicas do capital. Pagotto (2019) aponta que as cooperativas podem interferir no processo de precarização do trabalho, através da pauta de combate ao desemprego. A autora evidencia a forma como os trabalhadores estão alocados nesse processo e como estão gerindo os espaços cooperativos, que têm como finalidade a luta pela subsistência. Assim, os trabalhadores e trabalhadoras que juntam-se para fundar esse tipo de organização, ocupam o rol de excluídos do sistema formal de emprego. As cooperativas cumprem a função de alocar esses trabalhadores desempregados, acabando por contribuir com os processos de mudança nas relações de trabalho.

A autora parte da perspectiva de que as cooperativas de trabalho podem encobrir processos de exploração. Com a reorganização do capital após os anos de 1970, essas novas formas são resgatadas com a intenção de repor os níveis de acumulação do capital. Nessa esfera adentra também o desemprego, que contribui para aumento das formas precárias de exercício da atividade laboral, assim até mesmo os “sobrantes”, “excluídos” devem ser incorporados na lógica de reprodução do capital. A competitividade no processo de produção e vendas de produtos de uma cooperativa para uma empresa do mesmo ramo é visível, assim para conseguir sobreviver as cooperativas acabam mexendo nas horas de trabalho, intensificando a produção

ou oferecendo aos cooperados e cooperadas uma remuneração bastante aquém do necessário (PAGOTTO, 2019).

Festi (2019), ao retratar a experiência de recuperação da fábrica Zanon, na Argentina, aponta que uma das dificuldades encontradas pelos trabalhadores e trabalhadoras para gerir a fábrica recuperada, era o desconhecimento dos processos de gestão de um empreendimento. No entanto, o autor retrata que os operários receberam ajuda de entidades, pessoas físicas e jurídicas para efetuar tal processo. A incorporação por parte dos trabalhadores e trabalhadoras dos princípios solidários e de autogestão é um processo, como demonstra o autor, afinal os trabalhadores e trabalhadoras, no capitalismo, estão inseridos em limites de hierarquia, não participam das tomadas de decisões, tampouco dos processos de gestão das empresas e da comercialização da produção.

O fenômeno das “falsas cooperativas” ou “cooperगतos, também pode ser apontado como uma das contradições que aparecem no modelo cooperativo de produção de bens e serviços. Para Lima (2004), esses empreendimentos podem aparecer ligados às empresas capitalistas ou se transformam em empresas comuns, e acabam competindo com aquelas que realmente seguem o princípio da autogestão. Por meio da tese da degeneração das cooperativas Lima (2004), aponta alguns dos limites e tensionamentos que envolvem a economia solidária no Brasil. As chamadas falsas cooperativas (*cooperगतos/cooperfraudes*), atreladas às empresas, servem diretamente ao capital e contam com a incorporação dos lucros e com a presença de trabalhadores assalariados.

Mesmo diante de críticas, para Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), o cooperativismo ainda pode ser apontado como o modelo mais acabado de autogestão e de solidariedade econômica, o qual serve como base para atender as necessidades e interesses da classe trabalhadora. Sendo assim:

Com essa finalidade, as cooperativas solidárias se têm alinhado em favor de um novo modelo, questionador do perfil político e dos impasses do cooperativismo no país, relacionados à incoerência entre seus princípios doutrinários e seu desenvolvimento histórico. Tal modelo viria a suplantar o cooperativismo tradicional e a recuperar as cooperativas desvirtuadas pela centralização do poder ou criadas de modo fraudulento, como um estratagema empresarial de desoneração de custos sociais. (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p.95).

Para Gayger e Kuyen (2020), a solidariedade que se coloca aos empreendimentos solidários, está assentada em aspectos como: a socialização dos recursos produtivos dentro dos espaços cooperativos e associativos, a gestão cotidiana que os atores e atrizes sociais fazem do

empreendimento e desses recursos, o regramento baseado em princípios como a equidade, e o engajamento dos empreendimentos solidários com movimentos e mobilizações de cunho social.

As políticas públicas, legislações e acordos provindos do estado, de entes públicos e/ou privados podem carregar consigo a pauta de ideais de humanidade, a dignidade do trabalho, obtida por meio de emprego e renda. Iniciativas como as políticas de assistência, por meio do pagamento do Auxílio Emergencial, das articulações e lutas pautadas pelo Movimento Nacional de Catadores (MNCR), as legislações como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a solidariedade advinda de organizações da sociedade civil e por parte da iniciativa privada podem servir como ferramentas que contribuem para contornar, mesmo que de forma breve a situação de vulnerabilidade social de catadores e catadoras. Essas formas de proteção por parte do Estado (POLANYI, 2000), que dizem respeito à maneira como é tratada a questão social (CASTEL, 1998), pode fomentar redes de proteção social, que aloca os *supranumerários/excluídos*, em outros espaços sociais, tirando essas pessoas da esfera e da responsabilidade exclusiva do mercado.

Um dos argumentos postos na literatura estudada, a respeito da solidariedade e do escopo da Economia Solidária em organizações de catadores e catadoras, bem como no fomento às políticas públicas por parte do Estado é de que essa “assistência”, pode se colocar como uma faca de dois gumes, se por um lado, fortalece, incentiva e apoia a organização e o trabalho desempenhado por catadores e catadoras, sejam eles organizados ou independentes, por outro, acaba por fomentar mesmo que de forma indireta, o trabalho informal, sem a garantia de proteções e direitos básicos, incentiva a geração de renda sem a intervenção do Estado, e pode servir como argumento para esfacelar ou aniquilar formas de proteção social garantidas a indivíduos em situações de precariedade extrema. Os autores abaixo expõem que:

Ao se propor como política de inclusão socioproductiva a articulação de ações, através de parcerias, entre as organizações de catadores, os poderes públicos e o mercado da reciclagem, não se pode ignorar a variedade de interesses e as desigualdades entre esses sujeitos. Essas articulações evidenciam, principalmente, o estabelecimento de uma engenharia institucional cujo jogo consiste em encarregar a sociedade da resolução dos problemas econômicos, sociais e ambientais, como se isso dependesse da vontade de cada um, e não fosse resultado das conjunturas e estruturas vigentes (MAGNI; GÜNTHER, 2014, p.256).

A garantia de trabalho e renda é um dos principais critérios que move a organização de espaços voltados para a Economia Solidária.

Todas as sociedades compreendem o significado do trabalho, variando historicamente seus determinantes em termos de estrutura da própria sociedade, à centralidade maior

ou menor na formação de identidades sociais, tal como acontece no capitalismo (LIMA, 2010, p. 162)

A perspectiva do trabalho ancorada sob bases neoliberais, de autonomia, liberdade para empreender, individualidade, empreendedorismo, vai de encontro aos princípios e bases da economia solidária. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, se tem a ascensão dos empreendimentos solidários no Brasil, uma das contradições do desenvolvimento desses processos de trabalho coletivo, se coloca na organização dessas formas de trabalho. Dificuldades de adaptação, de se verem como parte dos empreendimentos solidários (sócios, cooperados), de realizar a verticalidade nas relações e a participação através da democracia direta são alguns dos percalços (LIMA, 2004; LIMA, 2010).

Para Lima (2010) as mudanças ocorridas na organização e nas relações de trabalho não deixaram resquícios somente na estrutura do mercado de trabalho, mas nas subjetividades do trabalhador, a valorização do conhecimento para o aumento da produtividade, a autonomia pelo trabalho individualizado, autogestão e controle dos processos e programas da empresa. O autor lança a seguinte questão: Em que medida esse discurso é incorporado pelos trabalhadores nessa cultura do trabalho? E nos empreendimentos que utilizam a autogestão de forma solidária?

“Mais que uma mudança nas formas de organização de produção, temos mudanças na percepção do trabalho, valores a ele vinculados, do seu caráter coletivo e de suas possibilidades enquanto formadores de identidades e projetos sociais” (LIMA, 2010, p.159). “O solidarismo foi uma resposta de trabalhadores submetidos à proletarização diante da turbulência social causada pela revolução industrial” (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 91).

3.2 LEGISLAÇÕES QUE REGEM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

Para Lima (2004), os empreendimentos solidários (cooperativas e associações), são resultantes de dois fatores: 1) dos processos de reestruturação econômica, acumulação flexível e a crise do sistema fordista de produção; 2) reflexos dos movimentos contraculturais da década de 1960, os quais através da perspectiva cultural questionaram a ordem vigente, o objetivo era a discussão de pautas ligadas a justiça social.

A primeira menção às cooperativas que se observa na legislação brasileira “foi o Decreto Legislativo nº 979, de 6 de janeiro de 1903, conhecido como Lei dos Sindicatos Agrícolas.” (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015, p. 23). O nascimento da legislação cooperativa ocorre por meio do decreto “nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, que apresentava no seu texto os

primeiros passos para a criação efetiva de uma lei cooperativa” (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015, p. 23)¹⁴. Estabeleceu-se esta legislação até dezembro de 1932, quando através do decreto nº 1.637 altera-se o texto da parte em que constavam os atos relacionados à cooperativa, e promulga o decreto nº 22.239:

A nova legislação, mediante decreto, trouxe ao sistema cooperativo brasileiro um novo conceito e uma nova forma de entender, com uma profunda reforma do agir cooperativo, isto é, a maneira como deveria ser fundada, organizada e gerida a sociedade cooperativa no Brasil (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015, p. 26).

O decreto nº 22.239 perdurou entre revogações e revigorações até 1966. Nesse ínterim tem-se a fase intervencionista do Estado Novo (1937-1945), assim o decreto passou a valer por alguns períodos, alterando-se algumas premissas do mesmo, como no que se refere à fiscalização das cooperativas e associações, que passou a ser realizada pelo Ministério da Agricultura da Fazenda e do Trabalho, da Indústria e Comércio, com a clara intenção de exercer o controle absoluto por parte do governo perante às associações e cooperativas (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015).

Essa legislação em torno das cooperativas e associações perdurou até 1971, quando foi promulgada a Lei Geral das Cooperativas, instituída sob o n.º 5.764, em 16 de dezembro de 1971, a qual define a política nacional e o regime jurídico das cooperativas. Essa lei “norteia o Direito Cooperativo até os dias atuais, com atualizações através de leis esparsas, regulamentando setores cooperativos específicos, em especial o cooperativismo de crédito” (WAKULICZ; OLIVEIRA FILHO, 2015).

Com base no art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. Essa legislação determina ainda que os indivíduos que contribuem entre si para exercício de atividade econômica, com vistas para o bem comum, sem o objetivo de lucro celebram uma sociedade cooperativa. Outro destaque pontuado no art. 5º da legislação coloca que esses empreendimentos podem exercer qualquer serviço, atividade ou operação, e têm assegurado o direito exclusivo de adotar a nomenclatura cooperativa.

¹⁴O decreto nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907, “cria sindicatos profissionais e sociedades cooperativas.” Os artigos 10 e 11 dessa legislação especificam as características principais e os primeiros formatos de uma cooperativa. Para maiores informações a respeito consultar: <https://www.google.com/search?q=Decreto+n%C2%BA.+1.637%2C+de+05+de+janeiro+de+1907&oq=Decreto+n%C2%BA.+1.637%2C+de+05+de+janeiro+de+1907&aqs=chrome..69i57j69i59i450l7.171j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> e <https://central3.to.gov.br/arquivo/453269/>. Acesso em: 18 jan.2021.

[...] as cooperativas situam-se entre aquilo que se pode juridicamente determinar como associação, pela sua forma organizativa, e sociedade, pelo seu fim econômico. Possuem, contudo, forma específica, delimitada pela chamada Lei Geral das Cooperativas (Lei nº 5764/1971) (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 93).

A forma jurídica de associação é adotada por 74,2% dos empreendimentos econômicos solidários (GAIGER; KUYVEN, 2020). O formato jurídico da associação é o que tem prevalecido no contexto da economia solidária. “Sua adoção confere um status institucional aos empreendimentos para que funcionem na semiformalidade, recebam apoios e subvenções” (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 94). O artigo 44, do Código Civil brasileiro de 2002, aponta as associações como pessoas jurídicas de direito privado. Seguindo nessa perspectiva o capítulo II estipula a forma organizacional, a constituição e as prerrogativas acerca do formato das associações, de acordo com o *caput* do artigo “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (BRASIL, 2002).

O que fazem os empreendimentos da economia solidária, porém, é usar um dispositivo legal que se destina a fins não econômicos para poder ter um resguardo jurídico mínimo, uma configuração que lhes permita atuar na legalidade, com CNPJ (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 93).

O ato de formar uma cooperativa envolve mais processos burocráticos do que de formação de uma associação, é mais demorado e dispendioso, isso justifica o fato de alguns grupos se constituírem enquanto associação e não cooperativa. Assim, as associações ultrapassam as esferas econômicas de organização, constituindo-se também enquanto instrumento de organização e de luta popular por direitos e melhores condições de vida (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

Nos dias atuais, a economia solidária evoca um amplo conjunto de sujeitos, de organizações econômicas, de entidades representativas e de organismos da sociedade civil e do Estado. Ela designa, ao mesmo tempo, um setor econômico e um movimento social. Por ser um fenômeno ainda recente e não encontrar soluções jurídicas adequadas no Direito vigente, a economia solidária encontra-se desprovida de um marco legal apropriado no Brasil. Suas organizações, designadas genericamente de empreendimentos, não podem ser apreendidas corretamente apenas a partir do formato jurídico oficial que adotam, ou deixam de adotar – no caso dos grupos informais e sem compromissos de mais longo termo –, uma vez que ele representa, em geral, uma solução paliativa para que possam funcionar e tornarem-se viáveis (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 90-91).

O número de empreendimentos de economia solidária (EES), na região sul corresponde a 3.295 com um total de 412.658 sócios. 67% são homens e 33% são mulheres. Esse estilo de organização econômica se apresenta de forma assimétrica na zona rural e no espaço urbano, ambos com uma porcentagem de estabelecimentos de 42%, 16% desses espaços são mistos, alocados entre o ambiente urbano e o rural. No estado do Rio Grande do Sul, o total de empreendimentos solidários é de 1.967, com 207.822 sócios, 33% são mulheres e 69% são homens. O predomínio desses espaços no Estado é na zona urbana (46%), em detrimento da zona rural (38%), e dos espaços mistos (16%) (KUYVEN; KAPPES, 2013).

3.3 A EXPERIÊNCIA DE ERECHIM/RS

Os autores Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), ao retratar a experiência europeia em torno da economia social, baseada nos ramos mutualista, associativo e cooperativo, partem desse contexto, e esboçam uma análise do caso brasileiro. Para os autores, no Brasil, o cooperativismo foi o que adentrou na esfera institucional, impulsionado num primeiro momento pelos imigrantes europeus no século XIX (principalmente na região sul do país), com a implantação de cooperativas de consumo, de crédito e agropecuárias.

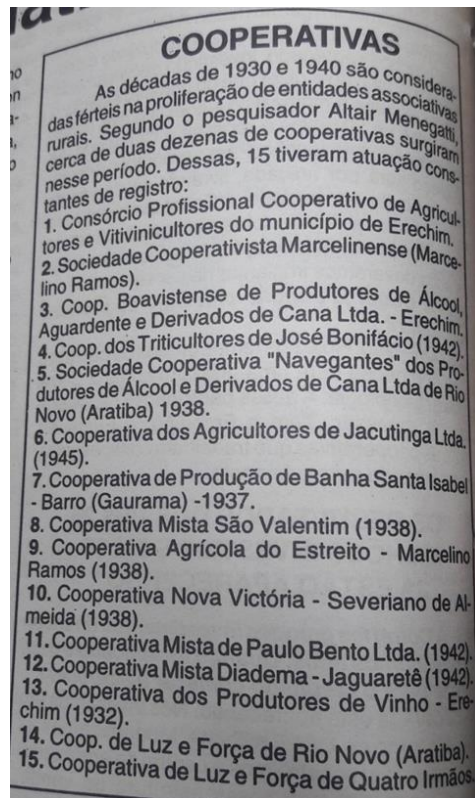
A forma de organizar a produção de bens e serviços em cooperativas é um fenômeno que podemos destacar no contexto da cidade de Erechim. No entanto, muitos desses espaços não se pautam sob as bases da economia solidária, pelo contrário, alguns setores ligados ao espaço agrícola e de prestação de serviços, por exemplo, possuem fortes vínculos com a economia de mercado. A depender da análise que fizermos, ao olhar para alguns desses espaços podemos partir do modelo da tese da degeneração das cooperativas exposta por Lima (2004).

Os empreendimentos cooperativos na região do Alto Uruguai Gaúcho¹⁵, se iniciam junto ao surgimento das cidades, por volta do ano de 1900. Se tem registros da existência de cooperativas em Erechim que datam da década de 1930/1940. Essas cooperativas, em geral, se detinham, ao comércio de produtos alimentícios produzidos pelos agricultores na zona rural do município (BENINCÁ, 2006).

¹⁵De acordo com o *site* da AMAU (Associação dos municípios do Alto Uruguai Gaúcho), a região do Alto Urugusi Gaúcho é composta pelos municípios de Marcelino Ramos, Severiano de Almeida, Mariano Moro, Viadutos, Carlos Gomes, Aratiba, Três Arroios, Gaurama, Áurea, Centenário, Erechim, Floriano Peixoto, Charrua, Getúlio Vargas, Erebango, Estação, Ipiranga do Sul, Sertão, Quatro Irmãos, Jacutinga, Paulo Bento, Barão de Cotegipe, Ponte Preta, Campinas do Sul, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Benjamin Constant do Sul, São Valentim, Faxinalzinho, Erval Grande, Itatiba do Sul, Barra do Rio Azul. Maiores informações em: <<https://www.amau.com.br/site/municipios/>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

O autor faz uma retomada histórica acerca das diferentes cooperativas que surgem na região, as quais trabalham sob uma égide bem diversificada, como a comercialização de produtos agrícolas (grãos e leite), a prestação de serviços e cooperativas de crédito. Essas décadas aparecem como propulsoras do surgimento de modelos cooperativistas na região. De acordo com quadro retirado de matéria do Jornal A Voz da Serra, no ano de 1997, acerca da comemoração de 40 anos da Cooperativa Tritícola Erechim Ltda (COTREL), fundada em 1937, destaca-se a presença de diversas cooperativas na região no período citado acima:

Figura 4 - Cooperativas da região do Alto Uruguai Gaúcho



Fonte: Jornal A Voz da Serra, 25 de setembro de 1997. Disponível no Arquivo Histórico Municipal Joarez Miguel Illa Font de Erechim-RS; Acesso em: fev. 2020.

No Brasil, em período anterior a década de 1980 existiram várias experiências de cooperativas de crédito, habitacional e agrícola. A partir da segunda metade dessa década, as cooperativas de trabalho e de produção começaram a organizarem-se e a ganhar visibilidade. (LIMA, 2004, p.50). Esse fenômeno, de acordo com o autor é impactado por três fatores: as crises econômicas do período militar, as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva e a entrada de políticas neoliberais no país. Para o autor, as experiências das fábricas recuperadas

por trabalhadores atreladas à investimentos de instituições como a IAF (*InterAmerican Foundation*), fomentaram diversas e significativas experiências de organização solidária em solo brasileiro.

Em artigo de opinião publicado no Jornal A Voz da Serra, em 08 de março de 1997, o dirigente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) do Alto Uruguai da época, Dilson José Wosnik, esboça uma denúncia acerca das empresas que se utilizam da brecha constitucional da lei 8.949/94, (a qual instituiu um parágrafo único no artigo 442 da Consolidação das leis do Trabalho (CLT¹⁶), para criarem cooperativas de trabalho, cujo intuito é a prestação de serviços, mas com mão de obra contratada.

De acordo com o autor do artigo jornalístico, essa prática se coloca como uma forma de “camuflagem” por parte das empresas, cuja intencionalidade é terceirizar a mão de obra utilizando-se do escopo do cooperativismo. O autor argumenta que, nesse caso, há prejuízos para os trabalhadores, uma vez que, quando transformados em cooperados, os mesmos perdem direitos e garantias trabalhistas, como férias, 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS), dentre outros. E perdem, também, direitos previdenciários como auxílio doença, seguro desemprego, acidente de trabalho.

Atualmente, a organização das associações de reciclagem na cidade de Erechim gera emprego e renda para os catadores e catadoras associados. Há uma rede de articulação de diferentes agentes públicos e privados que compõe a gestão integrada dos resíduos sólidos. A seguir, esboçamos como ocorreu o processo de formação dessas associações de reciclagem, com destaque para algumas das contradições inerentes a esse processo, ao posicionamento dos agentes e entidades envolvidos no mesmo, e as articulações legais e políticas.

3.3.1 A preocupação com “o problema do lixo”

A lei 2.595, de 04 de janeiro de 1994, “dispõe sobre o desenvolvimento humano, zoneamento de uso do solo urbano e dá outras providências. ” Sancionada pelo prefeito em exercício na época, Antonio Dexheimer (PMDB), em seu artigo 10, especifica:

Artigo 10º - O Município de Erechim articular-se-á com os demais municípios da região, mediante convênios, acordos e contratos, com a aprovação do Legislativo

¹⁶ Esta é a legislação de que trata o autor: **Parágrafo único:** Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela. (Incluído pela Lei nº 8.949, de 9.12.1994). A contra- argumentação por parte deste “tipo de cooperativa”, é de que as empresas estariam diminuindo gastos sociais e previdenciários, esse tipo de organização beneficia os empresários.

Municipal, entre órgãos e entidades de suas Administrações Públicas, com relação: III - A homogeneidade e complementaridade das respectivas legislações municipais, em especial quanto a: e) à limpeza urbana, compreendendo lixo e disposição final dos resíduos sólidos (ERECHIM, 1994).

Em 1995 ocorreu um debate por parte do poder público municipal de Erechim, acerca da terceirização dos serviços de limpeza urbana no município. Por meio de um projeto de lei sancionado pelo prefeito em exercício na época Antonio Dexheimer (PMDB), o executivo ficava autorizado a contratar, através de licitação, serviços terceirizados de coleta seletiva do lixo doméstico, comercial, industrial, odontológicos, hospitalares, de farmácias, de limpeza das vias públicas e implementação do aterro sanitário.

Até 1995, a coleta seletiva no município ficava a cargo da prefeitura municipal. Os resíduos eram coletados com uma estrutura de cinco caminhões e 25 funcionários municipais. Em 11 de agosto deste mesmo ano, o contrato de terceirização dos serviços de limpeza urbana e coleta seletiva foi firmado. A Intranscol coleta de resíduos Ltda., de São Paulo/SP, foi a empresa contratada pelo poder público para prestar esses serviços, sob sua responsabilidade ficou atribuída a realização da coleta seletiva, o transporte dos resíduos, a manutenção do aterro sanitário e a limpeza e organização das vias públicas da cidade.

De acordo com a fala do prefeito em exercício na época, Antonio Dexheimer (PMDB), a justificativa para a terceirização foi de que, “a concessão desses serviços, por natureza, podem ser atribuição do estado, mas que, melhor convém, que as execuções dessas tarefas sejam realizadas junto às pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.” Em 11 de janeiro de 2007, a prefeitura aprova o decreto, nº 3.161, cuja finalidade é a regulamentação dos artigos 44 e 45 da lei 2595/1994, que tratam da existência de local específico para estocagem dos resíduos sólidos urbanos no município.

O “problema do lixo”, essa frase que apareceu de maneira recorrente nos documentos analisados que tratavam do processo da coleta seletiva em Erechim/RS. Utilizada em geral, para fazer referência aos conflitos e embates em torno dos resíduos produzidos pela população, os quais envolviam: o descarte e a destinação inadequada dos resíduos, os impasses em torno do lixão, a posição do poder público municipal e da população, o preconceito, o descaso e a falta de empatia da população mediante os carrinheiros e carrinheiras, catadores e catadoras.

A preocupação com o lixão, era destaque constante na mídia local e alvo de reclamações e protestos por parte da população erechinense, não somente por acentuar a poluição de um riacho que se localizava nas proximidades de onde os resíduos eram depositados, mas também devido ao mau cheiro, a presença de animais transmissores de doenças e as condições em que

se encontravam os catadores e catadoras, que tiravam da catação de materiais recicláveis no lixão, o sustento para suas famílias. Em matéria publicada no jornal *A Voz da Serra*, em 8 de dezembro de 1998:

Os moradores das áreas próximas ao “lixão” estão convivendo com o mau cheiro e com a fumaça do lixo. Com a proximidade do verão, as comunidades localizadas nas redondezas sofrem com os problemas do lixo, principalmente com as moscas, e temem as consequências que podem trazer para a saúde da população (MORADORES..., 1998, p.4).

Os adultos controlam esse processo seletivo de lixo. Vivem em meio a fumaça e o mau cheiro, improvisando proteções contra o sol e o mau tempo, empilhando restos de geladeiras e outros eletrodomésticos. Vivem à espera das dezenas de toneladas/mês que os caminhões da Intranscol (empresa que realizava a coleta) descarregam. Eles transportam o lixo da maneira como coletam na rua e despejam num local próximo ao aterro, onde é processada a seleção (MORADORES..., 1998, p.4).

O exercício da atividade de catação de materiais no lixão, trazia consigo outras implicações, como a presença de crianças e adolescentes no local, que realizavam a coleta dos materiais junto aos familiares.

Outro problema que vem sendo constatado no lixão é a presença de “catadores”, envolvendo crianças. Elas vasculham o local em busca de objetos e alimentos. E correm sério risco de contraírem doenças. Elas passam a semana selecionando o lixo (plástico, alumínio e cobre) e vendem para compradores de fora do município (MORADORES..., 1998, p.4).

Em reportagem de 1997 do jornal *A Voz da Serra*, pode-se destacar o posicionamento do secretário de obras da época, Alvir Coffy Filho, em relação aos catadores e catadoras presentes no lixão: “ - Nós enfrentamos um problema muito grande que são os catadores de lixo que estão todo dia naquele local”, afirmou o secretário, que atribuiu ao fenômeno do desemprego o fato das pessoas estarem catando os materiais no lixão do município. Na ocasião, o secretário expôs que a prefeitura não possuía nenhum vínculo com os catadores: “Eles fazem isto por conta própria, nós até tentamos impedir, mas eles voltam lá e continuam fazendo este trabalho que é ilegal”.

Em 1999, após reclamações acerca da coleta seletiva no município, do contrato de terceirização com a empresa responsável e da situação do lixão, a direção da Câmara de Vereadores, representada por Marcos Lando (PPB) e Aldérico Miola (PTB) entraram com uma denúncia contra o poder público municipal, cobrando explicações referentes ao contrato de terceirização dos resíduos, com a exigência de que a prefeitura voltasse a se encarregar da realização da coleta seletiva no município. O argumento dos vereadores era de que os

erechinenses estariam pagando caro demais, por um serviço que não estava sendo prestado de maneira adequada aos contribuintes.

Por volta dessa época, ocorreu a desobstrução do lixão, após o mesmo ter sido interditado pela Fepam¹⁷, com notificação do Ministério Público, devido às condições de insalubridade em que se encontravam as pessoas que lá desempenhavam a catação e pelos motivos descritos acima. Um marco importante no que se refere à questão ambiental e que pode ter exercido influência nas ações do poder público municipal de Erechim, foi a lei Nº 11.520, de 03 de agosto de 2000, a qual “institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências”, assentada na gestão de Olívio Dutra (PT). Atualmente a lei sofreu alterações, em sessão solene no dia 09 de janeiro de 2020, o atual governador do Estado Eduardo Leite (PSDB), sancionou o novo código ambiental, a justificativa para tal é de atualizar e modernizar a legislação ambiental e criar condições favoráveis ao empreendedorismo e a geração de emprego e renda.

Em 2001, o município foi incluído no Plano Nacional de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos do Ministério do Meio Ambiente, e com isso o poder público municipal consegue repasses provindos da União, por meio do Programa Brasil Joga Limpo. O montante repassado trazia a expectativa de que fosse aplicado na destinação correta dos resíduos, correção dos danos causados pelo lixão e na implementação de estruturas para a criação de um aterro sanitário, enquadrado dentro das normas de segurança ambiental instituídas pela Fepam. A prefeitura ofereceu uma contrapartida monetária para a realização desse projeto. Em novembro de 2005, foi assinado o contrato com a empresa Nova Era Indústria de Mineração, para a implementação e execução do novo aterro sanitário de resíduos sólidos em Erechim, no povoado São Luís.

A implementação dessa rede de coleta seletiva na cidade de Erechim teve início em 2002, de acordo com o jornal *A Voz da Serra* mais de 200 famílias estavam cadastradas pela prefeitura, que sobreviviam da reciclagem no município. Nesse período, a primeira associação de reciclagem estava se constituindo, após articulações com o envolvimento do CEPO, a prefeitura entrou com uma contrapartida, que foi a destinação de resíduos da coleta seletiva para a mesma, os quais eram recolhidos com um caminhão próprio da associação.

¹⁷ Fundada em 4 de dezembro de 1991, instituída pela lei 9.077 de 4 de junho de 1990, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam), é a instituição responsável pelo licenciamento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. A Fepam é vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Maiores informações em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/institucional/institucional.asp>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Uma das justificativas para a criação das associações de reciclagem foram as condições em que se encontravam esses trabalhadores e trabalhadoras que tinham como principal fonte de renda, o trabalho com a catação de materiais no lixão. Uma realidade marcada pelo pauperismo, precariedade e marginalidade, essas pessoas “realizavam a atividade de classificação e recolhimento do material reciclável em condições de extrema desumanidade no lixão do município” (GIROTO, 2012, p. 52).

Carrinheiros e Carrinheiras, de acordo com Giroto (2012), se caracterizam por pessoas que circulam pelo meio urbano a procura de materiais recicláveis, os quais são depositados dentro de um carrinho de tração humana, guiado por um ou mais indivíduos, chegando a pesar, por vezes, em torno de 200 quilogramas (Kg). Esses atores e atrizes sociais se encontravam enquadrados dentro de um cenário de desumanização, para a autora encontravam-se expostos à diversas intempéries como os fenômenos da natureza, a violência das ruas e a insegurança no trânsito.

Os carrinheiros/as sofriam as vicissitudes do preconceito e da discriminação social. Eram acusados de estarem enfeando o centro da cidade e atrapalhando o trânsito. Os que faziam a vida no lixão não utilizavam equipamentos de proteção, ficando sujeitos a todo tipo de doença e contaminação. Na chegada dos caminhões da coleta de “lixo”, os catadores/as lançavam-se sobre o despejo, disputando com voracidade os produtos. O cenário incluía graves problemas de ordem ambiental, dado que todos os tipos de resíduos – orgânicos e inorgânicos; domiciliares, comerciais, industriais e até hospitalares – eram depositados a céu aberto, nas proximidades de um riacho. Tudo era dissimulado ou assistido com indiferença pelo Poder Público. O quadro era calamitoso, o que chegou a provocar, no ano 2000, a intervenção do Ministério Público (BENINCÁ, 2006, p. 112).

O destaque acerca da discriminação, do preconceito e da falta de empatia da população com relação à realidade de carrinheiros e carrinheiras, catadores e catadoras é uma constante, observada nos documentos analisados para a pesquisa. A posição do poder público em relação a esses trabalhadores e trabalhadoras, num primeiro momento foi contraditória, uma vez que o mesmo, por um lado, esboçou tentativas de criar leis com o intuito de limitar o acesso e a circulação dessas pessoas pelo centro da cidade, ao mesmo tempo em que procurava organizar a categoria de catadores e catadoras e formar associações e cooperativas de reciclagem que não vingaram. A seguir esboçamos como ocorreu o processo de formação das associações de reciclagem no município.

3.3.2 O centro de educação popular (CEPO)

Para Benincá (2006), junto ao crescimento e a expansão econômica de Erechim, iniciativas voltadas para a “inclusão social” foram desencadeadas por movimentos sociais, ONG’s, comunidades eclesiais de base, pastorais, entidades, associações, pequenas cooperativas etc. Dentro desse rol de entidades, estava o CEPO (Centro de Educação Popular), o qual de acordo com o autor:

[...] foi criado em 20 de setembro de 1985 para prestar assessoria político-pedagógica a projetos, entidades e ações sociais populares emergentes na região. Tinha como objetivo contribuir no processo de educação popular, qualificando sujeitos sociais em vista do desenvolvimento sustentável (BENINCÁ, 2006, p. 49).

Essa entidade colaborou para a organização dos catadores e catadoras, carrinheiros e carrinheiras no município, além de questões relacionadas a burocracia e organização das associações, o CEPO também organizava espaços de formação, voltadas para a organização em torno da Economia Solidária, do desenvolvimento do trabalho coletivo dentro dos galpões, e de alfabetização, pontuava questões relacionadas à valorização e reconhecimento do trabalho desempenhado pelos catadores e catadoras.

Um dos eixos de atuação desta entidade era o desenvolvimento de ações voltadas para a Economia Popular Solidária, “com assessoria a cooperativas e associações na área urbana e rural, fomentando iniciativas de economia solidária” (BENINCÁ, 2006, p.50). Suas linhas de atuação se dividiam em: Produção, Trabalho e Políticas Sociais Públicas; Cultura e Organização Social; Documentação e Elaboração; Administração e Prestação de Serviços; Políticas Institucionais.

Apontada como uma Organização não-governamental (ONG), cuja perspectiva situava-se em torno da “autossustentação”, prestava diversos serviços à comunidade. O diferencial da entidade estava calcado na prestação de assessoramento à sindicatos, entidades populares, cooperativas e associações. Atuava também, disponibilizando serviços de reprografia, locação de materiais, como slides, fitas educativas e acervos documentais para pesquisa. A entidade foi apontada como um dos principais agentes de desenvolvimento e educação popular da região do Alto Uruguai Gaúcho, prestando serviços e assessoramento aos municípios dessa localidade.

No início dos anos 2000, o CEPO em conjunto com o poder público municipal e a Fundação Interamericana¹⁸ exerceram um importante papel colaborativo na organização e

¹⁸“A *Inter-American Foundation* (IAF), ou Fundação Interamericana, com lema “*empowered communities, sustainable results*”, caracteriza-se por um “órgão independente do Governo dos Estados Unidos, foi criada pelo Congresso dos EUA em 1969 para canalizar a ajuda para o desenvolvimento diretamente às pessoas de baixa renda organizadas na América Latina e no Caribe. A IAF tem cumprido seu mandato respondendo com o apoio de

implementação das associações de catadores e catadoras do município de Erechim/RS. O CEPO começa a trabalhar com as associações, o desenvolvimento do trabalho coletivo nos galpões de reciclagem. A entidade realizava formações com os catadores e catadoras acerca desse trabalho coletivo, discutindo o que era essa forma de trabalhar, como era visto pela sociedade, como podia ser organizado e as experiências em torno do mesmo. Junto a isso trabalhava-se a questão mística, através da abordagem de aspectos relacionados ao trabalho coletivo, a ocupação de catador/catadora, a autoestima desses trabalhadores e trabalhadoras, a dignidade do trabalho, pautada na ideia de que essa ocupação era tão digna quanto qualquer outra e que o fato de trabalharem com resíduos não os tornava seres humanos menos valorativos frente aos demais.

A parceria entre CEPO e prefeitura, no que se refere às associações de reciclagem, pode ser verificada em documentos que orientam ações e políticas ambientais no município, como o Plano Municipal de Saneamento Básico- Modalidade Resíduos Sólidos Urbanos (2012). Em 14 de outubro de 2009, por meio do convênio nº 053, a prefeitura municipal firmou o repasse de recursos para o CEPO (Centro de Educação Popular), para que a entidade prestasse serviços de assessoria técnico-pedagógica e metodológica, para ações desenvolvidas pelo município e na gestão de resíduos recicláveis e orgânicos. (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO- MODALIDADE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, 2012). O documento apresenta prerrogativas acerca do convênio e as atribuições designadas para a entidade, em relação ao trabalho com as associações:

Dentre as prerrogativas de tal convênio constavam: a) Cadastrar os catadores do município de Erechim, proporcionando um diagnóstico sobre a situação dos mesmos, a partir da coleta de dados; b) Realizar reuniões para organizar o trabalho coletivo dos grupos de catadores constantes no Município; c) Realizar o planejamento e avaliação permanente do trabalho realizado pelos grupos de catadores; d) Elaborar e acompanhar a implementação de projetos que viabilizem a aquisição de equipamentos e espaço físico para o trabalho de classificação dos resíduos recicláveis pelas Associações de Catadores; e) Elaborar e coordenar a implementação de um Plano de Formação e Qualificação Profissional aos grupos de catadores de Erechim; f) Apoiar e auxiliar, ativamente, no desenvolvimento de alfabetização e elevação de escolaridade para jovens e adultos (EJA), direcionado aos catadores de material reciclável, o qual será ofertado pela Secretaria Municipal de Educação; g) Reunir, quinzenalmente, o Grupo de Trabalho de Reciclagem (GTR), para planejamento e avaliação do trabalho realizado em torno do Projeto de Reestruturação da Gestão dos Resíduos Recicláveis e Orgânicos no Município de Erechim (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO- MODALIDADE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, 2012).

doações às ideias mais criativas de autoajuda recebidas de grupos de base e organizações não governamentais. Também incentiva parcerias entre organizações comunitárias, empresas e governo local, destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas de baixa renda e a fortalecer as práticas democráticas” (IAF, 2020). Fonte: Site da Instituição: <https://www.iaf.gov/pt/quem-somos/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

Giroto (2012) aponta que os debates em torno da criação de associações de catadores e catadoras eram ilustrados havia um tempo, para a autora faltava uma entidade jurídica que pudesse organizar as pautas e promover o debate das mesmas, bem como auxiliar os catadores e as catadoras a se organizarem politicamente. No ano 2000, houve a tentativa da prefeitura municipal em conjunto com a Secretaria Municipal de Cidadania e Promoção Social de estruturar a criação de uma cooperativa, a intencionalidade por parte do poder público municipal era de gerar postos de trabalho em torno da reciclagem de materiais para os trabalhadores e trabalhadoras que exerciam suas atividades no lixão. Mas, esse projeto não obteve êxito. De acordo com Giroto (2012):

No entanto, a organização dessa cooperativa não prosperou. Ela inicia o seu funcionamento, mas se manteve ativa durante apenas alguns meses. Certamente, faltou conhecimento sobre a questão e um maior acompanhamento e apoio por parte do Poder Público Municipal. Era necessária, portanto, a apresentação de uma nova proposta de organização. (GIROTO, 2012, p. 55).

A prefeitura garantiria a estrutura física para o exercício da reciclagem e os próprios trabalhadores seriam responsáveis pela manutenção da cooperativa. Essas tentativas fracassadas de organizar cooperativas de catadores e catadoras contribuíram para repensar outras formas e estratégias de organização coletiva, as quais serão desenvolvidas com intenso protagonismo e luta de catadores e catadoras, carrinheiros e carrinheiras. A seguir, analisamos como ocorreu o processo de formação de algumas das associações de reciclagem em Erechim/RS.

3.3.3 Os processos de constituição das associações de reciclagem A1 e A4

Em janeiro de 2001, catadores e catadoras se reuniram com lideranças de movimentos sociais. A intenção na oportunidade era de organizar as bases para a fundação de uma associação de reciclagem. Nesse espaço, realizou-se um levantamento informal acerca das condições em que se encontravam os catadores e as catadoras. Com isso, surge a necessidade desse público se auto organizar em empreendimentos como associações e/ou cooperativas (BENINCÁ, 2006; GIROTO, 2012). Como resultado dessa mobilização, em fevereiro de 2001 é criada a associação A1. Esse processo é descrito de forma breve, por Scolari (2006):

A proposta foi difundida e começaram, semanalmente, a acontecer reuniões e cursos de formação e de atividades laborais que atraíram um número cada vez maior de participantes. Uma meta prioritária foi traçada logo no início: a construção de um

pavilhão que viesse a ser a futura Unidade de Triagem. Para isso, o CEPO encaminhou à Fundação Interamericana (IAF), com sede nos Estados Unidos, um projeto no qual defendiam a geração de trabalho e renda para as populações menos favorecidas dos bairros Cristo Rei e Progresso do município de Erechim. O projeto é aprovado e [...] recebe um valor aproximado de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para serem investidos na construção do pavilhão e na compra de equipamentos. A partir daí uma segunda etapa tem início. O terreno é cedido pelos Vicentinos e um prédio de 640m² começa a ser erguido através de um mutirão [...] (SCOLARI, 2006, p. 76).

No que se refere à construção da associação A1, em um primeiro momento, circunscrito por diálogos e debates acerca do processo de constituição do empreendimento, a prefeitura esteve ausente. Aos poucos, por meio da atuação do CEPO, os diálogos e os laços foram se estreitando e o poder público municipal acabou se envolvendo. Scolari (2006) pontua que o órgão municipal assinou em agosto de 2001, um termo de convênio junto aos catadores e catadoras, em que ficaram estipuladas algumas prerrogativas que a prefeitura deveria cumprir, dentre elas:

[...] elaborar e aprovar os projetos arquitetônicos para a construção do pavilhão; obter o meio de transporte, ou licitar quem o faça para transportar o lixo sólido dos locais de coleta até o centro de triagem [...], e assumir todo e qualquer custo pelo transporte do mesmo, que corresponde atualmente a R\$ 5.000,00 mensais pagos a uma empresa terceirizada (SCOLARI, 2006, p. 85).

O objetivo inicial da proposta era de que a implementação do projeto da associação A1 fosse efetivada de forma coletiva, com a participação e o envolvimento de diferentes agentes, como o grupo ligado à igreja católica Sociedade São Vicente de Paulo, “os Vicentinos”, que doaram o terreno, o CEPO que auxiliou na parte burocrática, no estabelecimento de diálogos, parcerias e na captação de recursos, e a prefeitura com a destinação dos materiais de parte da coleta seletiva, que eram recolhidos pela própria associação em um caminhão próprio, adquirido por meio de recursos provindos das parcerias viabilizadas através do CEPO.

Cabe destacar que, a participação de grupos religiosos, igrejas, ONGs e entidades beneficentes nesse tipo de organização social, não é exclusividade desse contexto local. Podemos observar a presença desses grupos e a formação de parcerias para instituir cooperativas e associações de catadores e catadoras em outros contextos. Como destacado por Martins (2003), a respeito da Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, primeira associação de catadores e catadoras constituída na Região Metropolitana de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, em 1986, a qual surgiu fruto de um trabalho eclesial de base vinculado à igreja católica.

A presença da igreja católica na organização e aderência às pautas de movimentos sociais populares, principalmente com seus grupos eclesiais de base, se configura em um

movimento realizado na própria estrutura da igreja no final da década de 1960, conforme pontua Leonardo Boff (1994). Para o autor, após o período de 1974, a igreja passa a adotar uma postura política, para além da religiosa, assim o tema da libertação acaba por comportar conteúdos concretos e históricos, como questões de cunho político, econômico e cultural.

Os novos sujeitos históricos que ascendem no cenário social, de acordo com Boff (1994) impulsionam uma tomada de postura dessa entidade, a qual opta por privilegiar os pobres como sujeitos históricos, os quais ao mesmo tempo em que possuem carências, trazem consigo “força histórica, capacidade de mudança e potencial evangelizador” (BOFF, 1994 p.30). A postura da igreja em relação ao estrato social mais pobre da população, de acordo com o autor:

A Igreja cede a eles diretamente; não passa pela mediação do Estado ou das classes hegemônicas. Por isso aqui não se trata mais de uma Igreja para os pobres, mas de uma Igreja de pobres e com os pobres. A partir desta opção e inserção nos meios pobres e populares é que a Igreja define sua relação para com os demais estratos sociais. Ela não perde sua catolicidade; dá-lhe um conteúdo real e não retórico; dirige-se a todos, mas a partir dos pobres, de suas causas e de suas lutas (BOFF, 1994, p. 30).

A participação do Estado no processo de constituição das associações de catadores e catadoras em Erechim/RS, através do setor público, foi abordada por Giroto (2012), para a autora, a relação desenvolvida com o poder público municipal de Erechim/RS, nem sempre foi de empatia para com os catadores e catadoras, a qual foi se desenrolando como um “processo”, como destacado acima.

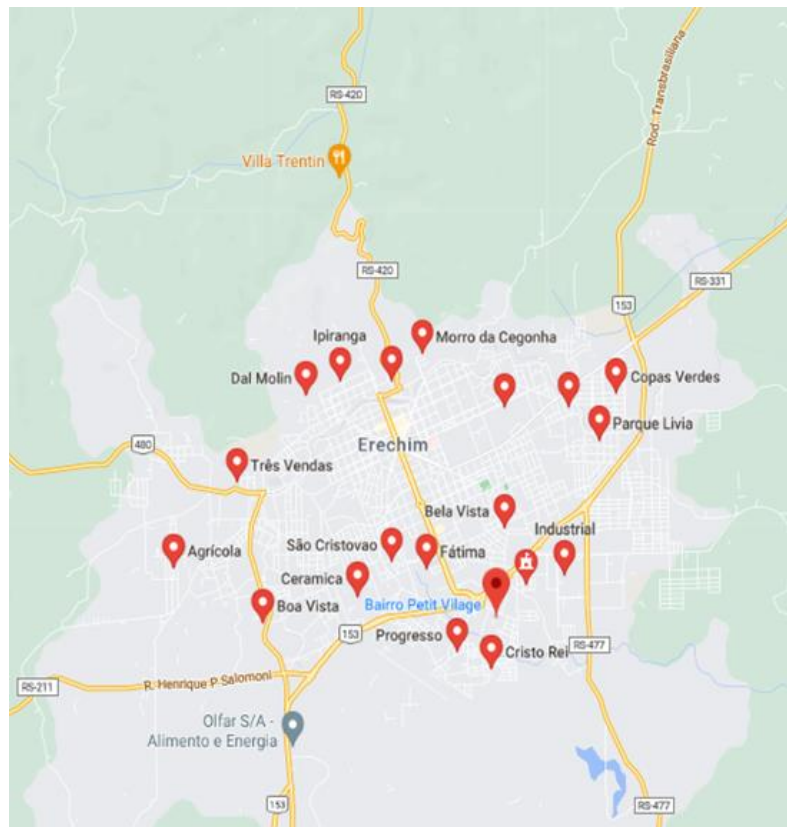
Em 2005 a prefeitura encaminhou para a câmara de vereadores de Erechim, um projeto de lei que limitava a circulação de carrinheiros/ carrinheiras pelas ruas centrais da cidade (local em que há maior disponibilidade de materiais, e que o valor dos mesmos para a comercialização é maior). Em protesto contra essa legislação, realizou-se uma mobilização em frente a prefeitura por parte dos carrinheiros/ carrinheiras, catadores/catadoras, com o apoio de entidades e de movimentos sociais.

O objetivo dessa mobilização era de que o projeto de lei não fosse para a votação na Câmara de vereadores e que houvesse mais discussão com as partes envolvidas diretamente no processo, no caso, os carrinheiros/ carrinheiras (GIROTO, 2012). Para a autora:

Salienta-se que a mobilização dos carrinheiros/carrinheiras foi fundamental para que o poder público retrocedesse em relação ao projeto, obrigando-o a iniciar um diálogo com os catadores, organizados pelo CEPO e apoiados por diversas entidades sociais e vereadores ligados à oposição, como foi o caso do vereador Anacleto Zanella (PT) (GIROTO, 2012, p. 60).

De acordo com a autora, o projeto de lei não restringia o acesso ao recolhimento dos materiais na área central para as empresas, as quais realizavam a coleta com caminhões e caminhonetes específicos, o acesso era limitado somente aos carrinheiros/ carrinheiras. Após encontros e discussões elaborou-se uma contraproposta para a prefeitura, que pautava a criação de uma nova associação de reciclagem no município. Surge assim, a associação de reciclagem A4. Essa associação começou a ser projetada no ano de 2005, com o intuito de abranger os antigos bairros São Vicente de Paulo e Vila União, os quais ficavam localizados próximos ao Bairro Industrial e a RS-447 do município de Erechim. A imagem a seguir, expõe a localização dos bairros de Erechim/RS.

Figura 5 - Bairros de Erechim/RS



Fonte: Google Maps¹⁹.

O objetivo era atender a demanda dos carrinheiros/carrinheiras e catadores/catadoras que viviam nessa região. E que essas pessoas que realizavam a coleta de materiais recicláveis

¹⁹Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/search/bairros+de+erechim/@-27.6404304,-52.3096803,13z/data=!3m1!4b1>. Acesso em 10 jul. 2021.

nas ruas da cidade, fossem alojadas em um espaço coberto para realizar a separação dos materiais coletados, e em melhores condições de trabalho, no que tange a quesitos como segurança, saúde e infraestrutura.

O contexto vivenciado por parte dos moradores destes bairros é de pobreza e exclusão, especialmente os que residem na Vila União, cujo território foi sendo ocupado às margens da BR 153. É uma população constituída, em sua maior parte, por famílias advindas da área rural, que buscaram, na cidade, novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. As residências foram sendo construídas de forma precária, utilizando restos de material de construção, com aberturas simples, improvisadas, não oferecendo muita segurança (GIROTO, 2012, p. 60).

Giroto (2012) destaca a importância da participação dos carrinheiros/carrinheiras nesse processo reivindicatório. O projeto apresentado pela prefeitura proporcionou a intensificação de debates em torno da coleta seletiva no município e do desempenho da catação de materiais pelos catadores e catadoras, e pode também apontar demandas importantes que, até então, não eram notados pelo poder público municipal. A condição dos carrinhos utilizados na coleta do material, que eram feitos de forma simples e precária, a partir de restos de materiais, como a madeira. A não utilização de EPIs²⁰, por catadores e catadoras ao lidarem com os resíduos. A falta de vagas em creches, o que fazia com que as crianças acompanhassem os pais pelas ruas da cidade, auxiliando os mesmos no desempenho da atividade. A falta de espaço físico adequado para a realização da coleta e armazenamento dos materiais coletados, que eram alocados em suas residências (GIROTO, 2012), essas foram algumas das questões pontuadas. Não havendo posicionamento por parte da gestão municipal, os catadores e catadoras se organizaram e foram protestar em frente à prefeitura municipal.

Em março de 2009 foi inaugurada a associação A4. Para que sua fundação fosse efetivada, diferentes agentes foram mobilizados, a Prefeitura Municipal (na gestão de Paulo Alfredo Polis (PT)), o Centro de Educação Popular (CEPO), a Fundação Interamericana (IAF) e a participação de carrinheiros/carrinheiras e catadores/catadoras. A luta para fundar essa associação, ocorreu por meio de pessoas em situação de marginalidade social, mulheres em sua maioria, as quais já exerciam a atividade de catadoras e/ou carrinheiras.

Para Giroto (2012), ao negar a existência dos catadores e catadoras, a prefeitura não estava cumprindo seu papel de agente social, deixando de promover a inclusão de um grupo

²⁰ “EPI é todo e qualquer dispositivo ou produto, de uso individual, utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção de riscos susceptíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho” (RAMOS, 2012). Para a autora equipamentos como macacões, óculos, botas, luvas, máscaras compõem o rol dos EPI’s. Fonte: <http://bibliotecaatualiza.com.br/arquivotcc/ET/ET04/RAMOS-milena.PDF>. Acesso em: 19 jan. 2021.

marginalizado, e não os considerando, frente ao debate em torno da coleta seletiva no município. Os catadores e catadoras se encontram em situação de marginalidade e invisibilização, ocupam o rol dos trabalhadores precários (ANTUNES, 2019), não tem acesso ou se o tem, é de maneira esfacelada, aos serviços e direitos básicos assegurados pela constituição.

Ao serem excluídos do processo de tomada de decisão, acerca de projetos e políticas que os afetavam diretamente, se organizam de forma coletiva, com o intuito de viabilizar alternativas de trabalho e geração e renda, que os congregue, a partir das ferramentas que tem disponíveis ao seu alcance. Catadores e catadoras se organizam e vão à luta com a intenção de garantir trabalho, subsistência, reconhecimento, garantia de direitos e visibilidade para suas pautas e demandas. As associações sob o escopo da economia solidária, se colocam como uma possibilidade para o desempenho da atividade de catar materiais “com um pouco mais de dignidade”. Com isso, os autores abaixo destacam que:

[...] a primazia da solidariedade em tais empreendimentos manifesta-se no envolvimento de seus membros com a gestão cotidiana, na socialização dos recursos produtivos e na adoção de princípios de equidade. Quando estendida a seu entorno, a solidariedade pode estimular práticas ampliadas de reciprocidade, nas quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público. O agir coletivo da economia solidária institui, então, novos sujeitos no mundo do trabalho, nas estratégias de classe e nas lutas sociais, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017, p. 90).

As associações e cooperativas de reciclagem nos contextos urbanos, localizam-se, em sua maioria, afastadas da região central das cidades. No caso de Erechim/RS, os bairros que comportam as associações possuem a presença da população negra, alguns apresentam índices elevados de violência e desigualdade social, como é o caso de um dos bairros de Erechim/RS, em que está localizada uma das associações pesquisadas para este estudo, o qual chegou a ser considerado o local com maior índice de criminalidade da região do Alto Uruguai Gaúcho.

Ao buscarmos analisar quem são os catadores e catadoras de Erechim/RS, temos implícita a questão de gênero (uma vez que as mulheres compõem a maioria nos galpões de reciclagem), a questão racial e de acesso à cidade. Lélia González (1979) expõe que, a população negra, de forma geral, encontra-se localizada geograficamente em espaços marginais e precários. Nos contextos urbanos, alocadas nas comunidades. Em relação ao contexto nacional, as regiões mais subdesenvolvidas, são as que concentram maior número de pessoas negras.

Como se autodeclararam em termos raciais os catadores e catadoras de Erechim/RS? Como catadoras negras constroem suas vivências, como elas enxergam a cidade, e como são vistas pela população nesse contexto local? Aonde estão alocadas essas pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas? Qual a relação da cidade, em termos de acesso e infraestrutura, para com a população negra que nela reside?

3.4 ORGANIZAÇÃO ATUAL DAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM EM ERECHIM/RS

A cidade de Erechim/RS possuía até o ano de 2020, seis associações de reciclagem. Cinco delas realizavam a separação do material seco e uma fazia a separação do material orgânico no aterro sanitário do município. Atualmente, o município possui cinco associações de reciclagem, conforme pode ser visualizado no quadro abaixo:

Quadro 2 - Dados das associações de reciclagem de Erechim/RS

Associação	Nº Associados	Feminino	Masculino
A1*	22	11	11
A2	20	15	5
A3	12	6	6
A4	13	9	4
A5*	11	10	1
A6	23	11	12

Fonte: Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA-ME, set. 2020²¹.

Em 2015, a Jantsch e Rigo prestação de Serviços LTDA-ME venceu um processo licitatório da prefeitura municipal de Erechim com um contrato de prestação de serviços. Desde então, a empresa passou a fazer o acompanhamento de todas as associações de reciclagem do

²¹*Por questões envolvendo a ética na pesquisa científica e o uso de dados, foi acordado não indicar o nome das associações.

*Os dados referentes ao percentual médio de homens e mulheres, foram calculados com base na média de catadores e catadoras, extraída dessa tabela, nas associações de reciclagem no ano de 2020, até o mês de setembro.

*A associação que encerrou suas atividades no início de 2021, havia sido fundada em novembro de 2016 e era composta por 11 associados e associadas, desses dez mulheres e um homem. Algumas das trabalhadoras foram realocadas nas outras cinco associações de reciclagem do município. O encerramento das atividades do aterro sanitário do município, foi o motivo que levou ao fechamento dessa associação. A partir do ano de 2021, o material orgânico vai ser levado direto para a cidade de Ipumirim/SC, em aterro particular pago pela prefeitura.

município. Em entrevista com Tereza²², uma das funcionárias responsáveis por gerir a parte do processo que cabe à empresa na coleta seletiva, afirma que:

[...]. Foi uma tentativa que a gente fez, como a gente tinha qualificação eram profissionais que tinham qualificação para trabalhar, porque exige tempo de experiência para trabalhar com grupos, com catadores né, e a gente tinha esse tempo, então houve um entendimento na licitação que a empresa estava qualificada e enfim, ganhou a licitação e está aí trabalhando [...] (ENTREVISTA, TEREZA, 2020).

A Jantsch e Rigo prestação de Serviços LTDA-ME, cuja essência é o trabalho com educação popular, foi formada em 2014, fruto da junção de alguns colaboradores do antigo CEPO (Centro de Educação Popular) que, após o término de seus trabalhos, se unem e fundam a empresa. A intenção era dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo CEPO com as associações de catadores e catadoras. A entidade CEPO passou por um processo de reestruturação, mas não conseguiu se manter aberta, atualmente é inativa, um dos motivos que levou ao seu declínio estaria atrelado, conforme antigos membros, a falta de repasse e captação de recursos financeiros para sua atuação. De acordo com documento da prefeitura:

[...] Através do processo nº 5086/2016, e estando as partes em comum acordo, altera-se a gestora da Secretaria Municipal de Cidadania Contrato Administrativo nº 393/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em assessoria técnico-pedagógica e metodológica para as ações desenvolvidas nos projetos de reestruturação da gestão dos resíduos recicláveis e orgânicos no Município de Erechim (ERECHEM, 2016)²³.

Tereza (ENTREVISTA, 2020), entre risos, pontua que a empresa não se constitui e não se aproxima de nenhuma multinacional, uma vez que a mesma é “pequena, simples, com status de empresa, mas com vieses voltados para além do lucro”. Os profissionais que exercem atividades remuneradas na empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME, tem experiência no desenvolvimento de trabalhos com pessoas em situação de vulnerabilidade social, com trabalhadores e trabalhadoras em diferentes contextos socioeconômicos, como profissionais da área da saúde, agricultores e agricultoras da agricultura familiar e catadores e catadoras.

Quando perguntados sobre o trabalho que a empresa desempenha nas associações, os funcionários, os catadores e as catadoras e os gestores municipais, remetem a ideia de “acompanhamento”, ou seja, a empresa acompanha, no sentido de “estar ao lado” e “andar

²²Os informantes e as informantes que foram entrevistados para a realização deste estudo, serão apresentados com nomes fictícios, a intenção é preservar a identidade dos mesmos.

²³Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/aditivos/1078>. Acesso em: 20 jan. 2021.

junto” aos empreendimentos associativos. A Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME é responsável por auxiliar as associações de reciclagem em funções como: gestão e organização desses espaços, elaboração de documentos e demais quesitos burocráticos, estabelecimento e articulação de diálogo e possíveis demandas das associações entre si, com outras entidades e com órgãos públicos, como a prefeitura municipal. Essa mediação entre o poder público municipal é feita por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) que é a pasta responsável por fiscalizar e tratar da coleta seletiva do município, e a pasta que trata e gerencia de forma direta as associações. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), pontuou as atividades desenvolvidas pela empresa:

A empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME, realiza o acompanhamento das ações desenvolvidas nos projetos de reestruturação da gestão dos resíduos recicláveis e orgânicos no município de Erechim. A contratada realiza reuniões para organizar o trabalho cooperativo entre os grupos de catadores constantes no município, planejando, avaliando e monitorando o trabalho realizado pelos grupos de catadores, além de dar suporte nas ações administrativas e na gestão financeira das associações, acompanhando e intermediando, inclusive, a venda do material. Acompanha os conveniamentos firmados entre a prefeitura e as associações, auxiliando nas prestações de contas e demais trâmites burocráticos, elaborando e acompanhando também, o licenciamento ambiental dos pavilhões. Também, acompanha e sensibiliza a adequada utilização de EPIs por parte dos recicladores das Associações (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, ENTREVISTA, 2020)²⁴.

Cabe à empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME, organizar parte do processo da coleta seletiva em Erechim/RS. Atualmente, a mesma controla a destinação dos resíduos para as associações de reciclagem. Há uma quantidade exata de cargas de material seco que as associações devem receber diariamente, caso alguma delas não possa receber no dia, a associação entra em contato com esta empresa, que faz a redistribuição das cargas entre as outras associações.

O diálogo entre as associações é estabelecido por meio de reuniões quinzenais e/ou mensais, as quais variam, conforme as demandas e pautas trazidas pelos associados e associadas. Participam dessas reuniões um e/ou dois representantes de cada empreendimento (em geral, é alguém que compõem a “diretoria”²⁵), e um funcionário da empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME, que fica encarregada de fazer a mediação, elaborar atas e documentos acerca da reunião.

²⁴ O critério estabelecido pelo informante para a concessão desta entrevista, foi de que o mesmo falaria em nome da pasta, assim seu nome pessoal, bem como cargo e/ou função exercida, não seriam pontuados.

²⁵ Equipe de pessoas eleitas por meio do voto de cada associado/associada. É atribuída a equipe a responsabilidade de gerir a associação, a qual é composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro/a e secretário/a.

A empresa atua na solução dos conflitos que surgem dentro dos galpões de reciclagem, em âmbito público e em questões que envolvem os empreendimentos associativos de forma direta ou indiretamente. As vendas dos materiais separados pelas associações, são realizadas pela Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME, que estabelece o contato e auxilia na negociação do preço que os compradores pagarão pelos materiais. O montante dessas vendas é repassado para a empresa, que efetua os pagamentos para as associações, denominados de “partilhas”.

As “partilhas” se configuram no momento em que o lucro das vendas dos materiais separados pelos catadores/catadoras é dividido, de acordo com a produção de cada empreendimento associativo. Depois de efetuar o pagamento para a associação, que desconta os seus gastos coletivos, como luz, água, gás, entre outros. O que resta é dividido entre os associados e associadas, de acordo com a quantidade de material separado e vendido por cada um e cada uma. Santos (2017), descreve como funciona o processo de separação dentro da associação A1. Sendo assim:

O material que é recolhido na cidade pela empresa que presta serviço à Prefeitura chega diariamente à Associação. Cada tipo de material é separado em “bags” (espécie de saco grande feito de rafia) e a triagem é feita dentro do pavilhão da Associação. Cada dupla ganha o equivalente ao peso e o tipo de material que foi separado. Nos dias em que há o carregamento dos materiais separados, que ocorre de duas a três vezes por semana, as empresas que compram os materiais vêm até a associação com o caminhão. São os próprios catadores que fazem o carregamento dos caminhões e os bags que já estão separados pelas respectivas duplas, são pesados e despejados na caçamba. No mutirão formado pelos catadores, eles se revezam entre puxar os bags, pesar os materiais em uma balança manual e anotar a quantidade de quilos à sua respectiva dupla. Esse, é segundo eles o dia mais cansativo, pois o esforço é visível. A maioria dos associados não pensa em se desligar da associação, pois, pela baixa escolaridade, não veem a possibilidade de ganhar um salário melhor do que a atividade [...] oferece (SANTOS, 2017, p.27).

O pagamento é equivalente à quantidade, em quilograma (Kg), de materiais separados de maneira individual. Em algumas associações, os catadores e catadoras se juntam em duplas, logo o valor repassado da venda é a soma da quantidade de materiais (em Kg), que a dupla separou durante o mês, e assim o montante é dividido de forma proporcional entre as duas partes. O responsável por receber esses pagamentos, ou seja, participar da “partilha” é alguém designado pela associação que faz parte da diretoria. Essa pessoa faz o repasse do montante em dinheiro referente ao pagamento mensal daqueles e daquelas que trabalham na associação. O dinheiro é colocado em envelopes e entregue pessoalmente aos respectivos trabalhadores e trabalhadoras. Em algumas associações, como é o caso da A1 e da A4, o valor referente ao

pagamento dos catadores e catadoras é repassado pela empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME, diretamente na conta bancária dos associados e associadas.

A ideia de “acompanhamento” prestada pela empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME para com as associações de catadores e catadoras de Erechim/RS, pode ser enquadrada no escopo da gestão dos espaços associativos no processo da coleta seletiva na cidade. O discurso pautado pela empresa está alijado a ideia de que as associações em algum momento devem “andar com as próprias pernas”, no sentido de que, existe a possibilidade de que os catadores e catadoras desenvolvam certa “autonomia”, para que em algum momento, eles e elas possam realizar toda a gestão do processo de coleta e separação dos resíduos, sem intermédio de entidades, empresas, ongs e etc.

No entanto, processos de interdependência por parte dos catadores e catadoras no que se refere à presença da empresa dentro das associações, podem ser notados, seja na resolução de conflitos, na busca de recursos e parcerias, nas negociações acerca das vendas dos materiais, ao procurar solucionar problemas técnicos, burocráticos e de sociabilidade dentro dos galpões de reciclagem. Assim, o processo de autogestão se estabelece dentro de um limite, em que por um lado, se tem princípios como democracia direta, igualdade, equidade e o solidarismo entre os associados e associadas. Mas, por outro lado, essa lógica se desvanece, como na relação com a empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços LTDA- ME e com a prefeitura municipal, em que, por vezes, acaba prevalecendo a organização em torno dos processos de gestão.

A crítica que esboçamos na relação de parceria público privada entre prefeitura, empresa e associações, não diz respeito ao processo, nem ao modo de fazer do mesmo, mas tem por objetivo traçar uma análise. Sendo assim, apontamos alguns questionamentos que cremos que sejam úteis em nossa reflexão: Quais são limites da autogestão no processo da reciclagem em Erechim/RS? Como se apresentam os vieses solidários nas associações de reciclagem? Qual é o papel dos catadores e catadoras, para além do trabalho que desenvolvem? Como os catadores e as catadoras incorporam essa lógica de “terceirização da gestão” de alguns processos? Quais são os conflitos e contradições implicados nessa lógica de gestão *versus* autogestão? É possível garantir a autonomia das associações sem englobar catadores e catadoras na gestão do processo em sua totalidade?

O viés pautado pelo CEPO (Centro de Educação Popular) nos anos 2000, ao contribuir para a formação dos espaços associativos, tinha por base incentivar e desenvolver um trabalho coletivo, autogestionário e emancipatório, o qual, atualmente pode se apresentar com contradições, uma vez que, se tem uma organização interna das associações pautada pela lógica

solidária, e externa imbuída de estratégias voltadas para a gestão, que não necessariamente contemplam a Economia Solidária. De acordo com a fala da entrevistada Natalia (2020),²⁶ ex-integrante e educadora social do CEPO:

Então, o trabalho coletivo foi um grande desafio, né, você precisa construir algumas questões, né. Haviam assim, muitos conflitos, muitas vezes, muitas reuniões, era para a gente amenizar alguns conflitos que acabavam acontecendo, porque um trabalho coletivo ele exige, né... muito diálogo, muita construção. É um processo que nós não estamos habituados historicamente enquanto comunidade, enquanto sociedade, trabalhar de forma coletiva, pelo contrário, se prega muito essa questão do individualismo, da concorrência, então... tem que trabalhar e construir isso de uma forma que seja um processo bem interessante, mas muito trabalhoso, assim, no sentido da gente discutir muito, conversar muito, né (NATALIA, ENTREVISTA, 2020).

A luta dos catadores e catadoras de materiais recicláveis visa, entre outros fatores, a garantia do desenvolvimento de seu trabalho, em muitos casos, a principal fonte de subsistência, e engloba pautas como a conscientização da sociedade a respeito de como funciona o sistema de coleta seletiva, a preocupação com o meio ambiente, a ocupação como ferramenta de mudança e de reconhecimento social para grupos que têm acesso precário e limitado ao mercado de trabalho formal. Com isso, o tópico a seguir esboça de forma breve como ocorre a organização da gestão integrada dos resíduos na cidade de Erechim/RS.

3.4.1 O sistema integrado de gestão da coleta seletiva

A presença dos poderes públicos municipais na organização da coleta dos resíduos gerados pela população é uma preocupação que vem sendo pautada desde a década de 1990. Em Erechim, a manutenção das associações, a implantação de leis específicas para o descarte do lixo e campanhas publicitárias para conscientizar e informar acerca da destinação correta dos resíduos orgânicos e secos perpassam pelo poder público municipal. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente é a pasta responsável pela coleta seletiva na cidade. Sendo assim, acerca da gestão integrada dos resíduos sólidos de maneira geral, os autores abaixo, expõem que:

A Constituição Federal de 1988 determinou ao poder público o dever de defender e preservar o meio ambiente, o que serviu de marco jurídico para que a gestão dos resíduos sólidos fosse feita sob a responsabilidade dos municípios. Foi assim que, a partir da década de 1990, frente às transformações do papel do Estado e às mudanças da forma de relação com a sociedade, o saneamento básico e a gestão dos resíduos

²⁶ Os informantes e as informantes que foram entrevistados para a realização deste estudo, serão apresentados com nomes fictícios, a intenção é preservar a identidade dos mesmos.

sólidos passaram a ser realizados pelos poderes públicos municipais em parceria com organizações da sociedade civil. (MAGNI; GÜNTHER, 2014, p. 250).

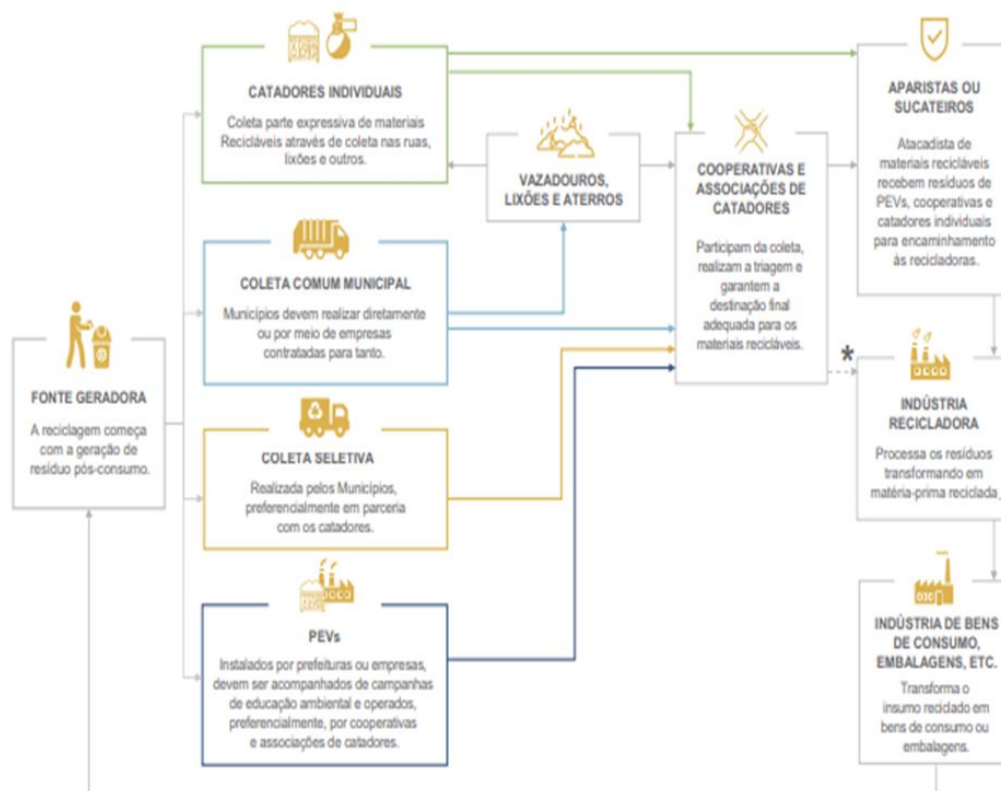
A coleta seletiva em Erechim/RS e a gestão integrada dos resíduos acabam por constituir um processo que tem por base o desenvolvimento de legislações atreladas ao contexto social mais amplo, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, trata da gestão integrada e do beneficiamento dos resíduos, traz a seguinte definição:

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei (BRASIL, 2010).

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2010).

A figura abaixo, expõem como ocorrem as etapas do processo de reciclagem e a participação dos diferentes agentes envolvidos no mesmo:

Figura 6 - Fluxo logístico da reciclagem de materiais



Fonte: LCA Consultores E Pragma Soluções Sustentáveis, Anuário da reciclagem, 2018.

A fonte geradora, visualizada na figura acima, é definida pelo momento em que ocorre o processo de separação dos resíduos descartados, o qual é realizado pelos agentes que os produziram, como a separação doméstica dos resíduos secos e orgânicos. Após tem-se o processo de coleta seletiva desses resíduos, é nesse momento que participam os catadores e catadoras, as empresas privadas de coleta e o poder público municipal, que podem destinar esses resíduos recolhidos às unidades de triagem/classificação ou beneficiamento.

Nessa etapa é realiza a classificação minuciosa, a prensagem e o enfardamento dos materiais, ou os mesmos são encaminhados para aterros e lixões. Por meio das operações de beneficiamento, são aplicados procedimentos específicos para cada material, os quais vão para a indústria como novos insumos para serem reutilizados. E por fim, a reciclagem que é a utilização dos insumos provenientes das etapas anteriores para o processo de produção de novas mercadorias.

O descarte e a destinação correta dos resíduos gerados pelos erechinenses é pauta, em discussão, desde o tempo em que o lixão estava em funcionamento no município. A mídia local, chegou a veicular notícias relacionadas aos resíduos, como nas matérias publicadas no jornal Voz Regional, em 2007 e 2008, as quais apontam que:

É normal em dia de coleta de lixo ver sacolas pelas calçadas e ruas, na falta de local apropriado para se colocar. Com isso muitas vezes os pedestres são obrigados a conviver com o mau cheiro ou simplesmente ter que desviar dos sacos de lixo (PATRULHANDO..., 2007, p. 2).

Escrever sobre o descarte de lixo, neste espaço, está se tornando repetitivo, mas enquanto houver assunto, ele deve ser debatido. Se parte da população ainda não se adequou a nova Lei Municipal, ao descartar os dejetos, deveria ao menos, fazê-lo da forma mais higiênica possível, porém muitas sacolas continuam aparecendo misteriosamente nos canteiros do centro. Rasgadas, espalhando sujeira e mau cheiro (PATRULHANDO..., 2008, p. 2).

A legislação de que trata o jornal diz respeito a um decreto implementado pela prefeitura municipal em 2007, em que “regulamenta os artigos 44 e 45, da Lei nº 2.599, de 04 de janeiro de 1994, que dispõem sobre a obrigatoriedade da existência de local específico para a estocagem temporária dos resíduos sólidos urbanos no município de Erechim/RS. A lei versa sobre a forma correta de realizar o descarte dos resíduos, a obrigatoriedade do uso de lixeiras, as incumbências para empresas e pessoas físicas em relação ao descarte adequado do lixo produzido pelos munícipes.

A lei nº 3.932 de 20 de dezembro de 2005, regulamenta o descarte de resíduos e “dispõe sobre o licenciamento ambiental no município de Erechim/RS, cria a taxa de licenciamento ambiental e dá outras providências.” De acordo com o artigo quatorze “é contribuinte da Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA) o empreendedor, público ou privado, responsável pelo pedido da licença ambiental para o exercício da atividade respectiva”. A lei ainda pontuava que o valor cobrado, a ser pago pelos proprietários, poderia variar de acordo com o tamanho e a capacidade poluidora do empreendimento. No entanto, em 19 de novembro de 2008, foi aprovada a lei nº. 4.386, a qual provocou alterações no artigo exposto acima, com isso foram isentados do pagamento da TLA, as instituições de ensino e as entidades de assistência social sem fins lucrativos.

O Plano Municipal de Saneamento Básico- Modalidade Resíduos Sólidos Urbanos (2012) é o documento que norteia decisões relacionadas à questão ambiental no município de Erechim/RS, o qual foi elaborado pela empresa Ampla Consultoria e Planejamento Ltda, com contrato de prestação de serviços, oriundo de licitação pública. Esse documento foi desenvolvido com base na Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e da Lei nº 11.445/2007, “a qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico” (BRASIL, 2007). “Trata-se de um valioso documento com forte compromisso social, endereçado ao saneamento básico e

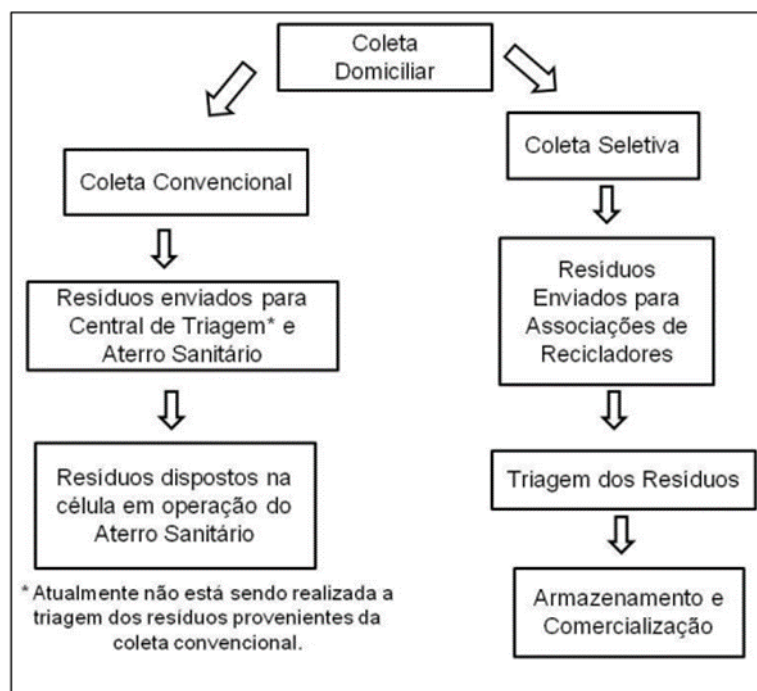
ao futuro do município” (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO-MODALIDADE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, 2012, p. 14).

As associações de catadores e catadoras do município são apontadas no Plano Municipal de Saneamento Básico como agentes da cadeia produtiva da reciclagem. O documento destaca que um dos pontos fortes da coleta seletiva no município é o incentivo dado às associações de recicladores²⁷ organizados. No mesmo, pode-se observar que a palavra incentivo vem sempre imbricada com a ideia de geração de trabalho e renda, no sentido de emprego/ocupação. Fatores como a questão ambiental, a contribuição dos catadores e catadoras para a economia local do município, o desenvolvimento dos bairros em que as associações estão situadas, a autonomia desses sujeitos e sujeitas organizados sob o escopo da autogestão e demais pontos específicos destacados por catadores e catadoras que podem servir de justificativa para investimentos do poder público nas cooperativas e associações de reciclagem no município, não são mencionados no documento.

A figura abaixo trata da destinação dos resíduos da coleta seletiva domiciliar em Erechim/RS:

Figura 7- Fluxograma da Gestão dos Resíduos Domiciliares em Erechim/RS

²⁷Essa forma de se referir aos catadores e catadoras é a que aparece no documento citado. Destacamos que a palavra “recicladores” não é considerada para se referir a esse público, pois para o MNCR, recicladores são os donos das empresas, que comercializam os materiais adquiridos com o processo de reciclagem. As pessoas que trabalham em cooperativas e associações de reciclagem, bem como aquelas que realizam a coleta pelas ruas das cidades são os catadores e catadoras. No entanto, cabe ressaltar que as denominações atribuídas aos catadores e catadoras, são diversas, dependendo do contexto regional ao qual se faz referência. Maiores informações podem ser adquiridas através do link: <https://www.instagram.com/tv/CNbdpPPD93I/?igshid=1fo2c3kmnqh4>.



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico- Modalidade Resíduos Sólidos Urbanos, 2012.

Atualmente, a reciclagem no município está dividida em convencional e seletiva, esse processo “consiste na coleta dos resíduos gerados em residências, estabelecimentos comerciais, industriais, públicos e de prestação de serviço, cujos volumes e características sejam compatíveis com a legislação municipal vigente”. (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO- MODALIDADE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, 2012, p. 87-88). Os processos de coleta seletiva e transbordo²⁸ são realizados pela Engesa Coleta de Resíduos e Saneamento Ambiental Eireli Porto Alegre/RS (empresa contratada pela prefeitura). Os resíduos secos são encaminhados para as associações que realizam a triagem, o armazenamento e a comercialização dos mesmos. O resíduo orgânico é encaminhado para um aterro particular, mantido pela prefeitura, no estado de Santa Catarina.

Em Erechim, no contexto atual há um decreto que proíbe que a coleta dos materiais nas ruas da cidade, seja realizada por outras instituições, empresas e indivíduos de fora do município. Os carrinheiros e carrinheiras (como são chamados os catadores e catadoras individuais), podem realizar a coleta, pois estes não são vistos como problema. Pessoas de cidades vizinhas (denominadas de “ilegais”, em contraposição aos catadores e catadoras alocados nas associações, ou os que realizam a coleta nas ruas diariamente com os carrinhos,

²⁸Nesse caso, refere-se ao ato de descarregar do caminhão para triagem ou de carregar os resíduos no caminhão para o descarte no aterro.

que seriam os “legais”), se deslocavam até a cidade com caminhonetes e recolhiam o material disponível.

A ideia por detrás de tal iniciativa é evitar que empreendimentos de outros municípios retirem o “filé” (material reciclável de maior valor) e deixe para as associações somente os rejeitos, os quais não podem ser aproveitados, pois não possuem valor comercial. No contexto de pandemia, os conflitos entre os catadores e catadoras de Erechim/RS e aqueles/aquelas que vêm de fora para coletar o material na cidade, ficaram mais acentuados. O posicionamento dos catadores e catadoras organizados é de que a prefeitura, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, intensifique a fiscalização para que o material seja restringido aos catadores e catadoras do município.

Contradições inerentes ao processo da gestão integrada da reciclagem, com a participação dos diferentes agentes podem surgir. Ribeiro, Nardi e Machado (2012), apontam que a reciclagem se tornou um mercado, assim, de um lado, tem-se catadores e catadoras realizando a coleta desses materiais, e de outro, empresas privadas com coleta mecanizada, contratadas por prefeituras. Os autores expõem que, a disputa se intensifica principalmente em lugares em que os catadores e catadoras estão organizados em cooperativas e associações, no entanto, ressaltam, que de acordo com a legislação, os municípios devem incluir as associações e cooperativas na cadeia da reciclagem. Sendo assim:

Os governos, em diferentes esferas, investem na promoção de programas de inclusão socioeconômica desses trabalhadores e na criação de mecanismos que proporcionem o envio de materiais recicláveis produzidos por diversas entidades às associações e cooperativas de catadores, assim como possibilitem sua contratação para a realização da coleta seletiva nos municípios. As atividades de coleta e seleção de materiais recicláveis expandem-se a partir dessas possibilidades. Nesse ínterim, um conjunto de ações vem sendo articulado entre as organizações de catadores, os poderes públicos e o mercado da reciclagem (BORTOLI, 2013, p. 249).

A experiência da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (COOCASSIS), fundada em 2004, no município de Assis/SP, com o envolvimento da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus Assis-SP, a Cáritas Diocesana da Igreja Católica e o poder público municipal é apontada por Pereira, Dal Seco e Carvalho (2014), de forma positiva, a qual integra um rol de parcerias que deram certo. As autoras destacam que:

No contexto estudado, observou-se que para sua consolidação, foi fundamental a viabilização de um convênio com o Poder Público Municipal de Assis-SP, para a realização pela COOCASSIS da Coleta Seletiva Solidária no município, que é a coleta de materiais recicláveis separados do lixo orgânico, doados pelos munícipes à cooperativa. Assim, os catadores cooperados passaram a coletar materiais nas

residências do município pela manhã, e à tarde, a triá-los (que consiste em separar materiais conforme sua qualidade – alumínio, plástico, papelão, por exemplo), a prensá-los e a enfiá-los para comercialização (PEREIRA; DAL SECO; CARVALHO, 2014, p. 178).

O envolvimento do setor público e privado, as parcerias e políticas firmadas entre as diversas entidades e organizações da sociedade civil, podem contribuir para a superação, mesmo que de forma parcial, de vulnerabilidades e da situação precária em que catadores e catadoras se encontram na cadeia produtiva da reciclagem. Esse tipo de envolvimento de diferentes esferas sociais como é o caso da gestão integrada dos resíduos em Erechim/RS, se apresenta como uma das alternativas de garantia de trabalho e renda para pessoas alocadas nas vias precárias e subalternas do mercado de trabalho. Para os autores:

Entretanto, o poder público tem um papel fundamental na promoção de políticas públicas de inclusão efetiva desses trabalhadores. O reconhecimento do problema e sua inserção efetiva na agenda de políticas públicas dos governos locais é um processo que ainda está em construção, com dinâmicas diversificadas e específicas em cada município. Nesse processo, diversos atores estão envolvidos, como indústrias, consumidores, organizações da sociedade civil, governos, burocracia estatal e os catadores (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011, p. 897).

No quesito políticas públicas, destinadas para os catadores e catadoras, as experiências exitosas dos governos locais, inserindo-os no processo da coleta seletiva, se resume à principal alternativa para esses trabalhadores e trabalhadoras. Mas, recorrer somente a essa alternativa se faz insuficiente, uma vez que há muitos desafios colocados para os catadores e as catadoras. Assim, a formação de redes de cooperativas e associações aparece como mais uma possibilidade de inserir esses sujeitos e sujeitos nas esferas da cadeia produtiva da reciclagem. Políticas públicas desenvolvidas em âmbito nacional ou local, tendem a contemplar, na maioria das vezes, catadores e catadoras organizados em espaços de associação e cooperativas, mas deve-se atentar também para aqueles e aquelas que desenvolvem a ocupação nas ruas das cidades ou nos lixões, de forma individual. É preciso pautar o desenvolvimento de ações e alternativas de gestão integrada que contemplem de forma plena e efetiva, a inserção de catadores e catadoras nesse processo (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011).

No entanto, Bosi (2008) problematiza a questão sob outra perspectiva de análise. Para o autor, a implantação do sistema de reciclagem no Brasil, e o desenvolvimento positivo em relação a mesma, só foi possível devido a força de trabalho empregada pelos catadores e catadoras. A separação e o recolhimento dos resíduos se mostraram viáveis e de baixo custo, pois quem realiza esse processo são trabalhadores e trabalhadoras, cuja remuneração compensa

os investimentos em tecnologias para esse fim. De acordo com o autor, catadores e catadoras foram cooptados pelo sistema capitalista e alocados nas margens, uma vez que haveria um propósito implicado no fato da grande massa marginal de indivíduos, que participa da reciclagem, se constituir em uma força de trabalho precarizada, sem contratos estabelecidos e com remuneração conforme sua produtividade.

Podemos pontuar que, há um amplo espectro de experiências, de “formas de se fazer”, que podem ser visualizadas Brasil afora, no que se refere à coleta seletiva por parte dos municípios. No entanto, esses processos podem ser marcados por contradições e conflitos inerentes a eles. “Vale ressaltar que esse processo não foi simples e nem linear, mas, sim, marcado por conflitos sociais e dinâmicas específicas – em algumas cidades a relação do poder público com os catadores ainda é de repressão e violência” (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011, p. 905).

A relação de parceria com as prefeituras é fundamental e deve contemplar compromissos de ambos os lados. Embora o papel das prefeituras como facilitadoras do processo de organização dos catadores seja importante, as organizações devem continuar buscando a autogestão. O ideal seria que, no processo, à medida que a organização dos catadores avançasse, as prefeituras pudessem retirar gradualmente as ações assistenciais e assim fortalecessem a parceria (DEMAJOROVIC; BESEN, 2007, p. 13).

A coleta seletiva pode ser realizada por prefeituras, pelo setor privado e pelas associações e cooperativas de catadores e catadoras. A tabela abaixo, oriunda de estudo realizado para compor o Anuário da Reciclagem de 2020, nos apresenta o nível de participação de cada órgão executor da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos no ano de 2018.

Tabela 1 - Distribuição dos resíduos sólidos urbanos coletados pela coleta seletiva em 2018.

Distribuição dos resíduos sólidos urbanos coletados pela coleta seletiva

Região	Prefeitura	Empresas Privadas	Associação de Catadores	Outros executores
Brasil	21%	47,7%	30,7%	0,6%
Norte	5,4%	49,9%	44,3%	0,4%
Nordeste	14,4%	22,5%	63,0%	0,1%
Centro-Oeste	34,9%	35,1%	29,6%	0,3%
Sudeste	22,8%	39,4%	36,5%	1,2%
Sul	19,4%	62,6%	17,7%	0,3%

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS)/Ministério do Desenvolvimento Regional. Elaboração: LCA Consultores. Anuário da reciclagem, 2020.

O percentual exposto na tabela acima, abrange os seguintes agentes executores: prefeituras, empresas privadas, associações de catadores e catadoras e outros agentes, por regiões do país. A região em que há maior participação das prefeituras é a região centro-oeste com 34,9%, seguida da região Sudeste com 22% de participação desse órgão e da região Sul com um percentual de 19,4%. Em relação ao setor privado, a participação é maior na região Sul, com 62,6%, após é a região Norte com 49,9%. As associações (com abrangência de todas organizações de modo geral, cooperativas e associações) é maior na região Nordeste, com 63%, após vem a região Norte, com 44,3% de participação desses agentes. No tocante ao âmbito nacional, o setor privado sai na frente na realização da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, com 47,7%, seguido das associações de catadores e catadoras com 30,7%, esses dois executores juntos são responsáveis por quase 80% da coleta seletiva realizada no país. As prefeituras realizam 21% do processo, considerando o contexto nacional.

Desde a aprovação da PNRS, em 2010, a geração de resíduos sólidos urbanos (RSU) aumentou de 167 mil toneladas por dia para 217 mil toneladas por dia, ou seja, uma elevação na ordem de 30%. (Anuário da Reciclagem, 2020). Houve um aumento dos resíduos coletados com destinação adequada (aterros sanitários), de 85 mil de toneladas em 2010, para 119 mil toneladas em 2018, no entanto o aumento da destinação inadequada (lixões e aterros controlados), também cresceu de 63 mil de toneladas para 81 toneladas, no mesmo período (Anuário da Reciclagem, 2020). Aumento dos aterros sanitários controlados e fechamentos dos lixões a céu aberto, essa melhoria foi concentrada na Região Sul do país, onde 353 municípios

passaram a contar com aterros sanitários e 345 deixaram de destinar os seus resíduos sólidos urbanos para os lixões. Além disso, questões da ordem de investimentos locais, também podem interferir no sucesso ou fracasso dos sistemas de gestão integrada dos resíduos pelos municípios, como no exposto pelos autores abaixo:

Apesar do apoio crescente da população aos programas de coleta seletiva implementados no país, estas iniciativas ainda enfrentam diversas dificuldades. Descontinuidade nas campanhas de divulgação, redução da qualidade e quantidade de materiais recicláveis triados nas cooperativas e lacunas na capacitação dos cooperados para trabalhar nesta forma de organização são alguns dos principais desafios enfrentados (DEMAJOROVIC; BESEN, 2007, p. 1).

A organização em empreendimentos de economia solidária, sob o escopo do trabalho coletivo e da autogestão, não quer dizer ausência de conflitos, contradições e imbricações com as lógicas capitalistas e individuais, mas encontra-se atrelada ao desenvolvimento e a pauta de outras formas de organizar o trabalho e a produção, condizentes com a realidade das pessoas que fazem parte desses espaços. No caso de Erechim/RS, a formação de lideranças, poderia se colocar como um caminho para pautar a autogestão e a autonomia das associações, com os catadores e catadoras como protagonistas do processo total de gestão da parte que lhes cabe na coleta seletiva e dentro dos galpões das associações de reciclagem. Acerca de uma das dificuldades presentes na autogestão, os autores abaixo apontam que:

As dificuldades da autogestão referem-se não apenas a dificuldades impostas pelo pensamento neoliberal, que promove uma cultura individualista e centrada na preocupação com o emprego e o salário, mas também ao fato de que os grupos excluídos da economia capitalista são atravessados por outras opressões (gênero e raça). Além disso, uma vez que o neoliberalismo aprofunda desigualdades, esse fenômeno atinge mais profundamente esses setores sociais historicamente marginalizados (SILVA *et al*, 2020, p. 395).

A disseminação da lógica do pensamento neoliberal na sociedade (DARDOT; LAVAL, 2020), pode ser apontada como uma dificuldade para o desenvolvimento da autogestão com vieses pautados pela Economia Solidária, pois essa lógica vai de encontro ao que se pauta em espaços que pretendem ter a organização solidária como preponderante. A experiência dos catadores e catadoras organizados nas associações de reciclagem de Erechim/RS, nos permite perceber que, investimentos em políticas públicas e a criação de redes com a presença de diferentes agentes executores, podem se colocar como uma alternativa exitosa, cuja intencionalidade visa oferecer condições mínimas de garantia de subsistência para setores historicamente precarizados, como no caso dos catadores e catadoras de materiais recicláveis.

Mesmo permeado por dificuldades, contradições, processos de luta, busca por valorização e estima social, a organização em espaços solidários, nesse contexto local, pode garantir o avanço em termos de posição social para alguns associados e associadas. Com isso, o capítulo seguinte nos traz algumas problematizações a respeito da ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis, e esboça alguns achados e apontamentos, no que se refere ao contexto local, como a remuneração dos catadores e catadoras associados, os processos que permeiam o desempenho da ocupação e as questões de gênero e trabalho.

CAPÍTULO

4 “ELES NÃO VEEM A GENTE”: CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, TRABALHO PRECARIZADO E QUESTÕES DE GÊNERO

Este capítulo visa esboçar uma análise acerca da ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis. Tratamos de aspectos inerentes ao desempenho da mesma, como a precariedade do trabalho, a organização de catadores e catadoras nas associações de reciclagem de Erechim/RS e as questões de gênero.

Historicamente, a ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis é precária. A partir dos anos 2000, pode-se visualizar alguns avanços, como a inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), conquista maior visibilidade política. Temáticas como a preservação ambiental e a preocupação com a natureza, passam a endossar debates, compor a agenda de financiamentos de grandes empresas e governamentais, por meio de parcerias com o setor privado e de políticas públicas, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010. Essas são algumas das frentes, cuja existência reverbera de forma positiva para o desenvolvimento e o exercício da ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis.

No contexto da cidade de Erechim/RS, o qual buscamos analisar por meio deste estudo, o processo de constituição das associações é apontado como um divisor de águas para os catadores e catadoras da cidade. O trabalho de separação dos materiais, continua o mesmo daquele realizado no lixão ou pelas ruas da cidade com os carrinhos, no entanto, a mudança ocasionada ocorreu em aspectos de cunho objetivo, como a remuneração recebida por essas pessoas, exposição às intempéries da natureza e ao preconceito e a indiferença da população, e subjetivos, ao serem alocados e alocadas em associações, o sentido atribuído ao trabalho também se altera, e acaba por ser legitimado pela ideia de dignidade do trabalho.

4.1 CATADORES E CATADORAS DE DIGNIDADE

“Todo o trabalho é digno”, bordão disseminado no senso comum, independentemente das condições em que esse trabalho é realizado e do quanto o trabalhador precisa dispender de si para realizar o mesmo. No entanto, cabe questionarmos: Porque alguns trabalhos são mais dignos do que outros? A dignidade do trabalho para setores populares e precarizados da sociedade possui ligação com a moralidade, que tem o trabalho como pano de fundo, como o

limite, entre a delinquência, a prostituição, o pauperismo e a criminalidade. O emprego, serve como prova moral de que por mais que a pessoa esteja em uma condição extremamente precária, ela é digna, uma vez que dentre as opções disponíveis ela fez a escolha moral adequada. (MACIEL; GRILLO, 2009). O autor pontua que:

Um serviço fixo, por pior que seja, assegura a não delinquência, oferecendo o mínimo para a sobrevivência do corpo e garantindo um bem-estar social para a alma, pois é a principal meta da narrativa do que “não ser”. Só assim, se firma um lugar no último degrau da dignidade, ou seja, na condição de trabalhador honesto, apesar de desqualificado (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 250).

“O trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm” (CASTEL, 1998, p. 578). A venda da força de trabalho, mesmo em situações degradantes, acaba se constituindo como o único meio de sobrevivência para algumas pessoas. Assim, a ideia de dignidade do trabalho transcende o contexto da subsistência, sendo apresentada como um modo de viver atrelada à figura do trabalhador e do trabalho digno. Sendo assim:

Efetivamente, as transformações nas condições e nos vínculos de trabalho, bem como no status do assalariado, tendem a quebrar as trajetórias de identificação social e de integração comunitária, gerando novas formas de vulnerabilidade social. Ao ser excluído do mercado de trabalho, um indivíduo pode ser levado não somente à privação material, como também à limitação de seus direitos e à fragilização psicológica, o que tem implicações variadas sobre sua autoestima e sua autodeterminação. Pode-se afirmar, então, que o desemprego (ou a desocupação) representa um risco individual e coletivo, com graves impactos sobre a manutenção do bem-estar e da cidadania (MARTINS, 2005, p. 66).

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, a partir de 1970, afetam os trabalhadores e trabalhadoras como um todo. No entanto, os *excluídos/supranumerários* (CASTEL, 1998) acabam relegados aos espaços laborais precarizados. A ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis, historicamente tem a precariedade como regra, as pessoas que desenvolvem essa ocupação, em geral, possuem baixa escolaridade, pouco ou quase nenhum acesso a um emprego formal e estão alocadas em contextos de vulnerabilidade social.

As trajetórias de catadores e catadoras se aproximam no que diz respeito à intermitência em ocupações insalubres e de baixo prestígio social, desde jovens. A atividade de catar materiais pode ser abordada como um elo que une esses diferentes sujeitos e sujeitas em busca de um objetivo comum: a sobrevivência. “Os catadores de materiais recicláveis: misturados à cena cinza da cidade de concreto e asfalto, vão transformando o que é resto em trabalho e renda,

proporcionando dignidade de vida e sustento a si próprios e aos seus familiares” (PEREIRA; DAL SECO; CARVALHO, 2014, p. 174).

“As atividades de catar e de separar o lixo diretamente nas ruas das cidades apresentam-se como uma forma de ocupação antiga e conhecida, com condições de trabalho, em geral, extremamente insalubres, precárias e desagregadas” (MARTINS, 2005, p. 70). Os catadores e catadoras tornam-se força de trabalho na segunda metade da década de 1980. A ampliação do setor da reciclagem, conseqüentemente levou ao aumento do número de pessoas exercendo a atividade de catar materiais, a qual se torna realidade a partir do momento em que se tem disponível um grande contingente de mão- de-obra barata, trabalhadores desocupados ou semi-ocupados, os quais são convertidos em catadores e catadoras (BOSI, 2008).

Um dos entrevistados deste estudo, morador de Porto Alegre/RS, que faz parte da articulação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), relata suas origens e como a atividade de catador de materiais recicláveis é importante para alguns grupos:

Venho de uma vila, onde só tinha catador. O processo econômico, as relações sociais, ambas, se davam a partir dos processos da reciclagem. Então, os resíduos eram o elo de ligação entre as pessoas nessas comunidades. E essas comunidades elas são afastadas do processo escolar, dos outros meios que não compreendem, da cultura que existe, né. Então, é um processo da própria cultura social da reciclagem que faz essa amarração entre as pessoas que vivem nesse processo coletivo. O resíduo é esse elo de ligação. É o que garante o trabalho, a renda. É o que garante inclusive a sociedade. A conexão com a sociedade se dá mediada pela questão dos resíduos (ENTREVISTA, EDUARDO²⁹, 2020).

No que se refere ao contexto de Erechim/RS, a atividade de catar materiais no lixão do município, era vista pela comunidade local como um trabalho insalubre, precário e marginalizado. Com a parceria entre o poder público municipal, as empresas que fazem parte da coleta seletiva e as associações de catadores e catadoras, a ideia de dignidade do trabalho ressurge. Cabe problematizar esse aspecto, uma vez que a atividade de catar e separar os materiais recicláveis continua a mesma, a mudança ocasionada ocorreu nas condições de exercício laboral da atividade. As figuras abaixo, publicadas em um jornal local, ilustram um pouco dessa realidade. Na primeira imagem, se tem a reclamação de que o carrinho do catador estaria atrapalhando o trânsito. Na imagem seguinte, moradores contestam o fato de que, catadores e catadoras, ao se fixarem na sombra de uma árvore na região central da cidade de

²⁹Por questões da ética na pesquisa e com a intenção de preservar a identidade de nossos informantes, optamos por utilizar nomes fictícios para aqueles e aquelas que participaram deste estudo.

Erechim/RS, para descansar, estariam “olhando demais” as residências localizadas nas proximidades daquele espaço.

Figura 8 - Carrinheiros e carrinheiras pelas ruas de Erechim/RS



Fonte: Jornal Voz Regional. Acesso ao material em Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font/Erechim-RS. Fev. 2020.

A situação de “excluídos” desses trabalhadores e trabalhadoras quando desempenhavam a separação dos materiais no lixão, era de extrema precariedade. Algumas pessoas residiam no local com suas famílias. A imprensa chegou a veicular algumas denúncias e preocupações por parte de diferentes entidades da sociedade civil, acerca do lixão do município, principalmente no que dizia respeito às pessoas que lá desempenhavam suas funções e a presença de crianças e adolescentes naquele espaço. Com a formação das associações, os catadores e catadoras organizados nesses espaços, não precisam mais ir à procura do material pelas ruas da cidade, pois o mesmo é encaminhado da coleta seletiva para as associações. Catadores e catadoras, membros das associações não possuem mais a necessidade de enfrentar os desafios do clima, calor, frio e chuva em excesso, estão menos expostos ao preconceito e a discriminação, sofridos diariamente.

Por outro lado, se tem os catadores e catadoras independentes que também realizam a coleta dos materiais recicláveis pelas ruas da cidade de Erechim/RS, denominados de carrinheiros e carrinheiras. No entanto, estes não são vistos como problema, ao que parece há uma solidariedade de classe entre os catadores e catadoras organizados em associações e os carrinheiros e carrinheiras. A coleta de materiais recicláveis realizada por pessoas e empresas de municípios vizinhos, é o que provoca conflitos, esses “terceiros” se deslocam, com carros ou caminhonetes e realizam a coleta dos materiais pelas ruas da cidade.

A reclamação por parte das associações é de que esse tipo de coleta “irregular” faz com que o material deixado nos espaços associativos, através da coleta seletiva municipal, seja de valor inferior, pois o mais valorativo, “o filé” é retirado antecipadamente pelos “de fora”. Assim, a pressão dos catadores e catadoras da cidade é para que o poder público municipal fiscalize e crie legislações específicas para que os resíduos recicláveis produzidos pela população erechinense, cheguem até os catadores e catadoras de Erechim/RS. Esses conflitos também podem ser enquadrados na esfera dos níveis de precariedade da ocupação.

Ao retratar a experiência de Belo Horizonte, Pereira e Teixeira (2011), apontam que, quando os catadores e catadoras eram vistos na cidade, como delinquentes e vagabundos, as ações voltadas para eles eram de repressão e de violência. A partir de 1993, com a criação do programa de coleta seletiva municipal, na gestão de Patrus Ananís, eleito para a prefeitura, fruto de uma coligação dos partidos de esquerda, esse grupo passa a ser visto sob o escopo da inclusão. “O problema passou a ser concebido da lógica da necessidade de inclusão social desse grupo, sendo adotadas ações inclusivas no âmbito do programa de coleta seletiva” (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011, p. 905).

Os autores abaixo, no que se refere às diferentes motivações que levam catadores e catadoras a entrar para a ocupação, expõe que:

Existe uma divisão na forma como os(as) trabalhadores(as) se inserem na atividade de catação. Alguns estão produzindo em cooperativas, de maneira organizada e partilhada, e outros exercem esse trabalho como meio de sobrevivência, buscando suprir as dificuldades do cotidiano e trabalhando de forma mais individualizada, precária e desassistida. Em outras palavras, é como se de um lado tivéssemos a catação como recurso limite de sobrevivência e, de outro, tivéssemos tal atividade como possibilidade de sustento e de organização coletiva de famílias de catadores (RIBEIRO; NARDI; MACHADO, 2012, p. 246).

Um dos principais argumentos para a constituição das associações está atrelado à construção de alternativas socioeconômicas, para que catadores e catadoras saíssem da “informalidade precária”. A garantia de trabalho, foi pautada, num primeiro momento como

fonte de renda e subsistência para catadores e catadoras, carrinheiros e carrinheiras de Erechim/RS. Como o CEPO (Centro de Educação Popular) em articulação com as outras esferas da sociedade civil e do poder público, poderia modificar, ainda que parcialmente, a situação de marginalidade dessas pessoas? Esse foi o questionamento que levou a entidade, a criar estratégias e a desenvolver parcerias com o intuito de melhorar o exercício do trabalho laboral de catadores e catadoras. O mesmo argumento está expresso abaixo, na fala da entrevistada Natalia, ex educadora do CEPO e uma das pessoas que acompanhou, por meio da entidade, a formação das primeiras associações de reciclagem no município:

Como é que a gente organiza, né, as classes populares nessa questão do trabalho, saindo um pouco mais dessa questão da informalidade, possibilitando um pouco mais... melhores condições de trabalho. Porque a gente tinha na cidade de Erechim, uma época, muitos catadores que saíam catar com seus carrinhos, então a gente tinha uns problemas, assim dos mais diversos. Então, eram mulheres na sua maioria, levavam seus filhos junto, porque não tinham com quem deixar os filhos. Então, aquele trabalho todo muito judiado né, de estar no tempo. Carregando carrinhos enormes, cheios de material, muitas vezes, vendendo também, comercializando com um valor muito baixo, ficando com pouco recurso e todo o esforço que elas faziam, né. O trabalho que elas faziam, então nós tínhamos um grupo desses catadores e o outro grupo eram pessoas que trabalhavam no lixão. E a gente tinha um lixão aqui na cidade e as pessoas trabalhavam naquele espaço. Então, vinham os caminhões da empresa que coletava, descarregavam o material naquele espaço que era, era um lixão mesmo, que era um espaço aberto, sem cuidado e controle nenhum. As pessoas então catavam o material que elas podiam, né. E elas organizavam naquele espaço mesmo, alguns abrigos assim, para elas recolherem o material, elas passavam o dia todo lá. Então, elas se alimentavam lá. Elas ficavam assim em condições bem precárias de trabalho mesmo (ENTREVISTA, NATALIA³⁰, 2020).

A reestruturação produtiva pode não ter afetado esses trabalhadores e trabalhadoras de forma direta, uma vez que poucos deles e delas estavam alocados em ocupações formais, estáveis e com jornadas de trabalho regulares. Mas, cooptou-os a seu favor, tornando-os trabalhadores sob o signo da informalidade, assim como fez com parte dos trabalhadores ocupados em empregos formais, nas últimas décadas (BOSI, 2008). Ao ser perguntada do porquê entrou para a catação de materiais, a entrevistada Elaine, afirma que: “Fui obrigada porque não tinha outra saída, não tinha o que fazer para poder me sustentar né, aí nisso aí que eu me apeguei” (Entrevista, ELAINE³¹, 2020).

Ao serem pensados como força de trabalho, os catadores e catadoras, para Bosi (2008), apresentam um perfil, possuem baixa escolaridade, idade avançada e pouca qualificação profissional para o setor de empregos formais. Sendo assim, a argumentação do autor é de que

³⁰ Por questões da ética na pesquisa e com a intenção de preservar a identidade de nossos informantes optamos por utilizar nome fictício.

³¹ Idem nota 32.

esses três fatores não transformaram os catadores e catadoras em excluídos do mundo do trabalho, mas os realocaram em setores como o da reciclagem, os quais cooptaram essa força de trabalho sob a forma de trabalho por conta própria e/ou autônomo. “Isto significa dizer que são acionados para ocupações cujo trabalho, embora não seja vendido sob a forma de salário e de uma jornada sistemática, tem sua organização realizada pelo capital” (BOSI, 2008, p. 108).

“Os catadores e catadoras são responsáveis por cerca de 90% da reciclagem no Brasil, mas ficam somente com 10% do lucro” (EDUARDO, ENTREVISTA, 2020). Realizam o trabalho de triagem dos materiais, para depois os mesmos serem vendidos por quilograma (Kg). Os catadores e catadoras independentes, que compõem a maioria no desempenho da ocupação, vendem esses materiais para “atravessadores”, pessoas que comercializam os materiais comprados dos catadores e catadoras com as empresas recicladoras. No caso dos catadores e catadoras organizados em cooperativas e associações, a venda é realizada diretamente com a empresa recicladora, o que acaba por se constituir em algo vantajoso, pois a quantidade de material vendido é maior, logo é possível “barganhar” preços um pouco melhores daqueles pagos pelo quilograma (Kg) de material.

Os catadores e catadoras compõem o elo mais frágil da cadeia produtiva da reciclagem. Esse público realiza a parte do trabalho mais pesada, insalubre e precária, obtendo em troca, um rendimento bastante aquém em relação ao importante trabalho que realizam. As grandes empresas recicladoras que comercializam os materiais triados pelos catadores e catadoras, os quais servirão de matéria prima para a fabricação de novos produtos é que acabam ficando com o montante significativo. Em relação ao valor pago por quilograma (Kg) dos materiais provenientes das associações de catadores e catadoras das associações de reciclagem de Erechim/RS, as tabelas expostas abaixo, demonstram o valor de alguns desses materiais, comercializados nos anos de 2018, 2019 e 2020.

Tabela 2 - Preço dos materiais (Kg), 2018

Preço dos materiais (kg) 2018	A1*	A2	A3	A4	A5	A6
Água (garrafa PET)		R\$ 0,90				
Alumínio grosso	R\$ 4,00	R\$ 3,50	R\$ 4,00	R\$ 3,50		R\$ 3,50
Azeite (litro PET)	R\$ 0,30	R\$ 0,40	R\$ 0,30	R\$ 0,40		R\$ 0,30
Cobre	R\$ 10,00	R\$10,00	R\$ 10,00	R\$ 3,00		R\$ 3,00
Cristal (vidro branco)	R\$ 0,90	R\$ 0,90	R\$ 0,90	R\$ 0,90		R\$ 0,90
Latinhas	R\$ 3,50	R\$ 3,10	R\$ 3,00	R\$ 3,50		R\$ 3,50
Leite (caixa)		R\$ 0,20				R\$ 0,20
Metal	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00		R\$ 6,00
Papel Branco	R\$ 0,45	R\$ 0,45	R\$ 0,45	R\$ 0,45		R\$ 0,45
Papel misto	R\$ 0,25	R\$ 0,22	R\$ 0,20	R\$ 0,25		R\$ 0,25

Papelão	R\$ 0,33	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,33		R\$ 0,33
Pet branco	R\$ 1,30	R\$ 1,30	R\$ 1,40	R\$ 1,30		R\$ 1,30
Pet verde	R\$ 1,10	R\$ 1,10	R\$ 1,10	R\$ 1,10		R\$ 1,10
Plástico fino	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30		R\$ 0,30
PVC (tipo de plástico/cano)	R\$ 0,20	R\$ 0,25	R\$ 0,20	R\$ 0,20		R\$ 0,20
Rafia (saca)	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$ 0,20		R\$ 0,20
Sucata (ferro velho)	R\$ 0,18	R\$ 0,18	R\$ 0,28	R\$ 0,18		R\$ 0,18
Vidros	R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 0,02	R\$ 0,02		R\$ 0,02

Fonte: Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços Ltda. Elaboração da própria autora.³²

Tabela 3 - Preço dos materiais (Kg), 2019

Preço dos materiais (Kg) 2019	A1	A2	A3	A4	A5	A6
Água (garrafa PET)		R\$ 0,90		R\$ 0,90		R\$ 0,90
Alumínio grosso	R\$ 4,00	R\$ 4,00	R\$ 4,00	R\$ 4,00		R\$ 4,00
Azeite (litro PET)	R\$ 0,60	R\$ 0,50	R\$ 0,50	R\$ 0,50		R\$ 0,50
Cobre	R\$ 5,50	R\$ 15,00	R\$ 4,00	R\$ 4,00		R\$ 4,00
Cristal (vidro branco)	R\$ 1,25	R\$ 1,10	R\$ 1,00	R\$ 1,00		R\$ 1,00
Latinhas	R\$ 3,60	R\$ 3,00	R\$ 3,50	R\$ 3,50		R\$ 3,50
Leite (caixa)	R\$ 0,30	R\$ 0,30		R\$ 0,22		
Metal	R\$ 7,00	R\$ 7,00	R\$ 8,00	R\$ 8,00		R\$ 8,00
Papel Branco	R\$ 0,52	R\$ 0,45	R\$ 0,40	R\$ 0,45		R\$ 0,40
Papel misto	R\$ 0,32	R\$ 0,30	R\$ 0,28	R\$ 0,30		R\$ 0,28
Papelão	R\$ 0,45	R\$ 0,42	R\$ 0,40	R\$ 0,40		R\$ 0,38
Pet branco	R\$ 1,50	R\$ 1,50	R\$ 1,50	R\$ 1,50		R\$ 1,50
Pet verde	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,20		R\$ 1,20
Plástico fino	R\$ 0,40	R\$ 0,35	R\$ 0,30	R\$ 0,30		R\$ 0,30
Pvc (tipo de plástico/cano)	R\$ 0,25	R\$ 0,25	R\$ 0,25	R\$ 0,25		R\$ 0,25
Rafia (saca)	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$ 0,20		R\$ 0,20
Sucata (ferro velho)	R\$ 0,25	R\$ 0,15	R\$ 0,20	R\$ 0,20		R\$ 0,20
Vidros	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,02	R\$ 0,02		R\$ 0,02

Fonte: Fonte: Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços Ltda. Elaboração da própria autora.

Tabela 4 - Preço dos materiais (Kg), 2020

Preço dos materiais (kg) 2020	A1	A2	A3	A4	A5	A6
Água (garrafa PET)		R\$ 0,90	R\$ 0,90	R\$ 0,90		R\$ 0,90
Alumínio grosso	R\$ 7,50	R\$ 5,00	R\$ 4,00	R\$ 4,00	R\$ 3,00	R\$ 4,00
Azeite (litro PET)	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 0,60	R\$ 1,00
Cobre	R\$ 5,00	R\$ 24,00	R\$ 4,00	R\$ 4,00	R\$ 5,00	R\$ 4,00
Cristal (vidro branco)	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 1,20	R\$ 0,95	R\$ 1,20
Latinhas	R\$ 5,00	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 3,00	R\$ 3,50
Leite (caixa)	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,25	R\$ 0,30
Metal	R\$ 15,00	R\$ 8,00	R\$ 8,00	R\$ 8,00	R\$ 8,00	R\$ 8,00
Papel Branco	R\$ 0,70	R\$ 0,70	R\$ 0,70	R\$ 0,70		R\$ 0,70

³²*Os números correspondem às seis associações de reciclagem que estavam em funcionamento desde o ano de 2020. Algumas associações tiveram funcionamento intermitente, paravam de funcionar, depois voltaram, por isso, alguns dados aparecem nas tabelas de maneira alternada. Em outros casos, não obtivemos os dados completos de algumas das associações.

Papel misto	R\$ 0,45	R\$ 0,45	R\$ 0,45	R\$ 0,45	R\$ 0,30	R\$ 0,45
Papelão	R\$ 0,65	R\$ 0,65	R\$ 0,65	R\$ 0,65	R\$ 0,45	R\$ 0,65
Pet branco	R\$ 2,70	R\$ 2,30	R\$ 2,30	R\$ 2,30	R\$ 1,55	R\$ 2,30
Pet verde	R\$ 2,10	R\$ 1,70	R\$ 1,70	R\$ 1,70	R\$ 1,20	R\$ 1,70
Plástico fino	R\$ 0,50	R\$ 0,50	R\$ 0,40	R\$ 0,40	R\$ 0,30	R\$ 0,40
Pvc (tipo de plástico/cano)	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,30
Rafia (saca)	R\$ 0,20	R\$ 0,25	R\$ 0,20	R\$ 0,20	R\$ 0,25	R\$ 0,20
Sucata (ferro velho)	R\$ 0,60	R\$ 0,30	R\$ 0,60	R\$ 0,60	R\$ 0,15	R\$ 0,60
Vidros	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,03

Fonte: Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços Ltda. Elaboração da própria autora.

O quadro, a seguir, apresenta o preço médio em Kg, dos materiais recicláveis no ano de 2019, por regiões do país e em relação ao contexto nacional:

Quadro 3 - Preço médio (em R\$/Kg), por região, dos materiais coletados em 2019, por catadores e catadoras

Preço médio (em R\$/Kg) dos materiais coletados pelas associações e cooperativas, em 2019, por região

Região	Papel	Plástico	Alumínio	Outros met.	Vidro	Outros mat.
Centro-Oeste	0,33	0,76	2,97	0,35	0,02	0,31
Nordeste	0,34	1,02	3,78	0,38	0,10	1,22
Norte	0,25	0,85	2,20	0,35	0,15	0,26
Sudeste	0,46	1,06	3,55	0,56	0,09	0,91
Sul	0,41	0,99	2,68	0,37	0,08	0,29
NACIONAL	0,39	0,92	3,05	0,41	0,08	0,54

Fonte: Banco de dados do Anuário da Reciclagem. Elaboração: LCA Consultores. Extraído do Anuário da Reciclagem, 2020, p. 38.

O material reciclável de valor mais caro, em 2019, foi o alumínio, com um preço médio estipulado em R\$ 3,05 por Kg, seguido do plástico com R\$ 0,92 por Kg e de outros materiais com R\$ 0,54 por Kg. O preço mais elevado de material se concentrou na região Nordeste com o alumínio, cujo custo da venda por Kg foi de R\$ 3,78, e o mais baixo na região Centro-Oeste com o vidro, comercializado a R\$ 0,02 por Kg.

No que se refere ao contexto de Erechim/RS, no ano de 2019, em comparação com as médias da região Sul de R\$ 2,68 e nacional de R\$ 3,05, o preço do alumínio ficou acima, com um valor médio estipulado de R\$ 4,00. Em algumas associações, nesse mesmo ano, o preço do papel atingiu, e em alguns casos ultrapassou, a média nacional. Em relação ao plástico e ao vidro, os valores comercializados no ano de 2019 não atingiram o preço médio de

comercialização nem no âmbito regional e nem no nacional. Podemos destacar que houveram alguns aumentos significativos nos valores dos materiais comercializados no ano de 2020, em relação à 2019. Latinhãs, alumínio grosso, metais, plásticos de garrafas PET, entre outros, são alguns dos materiais em que pode ser visualizado esse aumento.

4.1.1 Ser catador e catadora: trabalho, influências e identidades

Em determinados contextos é possível verificarmos que algumas ocupações/profissões trazem consigo o rótulo de serem passadas de geração para geração da família. A ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis é uma delas. O contexto familiar aparece como uma das primeiras influências para o ingresso na atividade, principalmente quando membros da família já desempenham essa função ou possuem ligações com pessoas próximas que o fazem. O ambiente familiar pode atuar como influenciador de trajetórias, por meio dele ocorre a inculcação nos indivíduos das lógicas de dignidade do trabalho (MACIEL; GRILLO, 2009).

“Todas as histórias das pessoas do lixão, elas são quase sempre a mesma coisa, são quase sempre parecidas” (CARDOSO³³, 2018)³⁴. No caso dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, as trajetórias algumas vezes se cruzam, ao serem questionados acerca do porquê ingressaram na ocupação, a resposta de que “é de geração”, “vem de família”, persiste. O crescer tendo por perto pessoas que desenvolvem a ocupação, pais, mães, avós, tios etc., pode atuar como um condicionante para o desenvolvimento da mesma. “Eu sou catador já, desde criança, da terceira geração, desde a minha avó que também catava, fazia o trabalho essencialmente na rua. Então, desde criança sempre trabalhei muito” (ENTREVISTA, EDUARDO, 2020). A fala de Eduardo denota não somente o fator geracional e a influência da família para a sua entrada na ocupação, mas o trabalho como algo presente em sua vida, desde a tenra idade.

O processo de socialização, pode ser pontuado, como um dos motivos pelos quais, o desenvolvimento da ocupação de catador e catadora está ligado ao fator geracional. Ao olhar para a realidade brasileira, por meio dos pressupostos da obra de Pierre Bourdieu, com o intuito de analisar os diferentes conflitos existentes entre as classes sociais, com vistas a pontuar aspectos subjetivos acerca do modo de vida e da posição dos sujeitos e sujeitas na sociedade, Souza (2009), vai descrever a ralé brasileira, como uma classe social possuidora de um *habitus*

³³Neste caso não utilizamos o nome fictício, pois a fala dela foi retirada de um curta-metragem de domínio público.

³⁴Documentário Catadora de gente, direção de Mirela Krueh, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZO42eeZ93M8&t=2s>. Acesso em: 12 abr. 2021.

precário, em que os seus estímulos e disposições são tão distantes daqueles recebidos pelas classes médias e superiores, que as pessoas dessa classe, na maioria das vezes, não possuem condições para concorrer aos bens e recursos escassos disponíveis na sociedade.

No entanto, para Souza (2009), esses “estímulos” podem interferir no acesso à determinados espaços e posições sociais, como na hora de concorrer a uma vaga no mercado de trabalho, uma vez que indivíduos pertencentes a essa classe têm oportunidades reduzidas de internalizar as características e os atributos exigidos, a desigualdade começa antes mesmo da pessoa “se entender por gente”. De acordo com os autores abaixo:

É fundamental aqui a conexão entre respeito, condição e dignidade. Ela é a prova de que uma posição privilegiada na hierarquia moral do trabalho é um critério central para que as pessoas sejam respeitadas, o que significa serem consideradas naturalmente pelos outros como úteis e de valor. Esse respeito é indispensável para o bem-estar pessoal, além de assegurar na prática os direitos e o respeito formal da cidadania (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 257).

Para Castel (1998), o trabalho possui ligação com o nível de utilidade de uma pessoa em relação ao contexto social: Como a função socialmente desempenhada por ela contribui para o coletivo? Com isso, ao não possuir um emprego formal (“ter utilidade”), esse indivíduo passa a ocupar a esfera dos “sobrantes, sem serventia”. A sociedade baseada nos ideais meritocráticos pune com os piores lugares de status e dignidade aqueles que não correspondem a esses ideais, no fundo, o que está em jogo é a luta das pessoas para demonstrarem sua utilidade, uma luta pelo reconhecimento do papel que desempenham. O fato de alguns e algumas conseguirem provar o seu “valor” através do trabalho, outros e outras, não, só serve para escancarar a dignidade do trabalho como um rótulo genérico, uma vez que socialmente algumas ocupações são mais dignas que outras (MACIEL; GRILLO, 2009).

As ocupações que tendem a ser valorizadas em nossa sociedade, são aquelas que possuem ligação com o conhecimento escolar formal, em detrimento daquelas ocupações mais laborais, as quais geralmente envolvem o dispêndio de força física. Esse ideário faz parte da forma pejorativa como a meritocracia atua, uma vez que, não considera as especificidades e as trajetórias individuais de cada sujeito/sujeita, e que características como concentração, disciplina e autonomia são determinadas sob certas condições e não naturalizadas (MACIEL; GRILLO, 2009).

4.1.2 Precariedade laboral e a catação de materiais

Os catadores e catadoras compõem um grupo social marcado pela heterogeneidade, vistos “como reflexos e como protagonistas das mais diferenciadas possibilidades de relacionamentos em contextos que os integram em suas atividades” (ROCHA, 2018, p. 80). Por ser uma ocupação heterogênea, as pessoas que a desempenham possuem realidades diferenciadas e complexas com fins diversos para sua realização. Com isso, o discurso acerca da dignidade do trabalho é acionado por alguns e algumas como validação moral, uma vez que a catação de materiais é realizada por diferentes atores e atrizes sociais, como dependentes químicos, mães solo, moradores de rua, carrinheiros e carrinheiras independentes e catadores e catadoras organizados. Essa “marca simbólica do trabalho, funciona como proteção moral contra a ilegalidade (o roubo, a prostituição, o tráfico), a bebida, o devaneio e o ‘pensar bobagem’ (a loucura) que ronda as comunidades pobres das grandes cidades” (NARDI, 2006, p. 91).

Souza (2009), em estudo realizado junto aos seus colaboradores Maciel e Grillo (2009), traçam uma tipologia no que se refere ao perfil dos catadores e catadoras e as diferentes motivações que levam esses atores e atrizes sociais a adentrarem nesta ocupação. O discurso surge pautado com destaque para a diferença entre aqueles e aquelas que têm a ocupação com o objetivo de subsistir e os que a possuem devido à situações de dependência química, alcoolismo etc. Os autores acima, classificam os catadores e catadoras de materiais em dois grupos: 1) aqueles que trabalham para manter o vício; 2) aqueles que trabalham para a subsistência, os quais trazem consigo o ideário da dignidade do trabalho e tentam se distanciar da figura do catador bêbado³⁵. Como nos destacam os autores, abaixo:

A atividade de catação acaba sendo, para a maioria das(os) catadoras(es), o último recurso, o qual se situaria em uma margem limítrofe entre a venda da força de trabalho (contratual) e atividades como mendicância ou atos ilícitos. Isso ocorre de maneira mais evidente quando as(os) catadoras(es) não conseguem se filiar a redes como o serviço público, os empreendimentos de economia solidária e movimentos sociais. (RIBEIRO; NARDI; MACHADO, 2012, p. 252).

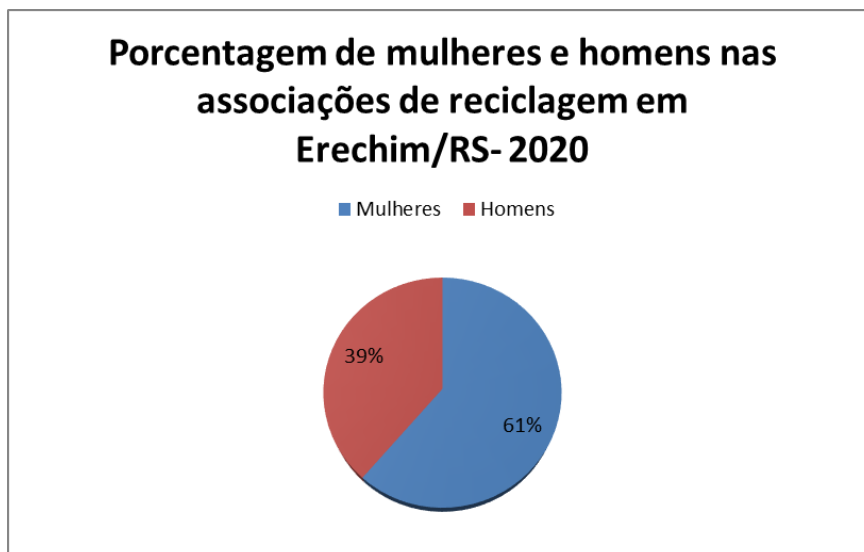
³⁵MACIEL, Fabrício. GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Essa tipologia não possui correspondência com esse estudo, a mesma é utilizada nesse ponto, a título de exemplo, e pelo fato de, em outros momentos, nos fornecer elementos para problematizarmos o contexto local estudado.

Em etnografia realizada no centro de uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, Ribeiro, Nardi e Machado (2012), atentam para a heterogeneidade de experiências que podem ser visualizadas no processo de catar materiais, e destacam algumas das diferentes motivações que levam as pessoas a adentrarem para a ocupação, dentre elas: o suprimento de necessidades momentâneas, como os dependentes químicos; a busca de uma renda extra, no caso das pessoas que desenvolvem a ocupação em concomitância com outras atividades; a opção de associar-se em cooperativas e associações, voltadas para o desempenho da catação sob vieses solidários. “Uma característica comum é que estes(as) trabalhadores(as) usualmente se encontram à margem do sistema de proteção do Estado, recebendo pouco ou nenhum tipo de assistência em relação a saúde, moradia etc.” (RIBEIRO; NARDI; MACHADO, 2012, p. 246).

“O catador, ao realizar essa atividade, passa a ser considerado um agente ambiental, uma vez que também conscientiza a população sobre o descarte adequado de materiais e resíduos e promove a limpeza da cidade” (PEREIRA; DAL SECO; CARVALHO, 2014, p. 178) A estimativa é de que há no Brasil cerca de 400 mil a 1 milhão de catadores e catadoras (MNCR, 2020). O número total de catadores e catadoras pode variar, pois se tem uma quantidade de pessoas que vivem em situação de rua e catam materiais, que em geral não são contabilizadas pelos órgãos que realizam pesquisas.

A participação feminina no desempenho da atividade de catar materiais recicláveis é destaque, 70% desse público é composto por mulheres (MNCR, 2014). Em todas as regiões do país as mulheres se fazem presente em maior número. Na região sul, o percentual de catadoras organizadas em cooperativas e associações é de 56%, em detrimento dos homens que é de 44%. 74% dos catadores e catadoras se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas e 26% brancos ou amarelos (ANUÁRIO DA RECICLAGEM, 2018). O gráfico a seguir, mostra a porcentagem de catadores e catadoras nas associações de reciclagem de Erechim/RS, em 2020.

Gráfico 2 - Porcentagem de mulheres e homens nas associações de reciclagem de Erechim/RS-2020



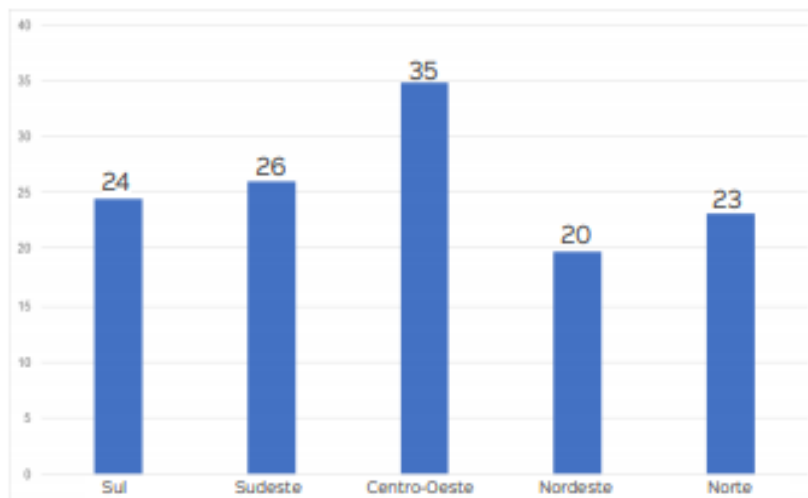
Fonte: Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços Ltda. Elaboração da própria autora.³⁶

No que se refere ao contexto de Erechim/RS, compreendendo o período de janeiro a setembro de 2020, a presença feminina nos espaços associativos foi de 62 mulheres, correspondendo a um total de 61%, os homens estavam presentes nos espaços em menor número, com um percentual de 39% (JANTSCH E RIGO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, 2020). Algumas mulheres atuam em espaços de liderança dentro e fora dos galpões de reciclagem, possuem trajetórias marcadas pelo trabalho, violência e precariedade. Realizam as atividades laborais nas associações, e em casa, atividades de cunho doméstico e reprodutivo. O gráfico abaixo, oriundo de estudo publicado no Anuário da Reciclagem de 2020, expõem a média de catadores e catadoras, no ano de 2019, por organização (cooperativas e associações), e em relação ao cenário nacional.

Gráfico 3 - Média de catadores e catadoras por organizações - 2019

³⁶Os dados referentes ao percentual médio de homens e mulheres, foram calculados com base na média de catadores e catadoras, extraída da tabela da página 99 no capítulo 2, das associações de reciclagem no ano de 2020, até o mês de setembro.

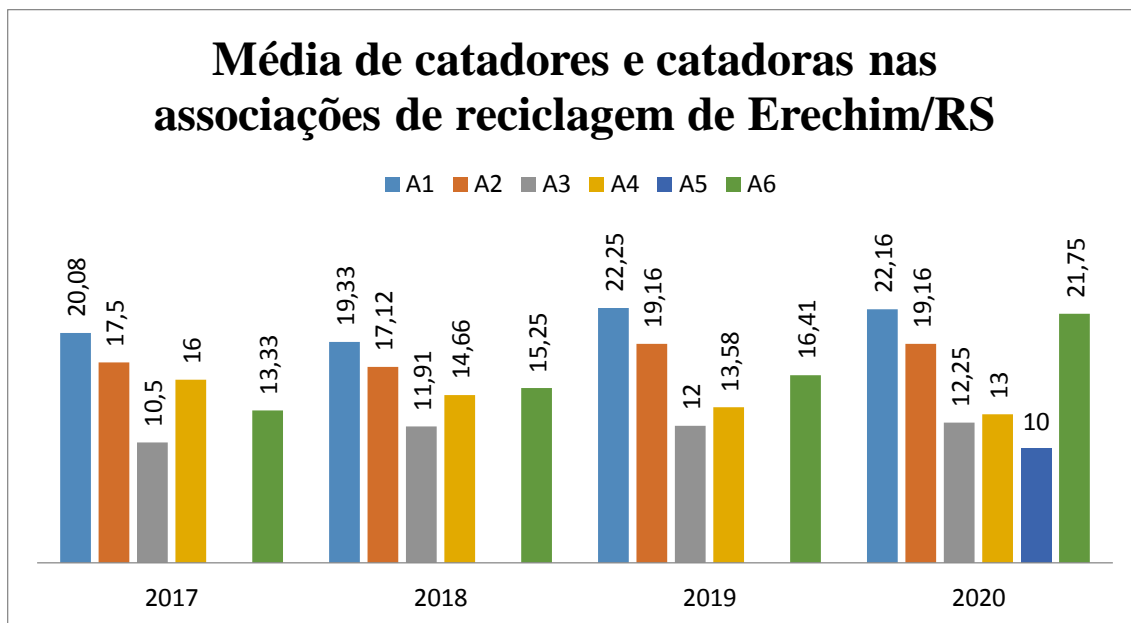
Média de catadoras e catadores por organização - 2019



Fonte: Banco de dados do Anuário da Reciclagem, 2020. Elaboração: Pragma Soluções Sustentáveis.

A região Centro-oeste do país concentra a maior média de catadores e catadoras organizados em cooperativas e associações, 35 pessoas por empreendimento. A menor média aparece na região Nordeste, com 20 pessoas por organização. A região Sul aparece com uma média de 24 pessoas por espaço associativo. A seguir, expomos a média de catadores e catadoras nas associações de Erechim/RS, nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020.

Gráfico 4 - Média de catadores e catadoras nas associações de reciclagem de Erechim/RS



Fonte: Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços Ltda, 2021. Elaboração da autora.³⁷

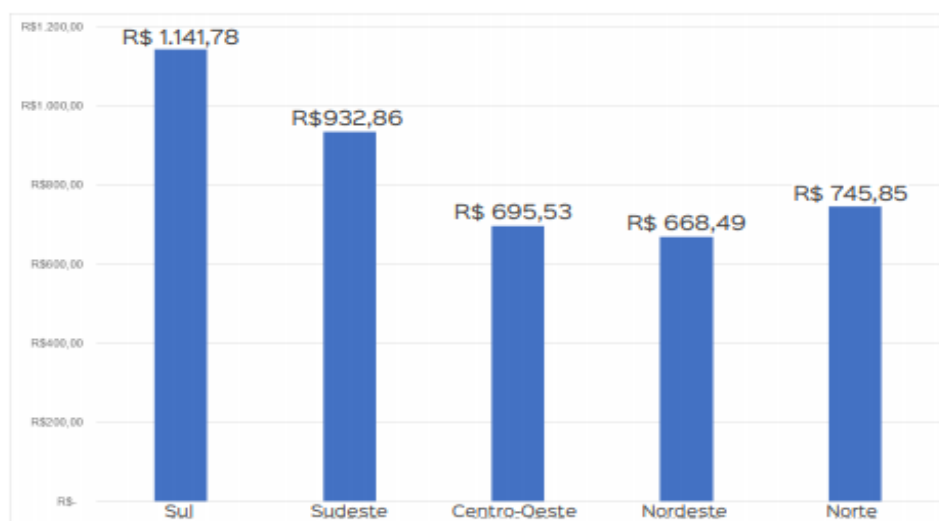
A média de catadores e catadoras nas associações de reciclagem em Erechim/RS, não apresentam variações muito amplas ao longo dos anos. Podemos observar que a associação A1 mesmo com variações ao longo dos anos de 2017 a 2020, concentra maior percentual médio de trabalhadores e trabalhadoras em seu espaço. A menor variação da média de catadores e catadoras nesse período, pode ser visualizada na associação A3. A associação A6 foi a que apresentou um aumento significativo na média de pessoas alocadas em seu espaço, passando de 13,33 em 2017, para 21,75 no ano de 2020. Pode-se observar que, essa associação apresentou um aumento em seu quadro de pessoal no ano de 2019 para 2020. Esse aumento seria reflexo da situação de desemprego que assolou o país no período da pandemia de Covid-19?

Em relação ao contexto nacional, o gráfico abaixo, traz a renda média mensal nas organizações e catadores e catadoras em 2019:

Gráfico 5 - Renda média mensal nas organizações de catadores e catadoras- 2019

^{37*} Algumas associações funcionaram ao longo desse período de forma intermitente, por isso em alguns anos aparecem, e em outros não. Outras associações nos forneceram somente parte desses dados.

Renda média mensal nas organizações de catadores - 2019

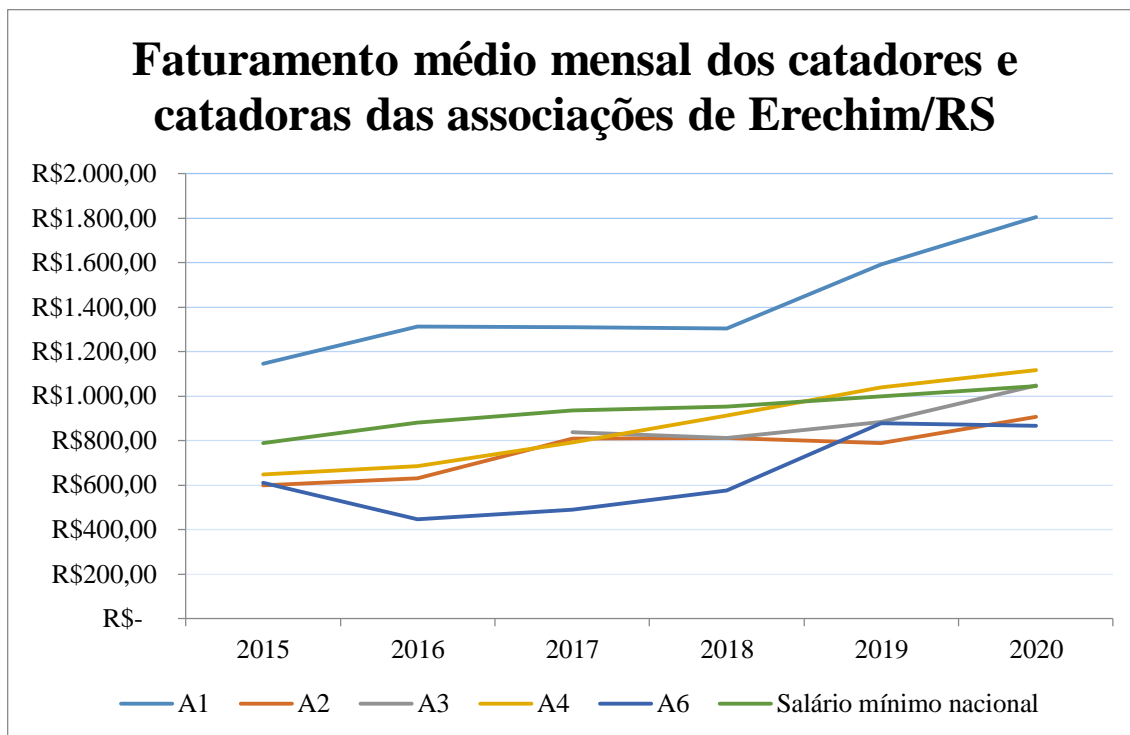


Fonte: Banco de dados do Anuário da Reciclagem, 2020. Elaboração: LCA Consultores.

A média de rendimentos mensais de um catador/catadora de materiais recicláveis apresenta diferenças entre as regiões do país. Em 2019, a maior média de rendimentos mensais foi obtida na região Sul do país, a qual apresentou uma média de R\$ 1.141,78, ultrapassando o valor do salário mínimo estabelecido para a época, o qual era equivalente a R\$ 1006,00. A menor média de renda mensal dos catadores e catadoras foi localizada na região Nordeste com R\$ 668,49, seguida da região Centro-Oeste com R\$ 695,53. Pode-se observar que, na grande maioria das regiões do país, a média de rendimentos mensais obtidas por catadores e catadoras não alcançou o valor fixado do salário mínimo.

O gráfico a seguir expõe o faturamento mensal dos catadores e catadoras das associações de reciclagem de Erechim/RS, nos anos de 2015 a 2020 com relação ao salário mínimo fixado de acordo com os anos correspondentes:

Gráfico 6 - Faturamento médio mensal dos catadores e catadoras das associações de Erechim/RS em relação ao salário mínimo



Fonte: Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços Ltda, 2021. Elaboração da própria autora.³⁸

No que se refere às médias mensais de faturamento mensal dos catadores e catadoras das associações de reciclagem de Erechim/RS, podemos visualizar que a associação A1 é a que apresenta a maior média de faturamento mensal ao longo dos anos, em todos os anos a associação apresenta uma média de rendimentos superior às demais, em 2015: R\$ 1.145,42, em 2016: R\$ 1.313,43, em 2017: R\$ 1.309,84, em 2018: R\$ 1.304,01, em 2019: R\$ 1.592,99, em 2020, R\$ 1.804,10. Na associação A2, observamos as médias de 2015, com R\$ 599,91, em 2016: R\$631,85, em 2017: 809,90, em 2018, 810,84, em 2019, 790,05, em 2020, 906,38.

A associação A3, foi fundada em 2016, por isso os dados aparecem a partir do ano de 2017, com R\$ 838,72, em 2018: R\$ 812,68, em 2019: R\$ 790,05, em 2020: R\$1.047,48. A associação A4 em 2015, apresentou uma média de R\$ 649,20, em 2016: R\$ 686,85, em 2017: R\$ 790,35, em 2018: R\$ 913,86, em 2019: R\$ 1.039,33, em 2020: R\$ 1.118,22. Em relação à associação A6 em 2015, os seus associados e associadas obtiveram uma média de faturamento de R\$ 611,75, em 2016: R\$ 445,91, em 2017: R\$ 488,73, em 2018: R\$ 575,81, em 2019: R\$ 878,91, em 2020: R\$ 866,56. No que se refere, ao salário mínimo nacional em 2015,

^{38*} Algumas associações funcionaram ao longo desse período de forma intermitente, por isso em alguns anos aparecerem e em outros não. Outras associações não disponibilizaram alguns dados, como no caso da associação A5.

correspondia a R\$788, 00, em 2016: R\$ 880, 00, em 2017: 937,00, em 2018: 954,00, em 2019: 998, 00, e em 2020: 1,045, 00.

No que se refere ao ano de 2019, a média mensal de faturamento nas organizações de catadores e catadores no que se refere a região Sul do país foi de R\$ 1.141, 78, a qual é a mais alta entre todas as regiões do país. Considerando o contexto nacional, a média de faturamento em 2019, foi de R\$ 836,90. No contexto local de Erechim/RS, a média de faturamento em 2019, foi de R\$ 1037,20. Nota-se que os rendimentos recebidos destoam bastante de uma associação para outra, em algumas associações, como no caso da A1, o faturamento no ano de 2019, de R\$ 1.592,99, ultrapassou a média da região Sul, do contexto nacional e a média de faturamento das associações da cidade. O ganho da associação A1 é superior ao salário mínimo fixado para esse período e em relação aos outros períodos analisados.

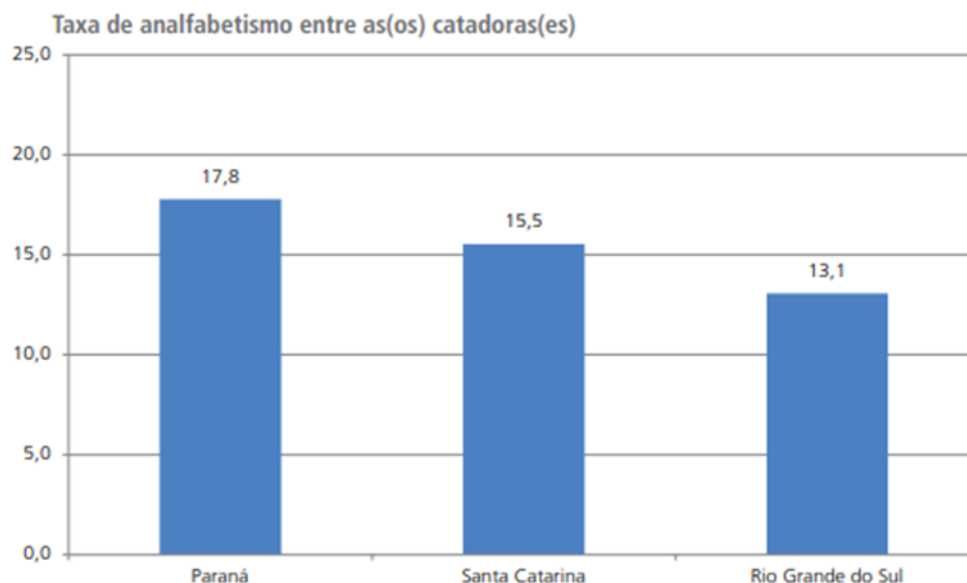
Podemos destacar também que, em 2019, a remuneração da associação A4, equivalente a R\$ 1.039,33 foi superior ao salário mínimo nacional fixado para o período (R\$998,00), e superior à média nacional. Em 2020, observa-se que a média de rendimento permaneceu acima nessa associação no que se refere ao salário mínimo. Na associação A3, em 2020, seus associados obtiveram um rendimento de R\$ 1.047,78, ultrapassando o valor do salário mínimo.

A associação A1, foi a primeira associação de reciclagem da cidade, possui uma presença forte no contexto local, com vários estudos desenvolvidos sobre a mesma, quando fundada recebeu apoio de diversas entidades, como a igreja, Organizações não-governamentais, recursos de fundos internacionais e do poder público municipal, fatores que podem explicar o lugar de destaque dessa associação perante às demais. Em termos de dados, apresenta a maior média de catadores e catadoras em seu galpão de reciclagem, possui faturamento superior às outras associações e os catadores e catadoras que dela fazem parte, obtêm uma remuneração significativa frente às demais associações desse contexto, e em relação à algumas ocupações de status muito semelhante à dos catadores e catadoras.

Apontamos algumas hipóteses no que se refere ao destaque da associação A1, possivelmente, é mais profissionalizada, tem menor rotatividade de trabalhadores e trabalhadoras, isso acarreta em agilidade nos processos, na tomada de decisões e no funcionamento da mesma. Pode-se visualizar que, os valores dos materiais comercializados, bem como, o número de associados e associadas não apresenta grandes diferenças em relação às demais associações. O destaque pode estar no fato de que na associação A1 o nível de produtividade seja maior do que nas outras.

Um dos fatores que podemos visualizar nas trajetórias de catadores e catadoras é a baixa escolaridade, que aparece de forma recorrente nas pesquisas. O gráfico a seguir, apresenta a taxa de analfabetismo entre os catadores e as catadoras da região sul do país.

Gráfico 7 - Taxa de analfabetismo entre as(os) catadoras(es)

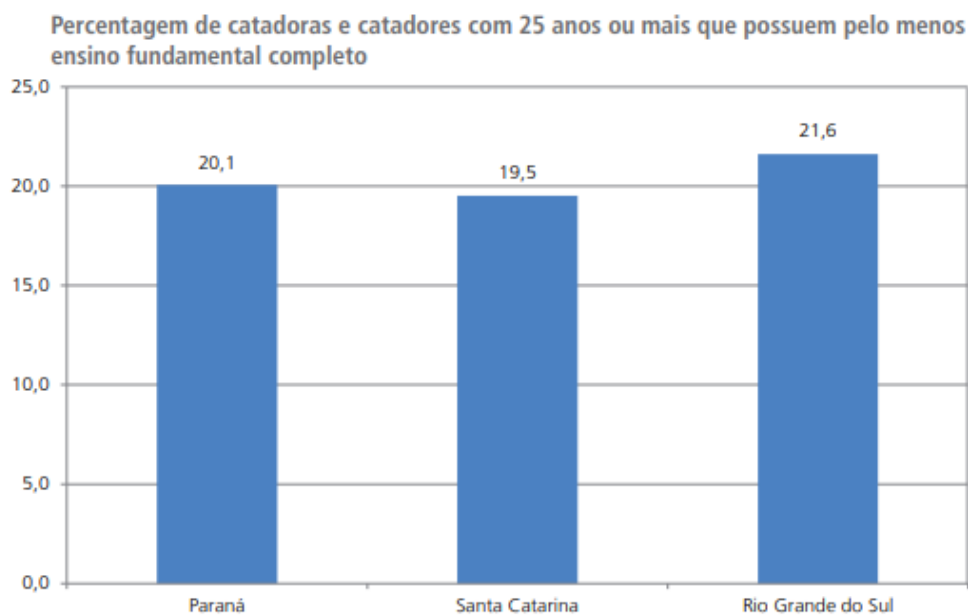


Fonte: Censo Demográfico, 2010/IBGE.³⁹

Em relação à taxa de analfabetismo entre os catadores e catadoras na região Sul do Brasil, o maior índice foi registrado no estado do Paraná, com 17,8%, e a menor taxa, pode ser visualizada no estado do Rio Grande do Sul, com 13,1% de catadores e catadoras analfabetos. No próximo gráfico, observar-se a porcentagem de catadores e catadoras com 25 anos ou mais que possuem pelo menos ensino fundamental completo.

Gráfico 8 - Porcentagem de catadores e catadoras com 25 anos ou mais que possuem pelo menos ensino fundamental completo

³⁹Disponível em: SILVA, Sandro; GOES, Fernanda; ALVAREZ, Albino. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável- Região Sul. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Brasília: SGPR/Ipea, 2013 b. Acesso em mai. 2021.



Fonte: Censo Demográfico, 2010/IBGE.⁴⁰

Na Região Sul do país, a porcentagem de catadores e catadoras com 25 anos ou mais, que possuem pelo menos o ensino fundamental completo, é a mais alta no estado do Rio Grande do Sul, com 21,6%. Seguida do estado do Paraná, com 20,1% e, por fim, Santa Catarina, com 19,5%.

A baixa escolaridade e as oportunidades restritas de acessarem ocupações de maior prestígio valorativo, faz com que os catadores e catadoras ao longo da vida fiquem restritos e sejam alocados em ocupações precarizadas. Algumas com direitos formais garantidos, como carteira assinada, por exemplo. Para as mulheres as oportunidades de trabalho que aparecem costumam englobar empregos que remetem ao espaço doméstico e do lar, como trabalhadora doméstica, auxiliar de limpeza e serviços gerais. Em relação aos homens, se tem colocada a possibilidade de exercerem atividades remuneradas na área da construção civil, zeladoria, serviços de manutenção e conservação de espaços.

A não adaptação aos trabalhos formais foi algo que apareceu de forma recorrente, pode-se apontar que, por mais precarizadas e sem prestígio que sejam as ocupações formais, elas exigem algumas características que não condizem com a organização e a vivência de catadores e catadoras, como na fala de Silvana, catadora de materiais recicláveis da associação de reciclagem A2, da cidade de Erechim/RS:

⁴⁰ Disponível em: SILVA, Sandro; GOES, Fernanda; ALVAREZ, Albino. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável- Região Sul. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Brasília: SGPR/Ipea, 2013 b. Acesso em mai. 2021.

Eu acho que ser catadora, acho que sei lá, já vem de dentro de mim por causa que, não pode, eu já estava numa empresa que eu sabia que o meu salário era certo, e eu saí de lá para não saber quanto que eu vou ganhar no mês. Então eu acho que já estava dentro de mim isso, ser catadora (Entrevista, SILVANA, 2020).

A partir da década de 1980 pautas ligadas a preservação da natureza adentram no debate social. Essa preocupação reverberou em políticas e legislações que priorizam a reciclagem dos resíduos produzidos pela população. Isso acaba por legitimar o desenvolvimento da ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, pôs em expansão e trouxe visibilidade para o trato com os resíduos descartados, com incentivos para a reciclagem dos mesmos.

Destacamos a importância das articulações políticas que envolvem catadores e catadoras, como a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a reivindicação de que associações e cooperativas de reciclagem realizem, se não o todo, pelo menos parte da coleta seletiva nos municípios, a luta contra a incineração de materiais e pela valorização e reconhecimento do trabalho de catadores e catadoras.

No entanto, mesmo com avanços de ordem objetiva (legislações, parcerias, projetos entre o setor público, privado e o terceiro setor) e subjetiva (no que se refere a luta pela estima social, por meio do trabalho que desempenham). Um dos desafios postos no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), inclui os catadores e as catadoras e diz respeito à garantia de trabalho decente com vistas à dignidade e bem-estar para todos e todas (SILVEIRA; FIGUEIREDO; NUNES, 2019). No entanto, para Silveira, Figueiredo e Nunes (2019), mesmo sendo caracterizado como *emprego verde* algumas atividades são degradantes para a dignidade das pessoas que as exercem. A catação de materiais estaria enquadrada dentro desse rol de atividades.

Ao analisar as trajetórias ocupacionais de catadores e catadoras de materiais recicláveis do Oeste do Estado do Paraná, Bosi (2008) destaca que essas pessoas possuem trajetórias marcadas pela precariedade em suas ocupações. A maior parte é oriunda da zona rural, desempenhavam atividades laborais nesse meio, ao migrarem para a cidade acabaram empregadas em ocupações que não exigiam qualificação profissional e escolar. A baixa instrução escolar apareceu como um fator preponderante entre os catadores e catadoras, nesse contexto. Ao pontuar elementos da trajetória ocupacional desse público, Bosi (2008) aponta que na maior parte dos casos, o envolvimento na atividade de catação ocorre com a intenção de

ter um emprego, após passarem por várias experiências frustradas de trabalho em outras ocupações.

Os motivos inerentes à atividade de catar materiais que levam as pessoas a fazerem parte da mesma, são diversos. No entanto, de modo geral, dificilmente possuem relação com escolha, mas com a luta pela sobrevivência. “Em Natal/RN, o trabalho na catação ainda era uma alternativa para a sobrevivência e não uma escolha do trabalhador. ” (SILVEIRA; FIGUEIREDO; NUNES, 2019, p. 220). Abaixo, outro autor também faz um destaque em relação a isso, apontando para a dificuldade que esses trabalhadores e trabalhadoras encontram para se inserir no mercado de trabalho formal, após as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva.

Os catadores que formaram uma força de trabalho cada vez mais visível em todo o país a partir de meados da década de 1980 estão inseridos nesse processo. Não foram catadores desde sempre, e esta ocupação não foi resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão (ou mais de uma), a qual não pôde mais ser exercida, fosse pela determinação do mercado, fosse por incapacidade física em função de seu envelhecimento como força de trabalho (BOSI, 2008, p. 106).

Retornando para o contexto local da cidade de Erechim/RS, uma das reclamações, diz respeito ao descarte inadequado do lixo pela população do município, o qual é colocado como um problema recorrente, que vem sendo pautado das mais diversas formas ao longo dos anos, já foi alvo de campanhas publicitárias financiadas pelo poder público municipal, serviu de base para a criação de legislações específicas⁴¹, de debates e exposições na mídia local. Em estudo realizado na cidade de Erechim/RS, com quatro, das seis associações presentes no contexto (na época em que o mesmo foi elaborado, no ano de 2012), apontou que os catadores/catadoras “quando questionados sobre a situação da separação do lixo na cidade, a grande maioria respondeu estar ruim” (VALDUGA *et al*, 2012, p. 70).

Dados que abrangem o contexto nacional sobre o nível de conscientização da sociedade acerca da reciclagem, demonstram que: 66% das pessoas sabem pouco ou nada sobre a coleta seletiva, 81% sabem pouco ou nada sobre a existência de cooperativas e associações de reciclagem, no entanto, 98% da população vê a reciclagem como muito importante para o futuro (ANUÁRIO DA RECICLAGEM, 2018). Em relação ao contexto local, os catadores e catadoras estudados por Valduga *et al* (2012), apontaram que o sistema de organização da coleta seletiva

⁴¹Lei N ° 2.599, de 04 de janeiro de 1994. Institui o código administrativo do município de Erechim e dá outras providências. Fonte: <https://uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads/legislations/2421/0f733a4141d133ccffb996bc8115c87c.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2021.

em Erechim/RS, deveria ser realizado de outra forma, uma vez que a população não separava os resíduos de maneira correta em suas residências.

Para Santos (2017) apesar da obrigatoriedade da coleta seletiva em Erechim/RS, é algo frequente de se escutar, e até mesmo de se ver, o descaso da comunidade em torno da separação dos resíduos secos e orgânicos. De acordo com a autora, diariamente os catadores e catadoras organizados, encontram durante o processo de separação, vidros quebrados e seringas. A presença de animais mortos, pedaços de vidro, materiais cirúrgicos e contaminados, os quais podem causar acidentes e provocar doenças, é frequente. Na antiga associação, localizada no aterro sanitário, a qual era responsável por separar o material orgânico, há relatos de que os catadores e catadoras, encontravam grande quantidade de resíduos secos misturados aos orgânicos.

A má separação do lixo por parte da população do município de Erechim/RS, é encarada como desconhecimento acerca do processo em torno da coleta seletiva, no sentido de que, após deixar o lixo no contêiner a pessoa não se responsabiliza mais por aqueles resíduos (uma vez que ela paga seus impostos, logo a responsabilidade é do poder público). Esse fenômeno pode ser enquadrado dentro do processo de invisibilidade acerca da existência de catadores e catadoras, pois ao não separar os resíduos de forma adequada, isso reflete de maneira direta no trabalho desempenhado dentro dos galpões das associações e no quesito saúde e bem-estar desses trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, esse comportamento não é unânime, há pessoas que costumam separar corretamente os seus resíduos domiciliares, mas os mesmos, são coletados e se misturam aos demais dentro do caminhão que realiza a coleta.

Uma das questões que permeiam a precariedade em relação aos catadores e catadoras no desempenho do seu trabalho diz respeito à saúde desse público. “O catador se encontra cercado por riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos” (SILVEIRA; FIGUEIREDO; NUNES, 2019). Os autores destacam que os riscos aos quais os mesmos estão expostos são diversos, como contaminação por meio do material coletado, intoxicação, problemas oftalmológicos e auditivos, acidentes com os materiais, entre outros.

O problema em torno do descarte incorreto dos resíduos, em Erechim/RS, está relacionado a baixa valorização atribuída socialmente ao trabalho desempenhado por catadores e catadoras, uma vez que, ao não separar de maneira correta os resíduos, é como se a população não reconhecesse o trabalho realizado pelas associações de reciclagem. A entrevistada Tereza, que trabalha com os catadores e as catadoras, se refere a esse fenômeno por meio da ideia de “mundos separados”, em que haveria uma barreira, de um lado, o mundo dos catadores e

catadoras, e de outro o mundo da sociedade. Como aproximar esses dois mundos? Existem entidades e pessoas que conhecem, reconhecem e apoiam o trabalho das associações de reciclagem do município, mas para muitos e muitas, este ainda se apresenta como um “mundo estranho”.

O catador Eduardo, uma das lideranças do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), expõe em sua fala a forma como a sociedade olha para os catadores e catadoras, para o trabalho que os mesmos desempenham e a questão de classe implícita nas lógicas da reciclagem de materiais:

Então está abaixo, muitos estão abaixo da linha da miséria em si, vivem com menos de dois dólares por dia, vivem em situação... que são excluídos, marginalizados, vivem nas margens da sociedade, em contexto urbanos, tem linha de produção e uma alta tecnologia e vai ter essas pessoas, nós, os subalternos, os excluídos, os marginalizados, que vamos viver às margens, mas ao mesmo tempo que a gente está a margem, a gente faz todo esse processo, desse escoamento, fazendo com que os resíduos que são arrecadados nos bairros ricos sejam escoados para os bairros pobres, que são onde nossas associações e cooperativas estão (ENTREVISTA, EDUARDO, 2020).

Outra interpretação que vai de encontro à exposta acima pelo catador Eduardo, aponta que os catadores e as catadoras não seriam excluídos, no sentido produtivo, pois foram incluídos na cadeia da reciclagem, a qual precisa deles na condição em que se encontram para que a indústria lucre, eles se enquadrariam no escopo dos trabalhadores informais, mesmo que a atividade que desempenham se coloque socialmente sob viés precarizado (BOSI, 2018). O exposto acima pelo autor teria sentido, se problematizarmos aonde estariam alocados socialmente os *supranumerários/excluídos* (CASTEL, 1998).

4.1.3 Demandas pela valorização da ocupação

Apesar da participação significativa na coleta seletiva em Erechim/RS, a visão acerca dos catadores e catadoras, e dos carrinheiros e carrinheiras não é das mais positivas. Preconceito, discriminação, falta de oportunidades, dificuldade de ingressar ao mercado de trabalho local e acesso à cidade pelas vias marginais, fazem parte do cotidiano dessas pessoas. Para (BENINCÁ, 2006, p. 72):

Os catadores/as são vistos por muitos como desagregados sociais e identificados com títulos imprecisos ou preconceituosos como “catadores de papel”, “papeiros”, “lixeiros” e “mendigos”. A denominação “papeiro” é reducionista e não traduz de maneira ampla o ofício que desempenham, dado que recolhem e reciclam diferentes

tipos de materiais. “Lixeiro” e “mendigo” são tratamentos moralizantes, depreciativos e estereotipados. “Reciclador” identifica todos os segmentos que trabalham com materiais recicláveis, inclusive empresas privadas. Já a nomenclatura oficial utilizada pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é catador de materiais recicláveis.

Em estudo realizado com os catadores e catadoras da Associação A1, no ano de 2017, verificou-se que:

Entretanto, apesar da certeza de estarem realizando um trabalho tão importante, sem o qual, se tornaria extremamente difícil e perigoso viver, eles enfrentam diariamente a discriminação e a exclusão por parte da sociedade local. “Sim, a gente percebe que as pessoas ficam olhando de cara torta. Quando vai abrir uma conta, e fala aonde trabalha, as pessoas ficam olhando diferente” (entrevistada 7). Outro associado (entrevistado 2) relatou que recentemente desistiu de comprar em um mercado da cidade, porque ao mencionar sua atividade, o dono do mercado lhe disse que “Não era vida ficar virando lixo”. Outros mencionaram já terem sido chamados de “lixeiro”, “papeleiro” ou “mendigo” por outras pessoas e que em algumas situações já sentiram vergonha de falar sobre o seu trabalho para os outros. “Me sinto envergonhada ao falar do meu trabalho. Várias pessoas já me chamaram de lixeira, por eu andar suja” (entrevistada 1). “São poucos que valorizam, existe muita discriminação. As pessoas não entendem que isso é um bem para a cidade” (entrevistada 3). Mesmo concordando que o preconceito tenha diminuído, todos os entrevistados relataram ter passado por alguma situação constrangedora, pelo fato de trabalharem na associação de recicladores (SANTOS, 2017, p. 27-28).

A invisibilidade da ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis, e consequentemente das pessoas que dela fazem parte, aparece exposta por meio das violências, preconceitos, descaso e falta de acesso desse público aos direitos básicos. Falas como “eles nos confundem com o próprio resíduo que coletamos”, “eles não veem a gente”, “acham que a gente é uma coisa e a gente é outra”. “Eles” resumiria a sociedade como um todo, que naturaliza situações de miséria e desigualdades sociais. “Há uma comparação muito grande [...] entre comparar os catadores ao próprio resíduo” (ENTREVISTA, EDUARDO, 2020). Por não ser “vista com bons olhos”, a ocupação é permeada pela falta de reconhecimento em relação ao trabalho desempenhado por catadores e catadoras. O reconhecimento de quem são, do que fazem e da sua importância para a sociedade e para o meio ambiente, pode ser apontado como um dos aspectos que impulsionaria o desenvolvimento da ocupação, e a consciência coletiva a respeito do processo de reciclagem.

Souza (2009), aponta que aqueles e aquelas que estariam localizados nas vias marginais da sociedade, compõem a classe social mais desprestigiada e vulnerável de todas, denominada pelo autor de “ralé”, possui um *habitus* precário, devido ao processo defasado de socialização, ao qual foram submetidas em suas vivências. Utilizando o conceito de classe social de forma a englobar, além do lugar ocupado no processo produtivo e da questão econômica, os aspectos

subjetivos, pessoais e as experiências de vida de sujeitos e sujeitas, o autor vai pontuar que as classes mais privilegiadas desenvolvem um *habitus* de classe, por terem as condições de internalizar os diferentes *capitais*, os quais fazem com que esses indivíduos, ao longo do processo de socialização, adquiram características que os favorecerá ao adentrarem em competição pelos bens e recursos escassos da sociedade.

No contexto brasileiro, esse processo reverbera nas ocupações que serão cooptadas por determinadas classes sociais. Em geral, ocupações que envolvem o dispêndio de força física, braçal e manual, exigem baixa qualificação e pouca remuneração, ficam com as classes mais desprestigiadas, em detrimento daquelas de cunho intelectual, com alta remuneração, nível de escolaridade superior, e a exigência um conjunto de atributos adquiridos ao longo do processo de socialização dos indivíduos, que ficam para as classes privilegiadas. A fala a seguir, do catador Eduardo, um dos entrevistados deste estudo, denota um pouco da dimensão a qual estamos nos referindo:

E esse algo positivo, tem que ser com muita luta. Não é porque faz algo bom, que parece que faz sempre, justamente ao contrário, as lógicas são de que tudo o que vem dos subalternos, dos desunidos, daqueles que são os pobres, parece que são pobres de tudo. Pobres de cultura, pobres de saberes, são deixados. Todas as mazelas da sociedade recaem sobre eles. Ah, é a droga, é a violência, enfim. E a gente tem que lutar com tudo isso. E isso demonstra também, uma grande luta, né. Precisa ter muito conhecimento para poder desviar e poder vencer todas as barreiras, as visíveis e as não tão visíveis assim, as invisíveis (ENTREVISTA, EDUARDO, 2020).

A reciclagem e o reaproveitamento de materiais contribuem com a organização da sociedade. O nível de consumo em massa de produtos, faz com que tenhamos que pautar a forma como vivemos e qual o destino final dos nossos resíduos. Os catadores e catadoras realizam um trabalho essencial, o de separar o que é descartado e dar a destinação correta. A sociedade sem o trabalho dos catadores seria um grande “lixão” a céu aberto. Apesar da desvalorização da ocupação, o trabalho que esses indivíduos desenvolvem, reverbera em vários pontos, como na limpeza das cidades, na preservação da natureza, ao serem reciclados, os resíduos acabam se transformando em matéria-prima para toda uma cadeia produtiva, na garantia de trabalho e renda, seja trabalhando de forma independente ou no coletivo, ao serem inseridos em parcerias para a realização da coleta seletiva por associações e cooperativas.

Em relação ao contexto local, uma das soluções apontadas pela empresa Jantsch e Rigo prestação de Serviços LTDA- ME⁴² e pelos catadores e catadoras entrevistados para este estudo é de que o poder público deveria investir em campanhas educativas na cidade de Erechim/RS, com o intuito de conscientizar a população local acerca da forma correta de separar os resíduos descartados, bem como de todo o processo da coleta seletiva e da importância do trabalho desempenhado pelas associações para o município e para o meio ambiente. “O médico que cuida de uma pessoa, mas não coloca status no catador que cuida de um planeta inteiro.” (ENTREVISTA, EDUARDO, 2020). Frase usada para descrever o status simbólico e o reconhecimento diferenciado atribuído aos catadores e catadoras e a outros profissionais, como os médicos. Fato que possui relação com a valorização e o estigma relacionado às ocupações.

A importância do ser catador/ catadora aparece também quando a atividade de separar materiais é pensada como relacional. Eduardo faz uma comparação entre o trabalho dos catadores associados e dos garis, e aponta que os dois estão na mesma situação, em relação à precariedade do trabalho que desempenham. Mas, para ele os garis estariam em uma situação pior, pois os ganhos destinados a eles são pela realização da coleta dos materiais e não pela triagem, logo eles ganham menos que os catadores e catadoras, tem que percorrer longas distâncias correndo e “pegam” o material mais misturado.

Ao falar que o trabalho é relacional, Eduardo expõe que os catadores são vistos muitas vezes destituídos de sua humanidade, por causa de sua ocupação. “Os catadores foram e, muitas vezes, ainda são vistos pela sociedade como delinquentes e/ou mendigos que sujam os centros urbanos. Tal percepção gerou, e ainda gera, políticas higienistas por parte do poder público de grande parte das cidades brasileiras” (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011, p. 897).

Sendo assim, para Eduardo, ao pontuar o trabalho de separação dos materiais, somente pelo aspecto negativo, da precariedade, insalubridade, informalidade e falta de direitos, pode-se acabar dando margem para a criação de leis e políticas públicas com a intenção de “tirar” essas pessoas da rua, acabando com seus postos de trabalho, por meio do uso das tecnologias, como contêineres motorizados, assim esses sujeitos e sujeitas acabam alocados em cooperativas e associações afastadas da região central das grandes cidades ou simplesmente tendo a sua existência ignorada. De acordo com Eduardo, é preciso ter cuidado com os discursos que vem acompanhados da pretensão de dignificar a ocupação.

⁴²A Jantsch e Rigo prestação de Serviços LTDA- ME é uma empresa de pequeno porte contratada pela prefeitura municipal de Erechim/RS para fazer o acompanhamento de processos de organização e gestão das associações de reciclagem no município.

A partir do momento em que, o sistema de coleta seletiva é privatizado, as empresas podem coletar os resíduos, por meio do uso de tecnologias para esse fim. Com isso, a invisibilidade sobre os catadores e catadoras aumenta, uma vez que se rompe com a sensibilidade da população, que não enxerga o trabalho dos catadores e das catadoras pelas ruas da cidade. De acordo com o catador Eduardo, a educação ambiental também perpassa pela presença dos catadores e catadoras “em pessoa”, recolhendo os materiais e transformando algo que, a princípio, seria descartado em sua fonte de renda. “As pessoas praticamente não sabem para onde vai seu resíduo. É super importante a reciclagem, mas não sabem para onde vai. É super importante a reciclagem, mas invisibilizam os catadores (ENTREVISTA, EDUARDO, 2020).

Ao colocar os catadores e catadoras em bairros afastados dos grandes centros, parte-se de um ideário higienista, em que se esconde as situações que remetem às desigualdades sociais, pobreza e pauperismo presentes em determinados espaços, principalmente em contextos como os centros urbanos, é como se a circulação de indivíduos pelas regiões centrais das cidades fosse destinada somente à determinada parcela da população. Argumento próximo é exposto por Rocha (2018), ao estudar os catadores e catadoras de materiais recicláveis da cidade de Passo Fundo/RS, localizada à aproximadamente 80 quilômetros de Erechim/RS, o autor nos expõe que:

Participando de alguns encontros e algumas reuniões de trabalho, na UPF⁴³, no Ministério Público (MP) e no Conselho Ambiental Municipal, observamos por parte dos representantes da Sociedade Civil e do Estado, um discurso que classifica de forma geral o segmento dos catadores como um contingente “problema” que deve ser “tratado” de forma específica e técnica pelas políticas públicas. Esses discursos trazem implícita uma noção de assepsia, de purificação do local, além de uma concepção assistencialista e de tutela com os segmentos mais fragilizados da população, inclusive de punição a determinadas práticas dos catadores. Para alguns segmentos da população ou representantes institucionais que atuam na cidade, os catadores deveriam ser retirados das ruas e tratados como elementos meramente residuais do modelo ideal de trabalho (empresa/funcionário). Tornar as ruas mais limpas e com fluxo dinâmico maior de veículos e pedestres deve compor a lógica do desenvolvimento econômico e social da municipalidade (ROCHA, 2018, p .88).

Os estigmas relacionados às ocupações possuem ligação com a classe social. Ao estudar o trabalho dos mecânicos na cidade de Porto Alegre/RS, Ferreira (2014) aponta que alguns preconceitos que recaem sobre o trabalhador que exerce a profissão de mecânico, estão atrelados às atividades que o mesmo executa e não a pessoa, como o estigma de trapaceiro, por

⁴³Sigla utilizada para fazer referência à Universidade de Passo Fundo (UPF), instituição de ensino privada da cidade de Passo Fundo/RS.

exemplo. “É o trabalho no ofício que o marca desta maneira. Trata-se, aqui, de uma identidade associada à profissão que acaba por criar descrédito e depreciar a todos que dela fazem parte” (FERREIRA, 2014, p. 170).

Historicamente tem ocorrido uma correspondência entre situação de classe e as ocupações e profissões mais ou menos prestigiadas. Na maioria das vezes as classes populares têm se ocupado dos trabalhos subalternos que são, predominantemente, os manuais e mais estigmatizados (FERREIRA, 2014, p. 158).

Com base nas pautas relacionadas ao *trabalho decente*, apontadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Silveira, Figueiredo e Nunes (2019), expõem que o mesmo é colocado não somente com vistas ao aspecto econômico, de geração de emprego e renda, mas também com ênfase na qualidade do desempenho das atividades pelos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, ao trazerem essa questão para a realidade enfrentada por catadores/catadoras, ao analisar os denominados *empregos verdes*, os autores expõem a realidade dual que perpassa pela catação:

Em que o catador contribui diretamente para o meio ambiente com a coleta dos materiais descartados na natureza e, por outro lado, realiza a atividade permeada pela informalidade e precariedade-, as organizações autogestionárias, sob o formato de cooperativas e associações surgiram como alternativa para a inclusão social (SILVEIRA; FIGUEIREDO; NUNES, 2019, p. 207).

É importante também salientar que, embora as razões de formação de associações e cooperativas estejam, em geral, ligadas a questões como o desemprego, a falta de oportunidades e a desigualdade na sociedade capitalista, uma parcela dos trabalhadores envolvidos nesse processo não possui a visão geral sobre o que ele representa, atendo-se às questões mais imediatas de conquista e de manutenção de uma fonte de sobrevivência. Contudo essas formas de economia solidária têm buscado a reintegração e ressocialização de pessoas que se encontravam à margem do mercado de trabalho e com inserções periféricas na sociedade, visando à conscientização e ao empoderamento desses trabalhadores, através dos crescimentos individual e coletivo (MARTINS, 2005, p. 68).

O trabalho pode se colocar como constitutivo de identidades e inserção social, por mais precário que ele seja. “Tanto mais que o que funda a dignidade social de um indivíduo não é necessariamente o emprego assalariado, nem mesmo o trabalho, mas sua utilidade, isto é, sua participação na produção da sociedade” (CASTEL, 1998, p. 577). A ideia de que essas pessoas deveriam ser alocadas em algum espaço de trabalho, que lhes assegurasse a subsistência por meio da catação de materiais, foi um dos motivos que impulsionou a parceria em torno da gestão integrada dos resíduos em Erechim/RS. Os autores abaixo, nos expõem algumas das implicações em torno do ser catador/catadora:

O contexto da catação de materiais recicláveis traz a marca do trabalho realizado em condições precárias, insalubres, a exploração pelos atravessadores e ainda a ausência de direitos básicos de proteção social. Traz ainda a perspectiva do lugar marginal ocupado pelos catadores na cadeia produtiva dos materiais recicláveis, os agravos à sua saúde e as más condições de trabalho e vida. No entanto, estes homens e mulheres que saem pelas ruas em busca não só do pão, mas da dignidade de sentir-se sujeito na cidade, tem se organizado e lutado no sentido de resistir solidariamente com outros grupos no mercado predatório da reciclagem. E assim vão trilhando seus caminhos com seus carrinhos, formando uma verdadeira Rede para além do sentido de comercialização. Rede de laços, de construção de cidadania e solidariedade, de leitura de mundo a partir de sua realidade de classe (PEREIRA; DAL SECO; CARVALHO, 2014, p. 182).

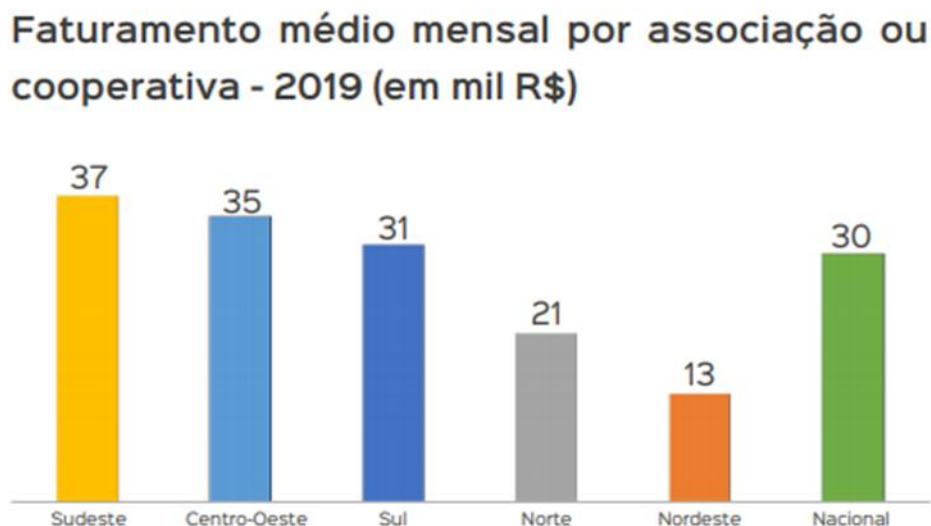
A ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis pode ser colocada como possibilidade de garantia de uma subsistência “mais digna”, para alguns setores sociais. A ocupação faz com que as pessoas sobrevivam desenvolvendo um trabalho considerado dignificante e importante para a sociedade e para o meio ambiente.

4.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM E A CATAÇÃO DE MATERIAIS

Neste trabalho analisamos a experiência de constituição das associações de reciclagem na cidade de Erechim/RS, pelo escopo da Economia Solidária, no entanto, a gestão integrada dos resíduos, já foi pautada sob outros vieses. A Gestão Social é um deles, em que a inclusão de catadores e catadoras na coleta seletiva ocorreu “de baixo para cima”, começou como uma reivindicação local, pautada por grupos ligados à igreja, sociedade civil e a Organizações não-governamentais, foi adentrando no debate nacional, e a partir dos anos 2000, esse público começa a ser visto e incluído em programas sociais e na constituição de políticas públicas específicas (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011).

A partir do momento em que, a cadeia produtiva da reciclagem é enquadrada na esfera do mercado, passa a atrair investimentos de vários âmbitos e a firmar parcerias com diferentes setores, como as grandes recicladoras. Com a coleta seletiva acontece o mesmo, a visibilidade e os programas de expansão desse setor, acompanham o crescimento do “mercado” da reciclagem no Brasil e da sensibilização de parte da sociedade civil para as questões que envolvem a reciclagem de materiais descartados. Isso impactou no crescimento das parcerias firmadas nos municípios, os quais, além de implantarem o sistema de coleta seletiva, também passam a integrar os catadores e catadoras organizados em cooperativas e associações. O gráfico abaixo, nos apresenta a média de faturamento das associações e cooperativas de catadores e catadoras de materiais recicláveis em âmbito nacional no ano de 2019:

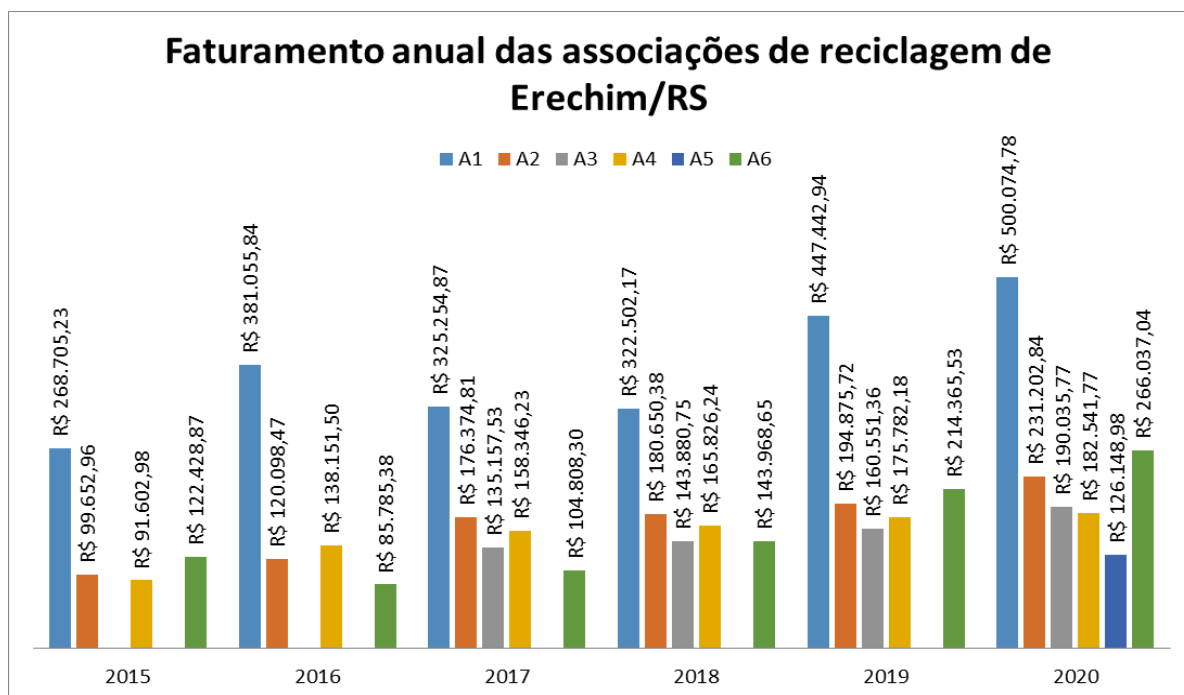
Gráfico 9 - Faturamento médio mensal nas organizações de catadores em âmbito nacional- 2019



Fonte: Banco de dados do Anuário da Reciclagem, 2020. Elaboração: LCA Consultores.

A partir dos dados expostos no gráfico acima, podemos observar que a média de faturamento mensal das cooperativas e associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis é mais elevada na região Sudeste do país, com um faturamento de R\$ 37.000,00 mensais. O menor faturamento mensal foi registrado na região Nordeste do país com uma média de R\$ 13.000,00. A região Sul aparece na terceira posição, com uma média de faturamento mensal de R\$ 31.000,00. Abaixo, expomos o faturamento anual das associações de reciclagem da cidade de Erechim/RS.

Gráfico 10 - Faturamento anual das associações de reciclagem de Erechim/RS



Fonte: Empresa Jantsch e Rigo Prestação de Serviços Ltda, 2021. Elaboração da autora.⁴⁴

Como demonstrado no gráfico acima, no que se refere ao faturamento das associações de reciclagem de Erechim/RS, pode-se visualizar que a associação A1 é a que possui maior faturamento, compreendendo o período de 2015 a 2020. No ano de 2019, podemos perceber que o faturamento dessa associação, nesse contexto local, é superior à média mensal da região Sul, que é de R\$ 372.000,00 e do contexto nacional de R\$ 360.000,00.

As associações de reciclagem propiciam trabalho e renda para catadores e catadoras. Em estudo realizado com catadores e catadoras das associações de Erechim/RS, o destaque foi que: “em relação ao significado que o lixo representa na vida desse grupo social, a grande maioria enfatizou que o lixo representa o seu sustento” (VALDUGA *et al.*, 2012, p.71). “Acho que a melhor coisa que tem hoje na cidade, acho que é o trabalho dos catadores” (ENTREVISTA, SILVANA, 2020). Essa temática aparece em um outro contexto estudado pela autora abaixo, a qual aponta que:

Nos relatos sobre as trajetórias de formação e de organização dos catadores/recicladores, percebe-se que a consciência de pertencer a um grupo, isto é, a determinação de sua identidade como uma nova categoria ocupacional ou “profissional”, leva em consideração não apenas os ganhos materiais relativos às atividades de reciclagem, mas também os aspectos de “resgate” social dos trabalhadores e/ou de vínculo com o tipo de trabalho que estão executando, pela

⁴⁴*Nos dados repassados pela empresa, algumas associações funcionaram ao longo desse período de forma intermitente, por isso em alguns anos aparecerem e em outros não. Em outras associações não nos foram disponibilizados todos os dados.

importância que ele representa como um serviço de cuidado com o meio ambiente (MARTINS, 2005, p. 73).

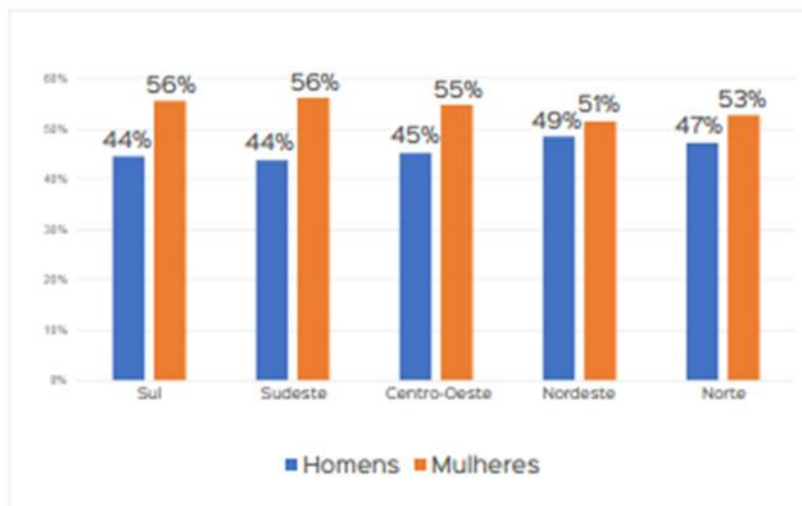
Mesmo tendo sua importância destacada por catadores e catadoras, a intermitência de pessoas nos espaços associativos, desenvolvendo a ocupação, é um fato. Algumas pessoas entram para as associações em Erechim/RS e não permanecem nelas. Isso pode ocorrer por diversos motivos: a pessoa encontrou outro trabalho, às vezes, formalizado legalmente; exerce a atividade como um “bico”, algo alternativo para obter uma renda extra; a não adaptação ao trabalho em grupo, e as especificidades em relação à questão de gênero. As mulheres, em geral, precisam conciliar a atividade laboral da catação com o cuidado da família, principalmente dos filhos.

No entanto, ao olharmos para o rendimento mensal dos catadores e catadoras em algumas associações de Erechim/RS, como no caso da A1, A3 e A4, o valor adquirido por catadores e catadoras foi superior ao salário mínimo fixado para o ano de 2020. Outras ocupações de status semelhante à de catador/catadora oferecerem remuneração maior? As intermitências na ocupação, nesse contexto local, estariam mais atreladas ao estigma em relação à ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis ou a baixa remuneração pelo desempenho da atividade?

Em estudo, que compõem o Anuário da Reciclagem de 2020, foram entrevistados 10.413 catadores e catadoras em 408 organizações (cooperativas e associações) pesquisadas. Desse total, 55% de mulheres e 45% de homens, os dados são referentes ao ano de 2019. O gráfico abaixo, apresenta o percentual de catadores e catadoras, mapeados no estudo citado acima, considerando a questão de gênero por regiões do país:

Gráfico 11 - Proporção entre homens e mulheres nas organizações de catadores por região do país (%), 2019

Proporção entre homens e mulheres nas organizações de catadores por região do país (%), 2019



Fonte: Banco de dados do Anuário da Reciclagem, 2020. Elaboração: Pragma Soluções Sustentáveis.

Podemos observar que, a maior proporção de mulheres catadoras, se concentra nas regiões Sul e Sudeste, ambas com participação de 56%. Em relação ao nível de presença masculina, a proporção mais alta encontra-se nas regiões, Nordeste com 49%, e Norte com 47%. A proporção de mulheres catadoras é superior à de homens, em todas as regiões do país. Dados do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2014), apontam que as mulheres compõem cerca de 70% da categoria, o dado engloba a presença das catadoras organizadas em cooperativas e associações e daquelas que desempenham a atividade de forma independente.

O desempenho da ocupação de catador e catadora como um “bico” ou fazer disso a sua “profissão”, apresenta diferenças ao se considerar a questão de gênero. As mulheres são as que tendem a permanecer na ocupação. Em Erechim/RS, no ano de 2020, o percentual de mulheres nas associações de reciclagem foi de 61% em detrimento ao de homens, que foi de 39%. A intermitência das mulheres na ocupação, costuma ocorrer por questões de ordem pessoal, como o papel desempenhado no ambiente familiar, enquanto para os homens, esse processo de entrada e saída na ocupação, pode se colocar, por terem acesso a outros trabalhos (também de status precarizado, como a construção civil ou em empresas prestadoras de serviços de limpeza, manutenção e conservação de ambientes), mas com alguns direitos e garantias, como a carteira assinada, por exemplo.

No regime de trabalho formal, o trabalhador é obrigado a seguir um conjunto de regramentos e convenções determinados pela empresa. Nas cooperativas e associações, as normas são construídas coletivamente, a opinião de todos e todas que fazem parte daquele espaço é válida. Nesses espaços encontram-se relações de solidariedade e ajuda mútua, por exemplo, quando alguém está com problemas, recebe apoio de todos e todas, cada um e cada uma ajuda como pode, seja por meio de um abraço, uma oportunidade de trabalho na associação ou dividindo o pouco que tem. Esses laços de solidariedade podem ser apontados como uma característica que perpassam pelo trabalho de catadores e catadoras dentro das associações de reciclagem em Erechim/RS.

Ao mesmo tempo em que o catador é um dos principais agentes da cadeia produtiva da reciclagem, devido à importância da ocupação que desempenha para a sociedade, ele é deixado de lado pela indústria dominante desse setor (BORTOLI, 2013). A luta para a formação de cooperativas e associações de reciclagem e para a contratação das mesmas com vistas a promover a realização de todo o processo da coleta seletiva nos municípios, perpassa pelo reconhecimento do trabalho desempenhado por catadores e catadoras, para a sociedade e o meio ambiente.

Esses trabalhadores organizam-se como movimento social para expressar suas lutas e reivindicações. Dessa forma, investem na criação de suas redes e encontram, em diferentes cidades e países, outros catadores que atuam nas atividades de coleta e que também não são reconhecidos como trabalhadores, vivendo em condições semelhantes de exploração e de opressão. Todavia, as manifestações e reivindicações do segmento por reconhecimento dão visibilidade às atividades que desenvolvem e, nesse movimento, fortalecem suas lutas (MAGNI; GÜNTHER, 2014, p. 255).

Aspectos como a identificação com a atividade que desempenham e sua organização econômica e política, fazem com que catadores e catadoras de materiais recicláveis, tenham em seu horizonte pautas para além da garantia de subsistência. Sendo assim, são criadas reivindicações que dizem respeito à categoria, como a problematização acerca do papel que desempenham socialmente e na tentativa de construir outros projetos de sociedade (MAGNI; GÜNTHER, 2014).

Entretanto uma alternativa para a inclusão dessas pessoas, em uma perspectiva que se aproxima da ideia de economia solidária, tem sido a geração de postos de trabalho através da criação de associações (ou pré-cooperativas) de catadores/recicladores de resíduos sólidos, o que assume uma importância considerável como possibilidade de ocupação para populações excluídas em países em desenvolvimento (MARTINS, 2005, p.70).

De acordo com Bortoli (2013), as primeiras associações e cooperativas de catadores e catadoras, datam do final da década de 1980, nas cidades de Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília. Surgem impulsionadas por ações ligadas à igreja católica, sociedade civil e organizações da coleta seletiva nesses municípios. A autora destaca ainda a presença significativa da população de rua no desenvolvimento da atividade de catar materiais.

A organização das associações de reciclagem em Erechim/RS se apresenta como um trabalho de construção, insistência e resistência. O que fazer com os catadores e catadoras que separavam os materiais no lixão? Natália, uma das entrevistadas deste estudo, fala a respeito dessas prerrogativas:

Então, a vinda da A1⁴⁵, foi um pouco no sentido de dizer: não. A gente precisa organizar essas pessoas. Essas pessoas precisam de trabalho, e tem essa possibilidade de realizar o trabalho de uma forma coletiva, então lembro bem, lembro dessa questão mais lá no início, eu lembro que a prefeitura discutia: Não, vamos terceirizar! Vamos terceirizar é a ideia. Com a organização da A1*, com essa pressão, então a gente conseguiu ir construindo essas possibilidades e essas alternativas. A gente percebe que se não houver organização popular, as classes populares, elas não são ouvidas (ENTREVISTA, NATALIA, 2020).

A fala da entrevistada acima denota uma situação de conflito entre posições contrárias, de um lado, a pressão dos catadores e catadoras organizados, e de outro, o poder público municipal com a proposta de terceirizar a coleta seletiva no município. A primeira associação a ser fundada no contexto da cidade de Erechim/RS, além de surgir fruto do protagonismo e da luta por parte dos catadores e catadoras, também contribuiu para a construção de uma “rede” de agentes envolvidos em torno da coleta seletiva. A autora abaixo, discorre a respeito desse aspecto e destaca que:

No contexto de propostas alternativas para o desemprego, percebe-se a formação de uma rede de iniciativas diferenciadas que tem em comum a prioridade concedida a trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Com nomes diversos, como economia solidária, economia popular, economia cidadã, economia comunitária, “outra” economia ou socioeconomia solidária, essas experiências estão, em grande parte, vinculadas a políticas públicas e, muitas vezes, a projetos de desenvolvimento local que se contrapõem à exclusão e ao desemprego ocasionado pelos planos macroeconômicos de cunho neoliberal (MARTINS, 2005, p. 67).

No entanto, o espaço associativo não garante a esse público alguns direitos que, legalmente, os trabalhadores e trabalhadoras formais possuem. Logo, se sua força de trabalho, por algum motivo falhar e não puder mais ser empregada nessa atividade, sua subsistência

⁴⁵Grifo nosso, por questões de ética na pesquisa, não divulgamos os nomes das associações de reciclagem.

poderá ficar comprometida. O trabalho coletivo também pode se apresentar permeado por desafios e contradições no que se refere aos catadores e catadoras. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), enumera alguns desses desafios: a ideia de autonomia e gestão do tempo, que faz com que essas pessoas queiram atuar sozinhas; desinformação e desconhecimento em relação ao que se exige para a formação de cooperativas e associações; falta ou dificuldade de obterem assessoramento, pois o processo de constituição exige alguns conhecimentos técnicos, que na maioria das vezes, esse público não dispense; a não identificação com os empreendimentos associativos, os quais são vistos pelos catadores e catadoras como agentes externos; a falta de conhecimento em relação ao trabalho desenvolvido sob o escopo da autogestão.

Outro público, que acaba por desempenhar a ocupação de catador/catadora de materiais recicláveis são as pessoas que residem nas ruas dos centros urbanos. Magni e Günther (2014), trazem aspectos acerca da organização de moradores de rua em torno da formação de associações e cooperativas de reciclagem, um dos destaques das autoras está atrelado à presença da igreja e de instituições de cunho religioso no desenvolvimento de ações junto à população de rua. As autoras analisam a experiência de uma cooperativa localizada sob o Viaduto do Glicério, na região central de São Paulo/SP, a qual originou-se ligada aos frades Franciscanos do Largo de São Francisco/SP. De acordo com as autoras:

Tal cooperativa representa novamente a associação entre ex-moradores de rua e movimentos sociais, mas que, no presente caso, tiveram um pequeno auxílio do poder público – a cessão do espaço no qual a cooperativa iria se formar. Segundo relato pessoal do então presidente da Cooperglicério, Sr. Romeu – que participou ativamente das atividades da cooperativa desde seu surgimento, o Largo de São Francisco era o local em que os catadores de lixo se reuniam. Ali, cada carroceiro – a grande maioria formada por moradores de rua – traziam suas carroças, separavam de modo precário os resíduos coletados e vendiam de forma independente, pouco arrecadando com a mercadoria vendida. Os frades franciscanos, por sua vez, tentavam negociar valores mais altos para os catadores, bem como ofereciam alimento a estes catadores (MAGNI; GÜNTHER, 2014, p. 152).

Silvana, uma das nossas entrevistadas, começou a catar materiais, pelas ruas da cidade de Erechim/RS, depois migrou para uma associação de reciclagem. Catadora há cerca de 20 anos, ela expõe que o material que coletava nas ruas, como carrinheira era de boa qualidade. No entanto, seu principal desafio era armazenar o material em casa, pela falta de espaço adequado para esse fim e por questões de saúde e higiene. Assim, resolveu se juntar a luta para construir o pavilhão de uma das associações, a qual atua como catadora há 12 anos. Silvana destaca que foi no dia-a-dia, dentro do galpão de reciclagem que se formou uma associação de

fato e se refere ao local como uma família. “Que é uma família que trabalha aqui” (ENTREVISTA, SILVANA, 2020).

Ao serem alocados em associações, outros questionamentos foram impostos aos catadores e catadoras de Erechim/RS, dentre os quais: o trabalho dentro do escopo da economia solidária, os conflitos inerentes à organização, ao labor e o desgaste do trabalho, a convivência diária, o exercício da democracia direta, a não existência de hierarquias, o processo de organização e gestão do espaço associativo.

O Centro de Educação Popular (CEPO), por volta dos anos 2000 (período em que foi consolidada primeira associação de reciclagem em Erechim/RS), realizava um trabalho de base, permeado por encontros e formações, para os associados e associadas. A intenção da entidade era de dialogar acerca de como ocorria o trabalho dentro do escopo da economia solidária. O CEPO atuava também com processos de formação escolar e política para catadores e catadoras organizados nesses espaços associativos. Os desafios do trabalho organizado, sob as bases da autogestão, podem ser visualizados em diferentes contextos, como destacam as autoras abaixo:

A grande dificuldade encontrada pelas cooperativas de catadores, do ponto de vista de sua gestão, é a conciliação entre sua atividade econômica eminentemente empresarial com os princípios da autogestão. Não é tarefa simples incorporar ao modelo autogestionário, marcado por formas mais participativas dos cooperados, o cotidiano das atividades desenvolvidas. Tal fato ganha relevância nas cooperativas que não conseguiram capacitar todos os seus membros sobre os valores e princípios cooperativistas, o que provocou diversas distorções, prejudiciais à inclusão social destes indivíduos. Não se pode olvidar, no entanto, que aspecto fundamental à autogestão é o direito à experimentação (MAGNI; GÜNTHER, 2014, p. 154).

O reconhecimento e a valorização da ocupação perpassam pelas lutas travadas por catadores e catadoras para a garantia de seus direitos. Pessoas “excluídas”, que mesmo diante de todo um cenário de precariedade conseguem se organizar, construir pautas e reivindicações e lutar por elas. Para o Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR), as lutas travadas por catadores e catadoras como categoria, se colocam de forma transversal, pois englobam diferentes setores fazem parte da cadeia produtiva da reciclagem, como as entidades que participam da gestão integrada dos resíduos sólidos nos municípios. Pode abarcar também, lutas destinadas aos diferentes indivíduos e minorias sociais, motivar sujeitos e sujeitas, com o intuito de transformar sua realidade social e a de seu entorno, assim a luta pela garantia do acesso à educação formal, pode ser apontada como um dos exemplos.

Os processos de escolarização e de acesso ao ensino superior, costumam ser bastante simbólicos para os catadores e catadoras. O acesso de um catador/catadora ou de algum familiar a um curso superior é motivo de orgulho e nostalgia. A educação é encarada como uma oportunidade (na maior parte das vezes, única) para melhoria das condições de vida dessas pessoas. Além disso, ao acessar um curso superior o catador e a catadora podem contribuir com os processos de luta, acesso à direitos, políticas públicas e reivindicações para toda a categoria, podendo se tornar um ponto de referência, liderança.

Angela Davis (2016), retrata a importância do acesso à educação para a negros e negras escravizados nos Estados Unidos, ao serem alfabetizadas e receberem instruções acadêmicas, essas pessoas se engajavam nas lutas pela garantia de liberdade para seu povo. Eduardo, um dos entrevistados deste estudo, esboça uma comparação entre a universidade e a cooperativa, para o catador, quem estudou em uma universidade tem a base formal, a construção da lógica da empresa, diferentemente da cooperativa que constrói a base das pessoas, que são muitas vezes semianalfabetas, invisibilizadas e excluídas. Assim, antes de pautarmos a lógica da Economia Solidária precisaríamos entender como “pessoas que não tem e não são nada” (ENTREVISTA, EDUARDO, 2020), no caso dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis, se juntam para construírem lutas em comum.

Com isso, a organização de espaços cooperativos e associativos voltados para a Economia Solidária passariam a ser pautados até para aqueles e aquelas que estão inseridos no processo sem saber o que ela significa realmente. “Quando se organiza em cooperativa, quando se forma um trabalho coletivo, quando vai partilha os recursos, quando vai democratizar, explicar as decisões, quando vai deixar abertas as vagas para que qualquer pessoa possa ocupar tanto a diretoria, quanto ao plano de negócios” (ENTREVISTA, EDUARDO, 2020).

No que se refere à Economia Solidária dentro dos galpões de reciclagem perpassa a ideia de que não basta somente pautar outra forma de organização, sob bases de igualdade, equidade, participação de todos, laços de solidariedade e ajuda mútua. Espaços embasados sob essa perspectiva, são pautados pela resistência, por irem de encontro às lógicas de uma sociedade capitalista, ancorada em vieses neoliberais, de meritocracia e individualidade. Para o catador Eduardo, a Economia Solidária se coloca como solução, não somente para a organização e a garantia de subsistência para aqueles e aquelas que se encontram em situações muito próximas a dos catadores e catadoras, mas também como bandeira política, que se apresenta como possibilidade de construção de outras lógicas de vivenciar os processos econômicos e outra

forma de se viver, criar um sistema de economia solidária, que se apresente como um sistema para mulheres, para a periferia, etc.

A preocupação em torno do meio ambiente e da sustentabilidade, a partir da década de 1980 impulsionaram demandas e políticas para os catadores e catadoras, os quais passaram a se organizar. A reciclagem surge como uma alternativa sustentável de resolver os problemas dos rejeitos. Assim, parcerias entre os setores públicos e privados e o terceiro setor para gerenciamento dos resíduos começam a despontar no cenário nacional.

Considerando os aspectos históricos relativos à organização do segmento e à institucionalização de políticas voltadas para os catadores, pode-se perceber que, na primeira década do século 21, houve um deslocamento da coleta como uma das formas de subsistência, realizada de modo individual, atividade recorrente na última década do século 20, para a coleta como a forma de subsistência, realizada por catadores organizados. Esse deslocamento demarcou a emergência de novas tecnologias para a realização do trabalho de coleta, assim como fomentou sua organização social e política (MAGNI; GÜNTHER, 2014, p. 252).

Magni e Günther (2014), apontam que essas parcerias não terão relação e nem serão voltadas num primeiro momento para os catadores e catadoras, elas surgem impulsionadas por essa demanda social nacional e internacional da preservação do meio ambiente e do aumento dos resíduos sólidos. Assim, de acordo com a argumentação dos autores, os catadores e catadoras passariam do papel de “catadores de materiais recicláveis” à “agentes ambientais”, condição essa, alavancada devido à possibilidade de construção das parcerias de gestão integrada dos resíduos sólidos. Para os autores:

Dessa forma, as reivindicações dos catadores, feitas com o propósito de garantir condições de vida e trabalho, são acomodadas na interlocução com as instituições voltadas para a proteção e preservação do meio ambiente, norteadas por princípios sustentáveis, com o apoio do poder público. Nesse movimento, as reivindicações dos catadores são retiradas de um campo de conflito e tensão e acomodadas num campo consensual onde as práticas são rearranjadas como alternativas de geração de trabalho e renda, através de políticas de inclusão produtiva dissociadas, porém, das políticas públicas de emprego (MAGNI; GÜNTHER, 2014, p. 253).

Críticas foram esboçadas a essas práticas de organização autogestionária, ligadas à economia solidária. Para Cherfem (2016) é preciso estabelecer um debate com vistas a pautar a divisão sexual do trabalho e as questões raciais dentro da economia solidária. A autora expõe há alguns aspectos que precisam ser repensados, o alargamento da categoria trabalho é um deles, o qual deve compreender que as esferas de produção e reprodução, se articulam e independem da esfera solidária. Sendo assim, os autores abaixo, expõe que a pauta da economia

solidária deve englobar problematizações de cunho interseccional, como as questões de gênero e raciais:

Caracterizar a Economia Solidária em termos de gênero e raça é importante, inclusive, para se discutir os limites da autogestão nesses grupos. A estrutura racista e machista da sociedade colocou, por anos, as mulheres negras e pobres em atividades de subordinação. Isso se contrapõe a uma ideia de participação ativa. A autogestão prevê também a superação da divisão entre trabalho intelectual e manual. No entanto, há ainda no contexto atual essa divisão, sendo esses grupos os responsáveis pelo trabalho manual, tanto por sua associação com um trabalho subordinado quanto pela não associação à educação formal. Além disso, a meritocracia, característica de um modelo neoliberal, coloca a necessidade da prosperidade econômica associada ao esforço individual. Portanto, desenvolver a autogestão passa por desenvolver uma consciência coletiva e crítica, superando as dificuldades impostas por um histórico social de exclusão, e por trazer uma abordagem interseccional (SILVA *et al*, 2020, p. 394).

A organização de catadores e catadoras em espaços autogestionários, mesmo com limites e contradições, acaba por se constituir como uma saída para a garantia da subsistência das pessoas que fazem parte desses espaços. No caso de Erechim/RS, o trabalho de triagem dos materiais continua o mesmo que era realizado no antigo lixão, no entanto, as condições de exercício laboral da atividade, a luta pelo reconhecimento da mesma, por melhores condições de vida e trabalho, pela garantia dos direitos básicos, por políticas públicas e parcerias com os diferentes agentes sociais (sejam eles, públicos, privados ou o terceiro setor), que englobem catadores e catadoras de maneira efetiva, para além do escopo assistencial, acabam ganhando força, constituindo-se em demandas e políticas de suma importância.

Essas parcerias entre os diferentes agentes sociais na gestão integrada dos resíduos, podem contribuir para que o desenvolvimento da ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis, seja desenvolvida de forma um pouco menos precarizada. A cidade de Erechim/RS possui uma experiência de êxito em torno da coleta seletiva e da reciclagem de materiais, com uma rede que envolve diferentes agentes, em que os catadores e catadoras organizados em associações, realizam um trabalho considerado fundamental no processo como um todo. Abaixo, destacamos, de forma geral algumas das implicações e especificidades relacionadas às questões de gênero, no que diz respeito à atividade de catadora de materiais recicláveis e o seu desenvolvimento nas cooperativas e associações.

4.3 QUESTÕES DE GÊNERO E TRABALHO

Para Saffioti (2013), na sociedade capitalista em nível superestrutural, há uma subvalorização das capacidades femininas. Essa subvalorização está relacionada aos mitos criados

em torno da figura da mulher, os quais servem para ressaltar a masculinidade em detrimento da inferiorização do feminino. No nível estrutural, as funções produtivas e reprodutivas, são marginalizadas e alocadas em esfera inferior no sistema de produção. Em uma sociedade constituída pela divisão em classes, o gênero passa a determinar a posição social das mulheres, impondo barreiras à sua integração no desenvolvimento das forças produtivas.

O gênero enquanto *marca social*, faz com que as mulheres ao adentrarem no mercado de trabalho estejam em um nível de exploração elevada ao máximo, por meio da intensificação do trabalho e das jornadas estendidas, ganhando salários mais baixos que os homens, concentradas no setor terciário de serviços, com maiores ocupações em tempo parcial, regimes de trabalho mais vulneráveis, repetitivos e fragmentários, designadas para desempenhar semi-ocupações ou ocupações de baixo prestígio social (SAFFIOTI, 2013).

Ao fazer referência a questão de gênero, Hirata (2009) apresenta três indicadores que apontam para o trabalho precário feminino: 1) Ausência de direitos e proteções sociais e sindicais; 2) Trabalho realizado por determinada quantidade de horas, que resulta em salários mais baixos, acarretando, assim a precariedade; 3) Níveis baixos de qualificação, a pouca qualificação formal atrelada à baixa renda, pode contribuir para o desemprego e aumento da precariedade.

Esses indicadores direcionam-se para uma marcada divisão sexual da precariedade, já que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial: número inferior de horas trabalhadas, níveis mais baixos na escala de qualificação. Eles também apontam para o fato de que, mesmo quando tem um emprego com contrato por tempo indeterminado, o trabalhador pode encontrar-se em situação precária, como demonstram os novos empregos por tempo indeterminado, criados no Brasil a partir de 2005, cuja remuneração é um salário mínimo (HIRATA, 2009, p. 26).

As mulheres, para a autora, estão no foco do debate acerca da precarização do trabalho, visto que compõem o grupo dos assalariados que mais está exposto ao trabalho precário, sendo maioria no setor de comércio e de serviços. “A importância atual do fenômeno de precarização do trabalho e do emprego é ilustrada de maneira paradigmática pelo paradoxo do aumento do emprego feminino acompanhado do crescimento simultâneo do emprego vulnerável e precário das mulheres” (HIRATA, p. 29, 2009).

De acordo com Hirata (2009), ao mesmo tempo em que, se assiste à participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, observa-se uma bipolarização dos empregos femininos: de um lado, mulheres com carreiras executivas e profissões intelectuais superiores,

e de outro, aquelas que desempenham funções, social e culturalmente designadas ao universo feminino e ao cuidado, como professoras, enfermeiras, trabalhadoras domésticas, faxineiras etc.

Em 2019, no Brasil, 6,2 milhões pessoas estavam empregadas no trabalho doméstico, dessas mais de 4 milhões eram pessoas negras, desse contingente 3,9 milhões eram mulheres negras. Elas correspondem a 63% do total de trabalhadores (as) domésticos (as). Da totalidade das pessoas ocupadas no mercado de trabalho nesse ano, 18,6% das mulheres negras estavam empregadas no trabalho doméstico, a proporção cai para 10%, no que se refere às mulheres brancas (PINHEIRO; REZEDE; FONTOURA, 2019).

A falta de oportunidades e de acesso à empregos em outros setores sociais, após a abolição da escravidão, fez com que as mulheres negras fossem relegadas aos trabalhos domésticos e reprodutivos. “As mulheres negras ficaram restritas a um *locus* de atuação profissional que as concentra majoritariamente em atividades pouco qualificadas e mal remuneradas” (MELLO, 2016, p.153).

Para González (1979) a divisão racial do trabalho, por meio do exército industrial de reserva, anula os negros e negras e os exclui socialmente. No Brasil há algumas especificidades, visto que, as relações sociais estabelecidas, fazem com que essa divisão se estruture para além da cor da pele, deixando resquícios no acesso ao mercado de trabalho decente. Essa divisão, também pode ser visualizada, de acordo com os contextos geográficos, nas regiões brasileiras mais subdesenvolvidas, o predomínio da população negra é mais alto.

González (1979) ao se referir ao contexto brasileiro expõe que, no pós-abolição as mulheres negras ficaram relegadas aos espaços de trabalho precarizados, como a ocupação de empregada doméstica. Foi através do trabalho desempenhado pelas mulheres negras nos lares das brancas de classe média, que estas puderam acessar os espaços públicos do mercado de trabalho. A falta de oportunidades, de acesso à educação e o racismo em torno da exigida “boa aparência”, a separação das mulheres negras com base na imagem da mulher preta empregada doméstica e da mulata, são alguns dos fatores que dificultaram ainda mais a entrada das mulheres negras em postos superiores no mercado do trabalho.

Com vistas a considerar as questões de classe social, raciais e de gênero que se fizeram presentes neste estudo, buscamos analisar algumas das especificidades presentes no desempenho da atividade das mulheres catadoras de materiais recicláveis. Assim, utilizamos o conceito interseccionalidade, o qual surge com o propósito de capturar as consequências e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação, aos quais algumas mulheres estão expostas no meio social.

A ênfase nesta perspectiva, procura abranger ações e políticas específicas que podem gerar opressões em determinados grupos. “Trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A perspectiva interseccional surge nos Estados Unidos, na década de 1980, por meio do feminismo negro (*blackfeminism*), e se populariza nos anos 2000. O conceito cunhado pela jurista negra, Kimberlé Crenshaw, tinha por objetivo denunciar e analisar as diferentes opressões sofridas pelas mulheres negras, que as situavam fora da esfera de debate do feminismo liberal. “A interseccionalidade sugere que a raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica” (AKOTIRENE, 2018, p.32). A autora afirma que a raça é a essência da construção interseccional, e pontua que o conceito não se reduz a uma mera soma de categorias (mulher+ negra+ pobre+ lésbica), que perpassam pelo indivíduo de maneira hierarquizante ou comparativa.

A catadora Carolina Maria de Jesus, em seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, lançado em 1960, esboçou uma apurada denúncia acerca da realidade social em que vivia. Referindo-se ao contexto brasileiro da década de 1950, relatava em seu diário o dia-a-dia no desempenho da ocupação, os desafios da maternidade (ao manter sozinha de seus três filhos) e a vida precária e sem perspectivas dos moradores da favela do Canindé, na Zona Norte de São Paulo, local onde residia. Seus relatos deram origem a obra citada acima, que se tornou um *best-seller* traduzido para 13 idiomas.

A realidade exposta por Maria Carolina de Jesus, não pode ser vista como o retrato de um passado distante do Brasil, se observarmos a posição social de algumas mulheres negras, que desempenham a ocupação de catadora de materiais recicláveis, pode-se encontrar semelhanças. O fato de estarem presentes na atividade de catar materiais em maior número do que os homens, revela que, conciliar o trabalho informal com o trabalho doméstico e reprodutivo, pode se colocar como uma alternativa para conseguir “criar os filhos” e “colocar comida na mesa”. No entanto, também contribui para aumentar a esfera da precariedade laboral, em que as catadoras de materiais recicláveis estão inseridas.

Para Martins (2005), uma das características da acentuada presença feminina em espaços de separação e reciclagem, pode ser explicada, pelo fato de que, em regiões metropolitanas, problemas de desemprego e precariedade entre a População Economicamente Ativa atingem em maior escala as mulheres.

Podemos afirmar que existe uma relação direta entre a precarização do trabalho e o crescimento do número de mulheres nas cooperativas e associações de catadores. Tal relação pode ser explicada pelo baixo grau de escolaridade dessas mulheres, pela falta de oportunidades de emprego formal, assim como pela flexibilidade das regras de trabalho existente nas cooperativas, que tende a se adequar melhor ao peso que as atividades reprodutivas têm em suas vidas (PAIVA, 2016, p. 158).

A esfera da precariedade se acentua ao analisarmos a valoração atribuída ao trabalho doméstico e reprodutivo, socialmente designado às mulheres, o qual contribui para acentuar e desqualificar a jornada laboral feminina, e é visto, na maioria das vezes, como um não trabalho. Para Mello e Castilho (2009):

As condições de vida de mulheres e homens não são produtos de um destino biológico, mas, sim, fruto de construções sociais que têm como base material o trabalho e se exprimem através de uma divisão social do trabalho entre os sexos. Essa divisão sexual do trabalho reflete o fato que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista (o chamado “trabalho produtivo”) e as mulheres dividem seu tempo “naturalmente” entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (o dito “trabalho reprodutivo”). O trabalho reprodutivo tem um grande significado para o bem-estar do ser humano. Porém, como não tem caráter mercantil, é ignorado pelas ciências econômicas e desvalorizado pela sociedade, que dele depende para se reproduzir (MELLO; CASTILHO, 2009, p. 137).

A experiência de acesso ao mercado de trabalho, a maternidade e a organização familiar, não são vivenciadas de maneira homogênea entre os diferentes grupos de mulheres (BIROLI, 2016). Assim, o trabalho desenvolvido no âmbito doméstico pode ter conotações e sentidos diferenciados para as mulheres catadoras, as quais aliam a sua rotina diária uma sobrecarga laboral, que inclui um grande dispêndio de si mesmas em várias esferas, como no desenvolvimento da ocupação, no âmbito doméstico, reprodutivo, do cuidado e do afeto.

Acreditamos, então, que um dos fatores que tornam precário o cotidiano da mulher catadora é a série de atribuições e responsabilizações que lhe são colocadas tanto no espaço público quanto na esfera doméstica. Tais atribuições sobrecarregam a mulher/mãe/catadora. É possível afirmar que, quando as mulheres se percebiam como mais fortes que os homens, elas estavam se referindo não apenas à questão de força física, mas também à ideia de perseverança e responsabilidade, expressa no cuidado com os filhos, com a casa e consigo mesmas (RIBEIRO; NARDI; MACHADO, 2012, p. 253).

Rosa (2014) ao trazer dados de uma pesquisa realizada na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (COOPERFRAN), da cidade de Franca/SP, aponta que, das 31 pessoas que fazem parte da cooperativa de reciclagem, 80% são mulheres, 96%

delas têm filhos e 76% os criavam sozinhas, sem a presença de cônjuge, 72% delas têm na atividade de catar materiais a principal fonte de renda familiar.

Após traçar o perfil das catadoras, Rosa (2014) aponta que as mulheres que fazem parte da cooperativa são em sua maioria “chefes de família”, residem sozinhas com seus filhos e se apresentam como as únicas responsáveis economicamente pelo sustento do lar. A grande maioria delas deixa os filhos e as atividades domésticas para outra mulher, geralmente da família (cunhada, mãe, filha, avó), enquanto exerce sua atividade laboral na cooperativa de reciclagem.

A partir de etnografia realizada com catadores e catadoras de materiais recicláveis da região metropolitana de Porto Alegre/RS, Ribeiro, Nardi e Machado (2012), buscaram investigar como estavam configuradas as relações de gênero e trabalho, frente ao contexto de precarização. Os autores nos apresentam uma das entrevistadas da pesquisa, que atende pelo nome de Jane:

Jane trabalhava havia mais de cinco anos em uma unidade de triagem (também chamada de galpão de reciclagem), situada em localidade distante do perímetro urbano da cidade. Foi o primeiro emprego da catadora. No momento da pesquisa, tinha 32 anos, estava separada e tinha seis filhos (sendo três com idade de até 7 anos), com os quais morava em uma casa de quatro cômodos em um bairro próximo ao galpão de reciclagem. A moradia de Jane tinha água encanada, mas o esgoto era despejado a céu aberto. Possuía instalação da energia elétrica regular. Sua renda aproximada oriunda da catação era de 450 reais. Estudou até a terceira série e não tinha interesse em voltar para a sala de aula. Jane se definia como uma pessoa bastante ativa no trabalho, e exercia função de protagonista nas atividades que realizava (RIBEIRO; NARDI; MACHADO; 2012, p. 250).

Outro ponto relacionado à questão de gênero, nas cooperativas e associações, diz respeito à participação feminina, nos espaços de poder e tomada de decisões, em que os homens participavam das esferas políticas, de eventos, debates, encontros, etc., enquanto as mulheres se restringiam somente à realização do trabalho de triagem dos materiais dentro das associações. Nesse caso, ocorre a separação das atividades em masculinas e femininas, aquelas que exigiam força física, ficavam destinadas aos homens, enquanto as mais próximas à limpeza, concentração e cuidado eram designadas às mulheres.

Atualmente, há indícios de que este cenário está sendo colocado em discussão dentro de algumas cooperativas e associações, pelas próprias mulheres catadoras, as quais vêm se organizando politicamente, com certo protagonismo dentro dos seus espaços laborais, e fora deles, em esferas de cunho político, ao atuarem como lideranças do MNCR (Movimento Nacional dos catadores de Materiais Recicláveis), por exemplo.

Além de trazerem para a discussão, de forma geral, questões que perpassam pelo seu universo de vivências e lutas, como a violência doméstica. Ao atuarem em espaços de poder e liderança, as mulheres catadoras acabam agregando e contribuem em pautas que são essenciais para o movimento de catadores e catadoras como um todo, como a luta contra a incineração dos materiais e a elaboração de leis, cujo objetivo visa restringir a circulação de catadores/catadoras nas ruas centrais das cidades, etc.⁴⁶

Escrever sobre catadoras (es) de materiais recicláveis remete para um contexto marcado pela heterogeneidade das relações no que tange à diversidade de práticas exercidas. Contudo, percebemos que há uma característica comum do trabalho realizado por mulheres nos galpões de reciclagem: em um contexto de precariedade, as mulheres ocupam a margem mais precária e mais desgastante na cadeia produtiva da catação/reciclagem (RIBEIRO; NARDI; MACHADO; 2012, p.252).

As mulheres (as quais compõem a maioria no desenvolvimento da ocupação), em geral, desempenham as atividades do ambiente familiar e doméstico, em concomitância com a catação de materiais. Outro dado recorrente, é o fato delas não terem com quem deixar os filhos, no momento em que desenvolvem seu trabalho, isso reverbera na importância do acesso a creches para as catadoras. Essa ocupação para elas apresenta a possibilidade de terem horários de trabalho mais flexíveis e de poderem entrar e sair da catação sempre que desejarem/precisarem.

Por sua vez, a utilização do conceito de divisão sexual do trabalho, consolidado desde a industrialização, possibilita a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família. Essas atividades são consideradas como não-trabalho, porque se confundem “produção” com “produção de mercadorias” e “trabalho” com “emprego”. Essa percepção embute uma associação linear entre a atividade masculina e a produção mercantil e a feminina e a atividade familiar doméstica. Para as feministas, essa associação evidencia a invisibilidade do trabalho das mulheres (MELLO; CASTILHO, 2009, p.139).

Ao analisar as experiências de mulheres catadoras em relação ao trabalho que desempenham, Martins (2005) pontua que elas chegam a carregar até 200 kg de material pelas ruas das cidades, quantidade que apresenta variações, de acordo com o tamanho da cidade e a época do ano. A autora argumenta que, as oportunidades postas para catadores e catadoras são limitadas, muitas vezes, o ato de catar materiais aparece como uma alternativa à marginalidade,

⁴⁶ No documento denominado Carta de Pontal do Paraná, extraída no IV Encontro Nacional De Mulheres Catadoras, realizado na cidade de Pontal /PR, aponta algumas das diretrizes que visam melhorar o trabalho das mulheres e da categoria de catadores como um todo. A carta versa acerca de ações de interesse mais imediato da categoria, como a PNRS, a incineração dos materiais, a melhoria das condições de trabalho e de vida, bem como acerca assuntos que as envolvem de forma mais direta como a violência doméstica.

sendo única fonte de renda para amplos setores urbanos precarizados, dentre os quais, encontra-se um número expressivo de mulheres e crianças.

As hierarquias e os sistemas de opressão, se apresentam de diferentes formas para determinados grupos sociais. Considerando que, a maior parte das catadoras, são trabalhadoras negras, a precariedade se acentua, uma vez que os espaços laborais em que as mulheres negras estão alocadas na sociedade brasileira (se considerarmos a divisão sexual e racial do trabalho), são de extrema precariedade. As pessoas que compõem a atividade de catar materiais se constituem por um grande contingente de mulheres, em sua maioria negras e em condições marginalizadas de existência.

A divisão sexual do trabalho está ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são apresentadas como fundadas na biologia e/ou justificadas racialmente. Em conjunto, restrições que se definem pelo gênero, pela raça e pela classe social conformam as escolhas, impõem desigualmente as responsabilidades e incitam a determinadas ocupações enquanto bloqueiam ou dificultam o acesso a outras (BIROLI, 2016, p. 737).

A precarização do trabalho das catadoras se acentua no contexto de pandemia. Se antes, a escola podia atuar como um ambiente seguro para deixar os filhos, no momento em que elas desempenhavam seu trabalho, com o contexto pandêmico isso se torna mais um empecilho. Junto a isso se misturam, outros fatores como a exposição ao vírus, por meio do contato constante com os materiais, uma vez que nem todas puderam aderir ao isolamento social por não terem a possibilidade de parar de trabalhar, como o caso das catadoras de Erechim/RS. A situação de vulnerabilidade se expressa também na sobrecarga das jornadas de trabalho duplas, triplas, etc. No acesso fragilizado às informações, na falta de saneamento básico e de água encanada, artefatos essenciais no combate ao vírus, juntamente com o uso da máscara e do álcool gel.

“Tem filho de catador que não tinha vaga em creche” (ENTREVISTA, TEREZA, 2020). O exposto acima ressalta que o espaço da creche é essencial para que a mulher catadora possa desenvolver suas atividades laborais, e também expõem a dificuldade de acesso a um direito básico como a educação, por catadores e catadoras. Outro destaque que podemos apontar em referência à questão de gênero, que pode ser visualizado neste estudo, por mais que em todas as associações se tem a presença de homens e mulheres catadoras, alguns e algumas informantes se referem aos catadores e catadoras das associações com o pronome feminino *elas*. “Elas são muito guerreiras, “elas são unidas e organizadas”. Denotando o aspecto de protagonismo das mulheres nos galpões de reciclagem em Erechim/RS.

Para Martins (2005) a quantidade de mulheres em galpões de reciclagem, se apresenta não apenas em quesitos numéricos, mas qualitativos também. Elas atuam como parte importante nos grupos, na formação de lideranças, na participação política e nos processos de tomada de decisões. Paiva (2016), ao retratar a experiência da Cooperativa Acácia, expõe que:

Observamos na Cooperativa Acácia mulheres que procuraram a cooperativa devido ao desemprego e à falta de oportunidade no mercado formal ou que estiveram desde criança na atividade de catação. Mulheres com baixa escolaridade e qualificação profissional. Mães e chefes de família que enfrentam dificuldades em conciliar o tempo entre o trabalho (produtivo) e o cuidado dos filhos. Mulheres catadoras que entenderam a cooperativa como um espaço de trabalho em que é possível conversar e ter seus problemas validados. Mulheres que assumiram a coordenação da cooperativa e que se utilizam de “pulso firme” para organizar o trabalho. Mulheres que voltaram a estudar, que recebem formação política e que aprendem a importância da comunicação (PAIVA, 2016, p. 169).

Apesar de sua intensa atuação dentro dos empreendimentos solidários, seja nos processos de separação e triagem dos materiais, ou em espaços de liderança dentro e fora dos galpões, as mulheres catadoras ainda têm barreiras a serem ultrapassadas. A remuneração em alguns espaços associativos e cooperativos, por exemplo, ainda é inferior que a dos homens e as oportunidades são mais restritas.

“Para além de inserir as mulheres, é preciso construir estratégias para que elas, mesmo no contexto da Economia Solidária, não sejam discriminadas por uma estrutura social patriarcal” (Silva *et al*, 2020, p. 394). O desemprego seria o principal motivo que leva as mulheres a entrarem para a reciclagem (PAIVA, 2016). A falta de melhores oportunidades no mercado de trabalho, faz com que essas mulheres tenham colocado em seu horizonte uma gama de ocupações precarizadas, como é o caso de uma das entrevistadas neste estudo, que afirma preferir ser catadora do que ser empregada doméstica.

A catação de materiais se constitui em uma ocupação historicamente precarizada, no entanto, a mesma ainda se coloca como possibilidade de trabalho para um significativo segmento da população, seja porque essas pessoas não têm colocado em seu horizonte outras possibilidades de subsistência, como forma de obter uma renda extra, desempenhando um trabalho tão digno como outro qualquer, dentre outros fatores. Os marcadores sociais que perpassam pelo desempenho da ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis são diversos, como os estigmas e preconceitos que recaem sobre as pessoas que desempenham tal ocupação, a falta de oportunidades e de acesso ao mercado formal de trabalho, a não garantia de direitos básicos, a luta pela subsistência, atrelada a luta pelo reconhecimento e valorização de sua humanidade e do trabalho que realizam.

Em relação ao contexto de Erechim/RS, a rede de agentes envolvidos na coleta seletiva na cidade, faz com que a mesma funcione de forma exitosa e que integre as associações de catadores e catadoras. Neste estudo, verificou-se que a catação de materiais recicláveis propicia trabalho e renda para as associações de catadores e catadoras do contexto local analisado, algumas das associações de reciclagem apresentam rendimentos médios acima do contexto nacional e regional.

A maior parte das pessoas que desempenham a ocupação de catar materiais recicláveis é constituída pelo público feminino. Qual a posição ocupada socialmente pelas mulheres catadoras? Este lugar expressa certa síntese das inúmeras contradições e precariedades que pretendemos analisar neste estudo. Há uma gama de marcadores sociais que podemos considerar ao analisarmos as mulheres catadoras, como o trabalho sob o signo da informalidade, o gênero, quesitos raciais e de classe, os estigmas, a discriminação, as desigualdades e as lutas pela garantia de direitos e pelo reconhecimento.

O trabalho doméstico e reprodutivo atrelado ao trabalho laboral, a preocupação de não ter com quem deixar os filhos durante período em que está no emprego, a busca pelo sustento de suas famílias, são alguns dos pontos que restringem a participação feminina em espaços de poder e de liderança. No caso das catadoras, devido ao protagonismo e reivindicação por parte delas mesmas, esse cenário vem se alterando nos últimos anos. No entanto, ainda há muitas barreiras para serem ultrapassadas, além das pautas relacionadas à questão de gênero, as catadoras são importantes aliadas na luta pela ocupação, contra a incineração dos materiais, para a contratação dos serviços dos catadores e catadoras pelos órgãos públicos para realização da coleta seletiva, entre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar como o processo de precarização do trabalho impacta em alguns setores *supranumerários/excluídos* (CASTEL, 1988) da população, como no caso dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, contribuindo para que os mesmos tenham que recorrer às formas alternativas de obter trabalho e renda, com vistas a superar a marginalidade socioeconômica. Como no contexto contemporâneo de precarização do trabalho, experiências de organização de associações de reciclagem, regidas sob o escopo da Economia Solidária, podem embasar lutas para a superação da marginalidade socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis? Esta foi a questão que moveu este estudo, cuja análise esteve centrada nos catadores e catadoras, organizados em cooperativas e associações, no município de Erechim/RS.

É necessário reconhecer e expor os limites e alcances do presente estudo, uma vez que o mesmo foi desenvolvido em tempos de pandemia, em que o COVID 19, veio com todas as suas forças, nos fazendo parar e repensar tudo, realocar ideias e criar novas estratégias. Esse movimento de repensar os fatos, não foi realizado somente neste estudo e/ou na vida pessoal da pesquisadora e daqueles e daquelas envolvidos com o mesmo. O tempo todo, em paralelo ao desenvolvimento desta pesquisa, tivemos que lidar com questões de ordem pessoal e profissional.

Assim, ao reconhecer os limites e as possibilidades deste estudo, aponto para algumas questões que não nos foi possível analisar, e que a partir desse estudo poderão ser pautadas por pesquisadoras e pesquisadores interessados nas temáticas que contemplamos. Este estudo poderá contribuir com as pesquisas que envolvem os diferentes agentes públicos e privados responsáveis por realizar a coleta seletiva nos municípios. Mesmo com embates, conflitos e contradições inerentes ao processo de gestão integrada dos resíduos sólidos, essas parcerias, amparadas por legislações vigentes, ainda se colocam como um meio possível de inclusão de catadores e catadoras na esfera produtiva e destes no mercado de trabalho.

Pode-se analisar que tipo inclusão estamos tratando. Como e porque essas parcerias público-privadas são criadas, assim é possível destacar pontos positivos e negativos, aspectos organizacionais e sociais, voltados para a criação e promoção de políticas públicas e parcerias entre os diferentes entes federativos e a iniciativa privada, quando for o caso.

A possibilidade de traçar o perfil dos catadores e das catadoras da cidade de Erechim/RS através de uma abordagem de cunho quantitativo por meio de questionário estruturado, com

destaque para os aspectos como a origem social dessas pessoas, escolaridade, renda, idade, tempo em que desenvolve a ocupação de catador, residência, acesso à determinados bens de consumo e serviços dentro do município de Erechim/RS, família, ocupações anteriores, escolaridade dos pais, se tem filhos, qual a perspectiva dessas pessoas para as futuras gerações dos seus familiares, etc.

Analisar a relação entre gênero e trabalho, com vistas a pautar as especificidades das mulheres catadoras das associações de reciclagem do município de Erechim/RS. Quem são essas mulheres? O que elas pensam ou não da vida? Como elas entraram para a ocupação? Como é a sua relação com a catação de materiais dentro dos galpões das associações e com o trabalho doméstico e reprodutivo? Como elas enxergam a sua condição de mulher catadora nesse contexto local? As especificidades da presença delas nos galpões de reciclagem, como lideranças, ocupando postos de destaque, elaborando articulações de cunho político. A importância que elas atribuem ao trabalho que desempenham? Tentamos analisar algumas dessas questões de forma breve, no entanto, um estudo mais aprofundado, conseguiria captar quem são essas mulheres, também num sentido mais subjetivo.

A categoria trabalho utilizada neste estudo, vai ao encontro da teoria marxista, em que o trabalho se apresenta como o dispêndio (de força física, intelectual, psicológica etc.), que os homens e as mulheres realizam sobre a natureza com a intencionalidade de obter a reprodução dos meios necessários à subsistência da vida e da sociedade em que estão inseridos, através de um processo global e unitário. Com o advento do capitalismo o trabalho passa a ser subordinado ao capital, apreendido como mercadoria e se apresenta de forma abstrata e alienante para o trabalhador, o qual vende sua força de trabalho e em troca recebe um salário. O trabalhador é em certo sentido “livre” para exercer suas atividades laborais, ainda que esteja subordinado ao sistema capitalista e submetido ao um mercado de trabalho que não lhe oferece outras escolhas de sobrevivência.

Ao se constituir o trabalho em mercadoria, através da venda da força de trabalho pelos trabalhadores e trabalhadoras, foi necessário moldar a sociedade, o estado e o mercado. Houveram um conjunto de alterações, leis, a interferência nas formas de viver e de organizar a produção de bens e mercadorias e no papel desempenhado pelo estado. O fato de alguns grupos de trabalhadores e trabalhadoras se encontrarem em situações degradantes e precárias no sistema capitalista é estrutural e faz parte de um processo histórico, que se acentua à medida em que vamos fazendo novos recortes, assim, as mulheres, a população negra e a grande massa

de trabalhadores e trabalhadoras, se caracterizam por serem um grupo que histórica e estruturalmente, compõem a base desse sistema.

A partir da década de 1970, com a eclosão da crise do capital, fenômenos como a globalização, a reestruturação produtiva, o desemprego, flexibilizações e terceirizações, contribuíram para acentuar os espaços de precarização da força de trabalho. Essas mudanças afetaram a produção da vida material por parte da classe trabalhadora. Com isso, nem todos os trabalhadores e trabalhadoras foram incluídos no mercado de trabalho, os *excluídos/supranumerários*, sobrantes acabaram relegados às vias marginais da sociedade.

A ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis, historicamente se destaca por seu status de precariedade. É a partir da década de 1980 que debates e pautas em torno da preservação do meio ambiente começam a se alastrar no meio social. Questionamentos a respeito do consumo de massa em excesso e em torno da reciclagem dos materiais começam a ganhar força. Por outro lado, adentram no cenário social, políticas e propostas de cunho neoliberal, as quais se colocam num primeiro momento em âmbito econômico e no fazer político do estado e depois se alastram para o imaginário social dos indivíduos.

Pensando essas políticas no âmbito dos investimentos estatais, podemos pontuar que elas impactam a todos e todas que dependem dos serviços públicos fornecidos pelo Estado, como no caso dos catadores e das catadoras. No caso das catadoras de modo particular, a redução das políticas públicas e dos investimentos em direitos básicos, como saúde e educação representa menos creches, mais problemas de saúde, o que acaba acarretando em mais trabalho para as mulheres, uma vez é socialmente atribuído a elas as responsabilidades referentes ao espaço doméstico e reprodutivo.

A economia solidária também se projeta no cenário mundial por volta de 1980, por dois vieses, como alternativa de organização política, econômica e social que integra indivíduos e grupos sociais com espaços laborais restritos no mercado de trabalho formal e despossuídos socioeconomicamente, os quais encontram nos empreendimentos autogestionários uma saída para a garantia da subsistência. E por outro lado, essas formas de organizar o trabalho e a produção de mercadorias, acabariam por alocar indivíduos em empreendimentos de cunho solidário (como as cooperativas e associações), e com isso a sua força de trabalho precarizada passaria a integrar-se socialmente e a contribuir com o sistema capitalista que os oprime.

Neste estudo, dialogamos com o primeiro argumento, partimos da premissa de que a economia solidária se coloca como uma forma de inclusão, garantia de subsistência, autonomia e reconhecimento de catadores e catadoras e do trabalho que estes sujeitos e sujeitas

desempenham para a sociedade e para o meio ambiente. Pensando nas associações de catadores e catadoras da cidade de Erechim/RS, esses espaços se colocam como possibilidade de desenvolver a ocupação de forma um pouco menos precarizada, podemos questionar qual é o tipo de inclusão que os mesmos proporcionam, no entanto, estes espaços contribuem para a subsistência desse público.

A precarização das ocupações faz referência às atividades que, desempenhadas dentro do mercado de trabalho, possuem como característica a ausência de uma série de direitos que asseguram aos trabalhadores e trabalhadoras proteções e garantias sociais. A precarização pode se apresentar como um processo que contribui para o aumento da degradação de algumas profissões, podendo atingir até aquelas ocupações já consolidadas do ponto de vista do emprego formal. Ao olharmos para os catadores e catadoras, de forma geral, expomos que a precariedade sempre foi uma constante no desenvolvimento de sua ocupação. No entanto, ressaltamos que o processo de precarização do trabalho, pode não se aplicar e atingir de maneira direta alguns setores, como é o caso dos catadores e catadoras, mas os afeta de forma indireta, uma vez que o acesso a determinadas vagas de emprego no mercado formal de trabalho, que já eram restritas se tornam ainda mais distantes para esse público.

A ocupação de catador e catadora de materiais recicláveis se coloca como uma alternativa para grupos em situação de marginalidade socioeconômica e com oportunidades restritas de acesso à espaços de trabalho formais. As cooperativas e associações acabam por possibilitar a garantia de trabalho, renda, autonomia, construção de identidades, de laços de solidariedade e ajuda mútua. Os catadores e as catadoras desempenham uma ocupação socialmente considerada excepcional, mas são desvalorizados do ponto de vista simbólico. As condições de desenvolvimento da atividade, a falta de respaldos e de políticas de incentivo, são alguns dos fatores pontuados pelos movimentos sociais e pelos próprios catadores e catadoras.

A precarização desta ocupação perpassa pela ausência de direitos e proteções em torno da mesma, por ser insalubre, pesada, e expor as pessoas que a desempenham a uma série de riscos, como problemas de saúde, preconceitos e discriminação, contaminação por meio dos materiais coletados, a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), pouca margem de negociação sobre o preço dos materiais comercializados. No caso dos catadores e catadoras independentes, a exposição aos fenômenos da natureza (como o sol, a chuva e o frio em excesso) e a ausência de uma estrutura adequada, como os carrinhos em condições favoráveis de uso, de equipamentos necessários e indispensáveis para desempenho da ocupação, botas e luvas, a falta de local específico para armazenar o material coletado, entre outros.

A disputa com as empresas que realizam a coleta seletiva de forma mecanizada, a luta para que os catadores e catadoras realizem todo o processo da coleta seletiva nos municípios, denominada de Coleta Seletiva Solidária e para que as legislações, decretos e normas institucionais que os amparam sejam cumpridas, são aspectos que se atravessam e que denotam mais um escopo da precariedade da ocupação.

A organização enquanto categoria, por meio da criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a luta contra a incineração de materiais, pela valorização e reconhecimento da ocupação, que se constitui por uma atividade que agrega benefícios ao coletivo de forma geral, pela participação dos catadores e das catadoras na coleta seletiva, no fomento à organização coletiva, a regulamentação da ocupação expressa na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a luta para que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), seja executada de forma plena pelos órgãos competentes, por políticas de inclusão e fomento para a criação de organizações e cooperativas de reciclagem, dentro do escopo da autogestão, que possam englobar também catadores e catadoras independentes, pela garantia de respaldo institucional em negociações, cobranças, parcerias e contratações, firmadas com o poder público, o setor privado, terceiro setor e a população em geral.

Conflitos e questões inerentes ao desempenho da ocupação podem surgir, como os que ocorrem dentro dos galpões de reciclagem, das associações com os setores públicos e privados que fazem parte da gestão integrada dos resíduos sólidos e dos catadores e catadoras entre si. Tomando por base o contexto local de Erechim/RS, os conflitos ocorrem dentro das associações no que se refere a tomada de decisões sobre aquele espaço, à fatores e problemas externos relacionados aos associados e associadas, a disputa pelos materiais com os catadores independentes e empresas de reciclagem de fora da cidade que costumam coletar os resíduos no município de forma ilegal, em relação à decisões que afetam os catadores e catadoras tomadas por entes como o setor público e o setor privado.

A falta de reconhecimento e de estima social em relação às pessoas que desempenham a ocupação, pode ser apontada, como mais um dos motivos que perpassam pela precariedade. A invisibilidade em torno do seu trabalho, reverbera na humanidade dessas pessoas, as quais ou são vistas de forma preconceituosa ou com indiferença nos espaços urbanos. A reciclagem de materiais é apontada pela maioria das pessoas como algo muito importante para a sociedade e para o planeta, no entanto, os catadores e catadoras responsáveis por realizar o trabalho mais essencial dentro dessa cadeia produtiva, não são notados. Catadores e catadoras lutam para obter o mínimo de incentivo para desenvolver a ocupação de forma digna.

A presença de empreendimentos públicos, privados ou que fazem parte do terceiro setor no auxílio em processos organizativos e de administração em associações e cooperativas de catadores, pode ser enquadrada no rol da gestão dos espaços associativos. Conflitos e contradições inerentes a esse processo podem surgir, uma vez as formas de fazer sob o escopo da gestão e da autogestão, podem se apresentar sob diferentes vieses. Como se constrói a autonomia das pessoas que fazem parte das associações e cooperativas de catadores? O conhecimento de todos os processos, desde as licitações, participação em editais para buscar recursos, relação entre as associações com entidades públicas e privadas, investimentos escolarização por parte dos catadores e catadoras, e em processos de formação de lideranças poderiam ser apontados como um dos caminhos possíveis, uma vez que, estamos diante de um público que possui carências no acesso e na permanência em espaços de ensino escolares.

Ao tencionarmos qual é o limite da autogestão nas associações e cooperativas de catadores e catadoras, problematiza-se como se constrói o caminho para a emancipação das mesmas dentro do escopo da autogestão pautada pela Economia Solidária. O trabalho desenvolvido por órgão públicos e privados, organizações não-governamentais, grupos ligados às igrejas tem sua importância posta à medida que se colocam como uma importante frente de apoio para os catadores e catadoras e podem atuar como um canal de comunicação entre os catadores e catadoras e outras esferas da sociedade civil, como a política e os poderes públicos.

O investimento em espaços de formação de lideranças, pode contribuir para que catadores e catadoras tenham conhecimento de todo o processo da coleta seletiva, do funcionamento e das questões burocráticas que envolvem uma associação e uma cooperativa, da mediação de conflitos, negociação dos valores de materiais, da presença e representação das associações em espaços institucionais, acadêmicos, políticos, públicos e privados, das lutas, pautas de seu interesse, do conhecimento acerca das legislações que os amparam institucionalmente, como catadores e catadoras, e como cidadãos e cidadãs.

A presença e a atuação do estado no fomento de políticas públicas de inclusão e valorização dos catadores e das catadoras e na produção de leis que contribuam para a sua organização política, seja de maneira direta ou indireta, na implantação de parcerias, que visem suprir não somente carências assistenciais mais imediatas (que também são importantes, principalmente se tratando de um contexto pandêmico), mas que desenvolvam formas de participação, engajamento, organização social, autogestão e solidariedade, com vistas a fomentar processos de autonomia.

As parcerias para a realização da coleta seletiva integrada dos resíduos urbanos podem ser permeadas por conflitos e contradições, podem ser pautadas por vieses assistenciais imediatos, no entanto, mesmo assim, se apresentam como um importante meio de garantir a subsistência de catadores e catadoras. Como no caso da cidade de Erechim/RS, os catadores e catadoras organizados em associações não obtém uma ascensão social, com a possibilidade de mudarem de posição social, no quesito acesso e consumo de bens materiais, culturais e simbólicos. A parceria possibilita que essas pessoas tenham garantido o básico para a subsistência, em alguns casos ainda dentro da esfera da precariedade.

Os espaços associativos e cooperativos podem contribuir para a construção de estratégias de reconhecimento e valorização de catadores e catadoras, destacando a importância do trabalho realizado para o meio ambiente e para a limpeza e conservação da cidade. O trabalho dentro das associações no contexto local, envolve uma rede de agentes, contribui para a geração de emprego e renda para os catadores e catadoras, no desenvolvimento dos bairros em que as associações estão localizadas, os galpões de reciclagem costumam ser ponto de referência para efetuar ações para as comunidades e as pessoas que lá residem, por parte de entidades, entes públicos e privados.

Ressaltamos a importância dos catadores e catadoras como agentes ambientais, os quais realizam um trabalho significativo para a preservação da natureza. A preocupação com a questão ambiental alavancada nos últimos anos, colocou a reciclagem como uma pauta social, contribuiu para o desenvolvimento de legislações e para que os catadores e catadoras se organizassem politicamente, trazendo à tona reivindicações e demandas específicas e importantes para o desenvolvimento laboral da ocupação. No entanto, também alavancou uma cadeia produtiva voltada para o mercado em torno da reciclagem de materiais. A reciclagem, atualmente se coloca como uma preocupação para as empresas que produzem resíduos. Essa problemática, constitui um mercado, dele fazem parte várias empresas com diferentes perfis que se enquadram nas mais diversas esferas desse processo, gerando rendimentos significativos para as mesmas.

É importante destacar que parcerias e políticas públicas como as criadas na cidade de Erechim/RS se constituem como uma forma de inclusão e garantia de sobrevivência para os catadores e catadoras organizados em cooperativas e associações. Mas, e os catadores e catadoras que desempenham suas atividades pelas ruas das cidades, os carrinheiros e carrinheiras? Os quais de acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de materiais recicláveis (MNCR), compõem a maioria no desenvolvimento da ocupação, e de maneira geral

é constituído por um público majoritariamente feminino e composto em sua maioria por pessoas negras. É importante e necessário pautar políticas, legislações e garantias para essas catadoras independentes, as quais estão alocadas em um lado ainda mais precarizado no desenvolvimento da ocupação.

Em Erechim/RS, houveram melhoras no desenvolvimento da ocupação por parte dos catadores e das catadoras ao serem alocados em associações, mas é importante atentarmos para o desenvolvimento de políticas públicas para os carrinheiros e carrinheiras, que desempenham suas atividades pelas ruas da cidade, para o fomento de espaços de formação de lideranças entre os próprios catadores e catadoras, bem como de políticas que os integrem como protagonistas dos sistemas de coleta seletiva e que garantam uma negociação mais justa e horizontal com atravessadores e com as empresas que compram seus materiais.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1º ed. Belo Horizonte/MG: Letramento/Justificando, 2018.

ANUÁRIO DA RECICLAGEM, 2018. Disponível em: <https://ancat.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anua%CC%81rio-da-Reciclagem.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

ANUÁRIO DA RECICLAGEM, 2020. Disponível em: <https://ancat.org.br/anuario-da-reciclagem-2020/>. Acesso em: 14 mar.2021.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 11º ed. São Paulo: Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2018. [Versão kindle]

_____. **Proletariado digital, serviços e valor**. Instituto de Estudos- Latino Americanos (IELA)/ Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/proletariado-digital-servicos-e-valor> Acesso em: set 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ANCAT), 2021. Disponível em: <https://ancat.org.br/historico-da-ancat/> Acesso em: 22 mar. 2021.

ASSINADO CONTRATO para terceirização do lixo. **Jornal Voz Regional**, Erechim, 17 ago. 1995, p.15.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7º ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

BECKERT, Jens. Reimaginando a dinâmica capitalista: expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos. **Tempo Social**, v. 29, n.1, 2017.

BENINCÁ, Dirceu. **Reciclando a (des)ordem do progresso**. Arcan: uma alternativa sócio-ambiental. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2006.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2016.

BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya (orgs.). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5º ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de Sociólogo: Preliminares epistemológicas**. 2º ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2000.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder ensaios de eclesiologia militante**. São Paulo/SP: Editora Ática S.A, 1994.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O Novo espírito do capitalismo**. 1º ed. São Paulo/SP: WMF Martins Fontes, 2009.

BORTOLI, Mari Aparecida. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 2, 2013.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, 2008.

BRITO, Barbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antonio Henrique Pinheiro. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público**, v.56, n. 1, 2005.

BRASIL. **Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 23 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/D_Users_benjamimlj_Desktop_Portal%20Sustentabilidade_4-Legisla_o%20de%20Refer_ncia_4-Decreto%205940-2006.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958> Acesso em: 20 abr.2021.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7-dezembro-1993-363163-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994.** Acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18949.htm#:~:text=L8949&text=LEI%20N%208.949%2C%20DE,as%20cooperativas%20e%20seus%20associados. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm > Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2016.** Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20042006/2006/decreto/d5940.htm#:~:text=Institui%20a%20separa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20res%C3%ADduos,recicl%C3%A1veis%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.> Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 11.445, de 25 de janeiro de 2016.** Esta lei estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2007/lei/111445.htm Acesso em: 10 jan. 2020.

CARDOSO, Alex. Revogação da lei que proíbe circulação de carrinhos. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 25 ago. 2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica de salário.** Editora Vozes: Petrópolis/RJ, 1998.

CATADORES VÃO TER horário específico para recolher material reciclável. **Jornal Voz Regional**, Erechim, 05 mar. 2002, p.5.

CELLARD, André. A análise documental. In.: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008.

COOPERATIVAS DE SEGMENTO abrem caminho para o associativismo. **Jornal Voz Regional**, Erechim, 25 set. 1997, p.4.

CUNHA, Marina Roriz Rizzo Lousa da. Lixo, identidade e trabalho: a construção da identidade dos catadores de materiais recicláveis associados de Goiânia. **Revista Sociedade e Cultura**, v.14, n.1, 2011.

CHERFEM, Carolina Orquiza. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: Desafios de um setor. In: **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional.** PEREIRA, Bruna C. J; GOES, Fernanda L. (org.). Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n. 1, 2002.

DADIGNO, Evelina. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de cidadania y sociedade civil en tiempos de globalización**. Caracas: Faces; Universidad Central de la Venezuela, 2004.

DARDOT, Pierre; Christian, LAVAL. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ªed. São Paulo/SP: Boitempo, 2016. [Versão Kindle]

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. **Terra, trabalho e racismo**: Veias abertas de uma Análise Histórico-Estrutural no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como pré-requisito para obtenção de título de doutora em serviço social, Florianópolis, 2018.

DEMAJOROVIC, Jacques. BESEN, Gina Rizpah. Gestão compartilhada de resíduos sólidos: avanços e desafios para a sustentabilidade. **XXXI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2007.

ERECHIM. **Lei Nº 2599, de 04 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano, zoneamento de uso do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: https://uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads/files/empreendedor/2595_consolidada.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

ERECHIM. **Decreto Nº. 3.161, de janeiro de 2007**. Regulamenta os artigos 44 e 45, da Lei 2599, de 04 de janeiro de 1994, que dispõem sobre a obrigatoriedade da existência de local específico para a estocagem temporária dos resíduos sólidos urbanos no Município de Erechim. Disponível em: https://uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads/files/cidadao/3_161REGULAMENTA_ART_44_E_45%2C_DA_LEI_2599-94_-_I.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

ERECHIM. **Lei Nº. 4.386, de 19 de novembro de 2008**. Altera a Lei Municipal nº. 3.694/2003, Código Tributário Municipal, e a Lei Municipal nº. 3.932/2005, que dispõe sobre o licenciamento ambiental no Município de Erechim e cria a taxa de licenciamento ambiental. Disponível em: https://uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads.preferechim2.astrusweb.dataware.com.br/uploads/legislations/1792/4386_altera_as_leis_369403_e_393205_taxa_de_lixo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

ERECHIM. **Lei Nº. 3.932, de 20 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental no município de Erechim, cria a Taxa de Licenciamento Ambiental a dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.erechim.rs.leg.br/norma/3892> Acesso em: jan.2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017. [Versão kindle].

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 5º ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

_____. **A Integração do negro na sociedade de classes**. 5º ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERRARINI, Adriane Vieira *et al.* Empreendimento econômico solidário e empresa social: ampliando abordagens e integrando conceitos no diálogo Norte-Sul. **Polis Revista Latinoamericana**, n.49, 2019.

FERREIRA, Laura Senna. Crise do Trabalho na virada do século XX-XXI: economia solidária versus empreendedorismo. **Ponto e Vírgula**, n. 22, 2017.

_____. Trabalho, estigmas e trapaças: a profissão do mecânico automotivo. **Cronos**, v.15, n.2, 2014.

FESTI, Ricardo. Zanon: uma experiência de fábrica sem patrão na Argentina. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV: Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2006.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Portal de estatísticas do Estado de São Paulo. Pesquisa aponta que trabalhadores com menor grau de escolaridade foram mais afetados na pandemia, 2021.

FONSECA, Claudia. Classe e a recusa etnográfica. In: FONSECA, Claudia; BRITES, Jurema (org.) **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública, **Cadernos ABAPE**, v.1, n.2, 2004.

GAIGER, Luis Inácio Germany. A economia solidária diante do modelo de produção capitalista. **Caderno CRH**, n. 39, 2003.

GAIGER, Luis Inácio Germany; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. Economia solidária e trajetória de trabalho: Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.35, n.103, 2020.

GIROTTO, Juliana Carla. **Educação Popular na construção de alternativas de economia solidária**: Um estudo de associações de catadores em Erechim/RS. Dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS, 2012.

GISI, Ariane Fernanda. **O limiar de um movimento**: Os atingidos por barragens através do jornal A Voz da Serra de Erechim (1979-1985). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul- *Campus* Erechim/RS, 2014.

GONZÁLEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. **Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh**, v.5, 1979.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, 2009.

HIRATA, Helena. Precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS). **Sociologias**, n.21, 2009.

IKUTA, Camila Y. S. *et al.* As Negociações Coletivas na Pandemia da COVID-19. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. POCHMANN, Márcio (Orgs). **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise do trabalho na pandemia**. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pnad COVID-19**, 2020. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>>. Acesso em abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,2% e taxa de subutilização é de 29,0% no trimestre encerrado em janeiro de 2021**, Agência IBGE notícias, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30391-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-janeiro-de-2021>. Acesso em: maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades/ Erechim**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim/panorama>. Acesso em: jan. 2020.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto; KAPPES, Sylvio Antonio. **II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul: Resultados do segundo Mapeamento Nacional**. Luiz Inácio Gaiger (Coord.). São Leopoldo/RS, 2013.

LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n. 69, 2009.

_____. A sociologia do trabalho na América Latina: Seus temas e problemas (re)visitados. **Sociologia e Antropologia**, v.12, n.4, 2012.

LESSA, Sergio. Centralidade do trabalho: qual centralidade, qual trabalho? In: **Homens: Trabalho e ser social**. 3º ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 56, v. 19, 2004.

_____. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, n. 25, 2010.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: SESC São Paulo/ CEBRAP, 2016.

LIXO ORGÂNICO de Erechim será enviado para Santa Catarina. **Jornal Correio do Povo**, Porto Alegre/RS, 24 abr. 2018. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/lixo-org%C3%A2nico-de-erechim-ser%C3%A1-enviado-para-santa-catarina-1.259748>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MAGNI, Ana Amélia Calaça; GÜNTHER, Wanda Maria Risso. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde Soc.**, v.23, n.1, 2014.

MARTINS, Cintia H. B. Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional. **Revista Mulher e Trabalho**, v.5, 2005.

MARX, Karl. **O Capital Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MASSIMO, Lucas. Como se explica o neoliberalismo no Brasil? Uma análise crítica dos artigos publicados na revista *Dados*. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, 2013.

MELASSESI, Regina Lúcia Sanches; ALVEZ, Rosana. Condições de vida e trabalho na economia solidária e na economia capitalista. **FACESI em Revista**, v.1, n. 1, 2009.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista. Economia Contemporânea**, v. 13, n.1, 2009.

MELLO, Lucina Garcia de. A complexa teia de desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho brasileiro. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades e Deslocamentos**. 23 a 26 ago. 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278347342_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-modelo.pdf. Acesso em: 08 mai. 2020.

_____. De dia doméstica e de noite mulata! A inserção e participação da mulher negra no mercado de trabalho. In: **Gênero e diversidade: debatendo identidades**. SILVA, Márcia Alves (Org.). São Paulo: Perse, 2016.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2011. [Versão kindle].

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**, 2021. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MORADORES PROTESTAM contra o lixão. **Jornal Voz da Serra**, Erechim, 8 dez. 1998, p 4.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Quantos Catadores existem em atividade no Brasil? 2020. Disponível em:

<http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>> Acesso em: abr. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis, 2014. Disponível em:

<http://www.mnrc.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

História do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 2019.

Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/sua-historia> Acesso em: 15 abr. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Carta**

de Brasília. 2012. Disponível em: < <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>> Acesso em: jun. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Organização interna do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis,

2015. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/estruturas-regionais> Acesso em: 11 de jun. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Encontro Nacional de Mulheres Catadoras no Paraná, 2008. Disponível em:

<http://www.mnrc.org.br/artigos/encontro-nacional-das-mulheres-catadoras> Acesso em: 15 abr. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. 2º

Encontro Nacional de Mulheres Catadoras, 2011. Disponível em: <

<http://www.mnrc.org.br/artigos/2o-encontro-nacional-de-mulheres-catadoras>>. Acesso em: maio 2021.

NARDI, Henrique C. **Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vidas no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2006.

NOVA EMPRESA fará coleta de lixo em Erechim a partir deste sábado. **Jornal Atmosfera**.

Erechim, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://atmosferaonline.com.br/nova-empresa-fara-coleta-de-lixo-em-erechim-a-partir-deste-sabado/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

NOVA COOPERATIVA deve ser criada para atender papeleiros independentes. **Jornal Voz Regional**, Erechim, 19 nov. 2002, p.5.

MANUAL OPERACIONAL: as atividades dos catadores e a coleta seletiva durante e após a Pandemia da COVID-19. Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (Oris). Belo Horizonte, 2020.

PAIVA, Camila Capacle. Mulheres catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho. **Idéias**, v.7, n.2, 2016.

PAGOTTO, Claudete. Autogestão em cooperativas: desafios a autonomia do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. São Paulo: Boitempo, 2019.

PATRULHANDO. Jornal **Voz Regional**, Erechim, 27 jan. 2007, p. 2.

PATRULHANDO. Jornal **Voz Regional**, Erechim, 15 jan. 2008, p. 2.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, 2011.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos; DAL SECCO, Letícia Dal Pino; CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. A Participação das Cooperativas de Catadores na Cadeia Produtiva dos Materiais Recicláveis: perspectivas e desafios. **Psicologia Política**, v. 14, n 29, 2014.

PINHEIRO, Luana; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Texto para discussão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Brasília/DF, 2019.

PINHEL, Julio Ruffin. O catador de materiais recicláveis. In: **Do lixo à cidadania: Guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. PINHEL, Julio Ruffin (Org). Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais (IPESA). São Paulo: Peirópolis, 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Compus, 2000.

Plano Municipal De Saneamento Básico - Modalidade Resíduos Sólidos Urbanos Erechim/RS. 2012. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/319/plano-municipal-de-residuos-solidos>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PREFEITO ZANELLA deverá apoiar a criação de cooperativa de papeleiros, **Jornal Voz Regional**, Erechim, 12 nov. 2002, p. 5.

PRODUÇÃO DE LIXO orgânico dobra nesta época. **Jornal Bom Dia**, Erechim, 23 dez. 2016. Disponível em: <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/10022/producao-de-lixo-organico-dobra-nesta-epoca>. Acesso em: 22 dez. 2020.

RAMOS, Marília Patta. Métodos quantitativos e pesquisa em Ciências Sociais. **Mediações**, Londrina, 2013.

RIBEIRO, Izaque M; MACHADO, Paula S.; NARDI, Henrique C. Catadoras (es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.15, n.2, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 11.520, de 03 de agosto de 2000**. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Lei/2000/lei_11520_2000_institu

[icodigoestadualmeioambiente_rs_regulamentada_dec_46519_2009.pdf](#)>. Acesso em: 08 jan. 2021.

ROCHA, Ari. **O ser e o estar catador**: experiências sociais no trabalho e nas tramas urbanas. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2018.

ROSA, Bárbara Oliveira. Mulheres Invisíveis: A identidade das catadoras de materiais recicláveis. **Gênero**, Niterói/RJ, v.14, n.2, 2014.

SÁ, Teresa. “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral. **Revista de Sociologia Configurações**, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Denise Barreto dos. **Catadores de Reconhecimento**: a dimensão do reconhecimento social dos catadores de materiais recicláveis da ARCAN – Erechim/RS. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, Erechim/RS, 2017.

SÍGOLO, Vanessa Morerira *et al.* Recuperação de empresas em autogestão no Brasil atual: resistências das classes trabalhadoras e populares em tempos de crise pandêmica? **Revista da ABET**, v. 19, n. 2, 2020.

SILVA, Juremir Machado da Silva. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: A abolição na imprensa e no imaginário social. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018 a.

SILVA, Sandro; GOES, Fernanda; ALVAREZ, Albino. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Brasília: SGPR/Ipea, 2013 a.

SILVA, Sandro; GOES, Fernanda; ALVAREZ, Albino. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável- Região Sul. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Brasília: SGPR/Ipea, 2013 b.

SILVA, Sandro Pereira. O campo da pesquisa da economia solidária no Brasil: Abordagens metodológicas e dimensões analíticas. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Rio de Janeiro, 2018 b.

SILVA, Amanda *et al.* Economia Solidária e interseccionalidade: desafios da autogestão na atuação da ITCP/UNICAMP. **Revista da ABET**, v. 19, n. 2, 2020.

SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. NUNES, Mariana Medeiros de Araújo Nunes. Inclusão sócio-produtiva de catadores de materiais recicláveis em Natal/RN a partir do emprego verde. **Revista da ABET**, v.18, n. 2, 2019.

SILVEIRA, Antonio H. P.; BRITO, Barbara M. B. Parceria público-privada: Compreendendo o modelo brasileiro, **Revista do Serviço Público**, n. 56, v.1, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária *versus* economia capitalista. **Sociedade e estado**, v.16, n.1/2, 2001.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. SOUZA A.R. (Org). **A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Economia Contexto, 2000.

SITUAÇÃO ATUAL do lixão preocupa secretaria de obras: Prefeitura estuda formas de reduzir a contaminação da natureza no local. **Jornal Voz Regional**, Erechim, 29 mai. 1998, p.9.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. [Versão kindle].

SOUZA, Cristiane L.S. de. **Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como pré-requisito para a obtenção de título de doutora em serviço social, FLORIANÓPOLIS- Santa Catarina, 2019.

SCOLARI. Roseana Mary Delatore. **Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia de catadores de material reciclável da associação de recicladores Cidadãos Amigos da Natureza do município de Erechim/RS**. Dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2006.

THAMER, Rogério; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas. **Revista Administração Pública**, v.49, n. 4, 2015.

THOMPSON, Edward. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VALDUGA, Alice Teresa *et al.* Um panorama dos catadores de materiais recicláveis organizados em cooperativas no município de Erechim/RS. **Perspectiva**, v.36, n.135, set. 2012.

VARGAS, Francisco B. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, Salvador, v.29, n.77, 2016.

VERONESE. Marília Verissimo; GAIGER, Luiz Inacio; FERRARINI, Adriane Vieira. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno CRH**, v.30, n.79, 2017.

WAKULICZ, Gilberto; OLIVEIRA, João Telmo de. **Legislação Cooperativista**. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico; Rede e-Tec Brasil, Santa Maria/RS, 2015.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

WOSNIAK, Dilson José. Trabalhadores perdem com cooperativas de trabalho. **Jornal Voz Regional**, Erechim, 08 mar. 1997, p.2.